



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**LAZER E PROCESSOS EDUCATIVOS NO CONTEXTO DE TRABALHADORES/AS
RURAIS DO MST**

Robson Amaral da Silva

SÃO CARLOS
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**LAZER E PROCESSOS EDUCATIVOS NO CONTEXTO DE TRABALHADORES/AS
RURAIS DO MST**

Robson Amaral da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior.

SÃO CARLOS
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586Lp

Silva, Robson Amaral da.

Lazer e processos educativos no contexto de
trabalhadores/as rurais do MST / Robson Amaral da Silva. --
São Carlos : UFSCar, 2010.
212 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Processo educativo. 2. Movimento dos sem-terra. 3.
Reforma agrária. 4. Lazer e educação. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior

Prof. Dr. Lino Castellani Filho

Prof^a. Dr^a. Aida Victória Montrone

A handwritten signature in blue ink is written over three horizontal lines. The signature is highly stylized and cursive, with the name 'Luiz Gonçalves Junior' being the most legible part at the top. Below it, there are several loops and flourishes that obscure the rest of the text. The signature appears to be written in a fluid, continuous motion.

“Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastaremos.
Não nos afastaremos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma vitória,
Não darei os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas suicidas,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente,
os homens presentes, a vida presente”
 (“Mãos Dadas” - Carlos Drummond de Andrade)

Dedico este trabalho a todos/as trabalhadores/as do MST com os/as quais tive o privilégio de conviver em diversos tempos e espaços. Lutadores/as do povo sobre os/as quais a injusta ordem do capital manifesta as suas facetas mais perversas, mas que cultivam a “paciência revolucionária” e carregam em cada um/a a semente da revolução necessária.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de um trabalho acadêmico me desperta uma sensação de felicidade, por finalizar a redação do mesmo (ainda que tenha consciência de minha própria inconclusão, assim como da pesquisa que ora apresento) e gratidão, em relação a todos/as que colaboraram nessa trajetória, desde os primeiros passos de minha vida. Posso, eventualmente, esquecer de alguém neste momento importante, mas estou ciente de que isto não se deu propositalmente. Mesmo sabendo desse risco que corro expresso meus sinceros agradecimentos:

A *Deus* (crenças a parte!), presença criadora de tudo e de todos/as, alento nas horas mais difíceis, júbilo nas mais significativas experiências de minha vida, por me conceber a dádiva da existência para que eu pudesse cumprir mais esta etapa, e estar sempre junto comigo na realização de meus sonhos;

À minha avó Virgínia, meu avô Manoel e meu pai Juarez que fizeram parte da minha vida durante um longo período, sempre intenso, e de onde estão, rezam pelo meu sucesso;

As duas grandes mulheres de minha vida, minha mãe Graça e minha também mãe Iza, que sempre estiveram presentes nesta longa e difícil marcha da vida, proporcionando amor, conforto e apoio necessários e incondicionais a minha formação. Sou eternamente grato!

À Gisele, minha noiva! Mas este desígnio não basta para expressar o que você representa em minha vida, nem para materializar o que sinto por você. Prefiro deixar com que as palavras não traduzam todo o amor que tenho por você. Opto por “cultivá-lo” a cada dia;

Ao Prof. Luiz Gonçalves Junior. Admiro você pelo seu jeito humilde de *ser*, que revela um profissional paciente, capaz, seguro e experiente, características demonstradas em todo o processo de “suleamento” deste estudo. Acima de todas as qualificações e títulos acadêmicos, como se esquecer de uma qualidade tão peculiar, a amizade, esta sim, adjetivação, para mim, dos/as grandes companheiros/as de fato!

Ao Prof. Lino Castellani Filho, referência em meus estudos de graduação (“Histórias que não se contam”), militância política, acadêmica e pedagógica. À Profa. Aida Victoria Garcia-Montrone, simpatia, competência e generosidade nos apontamentos necessários. À Profa. Maria Waldenez de Oliveira pelas inúmeras reflexões proporcionadas desde minha entrevista no processo seletivo. Enfim, qualidades imprescindíveis que me foram de grande valia no equacionamento das questões que se colocaram na redação da pesquisa, e na luta pela edificação de uma sociedade mais digna, justa e solidária;

Aos/Às professoras da graduação em Educação Física (Glauco, Juca, Nelson Prudêncio, Paula, Mey, Selva, Yara e Ana Cláudia) e do Mestrado em Educação (Petronilha, Ilza, Elenice, Roseli Mello, Amadeu, Denise Freitas, Carmen Passos e Anete). À Maria do Céu, pelo carinho e atenção dispensados desde o meu ingresso na UFSCar.

Em especial ao/às amigos/as Spina, Keila e Maria Fernanda. Presenças fundamentais em diversos contextos, desde o processo seletivo demonstrando confiança em minhas potencialidades, até os auxílios em reflexões, pontos e contrapontos surgidos durante a nossa com-vivência (e a palavra é significativa nesta forma!). Pessoas que me fazem (re)descobrir a cada dia o verdadeiro sentido da palavra “companheiro/a”;

Ao compadre Marcelo e a comadre Ariane pela amizade semeada e cuja colheita nos proporciona bons frutos que fortalece ainda mais a nossa relação;

Ao amigo Tchos e a amiga Denise que me proporcionaram uma oportunidade ímpar em minha vida. Profissionais que engrandecem cada um a sua maneira, o nosso campo. Aquele tipo de amizade que devemos guardar a sete chaves;

Aos/Às companheiros/as de Federal Regiane Kindler, Tatuí, Guiga, Clariana, Tenente, Rafael, Vitão, Murilão, Thaisinha, Katchú, Vanderlei, Thiago, Gustavo, Mineiro, Fabiano Maranhão, Cascão, Zé Andrade, Fabi, Ana, Débora, Lucinéia, Zuanazzi e do GEQA;

Aos/Às companheiros/as do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física (NEFEF) fundamentais em minha formação política e ideológica, em especial Cae, Rica, Mizuno, Clóvis, Vicente, Silmara, Victor Lage, Claudinha, Paulokin, Gorpo e Alessandro.

RESUMO

Frente à intensificação do mercado concorrencial capitalista, com a desregulamentação econômica em nível internacional, as empresas voltam seus investimentos para regiões e setores de maior liquidez e em busca de maiores taxas de lucro. Nesta direção, seguindo a lógica da acumulação flexível, bens e serviços culturais revelam-se como mercadorias de superfluidade, assegurando assim, uma rápida valorização do capital. Não é por acaso, portanto, que aumenta a oferta e o consumo de bens culturais ligados ao campo do lazer. Na contramão dessa tendência estão os/as integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) buscando alternativas de construção de uma contra-hegemonia capaz de edificar um novo projeto societário, anseios transformadores que passam pelo campo do lazer e da educação. Diante disto o trabalho ora apresentado buscou, através da pesquisa qualitativa com inspiração na fenomenologia existencial, compreender o significado atribuído ao lazer na percepção de integrantes do MST e descrever os processos educativos que permeiam essa prática social em áreas de reforma agrária encampadas pelo Movimento no município e região de Ribeirão Preto. Houve a realização de uma revisão de literatura que contemplou temáticas relacionadas ao estudo, como práticas sociais, processos educativos, lazer, educação, questão agrária e MST que se constituíram enquanto bases teórico-conceituais para o estudo. Após cuidadosa inserção, e um período de convivência conhecendo e sendo reconhecido por homens, mulheres, crianças, jovens, adultos/as e idosos/as integrantes do desse movimento social, os acontecimentos foram registrados em Diários de Campo, totalizando um número de quatorze. A análise dos Diários construídos ao longo do estudo passou pelas fases de análise ideográfica (identificação das unidades de significado) e nomotética (construção das categorias temáticas e organização na Matriz Nomotética) e construção dos resultados. A construção dos resultados se baseou diretamente nos dados organizados na Matriz Nomotética que revelou as seguintes categorias: A) O lazer como instrumento de luta; B) Apropriação desigual do lazer pelo gênero feminino; C) Formação humana no dia-a-dia do MST: organização, cuidados ambientais, solidariedade, coletividade, partilha e resistência. O estudo aponta para a compreensão de que as atividades de lazer podem e devem proporcionar o (re)conhecimento das responsabilidades sociais, o auto-reconhecimento, (re)conhecimento do outro, através do caráter socializador dessas experiências, despertando para a promoção do sentimento de solidariedade e para a riqueza das possibilidades de se viver experiências no plano cultural ligadas ao contexto dos/as trabalhadores/as rurais do MST. Manifestações que se expressam nas artes, nos esportes, na militância política, na vida social mais ampla. O caráter revolucionário de uma práxis no campo do lazer está condicionado à sua acuidade em apreender as determinações, ou mediações, de ordem econômica, política, cultural e histórica, da sociabilidade tecida sob os auspícios do capital mundializado, com suas forças e contradições, e ao mesmo tempo, vislumbrar os indícios de onde se aglutinam os interesses e as forças, as debilidades e os limites da classe trabalhadora.

Palavras-chave: processos educativos; lazer; MST; reforma agrária.

ABSTRACT

Faced with the intensifying of competitive capitalist market and economic deregulation at the international level, enterprises turn their investments to regions and sectors with greater liquidity and in search of greater profits. In this direction, considering the logic of flexible accumulation, cultural goods and services are revealed as superfluous products, thus ensuring a rapid growing of capital. Therefore, the increase in supply and consumption of cultural goods linked to the field of leisure is no coincidence. Opposed to this trend are the followers of the Landless Workers' Movement (MST), seeking alternatives towards counter-hegemony able to sustain a new social design, a movement towards change directly associated with the field of leisure and education. Taking this into consideration, the presented qualitative research, inspired on existential phenomenology, sought the understanding of the ascribed meaning of leisure as perceived by members of the MST, as well as to describe the educational processes that underlie this social practice in areas of agrarian reform expropriated by the MST in the city and region of Ribeirão Preto. The literature review included issues such as social practices, educational processes, leisure, education, agrarian reform and MST, that together formed the conceptual bases for the study. Following my introduction in the group, and a period of coexistence, being recognized by men, women, children, young adults and the elderly members of this social movement, all events were recorded in field diaries, bringing the total number of fourteen diaries. Analysis of the diaries registered during the study went through the phases of ideographic analysis (identification of units of meaning) and nomothetic analysis (creation of the thematic categories and organization of the categories in the nomothetic matrix). The construction of the results was based directly on the data presented in the nomothetic matrix, which revealed the following categories: A) Leisure as a means to fight; B) Unequal appropriation of leisure by the female gender; C) Human development in day-to-day life in the MST : organization, environmental care, solidarity, community, sharing and resistance. The study shows that leisure activities can and should provide elements that support the (re)understanding of social responsibilities, self-recognition and the (re)cognition of others, through the socializing character of these experiences, raising awareness to the feeling of solidarity and the value of opportunities that emerge in cultural experiences related to the context of rural workers of the MST. Manifestations that are expressed in the arts, sports, political activism, more broadly, in social life. The revolutionary character of praxis in the field of leisure is conditioned upon its accuracy in understanding the determination, or mediation, of economy, politics, culture and history in the sociability sewed under the auspices of globalized capital, with its strengths and contradictions, at the same time, having a glimpse of where the evidence coalesce the interests and strengths, the weaknesses and limits of the working class.

Keywords: educational processes; leisure; Landless Workers' Movement (MST); agrarian reform.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro descritivo dos/as colaboradores/as do estudo	79
Quadro 2 – Matriz Nomotética	84

LISTA DE SIGLAS

AAA – Associação Atlética Acadêmica
ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABASC – Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANVB – Associação Nacional dos Violeiros do Brasil
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APG – Associação de Pós-Graduandos
APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CAEF – Centro Acadêmico da Educação Física
CCA – Conselho de Centros Acadêmicos
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEP – Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão
CID – Coordenação de Imprensa e Divulgação
CONAB – Comissão Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP – Comissão Política Pedagógica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAERP – Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto
DCE – Diretório Central de Estudantes
DEFMH – Departamento de Educação Física e Motricidade Humana
EIV – Estágio Interdisciplinar de Vivência
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEEF – Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física
ExNEEF – Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física
GEQA – Grupo de Estudos da Questão Agrária
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LEPCC – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cultura Corporal
MCP – Movimento de Cultura Popular
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEEF – Movimento Estudantil de Educação Física
MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NATRA – Núcleo Agrário Terra e Raiz
NB – Núcleos de Base
PA – Projeto de Assentamento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEC – Projeto de Emenda à Constituição
PFL – Partido da Frente Liberal
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PNA – Plano Nacional de Alfabetização
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PROMET – Proposta Metodológica
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSOL – Partido Socialista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UDR – União Democrática Ruralista
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PREÂMBULO	13
SOBRE OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM PRÁTICAS SOCIAIS: REFLEXÕES	18
SOBRE A PRÁTICA SOCIAL LAZER.....	29
Preparando o terreno.....	29
O terreno do lazer	33
Cultivando outro lazer	38
A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DAS SESMARIAS AO AGRONEGÓCIO.....	46
A questão agrária e a luta pela terra	46
Em cena: o MST.....	68
Ribeirão Preto e região	72
CAMINHADA METODOLÓGICA	76
CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS	85
A) O lazer como instrumento de luta	85
B) Apropriação desigual do lazer pelo gênero feminino.....	98
C) Formação humana no dia-a-dia do MST: organização, cuidados ambientais, solidariedade, coletividade, partilha e resistência.....	102
DERRUBANDO AS CERCAS.....	126
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	139
Apêndice 1 - DIÁRIOS DE CAMPO.....	140
Apêndice 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	212

PREÂMBULO

Há lutas populares que são organizadas, são sindicais, são partidárias ou regionais. Há outras, também. Há lutas cotidianas, lutas diárias de buscar pela água, lutas que têm sua forma de ensinar e aprender a sobrevivência. E aí se coloca o *desafio* de como *minha inteligência de intelectual* se molha nessa luta. Como é que eu vou fazer meu trabalho intelectual engravidado dessa tradição de conhecimento?
(FREIRE; NOGUEIRA, 1989, p.27)

Entendo que todo processo de escrita está vinculado à história da pessoa que escreve, e comigo não foi diferente. Dessa forma, não poderia iniciar esse trabalho sem me remeter às vivências que contribuíram para as minhas reflexões acerca dos campos da educação, do lazer e dos movimentos sociais, e que me motivaram a desenvolver o presente estudo. Ao adotar esse caminho, fica claro o lugar do qual falo. O meu olhar sobre essas temáticas está profundamente marcado por uma experiência de militância.

Desde muito cedo sempre me sensibilizei com algumas lutas históricas e cotidianas de determinados movimentos sociais, lutas essas atreladas a necessidade de construção das condições mínimas de (sobre)vivência desses grupos, infelizmente por vezes vistos por parte da mídia e da população brasileira como marginais, baderneiros, invasores, bandidos, delinquentes, dentre outros adjetivos desqualificadores. Minhas reflexões, em certa medida, também se baseavam nessas compreensões. Estava aprisionado em um nível de pensamento ainda superficial e não conseguia ir além do que me diziam a respeito desses/as homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos pertencentes a esses grupamentos.

Quando ingressei no curso de Educação Física da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2002, tive contato com alguns/mas colegas que me estimularam a participar de discussões políticas acerca de temáticas como movimento estudantil, reforma universitária, assistência estudantil, conjuntura política brasileira e mundial, regulamentação da profissão de Educação Física, dentre outras. Percebi, então, a necessidade de aliar as minhas reflexões a uma atuação prática, engajada política e socialmente, como forma de dar um retorno, mínimo que fosse, a possibilidade que tinha de cursar uma graduação numa universidade pública.

Assim sendo, ingressei no Centro Acadêmico da Educação Física (CAEF) dessa mesma universidade, que reunia um pequeno grupo de estudantes que possuíam afinidade e vontade sócio-política em debater alguns dos temas anteriormente citados. Logo me envolvi em mobilizações promovidas por esse segmento do movimento estudantil, assim

como em ações proporcionadas pelo Diretório Central de Estudantes da UFSCar (DCE/UFSCar), participando de marchas, panfletagens, paralisações, greves, Conselhos de Centros Acadêmicos (CCA's), assembléias, eleições, debates, encontros, dentre outras formas de luta e resistência.

Em uma viagem à Brasília no ano de 2003, tive contato com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹ (MST) que marchavam em meio a uma multidão de aproximadamente 11.000 pessoas, e se posicionavam contrariamente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40 (que tinha como objetivo maior a redução dos gastos, por parte do governo, com aposentadorias e pensões de funcionários/as públicos/as civis), uma iniciativa de membros do legislativo brasileiro, e defendida pelo até então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, do Partido dos Trabalhadores (PT). Pude perceber que a luta travada pelos/as integrantes desse reconhecido movimento social se dava em um contexto mais amplo, do que única e exclusivamente a luta pela reforma agrária em nosso país.

Naquele mesmo ano, outro encontro foi decisivo para que eu pudesse ter como *desafio* a problematização de um pensamento e a necessidade de ampliar minha reflexão. Tratou-se do XXIV Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física² (ENEEF), realizado entre os dias 23 e 30 de agosto, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), *campus* Curitiba. O encontro que teve como temática central “Educação Física: discutir cultura para mudar a estrutura”, foi organizado pelos/as integrantes da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física³ (ExNEEF), da qual viria a fazer parte na Coordenação de Comunicação da “Regional 1”⁴ em nominata eleita para a gestão 2003/2004. Nesse espaço de reflexões coletivas tive contato com autores/as expoentes na área de Educação Física e Educação, além de companheiros/as de militância que desenvolviam projetos de pesquisa e/ou de extensão em Educação Física, Esportes e Lazer em áreas de reforma agrária localizadas principalmente na região Nordeste de nosso país.

¹ Uma contextualização sobre a gênese, objetivos e formas de luta desse movimento social do campo será realizada mais adiante nesse trabalho.

² Encontro anual, de âmbito nacional, organizado pela ExNEEF e que tem em sua plenária final, a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF).

³ A ExNEEF é a entidade representativa dos/as estudantes de Educação Física em nosso país. A entidade busca por meio do seu coletivo, organizar nacionalmente os/as estudantes da área para suas lutas específicas e para construção de uma sociedade mais justa, digna e solidária, baseada nos princípios socialistas.

⁴ A coordenação nacional da ExNEEF é composta por oito estudantes divididos/as em quatro diferentes coordenações (cada uma com duas pessoas) sendo: Coordenação Geral, Coordenação de Imprensa e Divulgação (CID), Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) e Coordenação de Finanças. Possui ainda em sua organização seis regionais que facilitam os encaminhamentos e as deliberações construídas em cada ENEEF. As coordenações regionais têm um número variado de integrantes, distribuídos/as em três diferentes coordenações, a *Coordenação Geral*, a *Coordenação de Comunicação* e a *Coordenação de Cultura e Produção Acadêmica*. Um maior detalhamento da organização das regionais pode ser encontrado em <www.exneef.org.br>.

As temáticas do lazer, movimentos sociais e reforma agrária continuavam presentes em minhas reflexões e em meu cotidiano, agora com um amadurecimento maior, dada a minha práxis enquanto militante do movimento estudantil.

Passados três anos tive contato com um assentamento rural localizado na cidade de Araraquara⁵, interior do estado de São Paulo, quando pude conhecer a realidade enfrentada por homens, mulheres, crianças, jovens e idosos/as assentados/as nessa área.

Concomitantemente, me aproximei de um grupo de estudantes, oriundos/as de diferentes cursos da UFSCar, interessados/as em discutir e atuar em áreas de reforma agrária. Esse coletivo apresentava um olhar interdisciplinar para a questão agrária e vínculo estreito com militantes do MST da região de Ribeirão Preto, laço esse que se perpetua até os dias de hoje.

Diante disso outros questionamentos surgiram e serviram de motivação para a construção desse estudo. O que seria o lazer para trabalhadores/as rurais sem-terra? Qual o tempo destinado à vivência dessa prática social? Quais manifestações culturais são vivenciadas por eles/as no contexto de áreas de reforma agrária? Quais os processos educativos são desencadeados nessas vivências? Desde então, essas e outras indagações permeiam meu pensamento, e me incomodam pelas relações que possuem com a luta cotidiana pela (sobre)vivência de inúmeras famílias sem-terra. Com isso, fico pensando em como *minha inteligência de intelectual se molha nesta luta?*

O meu ingresso no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar, na linha de Práticas Sociais e Processos Educativos, decorre da necessidade que sentia em aprofundar o debate anteriormente expressado, e que me inquieta, ainda hoje. A possibilidade de compreender melhor aquelas questões ganhava destaque em meu cotidiano, dada a amplitude do entendimento de educação presente nessa linha. Ao não restringir a educação somente ao contexto escolar, tive a compreensão de que os indivíduos inseridos nas mais diversas práticas sociais se educam e educam aqueles/as com quem estão em contato no contexto do mundo.

Não obstante, me agradava também as investigações desenvolvidas pelo pesquisador e pelas pesquisadoras dessa linha ao lançarem mão de metodologias dialógicas, envolvendo comunidades de trabalho. O aporte teórico advindo de áreas como Educação,

⁵ Trata-se do assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado na zona rural de Araraquara, que teve sua área desapropriada oficialmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1989. Atualmente a área é administrada por esse órgão conjuntamente com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). São 176 lotes distribuídos para 171 famílias, além de duas áreas de conservação ambiental.

Educação Popular, Saúde, Artes e Motricidade Humana, dentre outras, veio ao encontro dos meus anseios iniciais e de minha maneira de compreender o mundo.

Os trabalhos baseados em formulações teóricas de Paulo Freire, Enrique Dussel e Ernani Fiori que possibilitam um diálogo com a realidade da América Latina, assim como da fenomenologia existencial, em especial nos escritos de Merleau-Ponty, foram profícuos para fortalecer algumas ideias previamente existentes em minhas compreensões acerca da temática estudada e de minha própria leitura do mundo.

A partir dessas reflexões iniciais, outras vieram. Sempre em consonância com os pressupostos elaborados por esses autores que muito contribuíram para a elaboração da presente dissertação.

Sendo assim, tendo como base toda a trajetória descrita, o presente estudo busca estabelecer reflexões pautadas na seguinte questão orientadora: *Qual o significado atribuído ao lazer por integrantes do MST, e quais processos educativos observados durante o período de convivência nessa prática social no contexto de áreas de reforma agrária encampadas pelo Movimento na região de Ribeirão Preto?*

O objetivo desse estudo foi compreender o significado atribuído ao lazer na percepção de integrantes do MST e descrever processos educativos que permeiam essa prática social em áreas de reforma agrária encampadas pelo Movimento no município e região de Ribeirão Preto.

Construir as relações entre o lazer e os processos educativos que permeiam tal prática social no cotidiano de integrantes do MST em áreas de reforma agrária é uma tarefa difícil, mas ao mesmo tempo interessante e estimulante, pois podemos desvelar as interfaces presentes entre essas duas dimensões da existência humana, levando-se em consideração um contexto concreto, muitas vezes opressor, vivenciado cotidianamente pelos/as trabalhadores/as rurais sem-terra que lá se encontram. Ao realizar tal iniciativa, busco o reconhecimento de que as pessoas das classes populares, “pobres, [...] são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade” (VALLA, 1996, p.178).

Ao atribuímos o adjetivo “desqualificado” a essas representações e visões construídas pelas minorias (em termos de direitos sociais assegurados e não em termos de quantidade de pessoas componentes da classe popular), segundo Valla (1996), corremos o risco de não entendê-las em sua essência, como se as classes populares não fossem capazes de construir conhecimentos.

É nesse sentido que pauto a pertinência do desenvolvimento dessa pesquisa como uma possibilidade para contribuir com a práxis⁶ no campo de estudos dos movimentos sociais, do lazer, da educação e de suas inter-relações, assim como para o entendimento do encaminhamento dado ao processo de luta pelos movimentos sociais do campo, mais especificamente, o MST.

Diante dessas considerações, remeto também à relevância sócio-política e acadêmica dessa pesquisa. O comprometimento com produção de conhecimento na perspectiva dos/as socialmente marginalizados/as⁷ deixa claro o meu posicionamento em relação a esse processo, e ao projeto social almejado. Ao realizar tal empreitada, assumo o compromisso (não somente meu) de estudar, cultivar, produzir e dialogar o conhecimento nessa perspectiva, como uma das formas imprescindíveis de nos humanizarmos.

No âmbito acadêmico esse estudo pretende contribuir no avanço das discussões referentes às temáticas centrais da pesquisa (lazer, educação, MST e reforma agrária), bem como no diálogo do conhecimento produzido entre os/as pares, para que possamos ampliar o debate, e a construção de processos educativos no campo da educação (escolar e não-escolar), no interior dos movimentos sociais, e/ou do lazer, na perspectiva dos/as marginalizados/as socialmente rumo a uma sociedade mais justa, digna e solidária.

⁶ O entendimento de práxis nesse estudo é abordado de acordo com a perspectiva freireana que considera a mesma como sendo a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2006d, p.42), dimensões essas, mútuas e solidárias entre si, que apresentam encontros e desencontros no seio de nosso objeto de pesquisa. Condição para a superação da contradição “opressor-oprimido”.

⁷ A minha escolha pela perspectiva dos/as marginalizados/as se inspira muito no pensamento de Löwy (1978) que pondera ser o proletariado uma “[...] classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria e cuja finalidade é a abolição de toda dominação de classe” (p.34), e conclui mais adiante dizendo que “As classes dominantes e a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade de verdade [...]” (p.36).

SOBRE OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM PRÁTICAS SOCIAIS: REFLEXÕES

A educação precisa ir onde vai a vida [...] A educação precisa dar os meios de resolver os problemas que a vida venha a apresentar [...] (MARTÍ citado por STRECK, 2008).

Como qualquer outro conceito, o de educação também é polissêmico, ou seja, tem vários sentidos, e o seu entendimento não é o mesmo entre todos/as em nosso cotidiano, dados os diversos contextos e manifestações em que ela se faz presente. Dessa forma, a educação pode ser compreendida sob diversos pontos de vista e esse sempre está atrelado a uma visão de mundo e de ser humano, não sendo neutra.

Segundo Ghiraldelli Junior (2006) a expressão educação tem sua origem em duas palavras do latim, *educere* e *educare*. A primeira significando “conduzir de fora”, “dirigir exteriormente” (numa perspectiva de ensino baseado em regras que são exteriores ao aprendiz) e a segunda tomada no sentido de “alimentar”, “criar” (na qual o/a aprendiz é incentivado/a a construir as suas próprias regras).

Martins (1992), por sua vez, nos aponta entendimento do termo educação oriundo da expressão latina *ex-ducere*, indicando a saída de um estado para outro, ou seja, “[...] uma possibilidade que tem o humano de se colocar num determinado caminho, o que envolve um ato de vontade enquanto forma de decisão entre vários impulsos. Não indica uma forma rígida que se impõe ao humano [...]” (p.21).

Notamos a presença de situações de educação em diferentes tempos e espaços, que não somente os do ambiente escolar, ou seja, a educação ultrapassa os limites dos muros escolares, não se restringindo somente àquele *locus*, atingindo os espaços “[...] da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo, favorecendo a justiça social, a paz e a interação do indivíduo consigo mesmo, com a família, com a comunidade [...]” (MACHADO; PASQUALOTTO; FONTANA, 2006, p.2143).

A educação, no contexto da contemporaneidade, tem sido fundamentalmente apontada para enfrentar os desafios e constantes transformações que se colocam pela crise da globalização, pelos avanços tecnológicos, técnicos e científicos da chamada sociedade do conhecimento e da informação (MACHADO; PASQUALOTTO; FONTANA, 2006). Tais mudanças acabam influenciando sobremaneira os diversos modos de existirmos e, que por sua vez, afetam a maneira como as pessoas organizam seu tempo e espaço, e suas ações cotidianas.

Fazendo uma severa crítica à sociedade pautada nos ditames do capital, bem como em relação à educação desenvolvida sob a batuta dessa mesma lógica, Mészáros (2005), visando a superação desse entendimento de educação baseada no sistema capitalista de metabolismo social (“A educação para além do capital”), advoga a necessidade de realizarmos ações concretas que ultrapassem os espaços das salas de aula, dos gabinetes e dos fóruns acadêmicos. Para o autor “[...] a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo” (p.10).

Com isso, vislumbramos a perspectiva de que a educação é um processo que ocorre ao longo da vida e ratificamos a necessidade de discuti-la para além da escola, uma vez que “Ninguém escapa da educação [...] todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação [...]” (BRANDÃO, 2006, p.1).

Conhecer, compreender, aprender e ensinar são processos não restritos ao ambiente escolar, a fragmentação do saber em conteúdos que vão do simples ao complexo e que desconsiderem o saber ingênuo⁸. Dessa forma, “Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios [...]” (FREIRE, 2006b, p.44).

Podemos apreender então que a educação tem um caráter permanente e histórico por se tratar de uma prática ligada à existência do ser humano, que se faz e refaz, diante da inconclusão desse que está sempre *sendo-ao-mundo*. Ao falar de educação como algo inerente aos seres humanos, utilizo-me das palavras de Freire (2006d):

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como uma manifestação exclusivamente humana (p.83-84).

É fundada nessa consciência de sua inconclusão que os seres humanos, ao longo de sua trajetória existencial *no e com* o mundo, buscam conhecimento para *saber mais e ser mais*, por isso se educam e são educados/as. Nesse sentido Freire (2006b) nos aponta:

⁸ A utilização da expressão “saber ingênuo” se refere àquele conhecimento resultante da experiência de vida dos seres humanos. Para Freire (2006b) uma educação coerente faz com o que o saber ingênuo dê lugar a um saber produzido pela curiosidade epistemológica.

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade (p.58).

Para esse mesmo autor, o caráter permanente da educação, anteriormente citado, não ocorre:

[...] porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais (FREIRE, 2001, p.12).

Educação e conscientização se implicam mutuamente (FIORI, 1986). Para esse autor: “[...] a verdadeira educação é participação ativa neste fazer em que o homem se faz continuamente” (p.3). Entretanto, a participação ativa de que Fiori nos fala, não é possível sem uma análise crítica da realidade vivida pelo(s) sujeito(s). Por isso mesmo, “[...] a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 2006a, p.30). A conscientização é um processo que assume o sentido de formação intelectual crítica *na e para* a intervenção nas condições de existência dos seres humanos. Isso fica claro para nós, quando Freire (2006a) afirma que: “A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato de ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens” (p.30).

A discussão acerca da conscientização pressupõe dois elementos intimamente relacionados entre si: a intencionalidade e a comunhão (intersubjetividade). A intencionalidade significa “estar atento (dirigido) para”, o que nos coloca que a consciência é *intencionalidade*. Ao fazermos essa afirmação, significa que “[...] toda consciência é ‘consciência de’. Portanto, a consciência não é uma substância (alma), mas uma *atividade* constituída por *atos* (percepção, imaginação, especulação, volição, paixão, etc.), com os quais visa algo” (CHAUÍ, 1980, p.VIII).

Esse pensamento supera o entendimento de consciência como algo vazio a ser preenchido, pois a considera enquanto abertura ao mundo, rompendo com a ideia de passividade e de que essa estaria fechada em si mesma. A intencionalidade da consciência

permite aos indivíduos tomar o mundo como objeto de reflexão. Em outras palavras, existem (e a palavra é significativa) seres humanos na medida em que há mundo para ser intencionado, assim como, existe mundo, na medida em que seres humanos o intencionam.

Por ser abertura ao mundo é que exponho o segundo elemento, a *comunhão* (intersubjetividade). Não há tantos mundos quantos são os seres humanos, mas sim um mundo em comum que é a mediação para a constituição das consciências, pois se assim não fosse, “Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados – seriam mônadas incomunicáveis” (FIORI, 2006, p.15).

A constituição do ser humano somente se dá na sua relação do *sendo-uns-com-os-outros*, ou seja, para nos humanizarmos é necessário (re)conhecer e ser (re)conhecido/a pelo/a outro/a, enquanto outrem, semelhante e livre. Morais (1989) nos explicita que:

Ver o outro como um outro eu e não apenas como indivíduo diferenciado, integrar o que é outro na condição de outrem: eis o momento primeiro e mais conflituado da aproximação humana. Ora, ver o outro como semelhante (como outrem) não é alguma coisa que se reduza a um processo puramente epistemológico, pois que, ao reconhecer no outro um semelhante, o ser humano se vê chamado a responder ao outro bem como a responder por outrem, num sentido de básica solidariedade conseqüente à percepção identificadora. Daí esclarecer-se-nos que a possibilidade do outro se dá principalmente pela ética da responsabilidade (p.25).

Esse seria um princípio ético relevante para Dussel (s/d), pois “[...] *afirmar o Outro e servi-lo é o ato bom; negar o Outro e dominá-lo é o ato mau*” (DUSSEL, s/d, p.231, grifo do autor). Ainda no pensamento dusseliano encontramos o entendimento de que “O ‘mal’ consiste na teimosa obstinação conservadora de impedir o ‘desenvolvimento’ crítico a partir do momento alcançado (e que gera vítimas)” (DUSSEL, 2002, p.416).

A educação em seu caráter processual e permanente, que se dá na interação entre homens e mulheres tendo como pano de fundo o mundo, favorece o entendimento do que venha a ser práticas sociais. De acordo com a construção coletiva de Oliveira et al. (2009), práticas sociais são:

[...] relações que se estabelecem entre pessoas, pessoas e comunidades nas quais se inserem, pessoas e grupos, grupos entre si, grupos e sociedade mais ampla, num contexto histórico de nação e, notadamente em nossos dias, de relações entre nações, com objetivos como: repassar conhecimentos, valores, tradições, posições e posturas diante da vida; suprir necessidades de sobrevivência, de manutenção material e simbólica de pessoas, grupo ou comunidade; buscar o reconhecimento dessas necessidades pela sociedade; controlar, expandir a participação política de pessoas, de grupos, de comunidades em decisões da sociedade mais amplas; propor e/ou executar transformações na estrutura social, nas formas de racionalidade, de pensar e de agir ou articular-se para mantê-las; garantir direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, civis; corrigir distorções e injustiças sociais; buscar

reconhecimento, respeito, valorização das culturas e da participação cidadã de grupos sociais, étnico-raciais marginalizados pela sociedade; pensar, refletir, discutir e executar ações (p.5).

O caminho em busca da compreensão do que venha a ser práticas sociais, assim como os temas que estão sendo discutidos criticamente no decorrer desse estudo, estão diretamente vinculados ao contexto de América Latina, pois nascemos e habitamos esse continente que, ao longo de sua (nossa) história presenciou e ainda presencia processos de dominação e colonização, agora com a roupagem e denominação de globalização (mundialização).

Dussel (s/d, 1994) busca retratar a ação opressora da invasão européia e nos alerta para a necessidade de refletirmos acerca do embate entre as diferentes culturas e tentativa de domínio de uma (a européia) sobre a outra (a indígena).

Esses momentos históricos que caracterizam processos de invasão cultural levam à negação da alteridade, forma agressiva do etnocentrismo. O/A dominador/a etnocêntrico/a, preso em sua visão de mundo, atua exclusivamente negando outras culturas (a dos povos dominados) através de ações e expressões (“primitivas”, “atrasadas”, “rudes” ou “incivilizados) desqualificadoras e discriminatórias, baseadas em seus parâmetros imediatistas que são utilizados para avaliar tudo a partir de si e de seus valores (MORAIS, 1989).

Processos de invasão cultural, que segundo os dizeres de Freire (1992):

[...] sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação (p.41).

A invasão cultural traduz-se em uma agressão permanente, sem precedentes, que deixa os indivíduos e sua cultura submissos aos códigos de conduta do espoliador, que por sua vez, envolvem a estrutura da cultura dominante, sua ética, valores morais, crenças, enfim, sua visão de mundo. Diante desse cenário, observamos uma adesão da cultura invadida à cultura invasora, o que dificulta aos indivíduos inseridos na primeira expressarem sua maneira de compreender o mundo e questionar os pressupostos impostos pelos/as invasores/as.

Entretanto, não devemos pensar o continente latino-americano exclusivamente a partir da inconsequente e desastrosa invasão européia e, mais recentemente estadunidense, desumanizadora e desumanizante. Ianni (1995) nos afirma que compreender a América Latina é atentar para:

[...] a sua evolução, progresso, desenvolvimento, modernização ou ocidentalização, envolvendo o vaivém das crises, golpes, revoluções, contra-revoluções. Simultaneamente, busca-se explicar quando se traça e destracha o seu perfil; como dialoga com a Europa e os Estados Unidos; em que se constituem as suas singularidades; quando se dá a sua produção cultural mais original. Aos poucos, revelam-se os modos pelos quais a América Latina se pensa (p.10-11).

Temos que (re)conhecer a rica diversidade presente nas diferentes nações, com as suas culturas e seus desdobramentos, que compõem esse continente, e que por sua vez, é marca interna de cada um dos países. Aceno assim, para a questão da multiculturalidade, conforme expressa Freire (2006c):

A multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas na liberdade *conquistada*, no direito *assegurado* de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, de ser cada uma ‘para si’ [...] A tensão necessária permanente, entre as culturas na multiculturalidade é [...] a tensão a que se expõem por ser diferentes, nas relações democráticas em que se promovem. É a tensão de que não podem fugir por se acharem construindo, criando, produzindo a cada passo a própria multiculturalidade que jamais estará pronta e acabada. A tensão, neste caso, portanto, é a do inacabamento que se assume como razão de ser da própria procura e de conflitos não antagônicos e não a criada pelo medo, pela prepotência, pelo ‘cansaço existencial’, pela ‘anestesia histórica’ ou pela vingança que explode, pela desesperação ante a injustiça que parece perpetuar-se (p.156).

Por sua vez, Oliveira et al. (2009) nos apresentam posicionamento no que se refere ao multiculturalismo, voltando os olhares ao nosso continente latino-americano:

A América Latina tem uma grande diversidade cultural e étnica na sua composição. Os países que a compõem apresentam singularidades e semelhanças. Cada país tem uma história, relações sociais, tradições, culturas próprias, essa é a sua singularidade, mas também há muitas semelhanças, muitos conflitos e problemas em comum (p.13).

Ao identificarmos a riqueza da diversidade cultural, bem como os conflitos e problemas em comum no contexto dos países latino-americanos, nos deparamos com o entendimento de “unidade na diversidade” proposto por Freire (2006c). Dessa forma, cabe reconhecer que a chamada “unidade na diversidade” pode ser concretizada através das diversas práticas sociais com as quais os diversos sujeitos sociais estão envolvidos. Exemplo disso são as mobilizações realizadas em várias regiões de nosso país que aglutinam trabalhadores/as de empresas transnacionais, reivindicando o cumprimento de legislações trabalhistas, melhores condições de trabalho, redução dos cortes de funcionários/as, e trabalhadores/as rurais sem-terra, que também têm sua pauta de reivindicações específicas,

mas que possuem uma luta em comum aos primeiros: o embate contra o capital espoliador e a construção de um novo projeto societário.

Longe da ingenuidade de acreditar que as práticas sociais somente cumprem a trajetória em busca da transformação das estruturas sociais, políticas, econômicas e/ou culturais, uma vez que também podem estar a serviço da dominação, quero estabelecer nesse momento, considerações que vão ao encontro da necessidade de mudança radical. Nesse sentido, estou me valendo do pensamento sobre a “curvatura da vara” de Lênin, enunciado por Saviani (2002), ao afirmar que se uma vara está torta, ela fica curva para um lado, e para endireitá-la não basta colocá-la na posição correta (centro). É preciso curvá-la para o lado oposto. Diante de tal pensamento e acreditando no processo de transformação societal, defendo que as práticas sociais possuam um caráter transformador, ou seja, que possam propor a elaboração, transformação, crítica, enriquecimento, reformulação e valorização, de maneira coletiva, dos processos de construção do conhecimento em nossa sociedade. Através dos processos educativos desencadeados em seu interior, dentro de relações sociais construídas nas interações dos seres humanos em um contexto de mundo possam reforçar as manifestações de resistência e luta dos/as oprimidos/as.

Tais processos de conhecimento podem e devem ter as suas gêneses nas experiências de vida e de luta dos/as marginalizados/as, e que por isso mesmo, por serem elaborados pelos/as mesmos/as, reforçam o seu poder de transformar radicalmente a sociedade.

Compartilho da compreensão de processos educativos de Oliveira et al. (2009) como inerentes a e decorrentes de práticas sociais, pois são nessas que se promove formação para a vida em sociedade. Ao identificar e valorizar processos educativos em práticas sociais voltamos “um olhar crítico ao estabelecido monopólio pedagógico de sistemas educacionais, que pretendem, muitas vezes, deter o único meio pedagógico capaz de educar” (p.16).

Os estudos de Oliveira et al. (2009) vem mostrando que homens e mulheres que participam das mais diversas práticas sociais:

[...] interconectam o aprendido em uma prática com o que estão aprendendo em outra, ou seja, o aprendido em casa, na rua, na quadra comunitária do bairro, nos bares, no posto de saúde, em todos os espaços por onde cada um transita, serve como ponto de apoio e referência para novas aprendizagens, inclusive aquelas que a escola visa proporcionar. Porém, tais experiências e contextos presentes nos escolares e nos universitários, nem sempre são identificados pela instituição; e, no caso de sê-lo, não são reconhecidos como academicamente qualificados (p.9).

Devemos realmente pensar na valorização das práticas sociais e dos processos educativos desencadeados que se dão em um contexto não-escolar, como uma das formas de manifestação de resistência, por parte dos/as oprimidos/as, ao sistema social opressor e dominador. Digo isso, porque essas aglutinações coletivas de luta não sofrem (nem sempre isso acontece, há que se dizer) influências diretas da ingerência de agências formalizadoras e sancionadoras (estatais ou de outra natureza) que estão comprometidas com a atual ordem vigente. O que não quer dizer que negamos a importância da escola na construção da resistência dos/as oprimidos/as, apenas entendemos que tal tempo/espço é habitualmente mais controlado.

Nas reflexões acerca dos processos educativos devemos pensar alguns pontos que para mim se constituem em questões centrais para seu entendimento. Um deles seria o *por que* (com quais objetivos?) as pessoas se educam; outros dois pontos estariam relacionados a indagações sobre *de que tipo* (humanizadores? desumanizadores?) e *sob quais relações* (de opressão? de libertação?) essa educação se dá; temos também, um *onde* (em quais contextos?) esses processos educativos são desencadeados.

Quando falo em um “*por que*” para o entendimento de processos educativos quero salientar que apesar de ser a educação (e os processos educativos) um fenômeno experienciado essencialmente pelos seres humanos, conforme esclarecido anteriormente, os sujeitos possuem uma consciência e, é por meio dessa que tomam suas decisões. Escolhas essas que ocorrem diante de uma multiplicidade de possibilidades que se apresentam em seu existir, sempre baseado naquilo que ele/a deseja ter e naquilo que anseia ser, ou seja, sempre com uma intencionalidade. Se desejo me tornar um professor de Educação Física realizarei os encaminhamentos de minha formação para que esse projeto se concretize. Posso educar ou ser educado/a a fim de me tornar um ditador/a, por exemplo.

Ao tratar de um “*onde*”, chamo a atenção para o contexto histórico, político, social e cultural, sejam eles relativos ao ambiente escolar (refeitório, secretaria, salas de aula, quadras esportivas, pátios, dentre outros), assim como os não-escolares (ruas, casas, postos de saúde, parques, assentamentos rurais etc.), no qual os processos educativos são desencadeados, a partir das diversas práticas sociais, nas quais homens, mulheres, crianças, jovens e idosos/as participam. Cabe ressaltar que esses diversos contextos apresentam alguns códigos elaborados pelos próprios sujeitos que habitam e, portanto, dão existência ao espaço, sendo responsáveis pelas práticas sociais que ali se desencadeiam, havendo então nesses espaços diferentes maneiras de ser, conviver (*estar-com-o-outro-ao-mundo*), ensinar e aprender.

Ao me referir à indagação “*de que tipo?*” inicio por uma discussão que nos leva aos polos da humanização e desumanização. Os primeiros se referindo a processos educativos positivos que contribuirão para uma formação vocacionalmente humana (humanização) dos/as envolvidos/as, ou seja, para processos que Weil (1996) chamou de enraizamento. Ao trabalharmos com jogos e brincadeiras africanos em aulas de Educação Física, os ensinamentos e aprendizagens presentes no desenrolar das ações, possivelmente estarão contribuindo para a construção de uma identidade cultural negra positiva de crianças no contexto escolar, assim como para o (re)conhecimento da cultura africana e afrobrasileira por crianças negras e não negras. No que concerne ao extremo da desumanização, temos as práticas negativas, negadoras da vocação de homens e mulheres, aquelas que nos levam a desumanização, ao “desenraizamento” (WEIL, 1996; BOSI, 2004). A invasão e o conseqüente processo de domínio colonial iniciado pelos europeus no final do século XV, relatada por Dussel (1994), é um exemplo que retrata a imposição/dominação cultural advinda do contato com “o outro” (índios/as, escravos/as africanos/as, mestiços/as, crioulos/as, camponeses/as, operários/as e marginais) e que resultou em um antagonismo entre opressor-oprimido, ser e não-ser.

Quando nos atentamos para o elemento “*sob quais relações*” passamos a empreender uma discussão acerca da opressão ou libertação. Os processos educativos desencadeados em relações de opressão caracterizam-se pela ausência de uma relação dialógica⁹, e se destacam pela imposição, domesticação, exploração, paternalismo, falsa generosidade, falta de criatividade, desesperança, manutenção da ordem, dentre outras negatividades. Porém, quando voltamos o nosso olhar para as relações de libertação presentes nos processos educativos, estamos tratando de situações que favorecem o processo de constituição humana em seu sentido mais profundo e original. Falamos de relações que consideram o diálogo, a criatividade, a criticidade, a colaboração, a amorosidade, a esperança, o respeito por si e pelo outro, a perspectiva de transformação, enfim, temos a proeminência de positivities.

Durante o período de invasão européia, os/as latino-americanos/as nunca foram vistos/as como seres humanos que possuíam valores e cultura próprios, mas como mão-de-obra barata e passível de ser arremetida para a consecução de objetivos políticos, econômicos e culturais de dominação. As relações educativas que justificavam tais finalidades

⁹ A relação dialógica não elimina o ato de aprender, pelo contrário, “[...] ela funda este ato, que se completa e se sela no outro, o de aprender, e ambos só se tornam verdadeiramente possíveis quando o pensamento crítico, inquieto, do educador ou da educadora não freia a capacidade de critica-mente também pensar ou começar a pensar do educando” (FREIRE, 2006c, p.118).

eram baseadas em processos de opressão, e se utilizavam de muitos elementos caracterizadores apontados anteriormente. Já a experiência de alfabetização de adultos/as na cidade de Angicos¹⁰, Rio Grande do Norte, no ano de 1963, é um exemplo de relações pautadas em princípios de libertação que se davam nas interações entre a equipe de educadores/as e os/as educandos/as analfabetos/as.

Com o detalhamento desses quatro pontos que para mim são imprescindíveis na discussão acerca de processos educativos, não quero de forma alguma entendê-los de forma fragmentada, isolada. Pelo contrário, considero as múltiplas relações existentes entre eles, e a separação desses aspectos se faz com a finalidade de analisarmos criticamente determinadas práticas sociais e os processos educativos que as permeiam, ou até mesmo, para possíveis fins didáticos.

A trajetória construída durante essa argumentação nos leva a refletir acerca da “situacionalidade” dos seres humanos, e assim, almejar uma práxis transformadora da realidade espoliadora na qual muitos/as se encontram inseridos/as, a partir da apreensão dessa mesma condição. Conforme Freire (2006d):

Sendo os homens seres em ‘situação’, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria *situacionalidade*, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, algo mais que estar em *situacionalidade*, que é a sua posição fundamental. Os homens *são* porque *estão* em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre a sua forma de *estar*, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão (p.118, grifos do autor).

Mulheres e homens se constroem sob determinadas condições, mas também são construtores/as das mesmas, e dessa forma transformando-se, estes/as se humanizam, fazendo-se e refazendo-se em um processo que em sua profunda essência é existência terminantemente inacabada. Nesse sentido, Freire (2006d) nos afirma que:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (p.41).

¹⁰ Após experimentos iniciais no Movimento de Cultura Popular (MCP), Paulo Freire sistematizou a alfabetização de adultos/as no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife e, em 1963, realizou a experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte. O sucesso dessa experiência, alfabetizando 300 pessoas em 40 horas, e a vitalidade dos movimentos sociais no período, especialmente estudantil, provocou a escalada do sistema em todo o país. Em fins de 1963 foi elaborado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), visando alfabetizar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos. O PNA teve início no Estado do Rio de Janeiro, mas foi interrompido logo após o golpe militar de 1964.

Daí a possibilidade e a necessidade de transformação da realidade opressora vivida cotidianamente por nós latino-americanos/as e demais povos oprimidos inseridos nos mais diversos contextos (favelas, assentamentos rurais, linhas de produção etc.), uma vez que não somos determinados/as, e sim, condicionados/as. A esse respeito, Freire (2006b) argumenta que “[...] sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele. Esta é a diferença profunda entre ser condicionado e o ser determinado” (p.53).

Homens, mulheres, crianças, jovens e idosos/as, sem-terra ou não, usurpados/as das possibilidades de *ser mais*, colocam em jogo, a vocação dos seres humanos, ou seja, a sua própria valorização (entenda-se humanização¹¹). Penso que esse processo de (re)conhecimento de seu valor não é possibilitado através da doação daqueles/as que se dizem detentores/as do poder, do direito de dizer a palavra, da humanização, aos/as que por eles/as são subjugados/as. Essa necessidade de busca pelo (re)conhecimento da humanidade negada deve ser uma conquista própria dos seres humanos em situação de marginalidade sócio-histórica.

Passo agora a estabelecer reflexões acerca da prática social estudada.

¹¹ Processos de humanização e desumanização são possibilidades dos/as homens e mulheres diante de sua inconclusão em contexto de mundo. Porém, “[...] se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE, 2006d, p.32).

SOBRE A PRÁTICA SOCIAL LAZER

[...]
 Minha tática é
 olhar-te
 aprender como tu és
 querer-te como tu és
 minha tática é
 falar-te
 e escutar-te
 construir com palavras
 uma ponte indestrutível
 [...]
 Minha tática é
 ser franco
 e saber que tu és franca
 e que não nos vendemos
 simulados
 para que entre os dois
 Não haja cortinas
 Nem abismos
 [...]

(“Tática e estratégia” – Mário Benedetti)

Preparando o terreno

Iniciado mais um século, o mundo está envolto por uma série de transformações que vêm ocorrendo desde meados da década de 1970, com a reestruturação produtiva baseada no toyotismo, e que se intensificam a partir dos anos de 1980 do século passado, estruturando um novo contexto social, econômico, político e cultural. Pequenas mudanças, em doses homeopáticas, já eram implementadas e ganhavam impulso na exata medida em que as resistências “desapareceram do mapa”. A implantação da *glasnost* e da *perestroika* no governo Gorbachev (1985) na União Soviética, a queda do Muro de Berlim (1989) na Alemanha, e não só o muro caiu como também houve mudanças em todas as sociedades do antigo bloco soviético, apresentaram-se (e ainda se apresentam) como grandes eventos da história. Passamos a viver uma “nova ordem mundial”, ou se preferirem uma “nova desordem mundial”!

A chegada dos anos 1990 sem trazer em sua bagagem o “perigo comunista” ou apenas resquícios deste, sinaliza para que o capital tenha novas perspectivas de expansão, assim como espolie, ainda mais, a classe trabalhadora. Estavam criadas as condições objetivas e subjetivas para seu revigoramento, afastando a possibilidade da queda das taxas de lucro em função do acúmulo de capitais, situação que persistia há pouco mais de duas décadas.

Uma verdadeira revolução tecnológica acontece onde a robótica, a microeletrônica e a biotecnologia provocam mudanças estruturais nas formas de organização do trabalho, expulsando milhares de trabalhadores/as dos sistemas produtivos, e precarizando inúmeros/as outros/as tantos/as. Como se já não bastasse todo este contexto engendrado, há um avanço desse mesmo capital perverso, apoiado pelo Estado, sobre as conquistas trabalhistas de outros tempos, materializadas no que conhecemos por “Estado de Bem-Estar Social”, que cede lugar ao chamado “Estado Mínimo” do reino neoliberal¹².

O neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Desta forma, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva expressam a reforma do Estado, sobretudo no que diz respeito a sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da questão social. O mercado torna-se a instância por excelência, de regulação e legitimação social. O “igualitarismo” promovido pelo Estado intervencionista de outrora deve ser, na perspectiva neoliberal, combatido. No seu lugar, a desigualdade e a concorrência são concebidas como motores do estímulo e desenvolvimento social (MONTAÑO, 2002).

Nesse contexto, o próprio Estado passa por uma reestruturação neoliberal, para se adaptar às exigências geradas pelo próprio sistema, exigências essas, vale destacar, que caminham no sentido, não da garantia do bem estar social, mas, ao contrário, da reprodução do lucro, comprometido pela dinâmica da crise em foco. Assim, para dizermos o mínimo, nos tempos em que vivemos, os direitos vão sendo, então, cada vez mais sufocados, pois os processos de exploração do capital sobre o trabalho e sobre o todo social, em geral, se agravam e se aprofundam com vistas à maior acumulação.

Em meio à privatização ampliada do setor público, os direitos sociais também são esfacelados. Desta forma, percebemos que a distancia entre o mundo pobre e o mundo rico aumenta cada vez mais (ainda que se diga o contrário!), e o que se verifica é um crescimento violento nos índices de miséria! Especialmente a partir dos anos de 1980 do século passado esta crise vai incidir, de maneira mais intensa, principalmente sobre as classes populares da imensa maioria da população dos países periféricos (América Latina, África e

¹² O neoliberalismo surge logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nos principais países capitalistas do mundo, como reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento pautado na intervenção do Estado como principal força estruturadora de capital e desenvolvimento social. Os defensores do neoliberalismo atacavam qualquer limitação dos mecanismos de mercado pelo Estado, advogando que o mesmo se constituía em restrição e ameaça à liberdade econômica e política (ANDERSON, 2003).

Ásia), e também dos países centrais, na forma de arrocho salarial, desemprego massivo, precarização das condições de trabalho e de existência.

Incorpora-se ao vocabulário cotidiano de diversos segmentos sociais, um novo termo que acaba por materializar todo esse processo: *globalização*. Neste quadro, as mudanças na economia produzem consequências que se inscrevem também na conjuntura social, política e cultural provocando modificações igualmente relevantes e necessárias para esta atual (des)ordem mundial.

Até os anos de 1980, a globalização propriamente dita não surgia ainda como uma realidade sócio-histórica que se impunha, tal como ocorre nos nossos dias. É a partir desta década que a globalização, como mundialização do capital, vai assumir um novo sentido sócio-histórico. A ofensiva do capital na produção adquire um caráter sistêmico e o avanço das políticas neoliberais nos principais países capitalistas indica um novo padrão da acumulação capitalista mundial (ALVES, 2001).

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade em escala global, que no fundo é a expressão da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea, e que tem como consequências, segundo nos aponta Antunes (1998): destruição da força humana que trabalha; esfacelamento dos direitos sociais; brutalização de enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; instauração de uma relação do tipo predatória entre produção de bens materiais e natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Vivemos então, em uma época de mundialização do capital, na qual reina o capital financeiro, e o projeto societário é ditado pelos ideais neoliberais que impingem uma lógica perversa e contraditória ao campo e à cidade¹³.

No que tange ao contexto rural, a doutrina neoliberal em suas diversas facetas se objetiva através da ampliação tecnológica provocada pela reestruturação produtiva capitalista, pelas (quase) escassas políticas públicas destinadas a este segmento social, pela precarização das relações de trabalho ou desemprego em massa, pelo mercado afoito por produções em grande escala voltadas principalmente para a exportação.

¹³ Longe de querer estabelecer dicotomias relativas a discussão de campo e cidade, procuro neste momento, assim como em algumas partes do texto, apresentar algumas características da inserção capitalista no meio rural por se tratar do *locus* privilegiado desta pesquisa. Entendo que o capital permeia ambos os contextos com uma lógica que em sua essência é a mesma (ampliação das taxas de lucro), mas que se manifesta, em muitos momentos, de maneira peculiar em um e outro meio.

Dessa forma, o que podemos observar nos dias de hoje é uma realidade paradoxal, que congrega num mesmo tempo e espaço o avanço das forças produtivas, e formas de degradação da classe trabalhadora colocadas por Taffarel et al. (2006) que incluem:

[...] destruição das terras agricultáveis, com o uso inadequado de máquinas agrícolas, insumos e agrotóxicos, poluindo água, solo, ar, plantas e animais; crédito rural para custeio, investimento e comercialização, especialmente para as grandes propriedades; utilização irracional e predatória dos recursos naturais; expansão da lavoura de produtos designados à exportação e sobre a base da monocultura em grandes propriedades; produção para o mercado interno feito por médios e pequenos produtores cada vez mais integrada à agroindústria; produção de sementes melhoradas e desenvolvimento das genéticas animal e vegetal controladas por grandes empresas, em parte multinacionais; diminuição do número de propriedades com mão-de-obra familiar nas comunidades rurais e diminuição do número de famílias no meio rural, aumentando a pressão nos grandes centros urbanos despreparados para receber contingentes humanos advindos do êxodo rural; alta incidência de envenenamento, mortes, suicídios e casos de câncer no meio rural provocada pelo uso de agrotóxicos; desvalorização da cultura e dos saberes do campo (TAFFAREL et al., 2006, p.157).

O paradigma econômico usado como alavanca para o desenvolvimento do país proporcionou uma acelerada concentração de capital, um incremento da competição e uma renovação tecnológica, porém não são (e foram) os/as trabalhadores/as os/as beneficiários/as dessa tecnologia. Esta configuração econômica, ao mesmo tempo em que é eficiente na geração de riqueza, também o é na geração de pobreza. Nesse sentido, o atual patamar do agronegócio em nosso país representa o avanço, consolidação e reprodução do capitalismo no campo. Não que o campo, até então, não estivesse ligado ao capitalismo, pois refuto argumentações que se pautam nessa falsa ideia de que a agricultura seria um setor desprivilegiado do modo capitalista de produção. Muito pelo contrário, o setor agrícola se consolida como um ramo da indústria capitalista.

O capitalismo impôs um processo de regressão histórica no que tangem direitos e conquistas alcançados através de reformas e revoluções durante o século XX, numa ofensiva material e ideológica sem precedentes contra trabalhadores/as, movimentos sociais populares, sindicalismo, partidos de orientação anticapitalistas de todo o mundo que se encontravam e ainda se encontram em processo permanente de luta.

É neste contexto de avanços e retrocessos políticos, sociais, econômicos e culturais promovidos pela dinâmica do capital em nossa sociedade, que passo agora, a delinear apontamentos sobre o lazer no seio das metamorfoses até então descritas.

O terreno do lazer

Frente à intensificação do mercado concorrencial capitalista, com a desregulamentação econômica em nível internacional, as empresas voltam seus investimentos para regiões e setores de maior liquidez e em busca de maiores taxas de lucro. Nesta direção, seguindo a lógica da acumulação flexível, bens e serviços culturais revelam-se como mercadorias de superfluidade, assegurando assim, uma rápida valorização do capital.

Não é por acaso, portanto, que aumenta a oferta e o consumo de bens culturais ligados ao campo do lazer. No interior de sua dinâmica, o sistema capitalista busca ampliar cada vez mais as suas áreas de atuação, uma espécie de Midas¹⁴ contemporâneo, para satisfazer as suas necessidades expansionistas, e encontra no lazer, um dos terrenos férteis para a sua reprodutibilidade. Ao lançar mão da figura mitológica de Midas como expressão do complexo movimento expansionista do capital nos diversos segmentos do mercado, me pauto nas argumentações de Mészáros (2002):

[...] Os imperativos da lucratividade em escala inexoravelmente crescente – como exemplificado na última citação – trazem consigo a desconcertante consequência de que, não importa quão ‘calculistas’ e ‘racionais’ ou ‘economicamente conscientes’ os empreendimentos particulares possam (de fato, *devam*) ser, no interesse de sua própria sobrevivência no mercado, o sistema como um *todo* é absolutamente perdulário, e tem de continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes (p.662, grifos do autor).

A inegável presença do capitalismo no campo do lazer, assim como em outras esferas da vida do ser humano, é retratada de maneira sumária por De Pellegrin (2006). O panorama apresentado pela autora nos é interessante, e ao mesmo tempo ilustrativo, em relação a situação do lazer nos tempos atuais:

Considerando que vivemos em uma sociedade capitalista, parece óbvio que o lazer seja visto como um campo vasto de investimento e exploração de negócios altamente lucrativos, uma vez que é possível trabalhar a partir dessa demanda de ‘felicidade’ pelo consumo. O *mass media* nunca foram tão poderosos, a informação nunca chegou tão rápida a tantos lugares simultaneamente, as fronteiras entre o local e o universal tornaram-se muito mais fluidas no que diz respeito principalmente aos interesses econômicos e aos mercados (p.108).

¹⁴ Ao evocar o nome desta personagem da mitologia grega, que após pedido seu, objetos e pessoas por ela tocado se transformavam em ouro, faço alusão ao poder do capital de abarcar cada vez mais segmentos diversificados e transformar bens e serviços de lazer, dentre outros, em mercadoria.

Identificamos dessa forma um processo que aponta para a subordinação do lazer à forma mercadoria, processo que se articula a mercantilização de todas as coisas, invadindo a cotidianidade e todas as esferas de sociabilidade, consolidando-se, como padrão dominante das experiências de lazer (MASCARENHAS, 2005).

Passamos assim a afastar representações que identificam o lazer enquanto uma prática social neutra, “livre” de restrições econômicas, políticas, morais, culturais, desinteressada, uma vez que

[...] a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso, ou o chamado ‘tempo livre’. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista e são elas que consomem todo o tempo (CHAUÍ, 1999, p.48).

Contrariamente a esta posição que compreende o lazer isento de contradições, em sua dimensão estritamente subjetiva (em seu viés psicologista), como ideal de felicidade, de recuperação da vitalidade e dignidade que perdemos no trabalho, advogo pela leitura do mesmo em sua dinâmica prático-material. Caso não percebamos,

[...] conscientemente o caráter prático-material do lazer, enxergando-o apenas como algo *desinteressado*, isto não significa que sua leitura corresponda à verdade. Para além da esfera subjetiva, olhando para sua dimensão objetiva, o lazer revela-se como um fenômeno por demais *interessado*, altamente servil às demandas emanadas a partir do sistema de metabolismo social estruturado pelo capital (MASCARENHAS, 2006, p.97, grifos do autor).

Ao se revestir da forma capitalista, o lazer passa a ser portador da função de exploração econômica e controle social dos indivíduos. Vieitez (2002) vai nos dizer que:

Sob o regime atual, com a generalização do capital por todos os setores da vida social, as atividades de lazer tornaram-se objeto de exploração econômica do capital, em decorrência do que, a ampliação e não a restrição dessa atividade, tornou-se a ideologia de importantes setores das classes dominantes. Concomitantemente, os mecanismos de *controle* do lazer mudaram de forma. Erigido em atividade econômica do capital e elevado à dimensão de atividade de massas, o lazer tornou-se objeto de controle *mediato* do capital. Mais que isso, combinando-se com a indústria cultural, tornou-se meio generalizado de *controle* social [...] (p.144, grifos do autor).

A rentabilidade e controle proporcionados pelo “toque (de ouro) de Midas” do capital neste segmento do mercado são bastante expressivos. Entretanto, como existem limites

para a acumulação, não é de se estranhar que o mercado se volte para o oferecimento de bens e serviços bastante efêmeros em termos de consumo.

Sendo assim, cultura e consumo se entrelaçam, e a veiculação da concepção mercadológica de lazer é de fundamental relevância para a manutenção do sistema. Na esteira desse pensamento, encontramos a argumentação de Padilha (2002):

A industrialização crescente e as suas características mais importantes na produção de mercadorias estão também presentes na produção cultural [...] Assim como o homem é reificado e alienado na sociedade capitalista, a cultura também o é através dos meios de comunicação de massa. A cultura produzida pela indústria cultural é padronizada, baseia-se num gosto médio de um público que não tem tempo nem interesse em questionar o que consome (p.119).

A reprodução da ordem capitalista no campo do lazer não abarca somente o ciclo de produção e consumo. A manipulação ideológica dos indivíduos é indispensável a fim de que o sistema de metabolismo social estruturado pelo capital não feneça. Com isso, Chauí (1999) expressa que a burguesia:

[...] soube perfeitamente como transformar em ganho para si o que lhe aparecera inicialmente como uma perda, inventando o consumo de massa de produtos de baixa qualidade e descartáveis, inventando necessidades fictícias de consumo por meio da indústria da moda, controlando o tempo livre dos trabalhadores com a indústria cultural, a do esporte e a do turismo (p.48-49).

Nesta mesma linha de pensamento, encontramos eco na argumentação de Valle (1988), pois a autora acredita que “[...] Em suas raízes históricas e, marcadamente, em sua formulação contemporânea, [...] o lazer foi sempre profundamente caracterizado por uma busca direta de manipulação ideológica” (p.44).

Com o movimento de expansão do capital em diversos segmentos, fazendo com que realmente seja eficaz o “toque de Midas”, “A acumulação tautológica do capital produziu incessantemente uma variada gama de novos objetos. E produz também, crescentemente, novas necessidades sociais, o que se reflete no incremento de novos consumos e novas formas de lazer” (VIEITEZ, 2002, p.127).

Diante da manipulação ideológica e da produção de novas formas de lazer, que por sua vez, produzem novas necessidades sociais e o desejo pelo consumo, a informação passa a ser elemento central para o ciclo (re)produtivo na esfera do lazer. A informação cumpre um papel de destaque na manutenção do sistema.

Mas é apenas no capitalismo monopolista e especialmente com o surgimento da chamada Indústria Cultural que a informação adquire a relevância inusitada que acabou por adquirir na manutenção do sistema, tanto do ponto de vista da sua reprodução ideológica quanto do da própria acumulação do capital (BOLAÑO, 2000, p.71).

Observamos pelo exposto até aqui, que o lazer encontra-se significativamente “[...] vinculado ao controle social, na perspectiva da produção e reprodução física e moral da força de trabalho, e ao consumo, inserindo-se no mercado de bens e serviços da chamada Indústria Cultural” (CUSTÓDIO et al., 2009, p.6).

Deveras, é de se reconhecer que a indústria cultural¹⁵ se torna uma das expressões mais significativas de nosso tempo no cotidiano de trabalhadores/as do campo e/ou da cidade, capaz de disseminar a ideologia dominante. Podemos apreender um pouco deste quadro através dos dizeres de Marcassa (2003):

[...] no lazer são consumidos produtos culturais intimamente articulados aos interesses do capital e das classes dominantes em disseminar saberes, valores, significados e formas de relacionamento e reproduzir determinada ordem social e seus modos de ser, viver e compreender a vida correspondentes. Esta é manifestação do lazer enquanto indústria cultural, uma expressão cultural da dominação sócio-econômica (p.5).

Ao estabelecermos uma articulação entre indústria cultural e lazer, devemos ter em nosso horizonte o alerta de Vaz (2006) que argumenta ser a primeira um fenômeno privilegiado do nosso tempo, e o segundo uma das faces da primeira. O autor ainda acrescenta que, “Isso só pode ser afirmado porque não se trata de pensar o lazer como ‘apropriado’ pela indústria cultural, mas como sua face privilegiada. A indústria cultural não subtrai ou deforma o lazer, mas o constitui em relação ao trabalho como *outra face* da moeda da dominação social” (p.14, grifos do autor).

Em análise realizada por Marcassa (2003), a autora argumenta ser historicamente possível,

[...] dizer que o lazer tem servido como mais um canal de reforço da direção cultural e ideológica das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade, isto é, o lazer tem colaborado para a hegemonia do projeto capitalista de dominação. Se a indústria cultural é o que predomina em nossa sociedade, então não é de se estranhar que o lazer também compareça como explicitação dessa mesma hegemonia (p.6).

¹⁵ Expressão cunhada por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, em 1947, no livro “Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos”.

Estas expressões mercantis da cultura chegam ao espaço rural devastando manifestações tradicionais e de enraizamento dos/as trabalhadores/as, desvinculando-as de seus sentidos historicamente construídos. O fortalecimento do agronegócio por meio da expansão do monocultivo mina a riqueza da cultura popular. Dessa forma, muito além da devastação ambiental provocada por esta matriz produtiva, temos também um impacto cultural para os/as trabalhadores/as rurais.

Homens e mulheres do campo manifestam-se culturalmente de acordo com a maneira de produzirem suas condições de existência, se nessa estrutura temos uma mudança brutal, como ocorre com as transformações produzidas pelo agronegócio, as manifestações culturais expressas por estes/as vão sendo substituídas e esquecidas.

Nessas condições, é recorrente que as manifestações da cultura dos/as trabalhadores/as rurais, aquelas que possuem relações umbilicais com o cotidiano destes/as homens e mulheres espoliados/as, sejam deixadas de lado, devendo, não de maneira muito distante, adaptarem-se as manifestações culturais de gosto duvidoso, a fim de atender aos escopos do lucro da indústria cultural.

Acredito que exista uma aliança perfeita entre o agronegócio e a indústria cultural, que não poderia abrir mão do campo enquanto um espaço lucrativo e de veiculação da ideologia dominante. Há uma necessidade de desenraizamento cultural dos/as homens e mulheres do campo a fim de que eles/as possam ser moldados de acordo os valores e condutas ditados pelas classes dirigentes. Com isto temos o enfraquecimento dos laços entre trabalhadores/as rurais e a terra, e a expansão do agronegócio em suas diversas formas de manifestação política, cultural, social e econômica.

Ao avançar sobre a terra, principal meio de produção dos trabalhadores/as rurais, modifica-se não só o modo como este bem natural é utilizado, como também a forma de organização da dinâmica de vida de homens e mulheres do campo. Uma vez instaurada este nova configuração vital, temos a transformação da maneira como se manifestam culturalmente, e conseqüente enfraquecimento de sua resistência.

Constata-se dessa forma, como diria Taffarel (2005), que o lazer está “[...] subsumido à maneira do capital de produzir mercadorias para usá-las e trocá-las em relações capitalísticas” (p.92).

O desvelamento do fenômeno lazer em sua vertente mercadológica e por demais interessada, como vimos, nos leva a pensar os objetivos precípuos desse real interesse. Esse caráter subordinado do lazer aos interesses do capital tem assumido, historicamente, uma diversidade de formas e conteúdos, e busca tão somente reproduzir a atual estrutura social.

Diante disto, Mascarenhas (2006) afirma que: “[...] Dentro de uma racionalidade e funcionalidade que se renova, o lazer é hegemonicamente subserviente e útil às exigências e necessidades do capital” (p.96).

Porém, há a possibilidade de outro entendimento acerca do lazer. Os caminhos para tal podem ser encontrados se pensarmos que não existe uma forma de controle que seja totalmente eficaz, a fim de afetar todos/as durante todo o tempo. Padilha (2003) pondera que:

Acreditar nisso seria assumir uma vitória incondicional do capitalismo. Acredito que toda forma de opressão e controle gera reação, criatividade e resistência. Toda tensão gera transformação. Somos todos seres receptivos de informações e ordens, mas também somos questionadores e revolucionários por natureza e por necessidade de sobrevivência (p.259).

É diante desta argumentação que passo a discutir o lazer numa vertente transformadora, de crítica e resistência as formas de extensão do capitalismo, articulada potencialmente à educação, ante as formas opressivas estruturadas pelo capital.

Cultivando outro lazer

A práxis humana por condições mais dignas de (sobre)vivência e de construção de uma contra-hegemonia passa pela necessidade de compreendermos o lazer, com suas peculiaridades, inserido em uma amplitude permeada por relações diretas de enriquecimento mútuo, contradições e/ou oposições a outros fenômenos sociais, que não permitem conceber o lazer como panacéia. Porém, é claramente possível que o pensemos a partir de uma perspectiva de construção da autonomia e liberdade dos/as trabalhadores/as rurais do MST.

Para que isto ocorra se faz necessário compreender o lazer em sua totalidade e reconhecê-lo enquanto um fenômeno contraditório. Compartilho com as palavras de Valle (1998) quando diz:

É esse duplo aspecto revelado pelo lazer, atividade instrumentalizada e instrumentalizável pelo trabalho, alienação e empobrecimento e, por outro lado, necessidade radical capaz de conduzir a um dado momento, a classe trabalhadora a transcender os limites socialmente impostos à sua liberdade, é essa complexa ambivalência que o torna imprescindível para a análise da sociedade atual. Ao mesmo tempo, é somente na medida em que essa dinâmica contraditória em foco que os estudos do lazer ganham a consistência teórica necessária, ultrapassando a mera ingenuidade ou oportunismo intelectual (p.48).

O indicativo da essência contraditória do lazer nos leva a pensar como Marcassa (2003) que o mesmo se traduz em um,

[...] campo de disputa hegemônica, como uma instituição na qual valores e interesses diversos buscam se afirmar e perpetuar. Justamente por isso é que na vida cotidiana existem possibilidades de resistência e insubordinação que permitem aos dominados recriarem suas próprias experiências culturais e, por assim dizer, de lazer, conferindo novos significados e produzindo novos conhecimentos sobre suas próprias ações e situações, afirmando-se e perpetuando-se (p.7).

É no interior desta vertente que encontramos a possibilidade de cultivar um lazer distinto de suas tendências predominantes de satisfação imediata, utilidade prática e lucro. O lazer enquanto uma manifestação essencialmente humana pode contribuir para “[...] a formação da consciência e para o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas. Mas isto só tem sentido se concebermos o lazer como um momento intrínseco à vida cotidiana no mundo moderno” (MARCASSA, 2003, p.6).

A vida cotidiana dos integrantes do MST:

[...] não se limita apenas na conquista de um pedaço de terra para plantar e morar. Além de termos que criar condições para o camponês trabalhar a terra, produzir e comercializar, faz-se necessário também criar espaços para que o homem e mulher do campo tenham acesso à saúde, educação, cultura e lazer, resgatando a sua cidadania, desenvolvendo suas habilidades culturais e artísticas, vivendo com dignidade no meio rural (MST, 1999, p.2).

Não obstante, o assentamento “[...] passa a ser uma alternativa de vida a partir do momento que as pessoas ocupam todos os espaços existentes da luta pela terra, do resgate da cultura, a busca do lazer e ao exercício da solidariedade em comunidade” (MST, 1999, p.6).

Percebemos nessa maneira de compreender o lazer a possibilidade de atuarmos enquanto protagonistas da história. Isso só é possível se partirmos do entendimento de que também somos construtores/as da realidade terminantemente inacabada, uma vez que:

[...] a realidade pode ser mudada de forma revolucionária só porque e na medida em que nós a produzimos, uma vez que saibamos que ela é produzida por nós (...) É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura que permitirá a práxis revolucionária (TAFFAREL, 2006, p.102).

Destaco que a vontade política por si só não garante a concretização de um projeto revolucionário na derrubada de muitas cercas impostas pelo sistema capitalista. Mas

este mesmo anseio é capaz, sim, de fundar as bases para articulações entre as diversas classes marginalizadas social e historicamente, em nível rural e urbano, nacional e internacional, ainda que estes grupos oprimidos enfrentem sérias restrições materiais.

Com isso ganha força a ideia de Mascarenhas (2000), que acredita no lazer:

Como força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, condutas e valores para o convívio entre os homens [...] que, independente da forma conceitual que possa assumir, o lazer deve comportar sempre determinados conteúdos e características que o tornem expressão verdadeira da realidade em que esteja inserido (p.1).

A partir da análise dos determinantes sociais e econômicos sobre o lazer começamos a vislumbrar uma possibilidade de intervenção junto ao MST, no movimento contraditório de sua existência, como um tempo e espaço de confronto aos ditames do capital e de emancipação de trabalhadores/as desse movimento social. Para Silva (1999):

Os movimentos sociais são portanto lumes de indicadores de mudança social, revelando simultaneamente, o estado de mal-estar social e alienação protagonizados pela sociedade capitalista, mas também como potencial de luta, resistência e inconformismo diante das questões ligadas ao desejo de efetiva cidadania e dignidade da condição humana [...] (p.156).

Enquanto tempo e espaço educativo, a prática social lazer precisa ressaltar e desenvolver potencialidades humanas desde que estas ações busquem uma leitura crítica da realidade que cercam os/as integrantes do MST, compreendendo de maneira mais aprofundada os determinantes desta condição opressiva de restrições materiais e simbólicas, proporcionando a capacidade de fazer valer os interesses e necessidades destes/as homens e mulheres.

É diante deste aspecto de leitura crítica da realidade que Mascarenhas (2004a) aponta o pressuposto, e que para o âmbito deste estudo é por demais relevante, de que “[...] a primeira realidade a tomar consciência é a luta de classes. A consciência crítica não significa, por si só, consciência de classe. Sem isso no horizonte, qualquer alternativa educativa mostra-se insuficiente para a implementação de genuínas e radicais transformações (p.25).

A compreensão da realidade social e da luta de classes que se trava em seu âmago, implica no entendimento de suas relações históricas, políticas, sociais, culturais e ideológicas que formam a base de sustentação das instituições, regras de funcionamento, ideias, valores, prescritos pelos grupos hegemônicos e que encontra resistência dos grupos

marginalizados. É a partir destes aspectos que se constrói a sociedade, e que encontramos a possibilidade de compreensão da sua dinâmica que permite a transformação.

Este conhecimento da realidade é nos dizeres de D'Agostini et al. (2006), “[...] um pressuposto fundamental para transformá-la, já que não se pode transformar aquilo que não se conhece. A partir do conhecimento coletivo da realidade local e das propostas de políticas culturais envolvidas, agimos em conjunto para enfrentar os problemas do desenvolvimento do esporte e lazer no campo” (p.15).

As intervenções de lazer-educação em grupos sociais, como posição política e político-pedagógica de compromisso com os grupos ou movimentos sociais mediante sua resistência e luta cotidiana por sobrevivência, para a melhoria do seu nível cultural e social, a partir da ideia de coesão e esforço conjunto, não devem ignorar o antagonismo de interesses no modo de produção capitalista (MASCARENHAS, 2004a).

Como apontado anteriormente, um dos interesses que se verifica no modo de produção capitalista se refere à mercadorização de elementos da cultura através da atuação da indústria cultural. A contaminação que se efetiva pela circulação de símbolos em contextos diversos da cultura, principalmente o que são gerados por interesses alheios a determinados grupos, que por sua vez, os incorpora levados pelo consumismo desenfreado do mercado moldado pelo capitalismo, deve ser motivo para uma reflexão crítica.

Numa análise aprofundada, Bosi (1987) chama de *reificada* a cultura entendida como mercadoria, como um conjunto de coisas que as pessoas podem ou não ter, e que por isto, lhe conferem (ou não) prestígio, distinção entre as demais.

Percebemos a tensão inerente ao campo da cultura, e portanto, no do lazer, expressão dos interesses de opressores/as e oprimidos/as. Por um lado, temos o agronegócio, com o seu *show business*, relacionado ao gênero *country*, em referência aos grandes rodeios estadunidenses e ao modo de vida do *cowboy*. Do outro, o modo de vida da agricultura familiar e agroecológica, trazidas pelas cordas da viola. Mais do que embate entre dimensões culturais, são projetos sociais, visões de mundo e de ser humano que estão em permanente confronto. Não alheio a este processo, o lazer deve se pautar na defesa do universo da cultura popular, (re)construída pelos/as trabalhadores/as rurais.

Trata-se, assim como Chauí (1986), de promover o entendimento da cultura popular como,

[...] expressão dos dominados, buscando as formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente, pelos dominados.

Procuraremos abordá-la como manifestação diferenciada que se realiza *no interior* de uma sociedade que é a mesma para todos, mas dotada de sentidos e finalidades diferentes para cada uma das classes sociais (p.24).

A partir deste entendimento que situamos o projeto de cultura defendido, de caráter libertador e humanizante que deve ser edificado por homens e mulheres das classes populares para que estes/as possam se tornar protagonistas desse processo de produção cultural numa perspectiva contra-hegemônica. Dialogar e superar a falsa ideia de que para ter cultura é imprescindível possuir os produtos da indústria cultural, argumentação que deve ser ideologicamente combatida, pois o resultado final já conhecemos: os ricos tem e os pobres não.

Certa vez nos disse Milton Santos (2000) que atualmente a indústria cultural aciona estímulos e holofotes deliberadamente desfocados e que era preciso uma descoberta no sentido de que o mundo cultural não é apenas formado por produtores/as e atores/as que vendem bem no mercado. Deformar uma cultura é uma maneira de abrir a porta para o enraizamento de novas necessidades e a criação de novos gostos e hábitos, a fim de corrompê-los, isto é, de fazer com que reneguem a sua autenticidade, deixando de serem eles próprios.

A questão fundamental advinda com esta ideia é considerar e valorizar o universo de experiências culturais próprias de indivíduos (homens, mulheres, crianças, jovens, e idosos) do MST, no caso dessa pesquisa, pois o que se tem no interior de grupos marginalizados, como é o caso desse movimento social, “[...] é a organização de um certo universo material e o desenvolvimento de certos padrões de sociabilidade, de certas expressões culturais e formas de existência, cujo sentido fundamental está no fato de serem reveladoras da vivência concreta de determinadas situações de classe” (MACEDO, 1979, p.5). Dessa forma, “Não se trata de consumir passivamente uma cultura que é estranha a seus interesses e condições objetivas e subjetivas de vida [...]”, e sim, de “[...] reinterpretar e mesmo criar (na medida em que a própria reinterpretação implica na atribuição de novo sentido simbólico) formas peculiares de expressão cultural que envolvam um sentido de recusa e de resistência” (MACEDO, 1988, p.38).

Em síntese,

Em vez de tratar a cultura como uma soma de coisas desfrutáveis, coisas de consumo, deveríamos pensar a cultura como fruto de um trabalho. Deslocar a ideia de mercadoria a ser exibida para a ideia de trabalho a ser empreendido. Acho que é essa a ideia-chave, o projeto que eu diria recuperador: uma concepção que resgatasse o caráter mercantil, exibido e alienante que a cultura assumiu e vem assumindo na sociedade de classes. A cultura é um processo (BOSI, 1987, p.38).

Um trabalho que promova e dissemine uma concepção de mundo e de ser humano coerente com os pressupostos dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra, que seja o alicerce para a práxis cotidiana e comprometida com a transformação societária e edificação de um novo projeto histórico, que tenha a reforma agrária e a luta por condições mais dignas de existência como eixos. Dessa maneira de ser e estar no mundo, diante de condições materiais determinadas, decorre a produção cultural empreendida pelos/as mesmos/as através de datas comemorativas, manifestações da cultura popular, valorização dos aspectos simbólicos do Movimento resultados de um processo muito peculiar a vida destes/as homens e mulheres. Esta argumentação acena para a dimensão educativa que está sempre presente no lazer, voltada para a formação de uma consciência coletiva, revolucionária das atuais estruturas.

Um projeto histórico que esteja em sintonia com uma práxis revolucionária no campo do lazer, “[...] poderá ser reconhecido na organização do trabalho pedagógico de construção da cultura, com nexos e implicações numa teoria do conhecimento que supere a pseudoconcreticidade, numa teoria pedagógica referenciada e num projeto histórico superador do projeto capitalista” (TAFFAREL, 2005, p.93). Na trilha deste mesmo caminho, ao falar de um outro lazer em uma outra sociedade, Mascarenhas (2005) assim a descreve:

[...] uma sociedade que garanta a todos os seus membros o efetivo direito de acesso aos bens e riquezas materiais e simbólicas produzidas, assegurando-lhes democraticamente a condição de cidadania, dispensando-lhes igual tratamento sob o ponto de vista da condição comum de cidadãos, livres das relações de dominação, opressão, exploração ou exclusão (p.244).

As transformações não se restringem a vivencia das manifestações culturais de lazer, devemos pensar em metamorfoses mais ampliadas, no cerne do modo de produção da vida, a fim de que não fiquemos reproduzindo uma lógica perversa e dominadora. Até mesmo porque, esta maneira de conceber a cultura mascara determinantes sociais, como se a cultura “[...] existisse de uma forma autônoma, a-histórica e desconectada das condições materiais e concretas de seu contexto” (MARCASSA, 2002, p.7). Antunes (2005) nos alerta com uma reflexão lúcida e radical:

Como o sistema global dos nossos dias abrange também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *desfetichização no modo de produção das coisas*. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do *trabalho abstrato*. Do contrário, acaba-se fazendo ou uma reivindicação *subordinada* à Ordem, onde se

crê na possibilidade de obtê-la pela via do *consenso* e da *interação*, sem tocar nos fundamentos do sistema, sem ferir os interesses do capital, ou o que é ainda pior, acaba-se gradativamente por se abandonar as formas de ação contra o capital e de um sistema de metabolismo social, numa *práxis social resignada* (p.176, grifos do autor).

O lazer como prática social e pedagógica visto no conjunto de suas atividades apresenta a possibilidade de produção e construção de um conhecimento que guarda íntima ligação com o real, extraíndo elementos, desvelando suas origens, identificando as contradições e localizando o lugar que ocupa na totalidade de um determinado contexto (MASCARENHAS, 2004a).

A ação educativa do lazer permite desvelar a condição precária em que vivem os/as integrantes do MST, principalmente no que tange as políticas públicas que, ou são contempladas parcamente ou inexitem no meio rural. O que temos observado há tempos, ao meu ver, é a consideração do lazer enquanto uma prática social de direito, na qual homens e mulheres são iguais perante a lei na garantia constitucional desse bem essencial, mas que encontra uma enorme lacuna no que tange ao acesso e vivência reais quando pensamos no lazer de fato.

Em decorrência das novas necessidades do capital e da atual situação da luta de classes, observa-se uma nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, que desemboca, dentre outros aspectos, em um novo trato à “questão social”. O projeto neoliberal, que confecciona esta modalidade de resposta à “questão social”, como diz Montaño (2002):

[...] quer acabar com a condição de *direito* das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter *universalista*, com a *igualdade de acesso*, com a base de *solidariedade e responsabilidade social e diferencial* (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um) [...] como a qualidade dos serviços responde ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e descentralização, a ‘solidariedade social’ passa a ser localizada, pontual, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua (p.53, grifos do autor).

Tendo como referência o cenário trazido por Montaño (2002), as ações pontuais do Estado neoliberal encontram o seu equivalente no campo do lazer, no que Mascarenhas (2004b) chama de “lazer-solidário” ou “lazer filantrópico”.

É esta ação de luta permanente para garantia do lazer, em defesa desse e de outros direitos sociais no contexto rural, que permite tratá-lo como um tempo e espaço de desenvolvimento das potencialidades humanas, como ação política que visa a superação da atual ordem hegemônica, construção esta que deve se dá a partir das contradições sociais apresentadas pela atual sociedade, ou seja, a partir da realidade histórica na qual estamos

inseridos/as. Mascarenhas (2005) acredita que não há “[...] nada mais desafiador do que sustentar uma política que tenha a compreensão do lazer como um direito social no sentido da ‘repolitização’ do Estado no tocante à sua responsabilidade social quanto ao custeio desta mesma política” (p.257).

Repolitizar o Estado para a sua responsabilidade social significa proporcionar um investimento maciço na construção de espaços públicos para a vivência coletiva do lazer no meio rural, com uma estrutura que permita o desenvolvimento de políticas culturais para os/as trabalhadores/as. O investimento na formação de homens e mulheres capazes de diagnosticar, dialogar, elaborar e implementar uma política de lazer em acampamentos e assentamentos do país, também se faz premente. A sustentação político-ideológica deve estar centrada na mão dos/as beneficiários/as destas políticas, construída crítica e coletivamente por estes sujeitos sociais.

No âmbito destas reflexões finalizo com a argumentação coletiva de D’Agostini et al. (2006) que, para mim, ilustra o desafio que os/as militantes do MST têm pela frente no que se refere ao campo do lazer:

Neste sentido, considerando todas as precariedades e diante das possibilidades dos projetos, este desafio é chave para um avanço na proposição de Políticas Públicas de esporte e lazer para o campo que concretamente contribuam na consolidação de uma Política Cultural que possibilite a superação das práticas alienadoras e da falta de espaços públicos para a realização de práticas corporais construídas historicamente pelo homem, sendo a cultura um instrumento popular de libertação (p.19).

Experiências deste cunho demonstram em um horizonte possível a construção de um lazer que efetivamente possa contribuir para a auto-organização e auto-determinação dos/as trabalhadores/as do MST em seu processo, de longo prazo, de libertação do jugo do capital.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DAS SESMARIAS AO AGRONEGÓCIO

A questão agrária e a luta pela terra

Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer

(MARTINS, 1994)

O ser humano enquanto um ser vivo é substancialmente comunitário (DUSSEL, 2007) e sempre que se tornavam escassos os recursos que lhes garantiam a sua sobrevivência, se deslocavam para regiões que lhes fornecessem os meios que possibilitavam o *querer-viver* (DUSSEL, 2007), daí o seu caráter nômade.

Da propriedade comunal da terra (comunismo primitivo), na qual as pessoas viviam em pequenos agrupamentos, em sua grande parte nômades, garantindo a sua subsistência através de atividades como a caça, a pesca, a plantação de algumas espécies, passamos pelo desenvolvimento das forças produtivas (instrumentos, máquinas e técnicas) e das relações de produção (escravista, tribal e capitalista) que nos levaram a divisão social do trabalho (separação entre cidade e campo, trabalho agrícola e o industrial, dentre outras formas), e que nos dias atuais se manifesta através de complexas relações internacionais, cujo elemento central é a propriedade privada.

A questão agrária pode ser interpretada e desenvolvida a partir de diferentes perspectivas de acordo com a abordagem que se quer dar à temática. Na área da Política, a questão agrária sempre esteve relacionada ao estudo das consequências advindas com a concentração da propriedade da terra trazida pelo desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade, e sua influência no poder político. Na Sociologia, a expressão é utilizada para explicitar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. No âmbito da Geografia, o entendimento da questão agrária privilegia a compreensão das formas como as pessoas vão se apropriando da utilização da terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana do território em uma dada sociedade. Na História, o termo é utilizado para explicar a evolução política e a luta de classes no controle dos territórios e da posse da terra (STÉDILE, 2005).

O debate acerca da questão agrária na América Latina e em nosso país perpassa séculos e permanece atual na contemporaneidade. Pensando no âmbito da América Latina, Ianni (1995) e Soares (1976) nos apontam que o problema agrário constituiu-se como um dos

aspectos relevantes das questões nacionais. Sendo assim, “Trabalhadores rurais das mais diversas categorias lutavam e continuam a lutar pela posse e uso da terra. Na maioria dos países o problema agrário está na base de alguns dilemas tais como: as articulações das regiões com a nação; as desigualdades sociais; culturais e outras [...]” (IANNI, 1995, p.55).

Segundo Fernandes (2001) a questão agrária é um dos elementos inerentes à dinâmica estrutural do capital, e de seu caráter contraditório. Sendo assim, a persistência da luta e a inovação dos problemas são próprios da lógica da questão.

Isso posto, parto do entendimento que a questão agrária não se configura apenas na concentração de terras e nas desigualdades sociais no campo. Também se manifesta no meio urbano através dos amplos contingentes populacionais que se deslocam em busca de trabalho, e que por vezes são marginalizados nesses grandes centros. A terra enquanto um bem social se configura em um instrumento para o desenvolvimento de atividades agrícolas e, significa de um lado, para os/as trabalhadores/as, a possibilidade de trabalho e garantia da sobrevivência através de uma vida digna. Por outro lado, para os/as grandes proprietários/as de terra, está relacionada a reserva de valor, de caráter especulativo, e ao lucro.

É diante dessa apropriação privada do bem natural terra que devemos buscar a compreensão das raízes históricas da estrutura fundiária extremamente concentrada, e verificaremos “[...] que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual” (OLIVEIRA, 1997, p.28). Em nosso país, esse sistema altamente concentrador de propriedade da terra é considerado herança do império português (BRANFORD; ROCHA, 2004; STÉDILE, 1997, 2005; STRAZZACAPPA, 2006).

Com a invasão portuguesa em nosso país em 1500, observamos uma mudança em relação ao sentido da propriedade da terra. Patrocinados/as pelo mercantilismo europeu que se desenvolvia com as grandes navegações, os/as portugueses/as se apoderaram do nosso território, utilizando de estratégias econômicas e militares, para impor aos povos que aqui viviam suas leis, cultura, modos de produção e vontades políticas (STÉDILE, 2005).

Diante da conquista territorial (e não só!) de nosso país e do monopólio dos domínios das terras por parte dos/as portugueses/as, Stédile (2005) nos aponta que esse período histórico (1500-1850) se caracterizou pelo modelo de produção agroexportador. A apropriação dos bens da natureza aqui existentes tinha como finalidade a transformação dos produtos agrícolas e minerais em mercadorias que abasteciam o mercado europeu. Todas as atividades produtivas e extrativas visavam lucro e a acumulação de capital.

A gerência das grandes extensões de terras era necessária para manter o nosso país sob os domínios dos interesses portugueses diante da colônia conquistada. Para isso,

Stédile (1997) apresenta as três formas utilizadas pelos/as colonizadores/as para administração de nosso país: a Coroa, já que a colônia era um bem real; os administradores locais, que cumpriam as ordens vindas da corte; e aqueles que detinham as posses da terra.

A primeira forma de distribuição da terra foi o sistema de capitâneas hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários/as, membros da nobreza portuguesa ou prestadores/as de serviços à Coroa, que em troca de favores e de tributos, eram agraciados/as com a concessão de uso. A Coroa optou pela concessão de uso com direito à herança, cabendo àqueles/as que possuíam terras a obrigação de explorá-las e protegê-las (STÉDILE, 1997).

Os/As donatários/as, por sua vez, tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de sesmarias, entregues àqueles/as que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las. Isso implicava produzir gêneros comercializáveis, gerando tributos e, conseqüentemente, lucros para a Coroa. Essa situação explica a opção pelo latifúndio monocultor, que caracterizou a economia e a sociedade brasileiras por vários séculos (STÉDILE, 1997).

Essa conjunção de fatores era necessária para a implantação do modelo agroexportador e estimular os investimentos na produção de mercadorias necessárias para a exportação, sustentado pela mão-de-obra indígena e africana. Ao longo do período colonial, “[...] até as primeiras décadas do Império, esse sistema permaneceu: a terra era um bem da Coroa, que concedia a posse àqueles que considerasse mercedores dela” (STÉDILE, 1997, p.9).

O modelo produtivo adotado na época foi o da *plantation*, forma de organizar a produção agrícola em grandes latifúndios, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, utilizando mão-de-obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima aos portos, para diminuir custos com o transporte (STÉDILE, 2005) e maximizar os lucros. Tal modo de organização das unidades produtivas existentes em nosso território buscava dar o aporte necessário para o desenvolvimento da agroexportação da cana-de-açúcar.

Introduzido no Brasil por volta de 1727, no início do século XIX, o café se torna o principal produto do país, e os/as fazendeiros/as cafeicultores/as, principal segmento social naquele período, gozam de influências não só econômicas, mas políticas também. Entre os anos de 1840 e 1889, houve certa estabilidade política em nosso país, fruto das repressões movidas contra as revoltas de setores descontentes que insurgiam frente ao governo

imperial¹⁶, mas também porque observávamos o crescimento econômico que ajudou a diminuir as tensões sociais (MORISSAWA, 2001).

É importante não perdermos de vista que a arregimentação de mão-de-obra escrava (indígena, mas, sobretudo negra) não se dava de maneira passiva. A luta dos/as escravos/as negros/as pela libertação crescia, com constantes e numerosas fugas para territórios livres. Vários levantes¹⁷ se deram durante o período de utilização de sua força de trabalho nas grandes plantações do até então território da Coroa Portuguesa.

Porém, o fim do tráfico de escravos/as vindos da África¹⁸ estava próximo, havendo pressões internas e externas (principalmente da Inglaterra), em favor do abolicionismo no Brasil. Preocupada com essas coações e percebendo a inevitabilidade do processo de libertação, a Coroa tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso a terra fosse mais restrito. Sendo assim, em 1850, o Império promulga a Lei nº 601 de 18 de setembro, conhecida como a primeira Lei de Terras do Brasil. Tal dispositivo legal previa que somente poderia ser considerado/a proprietário/a de terras quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantia em dinheiro para a Coroa (STÉDILE, 1997, 2000, 2005).

Nos dizeres de Martins (1997):

Pela Lei de Terras [a Lei nº 601, de setembro], de 1850, a *posse* e o *domínio* se fundiram num direito só. Com isso, o Estado brasileiro, senhor de domínio de todas as terras, abriu mão desse direito e literalmente fez dele doação aos proprietários particulares. Manteve o domínio apenas em alguns casos: em relação ao subsolo, às terras de marinha e às terras do atual Distrito Federal (p. 63, grifos do autor).

Distantes da possibilidade de ocupar áreas livres para a reprodução das suas existências, os grupos de libertos/as e trabalhadores/as livres viam-se diante da condição obrigatória de trabalhar nas fazendas de terceiros/as. Criou-se, portanto, um direito de propriedade (a Lei de Terras de 1850) que, ao mesmo tempo, foi obstáculo ao livre acesso à terra pelos grupos pobres e ex-escravos/as. “Essa restrição ao direito de propriedade criava uma superpopulação relativa artificial ou uma postiça mão-de-obra sobrando que não teria

¹⁶ Trata-se das revoltas populares conhecidas como Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837-1838) e Balaiada (1838-1841).

¹⁷ O exemplo expressivo de tais resistências são as formações dos quilombos no território brasileiro. O expoente maior podemos encontrar em Palmares que chegou a aglutinar cerca de 20 mil habitantes, e se localizava em uma região entre Pernambuco e Alagoas. O grande líder desta comunidade era Zumbi que durante dezesseis anos esteve à frente nas lutas contra as incursões realizadas a fim de destruir Palmares. Foi morto em 1695 quando o reduto foi arrasado por mercenários sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho (MORISSAWA, 2001).

¹⁸ O fim da prática do comércio de escravos para o Brasil, conhecida como “Tráfico Negreiro”, se deu no ano de 1850, através da Lei Eusébio de Queirós. O dinheiro utilizado na compra de escravos pôde ser investido em outros setores da economia.

outro meio de sobrevivência a não ser o de oferecer-se como mão-de-obra ao grande proprietário” (MARTINS, 1997, p. 50).

A Lei de Terras instituída discriminava os/as pobres e impedia legalmente que os/as escravos/as quando libertos/as se tornassem proprietários/as, pois nem uns/mas nem outros/as possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que já possuíam. Tivemos assim, a legitimação, por via legal, do grande latifúndio como a estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Aqueles/as que haviam recebido as sesmarias trataram logo de regularizar suas posses, transformando-as em propriedade privada (STÉDILE, 1997).

Não obstante, existia aí uma relação muito estreita entre concentração de terras e poder político. Sendo assim, sob esta perspectiva “a existência do latifúndio estava intimamente relacionada ao controle político dos eleitores e ao coronelismo, sendo a principal razão do que considerava como atraso político do Brasil” (MEDEIROS, 2002, p.15).

Desde o ano de 1819, o Brasil já vinha recebendo colonos/as europeus/éias não provindos/as de Portugal. Eram trabalhadores/as pobres que foram atraídos/as por promessas de terras ainda não exploradas, localizadas principalmente nas regiões Sul e Sudeste de nosso país. O governo buscava criar as bases para a substituição da mão-de-obra escrava pela dos/as imigrantes europeus/éias, enfim, “Era o momento para o governo começar a introduzir o fim do tráfico negreiro” (MORISSAWA, 2001, p.69).

Mas é a partir de 1850 que temos uma intensificação na atração de camponeses/as pobres vindos/as da Europa fugindo das agruras sociais pelas quais passavam aquele continente devido ao processo de mecanização da agricultura, expulsos/as de suas atividades pela Revolução Industrial. Mesmo com o fim da livre ocupação e com o obstáculo criado pela Lei de Terras, a mão-de-obra nacional ainda era insuficiente, tendo em vista a alta produtividade das fazendas de café e a extinção do tráfico negreiro. Com a instituição do direito de propriedade mediante a compra da terra, esses/as trabalhadores/as oriundos/as da Europa viram-se obrigados/as a venderem sua força de trabalho nas fazendas de café (MORISSAWA, 2001; MARTINS, 1997).

Diante de tal cenário, tivemos após o processo de legalização da libertação dos/as escravos/as através da Lei Áurea de 1888, o fluxo de grandes contingentes de negros/as para as cidades, e que por sua vez, acabavam ocupando a periferia de centros urbanos como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, originando as favelas (STÉDILE, 2000). Os/As camponeses/as sem-terra, vindos/as da Europa e iludidos/as pela promessa de terras cultiváveis, acabam estabelecendo relações de trabalho desvantajosas (como a meação ou o

regime de colonato)¹⁹ para si, e conseqüentemente para toda sua família. Em São Paulo, muitas famílias não receberam as terras prometidas e foram trabalhar nos cafezais no regime de colonato. Além disso, em muitos casos, as famílias eram enviadas para regiões inóspitas de colonização nas quais a tipografia era precária para a prática da agricultura (MORISSAWA, 2001; STÉDILE, 2000).

Com o fim do trabalho escravo e a utilização de força de trabalho européia em novos regimes de trabalho nos cafezais paulistas, o modelo agroexportador da *plantation* chega ao seu fim. O café continua sendo o produto de destaque em nosso país e abastecendo o mercado internacional. A pecuária também vai ganhando relevância no cenário nacional como uma das atividades rentáveis para os/as grandes proprietários/as de terra. Alguns setores de nossa economia, ainda incipientes como o têxtil, o alimentar, o químico, de vestuário e a metalurgia vão ganhando investimentos.

A crise do império brasileiro resultou de uma série de fatores políticos, econômicos, sociais e que levaram setores da sociedade (oficiais do exército, escravocratas, poderosos/as barões/baronesas do café, representantes da classe média urbana) a conclusão de que a Monarquia deveria ser superada (COTRIM, 1997; MORISSAWA, 2001).

O abolicionismo marca definitivamente a queda da Monarquia, e em 1889, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca foi proclamada a República no Brasil.

Nas primeiras três décadas do regime Republicano (1889 – 1920) a situação no campo permaneceu inalterada, sendo as políticas voltadas para a permanência dos benefícios relativos aos interesses dos/as latifundiários/as. Durante toda a década de 1920, a política de valorização do café desagradou os/as pequenos/as cafeicultores/as paulistas e os/as de outros estados. Os/As primeiros/as reclamavam do privilégio dado aos/as grandes produtores/as e da corrupção que permeava as negociações, enquanto os/as segundos/as estavam insatisfeitos/as com o apoio dado à produção paulista. Em 1922, estimulados/as pelos acontecimentos da Revolução Russa (1919), ex-anarquistas fundam o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que vai colocar em pauta a questão da concentração fundiária (MORISSAWA, 2001).

A crise de 1929 assola diversos países do mundo. Os países latino-americanos pararam de receber investimentos estrangeiros e suas exportações revelaram uma queda acentuada. No Brasil tivemos panorama semelhante. Em 1927, o país já enfrentava uma crise

¹⁹ A meação se caracteriza por ser um regime em que o/a trabalhador/a plantava em terreno alheio, repartindo o resultado de sua produção com o/a proprietário/a da terra. Já o colonato se refere a uma relação de trabalho em que os/as imigrantes europeus/éias plantavam em terras alheias e deveriam entregar toda a produção para o/a dono/a das terras em troca de um pagamento em dinheiro, uma casa para morar e uma pequena área para plantio ou criação de animais visando à própria subsistência (MORISSAWA, 2001).

de superprodução, fruto da monocultura cafeeira, que obrigou o governo a comprar e estocar um terço da produção. No ano da quebra da Bolsa de Nova York (1929), o governo brasileiro já não possuía a mesma capacidade financeira para realizar o mesmo feito de dois anos atrás (MORISSAWA, 2001).

No contexto do cenário que compreende o fim do regime monárquico até a década de 1930 em nosso país, as lutas pela terra se fizeram presentes. Surgem os primeiros movimentos de contestação no campo – Canudos e Contestado - sendo geralmente conhecidos pela existência de um líder que se colocava enquanto um mediador na comunicação entre Deus e o povo (líderes messiânicos). Em ambos os conflitos tínhamos camponeses/as pobres lutando pela terra e que foram derrotados/as pelas ações das tropas federais (MORISSAWA, 2001).

O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1964 é marcado pelo deslocamento do eixo econômico baseado no setor agrícola para o industrial. Nos dizeres de Stédile (2005) o “período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria” (p.28), com as elites da nascente burguesia industrial tomando o poder da oligarquia rural exportadora e impondo um novo modelo econômico para o nosso país. A situação das oligarquias rurais não havia se modificado. Apesar de concentrar os grandes latifúndios em suas posses e produzirem com o objetivo de exportar produtos, não mais detinham o poder político de outrora (STÉDILE, 2005).

O processo de industrialização a ser realizado no Brasil deveria manter os laços de dependência com os países ricos, além de se manter os vínculos com a oligarquia rural. A aproximação entre esses dois segmentos sociais é fundamental, pois a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, devido às acumulações oriundas das exportações do café e do açúcar. Além disso, o modelo arquitetado para o nosso país era dependente, da importação de máquinas, e em alguns casos, até de operários/as europeus/éias e estadunidenses. Isso só seria garantido pela salutar continuidade das exportações agrícolas que geravam capital para a importação e pagamento das máquinas adquiridas no exterior (STÉDILE, 2005).

Com isso temos também, o surgimento de um setor industrial vinculado à agricultura, responsável pela produção de insumos agrícolas, ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos oriundos da agricultura. Foi um período histórico marcado pela modernização capitalista da grande propriedade da terra. Com esse modelo, começa a surgir também a burguesia agrária que procura modernizar a sua exploração agrícola, com o

cultivo do trigo, da cana, do café, do algodão e de outros produtos, a fim de destiná-los ao mercado interno (STÉDILE, 2005).

A industrialização do campo, marcada pela monocultura, pela concentração de terras e pelo uso intensivo de tecnologias que destroem a natureza, desmatando, empobrecendo o solo foi responsável por expulsar um sem número de pequenos/as agricultores/as de suas terras gerando uma massa de desempregados/as rurais. Com o agravamento da situação no campo é levantada com força política a defesa da reforma agrária. A argumentação era de que a estrutura agrária altamente concentrada se tornava um empecilho ao crescimento econômico e social do país. Esta alta concentração de terras representava nos dizeres de Silva (1982):

a) um ‘estrangulamento’ na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços (em linguagem econômica, a oferta era inelástica). Assim, na medida em que fosse aumentada a proporção da população brasileira nas cidades, tenderia a haver uma pressão dos preços dos alimentos com conseqüente reflexo no crescimento dos salários, tornando inviável o processo de industrialização;

b) a não ampliação do mercado interno para a indústria nascente. As fazendas eram quase auto-suficientes, baseadas numa economia ‘natural’: não adquiriam a grande maioria dos produtos de que necessitavam, mas confeccionavam-nos em bases artesanais (p.46).

Um momento importante nesse período histórico em questão (1930-1964) veio com a Constituição de 1946, na qual “[...] surgem as primeiras propostas de reforma agrária, condicionando o uso da propriedade ao bem-estar social” (STRAZZACAPA, 2006, p.38), ou seja, verificamos o aparecimento do conceito de *uso social* da terra para a produção. A proposta do senador Luís Carlos Prestes incorporava à Constituição, promulgada no governo de Eurico Gaspar Dutra, o preceito de que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas pelo Estado, mediante indenização em dinheiro, para que se pudesse realizar uma redistribuição das terras destinando-as a quem, de fato, quisesse produzir nelas. Infelizmente, as teses de Prestes foram derrotadas pela maioria conservadora, diga-se de passagem, do Parlamento. Porém, o debate trouxe como resultado a introdução de novidades na Constituição, instituindo a possibilidade do governo desapropriar terras, caso isso fosse de interesse social (STÉDILE, 1997; STRAZZACAPA, 2006).

Sem dúvida alguma, observamos um avanço com a introdução desse preceito no que tange a compreensão de que havia um (sério) problema agrário em nosso país, e que o governo dispunha de um mecanismo constitucional para solucioná-lo, se isso fosse de interesse da sociedade. Entretanto, devemos pensar que esse “interesse social”, que nos parece

um entendimento mais ampliado da questão, que abarca na sua amplitude os/as cidadãos/ãs brasileiros/as da época, ficou subjugado aos interesses (e sua manutenção) de um pequeno grupo conservador frente ao real papel do Estado. Apesar de teses políticas e de defesas incondicionais de alguns grupos, por exemplo, o PCB, pouco, ou muito pouco, se alterou da estrutura fundiária brasileira.

Não obstante, o apoio comunista estava, pelo menos momentaneamente, com os dias contados. Após o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo estava dividido em dois grandes blocos liderados pela União Soviética e pelos Estados Unidos que disputavam áreas de influência político-econômicas, e que caracterizou o período denominado Guerra Fria. Ainda dentro do mandato de Dutra, tivemos a proibição do funcionamento do PCB, uma vez que o governo brasileiro sofria pressões estadunidenses, o que o levou ao rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética (COTRIM, 1997; MORISSAWA, 2001).

A situação agrária de nosso país continua na morosidade das desapropriações, uma vez que os governos não possuem dinheiro para pagar as desapropriações de terras. Os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1955-1961) que sucedem Dutra na presidência do Brasil dão continuidade aos investimentos no setor industrial. A realidade de nossa agricultura continuava baseada no latifúndio, no atraso tecnológico e pela miséria no meio rural (COTRIM, 1997; MORISSAWA, 2001).

É um período de tensões e acirramento das lutas pela terra e por direitos, levando a mobilizações de trabalhadores/as rurais através de encontros e congressos, e com destaque para os conflitos envolvendo posseiros e grileiros em diversas partes do território nacional. Azevedo (1982) nos aponta que:

[...] Desses conflitos, talvez os mais importantes tenham sido a guerrilha de Porecatu (em 1950, entre a divisa dos estados de São Paulo e Paraná), a revolta de Dona Noca (no interior do Maranhão, em 1951) e a implantação do Território Livre de Tromba-Formoso, abrangendo uma área de dez mil quilômetros quadrados ao norte de Goiás, sob o comando de José Porfírio, um camponês da localidade, que estabeleceu um governo paralelo, criou comitês políticos e milícias armadas e promoveu em toda a região ocupada uma reforma agrária. Tanto no episódio da guerrilha de Porecatu, como na instalação do território livre de Tromba-Formoso, o Partido Comunista Brasileiro esteve presente e exerceu uma considerável influência política na condução de tais movimentos sociais [...] (p.57).

Ao final dos anos de 1950, Martins (1994) nos apresenta o seguinte panorama da época:

Dominava a concepção de que o País estava fraturado – de um lado o País próspero e de outro o País miserável. Mais importante nisso tudo, e aí estava a verdadeira subversão que convulsionaria o País nos anos seguintes, era a tomada de consciência por importantes setores das elites (os bispos e o clero, os intelectuais, numa parcela dos políticos, alguns empresários) de que a questão da miséria era uma questão política (1999, p. 67).

Com a chegada de João Goulart (chamado pela alcunha “Jango”) à presidência do Brasil (1961-1964), após uma passagem muito rápida de Jânio Quadros que renunciara em agosto de 1961, houve a necessidade de realização de reformas de base, ou seja, mudanças nas estruturas econômicas e sociais do país. A economia possuía índices desfavoráveis, e o clima de efervescência das lutas camponesas e operárias formavam uma conjuntura que pressionava o atual governante a estabelecer um conjunto de medidas que favorecessem a população pobre do país. Dentre as medidas políticas que seriam adotadas, a reforma agrária e uma maior tributação dos setores privilegiados causava de imediato, o descontentamento das elites dominantes (COTRIM, 1997; MORISSAWA, 2001).

No que tange ao processo de reforma agrária, o governo previa que os/as novos/as pequenos/as proprietários/as aquecessem o mercado interno, porque sendo donos/as e produzindo a partir da terra teriam condições de consumir, o que impulsionaria o desenvolvimento industrial. Entre as ações concretas haveria a desapropriação de áreas ao lado das rodovias federais. Tendo em vista a implantação de um plano de reforma agrária, no governo de Jango foi criada a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) para iniciar a reforma agrária no Brasil (MORISSAWA, 2001; STAZZACAPPA, 2006).

Ainda sob o mandato de Jango houveram a legalização dos sindicatos rurais, com o reconhecimento das organizações já existentes e a criação de outras²⁰, e o estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que protegia os/as trabalhadores/as do campo concedendo aposentadoria por invalidez ou velhice. Tais atitudes aborreciam os/as grandes proprietários/as de terras e parecia ser um alicerce que sustentava as reformas pretendidas por Jango (MORISSAWA, 2001; STRAZZACAPPA, 2006). O estabelecimento do Estatuto foi apenas uma ampliação das disposições legais, já existentes para os/as trabalhadores/as urbanos/as, para os/as trabalhadoras/as rurais. Porém, esse processo não se daria de maneira fácil, pois:

²⁰ Em dezembro de 1963 houve a criação da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), a partir da portaria do então ministro do trabalho Almino Afonso. Formaram-se (reconheceram-se) os sindicatos locais de trabalhadores rurais, posteriormente houve a criação das federações estaduais, e finalmente a Confederação Nacional. A CONTAG faz parte da estrutura sindical brasileira verticalizada (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

As relações de trabalho e emprego (no campo) assumem muitas vezes grande complexidade, pois a remuneração do trabalhador se faz por diferentes formas, como sejam com uma parte do produto, com o direito de ocupar com atividades próprias certas áreas da propriedade etc. Acresce a isso a diferença das situações respectivas de uma para outra atividade rural, de uma para outra região. E mesmo freqüentemente de um para outro momento. As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio (PRADO JÚNIOR, 1979, p.144).

Havia grandes expectativas pelas reformas, sobretudo a reforma agrária, em virtude da atividade política das Ligas Camponesas, da percepção atenta de setores da Igreja Católica acerca da miséria que tomava o espaço rural brasileiro. Ao mesmo tempo, o operariado urbano ganhava força e organização política. Em âmbito internacional assistia-se aos êxitos da Revolução Cubana (1959) e a expansão do comunismo como horizonte político. Emergiam-se assim, as estruturas capazes de solapar as bases latifundistas que, em grande parte, fundamentavam o poder político do Estado brasileiro. Segundo Forman (1979) a tentativa de Jango era ampliar sua base de apoio, tentando agregar durante o seu governo os/as proprietários/as de terras e o proletariado rural, sem obter sucesso.

Nogueira (2005), assim busca sintetizar o cenário de efervescência que tomava conta do país:

As liberdades democráticas [possibilitadas em grande medida pelo governo Jango] permitem um avanço dos movimentos sociais iniciados na década anterior [...] A chamada ‘ala progressista’ da Igreja Católica, com base na Teologia da Libertação, parte para atuação mais ofensiva, contribuindo tanto para a criação de sindicatos, associações como para outros mecanismos de ação comunitária [...] No campo, continua a violência contínua com as expulsões de posseiros e exploração da força de trabalho [...] O movimento popular responde com ocupações e intensificação da luta pela reforma agrária. As Ligas Camponesas crescem em quantidade e importância política no cenário nacional. Nas cidades, as diferentes categorias de trabalhadores empreendem mobilizações, grandes greves e manifestações. Os estudantes fortalecem a UNE enquanto instrumento de participação e transformação política (p. 168-169).

A situação do até então presidente tornava-se cada vez mais crítica. As reformas programadas por Jango, dentre elas a reforma agrária, mobilizavam setores da esquerda brasileira e desagradavam as classes dominantes. Em um comício realizado no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil (RJ), operários/as e estudantes saudavam anúncio das reformas. Dias depois veio a resposta das elites com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, manifestando o seu profundo conservadorismo e temor ao comunismo. No final daquele mesmo mês, tropas militares ocuparam pontos estratégicos do país e forçaram João Goulart a deixar Brasília, instituindo a ditadura militar (MORISSAWA, 2001).

De acordo com Martins (1985):

O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político. No que diz respeito à questão da terra, o golpe já tinha o precedente da intervenção militar nas lutas rurais (p.21).

Em meio à profunda crise econômica vivida pelo país, três questões gerais se colocavam como exigências ao governo militar para o desenvolvimento capitalista no Brasil: o combate à inflação, a mudança na política externa e a “modernização” da agricultura. À primeira delas, o governo respondeu com uma política de “recessão calculada” que, em sua pauta de combate à inflação, incluía a superexploração seletiva da força de trabalho e o arrocho salarial, sem mencionar a proibição de greves e a própria repressão. Quanto à política externa, houve o fortalecimento dos vínculos com os Estados Unidos. Já no que se refere à “modernização” da agricultura, colocava-se, à época, como inevitável, a reforma agrária (MENDONÇA, 2006).

A política agrária adotada no período da ditadura se caracterizou pela adoção de medidas paliativas referentes ao problema agrário brasileiro. Já em 1964, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil. Denominada de Estatuto da Terra, foi elaborada para ser um instrumento estratégico numa época marcada por grandes tensões sociais, para conter os conflitos gerados pelos processos de desapropriação de terras e concentração de capital nas mãos dos/as grandes latifundiários/as. Junto com essa Lei foram criados dois órgãos governamentais responsáveis pelas questões referentes a terra no Brasil: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA) (MORISSAWA, 2001; STAZZACAPPA, 2006). Diferentemente das reformas de base que foram o centro dos debates nos anos de 1963 e 1964, o Estatuto da Terra do governo militar não alterava as bases do capitalismo no campo, e sim, buscava superar as contradições que a propriedade da terra gerava para o capitalismo. O Estatuto na verdade tratava-se:

[...] de uma modernização conservadora do próprio latifúndio, razão pela qual o Estatuto da Terra não é uma lei de reforma agrária, mas de desenvolvimento rural, como deixa claro o item 18 da mensagem 33 ‘Não se contenta o projeto em ser uma lei de Reforma Agrária. [...] é uma lei de Desenvolvimento Rural’ (SILVA, 1985, p.69).

Segundo Mendonça (2006):

Logo, o que se percebe é que o primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período pré-golpe, deslocou-as para o âmbito do técnico e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo que lhes dera sustentação em passado recente (p.38).

O governo militar era habilidoso no trato da questão agrária, a tal ponto de promover uma desvinculação entre problemática social e econômica, e questão política. Para Martins (1985):

O governo militar separava o problema social e econômico representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações – os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos – que se interpunham entre os trabalhadores do campo, entre as lutas camponesas, nelas se legitimando, e o Estado, cuja composição se chocava com tais pressões. O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés de a reforma ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. Tratava-se de conduzir a implantação da reforma sem causar maior lesão ao direito de propriedade, particularmente de modo a evitar que ela instaurasse o confisco do latifúndio (p.31).

Com isso, as reformas se desvincularam de suas origens sociais, tornando-se uma “concessão” do regime militar, o que significava o fim de qualquer possibilidade de uma reforma agrária voltada à transformação radical da estrutura de propriedade vigente em nosso país (MENDONÇA, 2006).

Na realidade, o Estatuto da Terra inverteu os propósitos da reforma, ao incentivar a mecanização no campo e aumentar a safra de grãos, com a prática da agricultura extensiva, como a da soja, visando à exportação e sacrificando as pequenas culturas de arroz, feijão e milho. As consequências não tardaram: entre 1970 e 1980 acentuou-se a migração rural, um dos fenômenos sociais mais graves do Brasil (STAZZACAPPA, 2006).

Com a revogação do Estatuto da Terra no governo Médici (1969-1974), houve a extinção dos órgãos governamentais IBRA e INDA, e a substituição desses pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Um novo sentido foi dado à reforma agrária no contexto de modernização da agricultura: no lugar da crítica à estrutura fundiária, colocava-se uma nova alternativa por intermédio da ocupação de terras públicas em fronteiras, o que tornava a reforma agrária um equivalente de colonização (MENDONÇA, 2006).

A década de 1970 foi marcada por programas que visavam à ocupação de regiões pouco habitadas em nosso país. Enquanto isso, o problema agrário caía no descaso das autoridades, desqualificando todas as conquistas alcançadas ao longo dos tempos. Os

programas implantados²¹ distorceram os desígnios da reforma agrária, porque visavam à integração das regiões a serem povoadas ao resto do país, com base na colonização ao longo de rodovias como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte (STRAZZACAPPA, 2006).

Em seus encaminhamentos políticos, os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonização e não a reforma agrária²², o problema da terra jamais foi resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, por exemplo, pois o que estava por trás desse processo era uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais e internacionais, e de ocupação populacional de fronteira como parte da segurança nacional (FERNANDES, 1998).

Os governos militares criaram as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrícola de desenvolvimento do capitalismo no campo, privilegiando as grandes empresas estrangeiras, via incentivos fiscais, que passavam a se ocupar da agropecuária. Com sua política agrária praticavam mudanças no campo sem modificar o regime de propriedade da terra, provocando assim, a expansão do latifúndio improdutivo (FERNANDES, 1998).

Com o golpe realizado pelos militares que colocou o nosso país na “escuridão” durante anos, as lutas populares sofreram violenta repressão. “Para os militares era fundamental desmobilizar toda e qualquer forma de organização política dos trabalhadores rurais, criando assim um vazio político necessário para viabilizar o seu projeto de reforma no campo” (FERNANDES, 1998, p.11). Houve o que Martins (1985) chamou de *militarização da questão agrária*. “Através da militarização, o governo tenta controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica” (p.15).

Para tornar viável a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra

²¹ Basicamente foram dois projetos governamentais administrados pelo INCRA: o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Projeto de Assentamento (PA). O PIC realizava o assentamento dos colonos, prestava assistência técnica e concedia empréstimos. Estava voltado, sobretudo, ao povoamento ao eixo da rodovia Transamazônica. Já o PA preocupava-se principalmente em demarcar as terras que pertenceriam a cada família e emitir o documento de propriedade. Diferentemente do PIC, não prestava auxílio técnico e nem financeiro (MORISSAWA, 2001).

²² José Graziano da Silva (1985) estabelece uma diferença entre os projetos de colonização e os projetos de reforma agrária empreendidos no período. Para o autor, os primeiros visam destinar áreas não exploradas anteriormente, como as terras devolutas, enquanto os segundos eram realizados em áreas que possuíam donos, porém mediante a transferência para indivíduos não-proprietários.

para os camponeses, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nessa condição o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra (FERNANDES, 1999).

Alterações no direito de propriedade da terra implicam mudanças nas estruturas cristalizadas de poder. A luta pela terra, por sua propriedade (não a capitalista!), é uma característica fundamental e permanente para trabalhadores/as rurais, porque:

[...] a racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifúndios, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país (MARTINS, 1985, p.17).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgidas no início dos anos de 1960 e com uma atuação mais intensa na década de 1970 se constituíram em espaços de reflexão acerca da realidade e através dos quais se desenvolviam experiências para a organização dos/as trabalhadores/as rurais contra a política agrária em questão. Assim as CEBs representaram, nesses anos, os espaços de contestação, de ponto de partida para a luta organizada contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada em nosso país (FERNANDES, 1999).

A Igreja aparece nesse momento com um posicionamento diferenciado daquele do período pré-64, quando apoiou o golpe militar. Para Martins (1986):

[...] A propriedade que ela está defendendo agora não é exatamente a mesma propriedade que o Estado tem defendido depois de 1964. Fica claro que o Estado está defendendo a propriedade capitalista, e que é causadora de desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria econômica, mas também da miséria moral e social. Enfim, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem (p.69).

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 foi um marco para as lutas camponesas. No início, a CPT estava voltada para a atuação nos conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, e envolviam a violência cometida contra os/as posseiros/as. Martins (1985) ressalta que:

Este período de redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente empresas industriais, comerciais e bancárias, correspondeu a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela terra. Os conflitos, apesar da repressão e da censura, multiplicaram-se rapidamente em todas as regiões do país, envolvendo não só os trabalhadores rurais, mas também os povos indígenas,

cujas terras passaram a ser invadidas, com a convivência oficial, em escala nunca vista. Nesse quadro de crescimento do número de conflitos, a Igreja, e particularmente a Igreja das regiões pioneiras, do Centro-Oeste e da Amazônia, foi profundamente envolvida na defesa dos trabalhadores rurais, submetidos a violências inomináveis que iam e ainda vão desde a escravidão por dívida até o assassinato puro e simples (p.23-24).

Sendo assim, houve um movimento da Igreja, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo. Baseada nos princípios da Teologia da Libertação²³, “[...] padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p.20). Nesse sentido, Martins (1986) nos coloca que a partir desse período, “A Igreja passa a ocupar esse lugar, e ela passa a mobilizar as populações pobres marginalizadas também na cidade, não só no campo. Ela passa a usar a palavra organização e a organizar” (p.70).

Com o fim do período ditatorial, veio a chamada “Nova República”, carregando a bandeira da redemocratização do país. A democracia, “[...] se impunha como reivindicação obrigatória na agenda da transição” (MENDONÇA, 2006).

Ainda sob a desconfiança de grande parte da sociedade, o novo bloco no poder tenta empreender um conjunto de medidas reformadoras a fim de conseguir o prestígio e a legitimidade para a continuidade do governo. Dessa forma, o presidente em exercício, José Sarney, baixou o decreto nº 91.214, criando um ministério específico para as questões da terra, o MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário). O INCRA passou a ser subordinado ao recém criado ministério o que indicava a centralização do Estado em relação à política fundiária naquele período (MENDONÇA, 2006; STRAZZACAPPA, 2006).

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) construído por um grupo sob a coordenação de José Gomes da Silva, presidente do INCRA, “[...] visava conter a violência que grassava no mundo rural brasileiro – vitimando dezenas de trabalhadores abatidos sob a pecha de ‘invasores’ da propriedade privada – na mesma proporção em que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens do campo” (MENDONÇA, 2006, p.91). Com o objetivo de dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra elaborado durante o governo de Castelo Branco, o documento priorizava a reforma agrária tendo como preocupação atingir alguns setores de grandes proprietários mediante a penalização da

²³ Corrente pastoral das Igrejas Cristãs que congrega agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem ações voltadas à realidade social. Ficou conhecida, do ponto de vista teórico, por incorporar os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II, ao mesmo tempo que utilizava em sua prática, metodologias analíticas desenvolvidas pelo marxismo (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

propriedade com fins especulativos, desapropriando por interesse social as terras definidas como improdutivas (MENDONÇA, 2006).

As reações dos segmentos de proprietários/as de terras à proposta foram imensas, o que demonstrava o poder dos interesses ligados à propriedade fundiária, a ponto de emergir, de seu embate e em função do novo Plano, uma agremiação denominada de União Democrática Ruralista (UDR). A penetração da UDR foi imediata entre os/as latifundiários/as rurais a fim de impedir a realização da reforma agrária projetada. A entidade afirmava em suas argumentações contrárias a reforma agrária, que as desapropriações de terra previstas pelo PNRA incluíam propriedades produtivas, qualquer que fosse seu tamanho. Isso contribuiu para criar um contexto de oposição à reforma agrária que, por fim, levou à desfiguração do Plano (FERNANDES, 1999; MENDONÇA, 2006; MORISSAWA, 2001).

Continuando em seu intento de frear a reforma agrária, a UDR financiou a campanha de candidatos/as de partidos conservadores (PPB – Partido Progressista Brasileiro, PFL - Partido da Frente Liberal, e PTB - Partido Trabalhista Brasileiro), à Câmara e ao Senado, para fazer parte do Congresso Nacional Constituinte de 1987-1988. Foi assim que a UDR conseguiu impor emendas à Constituição que fizeram o PNRA retroceder. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos/as latifundiários/as. O principal deles se referia à desapropriação de terras. Antes, pela Lei, qualquer latifúndio podia estar sujeito a desapropriação. Eles/as criaram e conseguiram aprovar a categoria “latifúndio improdutivo” para burocratizar, questionar e impedir os avanços da reforma agrária. Isso porque o conceito de improdutivo é amplo e complexo, dando margem para que os/as latifundiários/as recorressem e impedissem a desapropriação de suas posses (FERNANDES, 1998; MORISSAWA, 2001).

As pressões sociais advindas de segmentos favoráveis ao processo de reforma agrária aumentaram, culminando com ocupações de terras ociosas, algumas delas comandadas por entidades organizadas, com adeptos originários de vários setores (STRAZZACAPPA, 2006).

No governo do presidente Fernando Collor (1990-1992) a reforma agrária sofreu um severo golpe. Durante a campanha, o candidato prometeu que assentaria 500 mil famílias através do seu projeto de reforma agrária denominado de Programa da Terra. No entanto, o que realmente aconteceu foi a interrupção dos processos de assentamentos de famílias de trabalhadores/as rurais, e aqueles poucos que se realizaram foram, na sua maior parte, resultados de projetos instaurados no governo anterior. O recrudescimento da luta pela

terra com o aumento da violência no campo levou, em 1992, os deputados do Núcleo Agrário do PT a recolocar o assunto em pauta. Em um acordo feito pelas lideranças do PT e partidos de centro-esquerda, foi possível votar e aprovar em julho de 1992 um Projeto de Lei Agrária (FERNANDES, 1998).

Acusado de participar de diversos esquemas de corrupção, a Câmara dos Deputados instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as irregularidades cometidas ao longo do governo Collor. Ao final dos trabalhos houve a incriminação dele, sendo então impedido de exercer a função de presidente da República, e os seus direitos políticos foram cassados, pelo Senado Federal, por oito anos.

Aprovado o Projeto de Lei, coube ao presidente Itamar Franco sancioná-lo. Nesse momento, diversas entidades e instituições pressionaram e apelaram ao presidente para que o mesmo vetasse alguns dispositivos que tornariam a Lei Agrária inaplicável. A sanção da referida Lei inclui também, um mecanismo denominado rito sumário, que agilizaria os processos decisórios, por parte do Poder Judiciário, acerca da desapropriação de terras. Durante o governo Itamar Franco houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos, todavia em situação mais promissora do que no governo anterior. Nesse período (1992-1994), não surgiu nenhuma proposta de reforma agrária. Apenas a tentativa de administração dos conflitos e das ocupações de terras com a realização de novos assentamentos (FERNANDES, 1998).

No primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a reforma agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Nesse período houve a realização de uma ampla política de assentamentos rurais, pois o governo defendia a tese que não havia mais latifúndio no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra. Desse modo, acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido. O projeto de reforma agrária se limitou a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 1998).

Norder (2004) afirma que o Estado necessitou atuar sobre a questão agrária na segunda metade da década de 90:

[...] de forma mais incisiva e abrangente que os governos anteriores, com a desapropriação de áreas improdutivas e a implementação de assentamentos rurais, o que implicava em investimentos governamentais para o pagamento de áreas desapropriadas, criação de infra-estrutura social e financiamento da produção agropecuária das famílias assentadas, contrariando assim as diretrizes oficiais e

acordos internacionais de contenção do déficit fiscal e redução da participação direta e indireta do Estado em atividades econômicas e sociais. Junto a isso, ampliaram-se as ações de regularização fundiária de áreas em disputa acoplando estas medidas, com finalidade publicitária, segundo o MST ao rol de ações de reforma agrária (p.112).

Com isso, o governo buscava trazer a opinião pública para o seu lado, para que esta fosse favorável a política de reforma agrária implementada, e ao mesmo tempo desqualificar o MST, utilizando-se para isto, pelo menos duas argumentações:

De um lado, com o uso de meias-verdades – como é o caso de anunciar os números de famílias assentadas sem considerar dupla contagem, a destruição do emprego no campo e a timidez desses números frente às demandas sociais – mostrava-se agressivo e eficaz na implementação da reforma agrária anunciando metas nunca dantes alcançadas, alterações legislativas (ITR, Rito Sumário, Novos Critérios de Avaliação, etc.), aumento do volume de crédito para assentados (Procera) e agricultura familiar (Pronaf), redução do conflito agrário e novos programas (Lumiar, Casulo, Pronera, Recadastramento Nacional dos Imóveis Rurais, Banco da Terra etc.) [...] Por outro lado, a segunda linha de argumentação governamental foi a crítica contínua aos movimentos sociais (principalmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST), procurando desqualificá-los, enfraquecê-los e criminalizá-los – prática recorrente em nossa história sempre que a organização popular apresenta fortalecimento e chega a conquistas [...] (CARVALHO FILHO, 2001, p.213).

Em seu segundo mandato (1999-2002), Fernando Henrique Cardoso reforçou suas diretrizes estratégicas e desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização da terra. Desse modo, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento de famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada mais de uma vez. Implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos respaldados pelo Banco Mundial. Destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda invalidou a política de educação para os assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST (FERNANDES, 2003).

Embora Fernando Henrique Cardoso tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária na história do Brasil, as ações implantadas produziram pelo menos dois resultados: o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a 120 mil famílias, e a precarização dos assentamentos, que foram implantados com projetos

incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebia créditos agrícolas e de investimento (FERNANDES, 2008a).

O governo de Fernando Henrique Cardoso nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, a grande maioria dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos sociais do campo entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, diminuindo assim, o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda de governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) incorporou os assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais, e os contabilizou como assentamentos criados no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FERNANDES, 2003).

O conjunto de transformações realizadas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram consolidadas no plano conhecido como “Novo Mundo Rural”, cujo objetivo precípua baseava-se na descentralização da saúde, educação, entre outros, e na emancipação rápida dos assentamentos de reforma agrária. O/A trabalhador/a rural era visto como um empreendedor e precisava se tornar competitivo no mundo dos negócios. O “Novo Mundo Rural”, de acordo com as palavras de Domingos Neto (2004), era uma expressão:

[...] utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais. O progresso técnico, acarretando ganhos de produtividade na agricultura, haveria ensejado a formação de um ‘excedente de trabalho’. Assim, as famílias de produtores estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas com o objetivo de complementar suas rendas (p.29).

Um balanço da política agrária do governo Fernando Henrique Cardoso é apresentado por Resende e Mendonça (2004). O autor e a autora afirmam que os programas desenvolvidos (Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos), sob a tutela do Banco Mundial, durante a citada gestão apresentaram como problemas: aumento do valor da terra e pagamento à vista como forma de premiar o latifúndio; inviabilidade econômica, impossibilidade do pagamento dos empréstimos e endividamento dos/as trabalhadores/as rurais; aquisição de terras sem registro e improdutivas; compra da terra feita por associações de trabalhadores/as, sem autonomia na escolha das áreas; condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas; e denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos.

A primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio dos movimentos sociais do campo, e começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma das promessas de campanha de Lula. Os movimentos sociais do campo realizaram o maior número de ocupações de terras da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre buscou o diálogo com as organizações de trabalhadores/as rurais (FERNANDES, 2008a).

Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenados por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do II PNRA (FERNANDES, 2008a). O objetivo principal do II PNRA “[...] era iniciar um processo que, de fato, levasse o governo Lula a uma política com potencial de impacto significativo na desconcentração fundiária do País e, assim, confrontasse as forças do latifúndio que sempre impediram políticas desse tipo” (CARVALHO FILHO, 2004, p.338).

Porém, houve resistências a implantação do II PNRA. Na década de 1980, a principal oposição à realização do I PNRA partiu dos/as ruralistas, principalmente com a criação da UDR. Nesse início de século XIX, a reforma agrária encontra como principal opositora o agronegócio. Muitos/as ruralistas da década de 1980 integraram-se ao agronegócio por meio da produção ou pelo arrendamento da terra para as grandes corporações capitalistas. Atualmente, os/as ruralistas englobam os/as pecuaristas, produtores/as de soja e de cana-de-açúcar. Grandes latifundiários/as encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão do cultivo da soja e da cana-de-açúcar. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio da lógica da produção de monoculturas em grande escala (FERNANDES, 2008a).

O agronegócio nos dizeres de Iglécias (2007) é:

[...] o conjunto de atividades agropecuárias relativas à produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários, pautadas por algumas características bastante peculiares, como competitividade, gestão, foco no consumidor, altos índices de produtividade, desenvolvimento permanente da ciência e tecnologia, intensividade em capital (e, em algumas cadeias produtivas, também em trabalho) e inserção nas cadeias produtivas, financeiras e comerciais globais (p. 76).

Com o passar dos tempos, o agronegócio se tornou uma das forças da aliança política que apóiam o governo Lula em seus mandatos. Dessa forma, de maneira velada não há a desapropriação de terras nas regiões que interessam às corporações, a fim de manter o

apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões com terras públicas griladas pelos/as latifundiários/as, o governo não tem atuado intensamente no sentido da desapropriação (FERNANDES, 2008a).

Entretanto, a necessidade de se apresentar uma resposta objetiva aos/as trabalhadores/as rurais resultou em uma reforma agrária paradoxal. O governo Lula passou a investir suas ações na regularização fundiária de terras de trabalhadores/as rurais na Amazônia do que na criação de novos assentamentos de reforma agrária. O refinanciamento de dívidas do agronegócio e o aumento de créditos para investimentos e custeio têm possibilitado a territorialização sobre as terras da Amazônia, desmatamento de extensas áreas em Mato Grosso, Rondônia e Pará, além da compra de extensas áreas de para o plantio de cana-de-açúcar e eucalipto (FERNANDES, 2008a).

Nesses termos, o agronegócio está associado a extensas cadeias produtivas globalizadas, relações comerciais internacionais e também a mercados financeiros mundiais, mobilizando governos a definirem diretrizes de política econômica à indústria, grandes corporações mundiais do setor, dentre outros agentes – enfim, algo dissonante à perspectiva de realização de uma ampla e significativa reforma agrária ou mesmo uma política econômica voltada para o desenvolvimento de grupos sociais, cuja experiência se associa à vida no campo (FIRMIANO, 2009).

Em cena: o MST

Companheiros de jornada
 Dessa longa caminhada
 Vamos falar um pouquinho
 Dessa história que é formada
 Com luta, com sofrimento
 Com sangue que é derramado
 Daqueles que dão as mãos
 Aos companheiros massacrados
 Pelo homem que é tirano
 Com poder que é desumano
 Com dinheiro que é roubado.

Perguntaram quantos somos, ei
 Gritamos somos milhões, ei, ei [...]
 (Zoel Bonomo – MST/ES, 1992)

As lutas no campo durante muito tempo estiveram atreladas aos sindicatos de trabalhadores/as rurais, que por sua vez, se encontravam articulados nacionalmente em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foi em torno dessa identidade de trabalhadores/as rurais, principalmente após 1968 quando os setores mais combativos influenciados pelos ideários do partido comunista no Brasil retomaram o controle da entidade que, até então, estava sob direção do regime ditatorial (PORTO-GONÇALVES, 2005). Assim, foi por meio dos sindicatos e da CONTAG que passamos a observar a construção de um movimento de resistência que vai se afirmando nacionalmente e se impondo frente à enorme dificuldade enfrentada no contexto rural da época.

O MST, movimento social camponês, não é o único, mas é um dos que representa a continuidade de um processo histórico de organização da classe expropriada sob o modo de produção vigente e luta pela sua emancipação. Ao inovar em suas formas de organização e de lutas tem também se apresentado como um espaço de formação política e humana, a partir da constante inserção na dinâmica da luta de classes, constituindo-se como frente de práticas e ações revolucionárias.

Stédile e Fernandes (2005) apontam um conjunto de três fatores que contribuíram para a gênese do MST. O principal deles está relacionado ao aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970, com a política agrária adotada pelo regime militar que provocou uma rápida e intensa mecanização da lavoura brasileira. Outro fator preponderante na constituição do MST está ligado à esfera ideológica. Os trabalhos pastorais a partir da CPT gestaram experiências de resistência que mantiveram na pauta política a questão da reforma agrária. A situação política do processo de democratização do país é o terceiro fator relacionado à gênese do MST. O

Movimento só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade.

A luta pela democratização da sociedade brasileira e contra a ditadura militar criou as bases necessárias para o surgimento do MST. Se a luta contra o regime militar não tivesse acontecido também na cidade, através das lutas populares dos movimentos e dos sindicatos pelo restabelecimento da democracia, o MST não teria nascido. Não é possível isolar o surgimento do movimento acreditando que ele é resultante apenas da vontade dos/as trabalhadores/as rurais (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

O Movimento tem suas raízes nas lutas concretas pela conquista da terra, as quais os/as trabalhadores/as rurais foram desenvolvendo em diversas partes do país. “O MST não nasceu no Rio Grande do Sul, como muitos pensam, o MST nasceu no Brasil, nas diversas lutas pela terra, acompanhada e abençoada pela Comissão Pastoral da Terra” (FERNANDES, 2008b, p.27).

Com a abertura política os movimentos de lutas sociais do campo voltam a se estruturar e reiniciam as lutas dos/as trabalhadores/as rurais. Criado formalmente em 1984, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra²⁴, realizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná (CALDART, 2001), o MST se tornou ao longo dos anos um sinônimo de luta pela terra e de reforma agrária em nosso país. Ao utilizar a estratégia da ocupação de terras como forma de luta legítima para suas reivindicações (FERNANDES, 2001; MST, 2007), o MST tem adotado um posicionamento de embate ao poder dos/as grandes proprietários/as de terra. Assim, busca interferir nos pactos de poder historicamente cristalizados entre as elites e o Estado. “A ocupação é o que deu vida à luta pela terra. Sem ocupação, o MST não nasceria e, sem ela, morre” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p.113).

Além das ocupações realizadas às terras passíveis de desapropriação para fins da reforma agrária, a estrutura organizativa do MST é algo relevante para o movimento. Estruturada em bases democráticas e efetivamente de massas, possui um coletivo nacional, representante das diferentes regiões onde o movimento atua e que respeita as diferenças existentes entre as várias partes do país. É um movimento que se destaca pelo respeito às decisões tomadas coletivamente (OLIVEIRA, 2001; VENDRAMINI, 2000).

²⁴ Nesta reunião que culminou com criação formal do MST havia trabalhadores/as sem-terra de diversos estados brasileiros, bem como representantes de organizações sindicais (como a Central Única dos Trabalhadores - CUT), de entidades católicas (como a CPT) e luteranas, e de organizações relacionadas à questão agrária (como a Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA) (BRANFORD; ROCHA, 2004).

Além da *estrutura organizativa* que reúne diferentes dimensões, Vendramini (2000) nos apresenta mais quatro aspectos que seriam características de originalidade do MST. A *combatividade permanente*, realizada através de diversas estratégias de atuação, supõe a continuidade da luta, ou seja, ela não se esgota com a conquista e posse da terra, e pode ser exemplificada através das palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”, tema do II Congresso Nacional em 1990.

O *protagonismo autotransformador* “[...] está materializando a idéia de que é possível lutar por um projeto coletivo, criando consciência militante nos seus membros, os quais estão trabalhando por mudanças sociais para o povo e não apenas resolvendo seu projeto pessoal” (VENDRAMINI, 2000, p.55), e diz respeito à transformação dos/as integrantes do Movimento em construtores/as da própria história.

As *práticas politizadoras* têm criado um programa de educação política e técnica que combina o desenvolvimento de capacidades de mudanças estruturais com capacidade de produzir. Todas as suas atividades – reuniões, ocupações, marchas, atos públicos etc. – são consideradas momentos de formação política (VENDRAMINI, 2000).

A *radicalidade* também é apresentada pela autora como uma das características de originalidade do Movimento. Manifesta-se no questionamento fundamental da ordem vigente, e se impõe porque as estruturas sociais, políticas e econômicas são marginalizadoras. A luta em defesa da terra é articulada por uma organização, que se opõe ao latifúndio e ao Estado, constituindo-se num dos canais para a transformação dessa mesma ordem (VENDRAMINI, 2000).

O papel desse destacado movimento social vai além das questões agrárias, sendo também um dos principais focos de resistência e luta contra o projeto neoliberal que vem se implantando no Brasil (CALDART, 2001; FERNANDES, 2001; MORIGI, 2003) e internacionalmente.

A radicalização na luta impetra na sociedade a eminência do debate sobre a importância que representa o processo de reforma agrária com o objetivo de enfrentar o avanço do neoliberalismo no setor rural, materializado no agronegócio (ou *agrobusiness*), que tem como algumas de suas consequências, o crescimento do latifúndio e a ingerência dos/as grandes capitalistas do campo (empresas transnacionais) na definição da produção do campo visando a “competitividade internacional”, quer dizer, o lucro.

Com os avanços das políticas neoliberais no mundo inteiro cresce a resistência dos grupos populares que passam por situações semelhantes de expropriação. O MST atento a essa necessidade que se faz presente nessa luta, que cada vez mais se internacionaliza,

ampliou suas relações com os movimentos camponeses de outros países, principalmente a partir de 1996, quando o Movimento se filiou à Via Campesina²⁵.

A luta pela reforma agrária empreendida pelo MST avança e tem não só a reivindicação pelo acesso à terra, mas a necessidade de garantir uma série de direitos sociais (trabalho, educação, saúde, lazer...) previstos na Constituição.

Essas necessidades são identificadas no ideário programático do Movimento em que se destacam as seguintes exigências na luta pela Reforma Agrária: modificação da estrutura da propriedade da terra; subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantia de que a produção agrícola esteja voltada para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores/as; busca de um desenvolvimento do campo que garanta melhores condições de vida e acesso a todos/as à educação, à cultura e ao lazer (MST, 2006).

Ao apresentar com clareza o seu projeto histórico, o MST vem (re)construindo a história da luta camponesa no país, demonstrando e resgatando em suas estratégias o legado das lutas que trabalhadores/as têm travado ao longo dos tempos.

²⁵ A Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponeses de diversos países do mundo. A estrutura é formada pela Conferência Internacional, Comissão Internacional, Comissões Políticas, Secretaria Executiva e pelos movimentos campesinos vinculados. O surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos sociais do campo desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial (FERNANDES, 2008b).

Ribeirão Preto e região

Ai doutor: mais respeito com essa gente
 que ao invés do terno e gravata prefere ser decente.
 Um por todos e todos por um.
 A união faz a raça no conceito da rapa
 que não abraça idéia de político.
 Aqui patifaria acaba em homicídio.
 Eu sou revolucionário!
 Oh, periferia amada, idolatrada:
 que força estranha que fortifica minha auto-estima diária!
 Eu sei que somos desacreditados pelo burguês
 que humilha o carente, o pobre.
 Corre boy:
 agora é minha vez!
 Que se dane seu dinheiro, sua posição social.
 Aqui é o gueto que chacoalha seu emocional!
 O interior é a cena:
 Ribeirão Preto,
 do Botafogo ao Comercial.”

(Consciência X Atual,
 grupo de rap de Ribeirão Preto).

O município de Ribeirão Preto possui uma população estimada de 547.417 habitantes e a área das unidades territoriais totaliza 650 Km² (IBGE, 2009). Localizada no interior do estado de São Paulo, a região traz em sua trajetória a vinculação embrionária ao setor sucroalcooleiro, “[...] história atravessada por um processo de desenvolvimento apoiado pela grande propriedade rural e pela ‘vocação’ para a exportação de *commodities*, singularizada pela questão agrária como mediação fundamental dos processos de expansão da economia, da articulação política e de sua organização social” (FIRMIANO, 2009, p.12-13).

Durante a década de 1990 a cidade ostentava o título de “Califórnia Brasileira”, por apresentar um PIB per capita igual ao estado estadunidense. Para muitos, Ribeirão Preto conseguia conjugar “o melhor do campo com o melhor da cidade”, argumento esse ainda presente em alguns setores da classe média paulistana. Com o passar do tempo, o título conquistado caiu em desuso, e hoje sustenta um novo, “Capital Brasileira do Agronegócio”. Para quem vive na região o agronegócio está presente em quase todas as esferas da comunidade ribeirão-pretana e região, sejam em jornais, televisão, rádios, anúncios publicitários, escolas públicas (como a distribuição do gibi “Turma do Caninha” e o concurso de redações sobre as qualidades da cana-de-açúcar), eventos culturais e projetos “ambientais” (TOMAZ, 2008).

Nesta primeira década do século XXI, Ribeirão Preto e os municípios que compõem a região emergem no cenário nacional como responsável por quase um terço da

produção de álcool do país promovida pelas mais de cem usinas de processamento de cana-de-açúcar (açúcar, energia e etanol) instaladas, tornando-se referência da matriz neoliberal, em âmbito nacional e internacional, de um projeto hegemônico de desenvolvimento territorial, denominado *agrobusiness* ou agronegócio. Este desenvolvimento recobre a exploração do território rural, com a monocultura da cana-de-açúcar, os centros urbanos, com a indústria, o comércio e os serviços, articulando e integrando capitais ao mercado financeiro (FIRMIANO, 2009; TOMAZ, 2008).

Atualmente existem 20 novas usinas sendo construídas e outros 35 projetos estão aguardando licenças para serem iniciados. A expansão da área de plantio de cana é latente. Grande parte dos municípios da região possuiu mais de 80% de sua área com esse cultivo (em alguns casos, as áreas declaradas pelos/as fazendeiros/as superam a própria área dos municípios!). A pressão da expansão das fronteiras da cana segue em todas as direções.

O município apresenta-se como pólo de atração de força de trabalho nas épocas de safra da cana-de-açúcar. Segundo dados da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a cana-de-açúcar tem se expandido sobre áreas tradicionalmente cultivadas com culturas perenes e outras destinadas ao abastecimento de alimentos da região (MST, 2008).

Entretanto, o fato de o agronegócio ser a força motriz da economia de Ribeirão Preto não significa que ela seja a única a determinar os dinamismos sociais em função dos interesses dos agentes políticos e econômicos. A economia da cidade e da região é mais diversificada do que parece numa primeira análise. Ao agronegócio se soma o setor imobiliário, o setor automobilístico e, por fim, um complexo e diferenciado setor comercial. Não são os únicos, porém os mais significativos no que trata da relação entre as forças econômicas e as forças políticas locais (TOMAZ, 2008).

O investimento de capital em Ribeirão Preto atraído pelo agronegócio (só o setor canavieiro produz na região 25 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 300 mil hectares, segundo Instituto de Economia Agrícola), traz devastadoras consequências sociais e ambientais (TOMAZ, 2008).

A monocultura, seja ela de qualquer espécie, é devastadora da biodiversidade e tende a esgotar a fertilidade do solo em médio e longo prazos, trazendo para a paisagem a imagem do chamado “deserto verde”. Ainda no que se refere ao aspecto ambiental, o uso da queimada em Ribeirão Preto, prática comum para a colheita da cana, tem trazido sérias consequências como: o aumento significativo dos casos de problemas respiratórios pela presença de substâncias tóxicas no ar, fruto das queimadas; a fuligem preta que cobre as

idades da região diariamente, as ilhas de calor que se formam sobre os canaviais durante as queimadas, e a baixa umidade relativa do ar (MST, 2008).

O quadro se torna ainda mais grave se considerarmos que esta região está situada sobre área de recarga direta do Aquífero Guarani, em especial Ribeirão Preto que localiza-se em um dos pontos de afloramento de uma das maiores reservas de água potável do mundo. Tendo em vista o estudo feito pelos técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) constatou-se a presença de substâncias tóxicas na água, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos na cana-de-açúcar (MST, 2008).

Os custos sociais também são elevados quando pensamos no desenvolvimento²⁶ baseado no agronegócio e na sua busca pela manutenção das taxas de lucro. A demanda temporária de trabalho na colheita da cana-de-açúcar é suprida com a exploração de trabalhadores/as vindos/as de outros estados do país (atualmente destacam-se Maranhão e Minas Gerais), que normalmente são submetidos a jornadas extensas, precárias condições de trabalho e “moradia”, e péssima remuneração (MST, 2008; TOMAZ, 2008).

Em decorrência dessa opção pelo agronegócio observamos o aumento do abismo que separa os setores populares dos privilegiados. A materialização desta contraditória realidade está presente nos centros urbanos através do aumento do número e quantidade de moradores/as das favelas, do desemprego de um contingente cada vez maior de homens e mulheres, falta e/ou acesso precário a bens públicos (saúde, educação, moradia, segurança etc.), convívio com as mais variadas formas de violência, destruição de grandes áreas de florestas incluindo áreas de preservação permanente e reservas, degradação do solo e dos recursos hídricos, e ausência de diversidade de culturas plantadas. Esses elementos fazem parte do repertório cotidiano dos grupos marginalizados que vivem na “capital nacional do agronegócio” e região.

Apesar de latentes, observamos o menosprezo ou a desconsideração dessas questões pelos setores hegemônicos. Evidencia para os/as mais atentos/as a simbiose entre o poder econômico e o poder político local, que possuem uma articulação que possibilita tanto a contenção dos problemas e as forças sociais dele resultantes quanto a proposição contínua de soluções “dentro da ordem”, pois para os setores dominantes, o que se apresenta nesses casos

²⁶ É necessário que reflitamos sobre o significado da expressão “desenvolvimento”, neste contexto em particular, assim como em outros. Geralmente associado à esfera econômica, o significado de “desenvolvimento” tem sido atrelado a concretização de grandes negócios, capazes de gerar o acúmulo de capital. Porém, contraditoriamente, este mesmo desenvolvimento que produz “lucro”, em diversas ocasiões é responsável por marginalizar um sem número de homens e mulheres, e é a isto que devemos estar atentos.

é uma falta da “modernização” trazida pelo agronegócio e não uma consequência inevitável de seu modelo de desenvolvimento (TOMAZ, 2008).

Em estreita relação com o cenário de precarização das condições de existência de inúmeros/as homens, mulheres, crianças e idosos, que ao proclamarem “[...] seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva” (MARTINS, 1994, p.14), buscavam estabelecer uma reação frente à lógica que lhes impingia brutal condição.

Após manifestações ocorridas no município de Guariba, que revelou a existência do problema agrário na região de Ribeirão Preto, a dinâmica da luta social no campo ganhou novas formas e conteúdos, alcançando uma maior coesão política e ideológica. Esse processo foi marcado pela chegada do MST nessa região (FIRMIANO, 2009).

No final de década de 1990, as lutas dos/as trabalhadores/as rurais na região de Ribeirão Preto ganhavam força. Os sindicatos ainda se constituíam como um dos principais instrumentos de organização da classe trabalhadora e, na época, alguns/mas deles/as, buscavam se articular, reunir forças, com a intenção de aproximar a luta dos/as trabalhadores/as da cidade e do campo e, com isso, fortalecer a sua organização (FIRMIANO, 2009).

Assim, em fins da referida década, o MST emergiu na região de Ribeirão Preto arregimentando famílias de trabalhadores/as que viviam predominantemente nos centros urbanos integrando o mercado informal de trabalho e/ou na condição de desempregados/as. Muitos deles/as migrantes que buscam construir uma vida próspera em Ribeirão Preto ou em cidades da região, tidas como potenciais centros de desenvolvimento econômico, mas que, ao ali permanecerem por um dado período, conheceram o trauma, a degradação material e moral, de todo o grupo familiar.

Desde então, encontramos o MST presente no município de Ribeirão Preto e região, estabelecendo um embate frente ao modelo agrário pautado no agronegócio, estabelecendo alianças com sindicato de trabalhadores/as das cidades adjacentes, partidos políticos de esquerda, dentre outros segmentos sociais.

CAMINHADA METODOLÓGICA

É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar.

(FREIRE, 2006c)

Entendo a pesquisa enquanto produção de conhecimento, e essa sempre em uma relação dinâmica de edificação inacabada que apresenta em seu âmago a indissociabilidade entre sujeito e objeto.

Devemos pensar a construção do conhecimento como um processo sócio-histórico que apresenta uma realidade carregada de sentidos/significados, atribuídos pelos mais diversos sujeitos envolvidos nessa trajetória, que podem contribuir de maneira relevante para a construção de um campo de estudos e intervenção (SILVA; GONÇALVES JUNIOR, 2009).

Um conhecimento erigido na experiência, como aquele apontado por Merleau-Ponty (2006) ao afirmar que:

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente o seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda (p.3).

Dessa forma, lazer e processos educativos no contexto dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra são apresentados sob a referência do *olhar*, dotado de *intencionalidade*, ou seja, marcado pela intenção de desvelar o que se mostra na dinâmica em que me encontrava. Diria que foi um *olhar* de compreensão²⁷, pois:

Graças a essa noção ampliada da intencionalidade, a ‘compreensão’ fenomenológica distingue-se da ‘intelecção’ clássica, que se limita às ‘naturezas verdadeiras e imutáveis’, e a fenomenologia pode tornar-se uma fenomenologia da gênese. Quer se trate de uma coisa percebida, de um acontecimento histórico ou de uma doutrina, ‘compreender’ é reapoderar-se da intenção total [...] (MERLEAU-PONTY, 2006, p.16).

²⁷ Machado (1994) nos aponta que “compreender diz respeito a uma forma de cognição que diverge da explicação. Compreender é tomar o objeto a ser investigado na sua intenção total, é ver o modo peculiar específico, do objeto existir. Explicar é tomá-lo na sua relação causal” (p. 35-36).

Compreensão que se deu em uma perspectiva, dentre as múltiplas possibilidades do fenômeno mostrar-se. De acordo com Merleau-Ponty (2006):

[...] os objetos formam um sistema em que um não pode se mostrar sem esconder outros. Mais precisamente, o horizonte interior de um objeto não pode se tornar objeto sem que os objetos circundantes se tornem horizonte [...]. A estrutura objeto-horizonte, quer dizer, a perspectiva, não me perturba quando quero ver o objeto: se ela é o meio que os objetos têm de se dissimular, é também o meio que os objetos têm de se desvelar (p.104-105).

O caminho trilhado para a consecução desse estudo possibilitou o encontro com companheiros/as que compartilharam suas experiências através de uma relação intersubjetiva e dialógica entre pesquisador e trabalhadores/as rurais sem-terra. Isso evidencia que o mundo, entendido na perspectiva fenomenológica:

[...] é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ela é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que forma sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (MERLEAU-PONTY, 2006, p.18).

Através da intersubjetividade estabelecida após um período de inserção cuidadosa e atenta pautada na “[...] sensibilidade para as dinâmicas da comunidade, sensibilidade para ver, sentir a paisagem mas também enquanto desejo de entendê-la; um entendimento que vem ao longo do tempo, na convivência” (OLIVEIRA; STOTZ, 2004, p.8), busquei durante todo o tempo, “[...] um envolvimento pessoal, observando, perguntando e conversando” (OLIVEIRA; STOTZ, 2004, p.15).

Ao pesquisarmos práticas sociais e os processos educativos que delas são desencadeados devemos conviver com as pessoas, grupos e/ou comunidades com os/as quais estamos em contato. Convívio que significa:

[...] estar junto, olhar nos olhos, conversar frente à frente [...] é a arte de se relacionar, dá intensidade à relação, sabor ao fazer e gera afetividade e saber [...] Conviver se aprende convivendo e para essa convivência há algumas moedas: simpatia, confiança, humildade, sensibilidade, respeito, flexibilidade em relação aos tempos (OLIVEIRA; STOTZ, 2004, p.6-15).

Diante disso, podemos afirmar que “Conviver não é apenas um desejo ou uma opção pessoal do pesquisador, que corre paralelamente à pesquisa, mas, sim, o cerne do ‘fazer’ da pesquisa, explicitado na metodologia, experimentado e avaliado” (OLIVEIRA et

al., 2009, p.11). Ao nos relacionarmos dessa forma com os/as outros/as e com o mundo, transformamos esse convívio em uma experiência singular que:

[...] tem sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Além disso, posto que não se pode antecipar o resultado, a experiência não é um caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem 'pré-ver' nem 'pré-dizer' (LARROSA BONDÍA, 2002, p.24).

Essa maneira de *ser-com-os-outros* foi favorecedora no sentido de, como propõe Oliveira et al. (2009), não tratar as pessoas, grupos, comunidades como objetos de pesquisa, mas de compreendê-los/as enquanto sujeitos colaboradores/as da pesquisa, fazendo-se necessário atentar para a coexistência do *eu-e-do-outro-ao-mundo* em um exercício de intersubjetividade, ganhando sentido o próprio social.

A partir dessa postura que procurei insistentemente me pautar durante o período de convivência com os/as trabalhadores/as rurais do MST, a fim de evitar olhares equivocados, tive a clareza de que:

[...] a própria forma de relatar uma experiência indica a concepção de mundo de quem faz o relato. Neste sentido, é possível afirmar que os profissionais e a população não vivem a mesma experiência da mesma maneira [...]. Se a referência para o saber é o profissional tal postura dificulta a chegada ao saber do outro. Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir das suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. (VALLA, 1996, p.179).

Colaboraram no estudo 30 pessoas, sendo 15 homens e 15 mulheres. Dos 15 homens colaboraram 8 integrantes do MST, 4 do GEQA e 3 colegas pessoais e/ou de um dos citados grupos que estavam presentes em alguma das 14 ocasiões em que ocorreu a pesquisa de campo com descrição em Diário. Das 15 mulheres colaboraram 5 integrantes do MST, 2 do GEQA e 8 colegas pessoais e/ou de um dos citados grupos que estavam presentes em alguma das citadas ocasiões. A adesão dos/as integrantes do MST e demais colaboradores/as da pesquisa se deu de forma autônoma, após o esclarecimento e assinatura pelos/as participantes de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice 2), no qual concordavam com os procedimentos adotados para a coleta de dados (Diários de Campo e imagens dos encontros) e da posterior divulgação das informações no meio acadêmico. Os nomes verdadeiros dos/as colaboradores/as foram substituídos por nomes fictícios.

Nome fictício	Sexo	Grupo
Anton	M	MST
Elizabeth	F	MST
Hélder	M	MST
José	M	MST
Camilo	M	MST
Ruy	M	MST
Paulo	M	MST
Pablo	M	MST
Celso	M	GEQA
Oziel	M	MST
Olga	F	MST
Rosa	F	COLEGA
Flora	F	COLEGA
Dorothy	F	COLEGA
Haydée	F	COLEGA
Laudelina	F	COLEGA
Maria Margarida	F	COLEGA
Luisa	F	COLEGA
Tito	M	COLEGA
Caio	M	COLEGA
Vladimir	M	COLEGA
Josimo	M	GEQA
Roseli	F	GEQA
Heleny	F	MST
Clóvis	M	MST
Helenira	F	GEQA
Tito	M	COLEGA
Célia	F	COLEGA
Bartolina	F	MST
Tânia	F	MST

Quadro 1: Quadro descritivo dos/as colaboradores/as do estudo.

Os encontros com os/as colaboradores/as citados/as ocorreram em espaços diversos, desde um diálogo casual em um ônibus de viagem intermunicipal, passando por situações de convivência no Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” e na UFSCar durante um Encontro de Violeiros e Violeiras, até a convivência nos assentamentos Mário Lago e Sepé Tiarajú, bem como no acampamento Alexandra Kollontai, os três na região de Ribeirão Preto. Os registros em Diários de Campo tiveram início em 10/09/2008 e encerraram-se em 03/08/2009.

A escolha do método de investigação não se deu arbitrariamente, pois “[...] não sou um elemento externo às circunstâncias em que se encontra o que quero compreender”

(SILVA, 1990, p.110). Diante disso, optei pela pesquisa de abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), uma vez que a mesma é capaz “[...] de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes *aos atos, às relações, e às estruturas sociais*, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1998, p.10, grifos da autora).

A pesquisa qualitativa pode ser efetivada em várias outras modalidades que não as da perspectiva fenomenológica (GARNICA, 1997), porém dadas as necessidades que senti e os objetivos estabelecidos, optei por essa abordagem acreditando ser a mais adequada aos propósitos desse estudo. Esta escolha se pauta na possibilidade aberta pela fenomenologia, de pensar o ser humano, segundo as palavras de Carmo (2000) “[...] em seu meio natural, cultural e histórico, ou seja, como ser-no-mundo, mais do que como ser ideal [...]” (p.13).

Merleau-Ponty (2006) nos atenta para que estejamos cientes de que “a fenomenologia só é acessível a um método fenomenológico” (p.2), e concordando com tal posicionamento procurei descrever, mesmo que sumariamente, alguns de seus pressupostos que serviram de aporte teórico-metodológico para a construção dos resultados.

Husserl, expoente do pensamento fenomenológico, busca como nos lembra Dartigues (1973), rejeitar o naturalismo das ciências humanas que, não tendo posto a especificidade do seu sujeito em evidência e, tratando-o como se fosse uma entidade física, confundem descobertas das causas exteriores de um fenômeno com a natureza própria desse fenômeno.

Martins (1992) nos esclarece que fenomenologia é o:

[...] nome que se dá a um movimento cujo objetivo precípua é a investigação direta e a descrição dos fenômenos que são experienciados pela consciência, sem teorias sobre a sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e preconceitos (p.50).

Enfim, a fenomenologia é o estudo das essências através da qual procuramos descrever e compreender o fenômeno e não analisá-lo, explicá-lo, fazendo isso por meio do *ir às coisas mesmas*. Para Merleau-Ponty (2006) “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais” (p.1).

É importante lembrar que o fenômeno se mostra, se manifesta, se desvela, surge à consciência para o sujeito que o interroga.

Diante disso, percebo que o fenômeno ganha outras dimensões com a fenomenologia. A explicação é substituída pela descrição e a preocupação em demonstrá-lo cede lugar para o foco principal que passa a ser mostrá-lo. De acordo com Carmo (2000), “[...] descrever supõe abordar o fenômeno da perspectiva do homem que o vivencia tal como ele se apresenta à consciência. Em linhas gerais, podemos dizer que a fenomenologia tem como ponto de partida *não negar* a realidade do mundo exterior” (p.22).

Os acontecimentos ocorridos nas áreas de reforma agrária foram anotados em Diários de Campo, que são relatos escritos “[...] daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.150). As descrições presentes em um Diário de Campo, “[...] refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real” (LOPES et al., 2002, p.132), uma vez que somos sabedores/as que “o meio nunca pode ser completamente capturado” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.163), além de refletirem as decisões do/a pesquisador/a quanto ao que anotar e as palavras empregadas nos relatos.

A construção de Diários de Campo é especialmente útil no contexto rural, espaço onde encontramos relações complexas, dada a maior interação com a natureza. Tal técnica visa contribuir para a reflexão e compreensão da realidade social (LOPES et al., 2002).

Os conteúdos dos Diários apresentam dois tipos de materiais: o descritivo e o reflexivo. No que tange a parte descritiva desse instrumento, o/a pesquisador/a procura registrar de maneira detalhada o que ocorreu no contexto do estudo e pode englobar: *Retratos dos sujeitos* (aparência física, maneiras de vestir, falar e de agir); *Reconstruções do diálogo* (as conversas entre os sujeitos, entre os sujeitos e o/a pesquisador/a); *Descrição do espaço físico* (através de desenhos ou descrições do arranjo espacial do local que estamos a observar); *Relatos de acontecimentos particulares* (descrição dos/as envolvidos/as, maneira e natureza da ação); *Descrição das Atividades* (descrição detalhada tanto da sequência quanto dos atos dos indivíduos); *O comportamento do observador* (atenção às atitudes e suposições). Adicionalmente ao material descritivo temos, na parte reflexiva dos Diários de Campo, um conjunto de frases e parágrafos que expressam um relato particular do/a pesquisador/a em relação a trajetória da pesquisa. Envolvem: *Reflexões sobre a análise* (ponderações acerca dos temas, padrões, conexões, adição de ideias e pensamentos que estão emergindo); *Reflexões sobre o método* (avaliação dos procedimentos utilizados no estudo); *Reflexões sobre conflitos*

e dilemas éticos (preocupações relacionadas aos valores e responsabilidades para com os sujeitos do estudo); *Reflexões sobre o ponto de vista do observador* (descrição de expectativas geradas com o estudo) e *Pontos de clarificação* (comentários que destacam ou clarificam algo que pode estar confuso) (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Os quatorze Diários de Campo encontram-se numerados em sequência, com referência a data de observação, nome do observador, período de observação, número do Diário e título, sendo as unidades de significados sublinhadas e identificadas em cada um deles através de números arábicos entre parênteses.

Para análise dos Diários de Campo construídos ao longo da pesquisa me inspirei na fenomenologia existencial (MERLEAU-PONTY, 2006; MARTINS; BICUDO, 1989; MACHADO, 1994; GONÇALVES JUNIOR, 2008), geralmente utilizada para análise de entrevistas. A compreensão da realidade através do Diário de Campo, “Avança em direção ao movimento dialético entre um olhar mais aprofundado e o olhar atento do pesquisador sobre a realidade pesquisada. Passa pela questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos da realidade pesquisada” (LOPES et al., 2002, p.134).

Busca rigorosa, fundada na radicalidade (no sentido de ir à raiz do fenômeno), mediante análise e reflexão acerca das ações pelas quais as significações acerca da prática social lazer e os processos educativos que dela desencadearam foram se processando, a medida em que eram postas em evidência. “Quando os outros descrevem aspectos do fenômeno, eles os descrevem como os percebem, no desejo de comunicar essas suas percepções” (GARNICA, 1997, p.115).

Escritos os Diários de Campo e após a realização de várias leituras dos mesmos, iniciei os momentos de análise *ideográfica* e *nomotética*. Na *análise ideográfica* fiz o levantamento dos trechos dos Diários de Campo que eram significativos (no que se refere à interrogação empreendida no estudo). Trata-se do estabelecimento de unidades de significado (as quais aparecem sublinhadas nos Diários de Campo) que são apreendidas após a realização de várias leituras dos mesmos. Na análise ideográfica o pesquisador descobre e atribui significados aos acontecimentos descritos nos Diários de Campo, buscando acesso ao mundo-vida dos/as colaboradores/as do estudo. Isso se dá através de “[...] uma síntese das proposições consistentes apresentadas nas expressões reveladoras do pensar do sujeito, constituindo agrupamentos por temas, entendidos como categorias abertas” (MACHADO, 1994, p.41). Nesse momento de análise buscamos tornar visível a essência do fenômeno.

Em um segundo momento, tivemos a *análise nomotética* que caracteriza um movimento de passagem do nível individual para o geral da manifestação do fenômeno. A

análise nomotética “[...] é feita com base na análise das divergências e convergências expressas pelas unidades de significado, estando vinculada, ainda, a interpretação que o pesquisador faz para obter cada uma dessas convergências ou divergências” (GARNICA, 1997, p.117). Gonçalves Junior (2008) acrescenta a possibilidade da ocorrência das idiossincrasias, ou seja, percepções individuais do fenômeno interrogado, as quais devem ser igualmente respeitadas e valorizadas.

Sendo assim, para Machado (1994):

A análise nomotética não é apenas uma verificação cruzada da correspondência de afirmações reais, mas uma profunda reflexão sobre a estrutura do fenômeno. As generalidades obtidas nesta análise indicam a iluminação de uma perspectiva do fenômeno, considerada a inesgotável abrangência do seu caráter perspectival (p.42-43).

As categorias temáticas são organizadas na Matriz Nomotética (Quadro 2), que será explicitada posteriormente.

A última fase da pesquisa consistiu na *construção dos resultados* que tem como objetivo a compreensão do fenômeno interrogado, baseando-se diretamente nos dados da Matriz Nomotética.

A Matriz Nomotética se compõe de uma coluna à esquerda onde se expõe as categorias provenientes das unidades de significado dos Diários de Campo e classificadas por letras do nosso alfabeto. Os Diários de Campo são identificados através de numeração sequencial com algarismos romanos, dispostos na parte superior da Matriz em uma seqüência horizontal. Abaixo da seqüência dos Diários identificados e do lado direito das categorias, estabelecem-se as caselas, onde se inserem os números arábicos das unidades de significado correspondentes àquela categoria e Diário de Campo, não se perdendo assim, a origem da referida unidade. Quando observarmos a ausência de unidade de significado em uma casela, significa que aquele Diário não apresenta asserção(ões) correspondente(s) àquela categoria (GONÇALVES JUNIOR, 2008).

Durante a construção dos resultados baseada na análise dos Diários de Campo construídos encontramos, por exemplo, a seguinte notação “(VI-18)”, na qual o número em algarismo romano indica a referência ao número do Diário de Campo, havendo após o hífen número em algarismo arábico indicando a unidade de significado relativa a este Diário. Quando houver a presença da letra “d” em minúsculo ao lado do número arábico se trata da existência de uma divergência no interior da categoria analisada.

Quadro 2: Matriz Nomotética

CATEGORIAS \ DIÁRIOS	DIÁRIOS													
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV
A) O lazer como instrumento de luta	2; 3; 4; 6;	1; 2;	4; 5;8, 13,14,	3	3, 6, 13,14 15, 16 20	1, 12, 14,15, 16,17, 18,21 22,25, 26	1, 2, 3,4,5 6, 7,9 10,11 12,13 16,17 19,22 24	4,7, 11,16	2,5,6 8,13, 15,18, 19,20	1,2,3, 4,5,6, 7,8,12	2d,3,4 5, 10	2,3,7 9,10	1d,3,6 14,15 18,	1,2,4
B) Apropriação desigual do lazer pelo gênero feminino no MST			7		1, 2, 12	7, 24, 20	14,18 20		10, 9,10,	9,10, 9	6,11, 2			
C) Formação humana no dia-a-dia do MST: organização, cuidados ambientais, solidariedade, coletividade, partilha e resistência	1; 5; 7d; 8;	3;	1,2;3 6,9,10 11,12, 15	1, 2d,	4,5,7d 8,9,11 17d, 18,19	2d,3, 4d,5,6 8,9,10 11,13, 19,20, 23,26	8, 21 23, 25d, 26 14,15 17	1,2d,3 5,6,8 9d,10 12,13 14,15 17	1,3d,4 7,9,11 12,14 16,17	11,13, 14,15 8	1,6, 7 8	1d,4,5 8,12, 13,14 15	4,5,7 8,9,10 11,12 13,16 17,19 20,21, 22,23 24,25, 26,27, 28 29d	3

CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

Trata-se da busca da compreensão dos significados atribuídos ao lazer por integrantes do MST, e descrição dos processos educativos que permeiam essa prática social, a partir da intersubjetividade estabelecida pelo pesquisador com os/as trabalhadores/as desse movimento social. A seguir apresentamos as categorias construídas nesta pesquisa.

A) O lazer como instrumento de luta

Nessa categoria encontramos algumas asserções convergentes e divergentes que evidenciam o significado atribuído à prática social lazer enquanto um instrumento de luta para os/as trabalhadores/as do MST, ainda que de maneira contraditória.

O processo de transformação social almejado pelo MST passa também pela mudança nos significados das diversas práticas sociais, dentre elas, o lazer, vivenciadas pelos/as trabalhadores/as rurais sem-terra. Nesse sentido, a organização de algumas manifestações culturais nas áreas estudadas se realiza sob a perspectiva das mesmas se constituírem em um instrumento de luta para a transformação das atuais estruturas sociais opressoras, conforme podemos perceber a partir dos trechos que seguem, extraídos dos Diários de Campo que se referem ao “Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras” e a festa do assentamento Mário Lago:

[...] ‘V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras’ que terá como temática central, ‘Aos mestres e mestras do saber popular’, a ser realizado nos dias 23 e 24 de maio desse ano. A realização deste evento ficará a cargo do MST e da Associação Nacional dos Violeiros do Brasil (ANVB). Essa atividade fará parte da jornada de lutas do Movimento e do calendário nacional comemorativo aos 25 anos do MST (VI-18).

[...] Anton reforçou o convite para a festa no Mário Lago que seria realizada na semana seguinte. Dois dias de confraternização entre os/as assentados/as, e que tinha como objetivo fortalecer os vínculos da comunidade, e dar ainda mais força para as futuras lutas que deveriam empreender (XI-10).

A organização do torneio de futebol deveria ser pensada na perspectiva de ser uma atividade de lazer que contribuísse para a aproximação dos/as militantes das diversas áreas da Regional de Ribeirão Preto. Seria um espaço de convivência e fortalecimento de vínculos entre os/as participantes, como podemos observar no seguinte trecho:

Os indicativos de datas seriam os dias 1 e 2 de agosto, depois da festa do Mário Lago e antes da Marcha Estadual. Falamos das possibilidades de organização, quantidade de times, formas de disputas, número de jogadores/as por equipe e premiação. Não sistematizamos nada durante este diálogo inicial. O objetivo central a ser atingido com a realização do torneio seria aproximar as áreas, o acampamento Alexandra Kollontai com os assentamentos Mário Lago e Sepé Tiarajú. O Centro de Formação também teria sua equipe para a disputa do torneio, assim como as equipes universitárias que atuam colaborativamente com o MST. Seria um espaço propício para a aproximação dos/as militantes dessas áreas (IX-6).

Os tempos e espaços para vivência do lazer devem estar vinculados a programas e propostas de formação política que são fundamentais na continuidade do processo de luta pela terra. No campeonato de futebol que seria organizado por integrantes do MST e universitários/as, a possibilidade de atrelar as reflexões de cunho político à vivência dessa modalidade esportiva, no âmbito do lazer, foi cogitada durante as reuniões para organização do evento. Sendo assim, “José havia pensado em pontos cruciais para a organização do torneio. A possibilidade de atrelar a prática do futebol com uma formação política era um ponto que deveríamos amadurecer a ideia, mas teria sentido investir nessa interface” (XI-3).

Porém, durante os diálogos para organização do torneio, os aspectos elencados e discutidos como a forma de disputa, a presença de premiações (se possível), montagem de equipes por áreas, estavam ligados à elementos que reforçam o aspecto competitivo, por conseguinte, endossavam a veiculação de valores dominantes. Este paradoxo pode ser apreendido a partir do seguinte trecho extraído de um Diário de Campo:

Iniciamos o diálogo, e José começou a apontar alguns aspectos como premiação, acolhimento dos participantes, inscrições, forma de disputa e tempo de jogo, e que deveriam ser discutidos para organização do torneio. Ao terminar de elencar os elementos da estrutura organizativa, começamos o diálogo sobre cada um deles (XI-2d).

A realização de muitas atividades de lazer está atrelada ao universo simbólico do MST. A preocupação em aliar as manifestações culturais de lazer aos símbolos que dão existência ao Movimento se faz presente:

A música ao fundo continuava a tocar, só que agora eram músicas de um CD do MST (VII-16).

Apesar da chuva, alguns militantes e universitários/as pegaram um pandeiro, chocalho, timba e começaram a tocar. Inicialmente foram tocadas algumas músicas de samba, mas logo, o estilo musical mudou. Peguei o pandeiro, e começamos a cantar e tocar algumas músicas do MST. Todos/as estavam muito alegres e fazíamos uma pequena festa no barracão (VIII-11).

Uma confraternização entre os/as participantes na noite de sábado (01/08), também estava prevista para ser realizada. Músicas, bandeiras, símbolos do MST deveriam compor o cenário do campo do Sepé Tiarajú durante os jogos (XI-4).

A preocupação com essas interfaces entre simbologia e manifestações no campo do lazer, não se restringe somente aos/as integrantes do MST. Os/As universitários/as que atuam junto a esse movimento social também buscam aliar esses aspectos em ações realizadas por seus grupos, conforme descrição do cenário construído pelo coletivo do GEQA em uma atividade na UFSCar:

Além da música que era propícia para a ocasião, o espaço também fora pensado para que fosse coerente com os propósitos do encontro que ali se realizava. Cerca de oito mesas de plástico, com quatro cadeiras em cada uma delas, foram forradas com plástico e embaixo deste forro, poesias de Bertold Brecht escritas em papel pardo, nos propondo reflexões de cunho político-social, uma das marcas características desse autor (I-2) [...] Logo percebi em cima da porta do espaço onde eram vendidas cervejas uma bandeira do MST fixada na parede com fita crepe (I-3) A preocupação do grupo não fora somente com a questão da arrecadação de verba para repasse ao MST da região de Ribeirão Preto para o desenvolvimento do curso de Agroecologia²⁸, o que, por si só, ao meu ver, já seria louvável. Naquele momento o coletivo buscava aliar essa manifestação de lazer aos elementos simbólicos do MST, através das poesias selecionadas, da bandeira do Movimento, bem como as ‘modas de viola’ tocadas pela dupla de violeiros (I-4).

A necessidade de um espaço para convivência das famílias é um indicativo da relevância da prática social lazer na dinamicidade de uma área de reforma agrária. Isso vai ao encontro do entendimento mais amplo de assentamento rural. Entretanto, este espaço solicitado pelas famílias do assentamento Sepé Tiarajú, ainda não havia sido garantido pelo Movimento, e era uma demanda que se colocava para que dirigentes, coordenadores/as e assentados/as pudessem, de alguma forma, supri-la. Se o lazer se constitui enquanto um instrumento de luta para este grupo, esta questão deveria ser refletida e resolvida, figurando dentro das prioridades do MST. Conforme relatado no Diário de Campo VI, “Na socialização das conjunturas, o assentamento Sepé Tiarajú também foi citado, e encontra-se com problemas de organicidade. A produção do assentamento está fluindo, entretanto, o Movimento percebe a necessidade de construção de um espaço coletivo para a convivência das famílias” (13d).

²⁸ O citado curso foi criado a partir da demanda dos/as trabalhadores/as do MST e de outros movimentos sociais do campo, com o objetivo de fornecer subsídios teórico-práticos para a organização da classe trabalhadora a fim de gerar uma produção agrícola autosustentável, pautando-se na cultura popular, no respeito à terra, ao/a trabalhador/a e a educação. Prevê-se estudo de técnicas como o manejo do solo, controle de pragas e repele-se o uso de agrotóxicos e adubos químicos, gerando ainda enfrentamento ao modelo do agronegócio.

Outro acontecimento que revela um caráter deficitário do MST se refere a estruturação de uma política de lazer permanente para seus/suas integrantes, que por diversas ocasiões têm que sair do Centro de Formação, acampamento ou assentamento buscar um divertimento. É necessário ter em mente que em alguns momentos as pessoas almejam deixar as áreas de reforma agrária, e isto deve ser respeitado, porém, isso não exime a responsabilidade que o Movimento possui em desenvolver manifestações culturais de lazer como opção para seus quadros.

Chegando ao espaço da Ciranda, encontrei Clóvis que havia acabado de chegar de uma boate, e já estava de saída novamente. Ele tinha perdido o seu celular na Van, mas consegui entrar em contato com o motorista para marcar um local no qual ele pudesse pegar o telefone de volta. Perguntei a ele se tinha café na garrafa. O militante costumava sair do Centro de Formação aos finais de semana, e se dirigir a região urbana de Ribeirão Preto a fim de buscar um divertimento (XIII-1d).

No que se refere a compreensão do fenômeno lazer, temos o entendimento dessa prática social em estreita relação com a cultura, como podemos observar a seguir, a partir de trechos extraídos de dois Diários de Campo nos quais são registrados diálogos com um companheiro e uma companheira, e que são ilustrativos a respeito dessa articulação:

Vladimir disse que essa discussão de lazer e cultura é fundamental para o MST e que na atual conjuntura do Movimento na cidade de Ribeirão Preto seria interessante (II-1).

Tânia ficou curiosa em relação a minha formação, pois havia lido em minha camiseta a expressão “Educação Física”. Disse a ela que havia me formado neste curso, mas que agora estava fazendo Mestrado em Educação, trabalhando com a questão do lazer em áreas de reforma agrária.

Ela me perguntou:

- ‘Sobre cultura, essas coisas?’ (XIII-15).

Em alguns momentos da pesquisa, o binômio lazer-cultura foi expresso em manifestações chamadas de “Noite Cultural”, quando “Universitários/as e militantes queriam organizar uma ‘Noite Cultural’, uma confraternização com música e bebida para recepcionar os/as educandos/as, uma possibilidade de divertimento para os/as jovens do curso de Agroecologia” (V-20).

Por vezes, há uma associação do lazer com o esporte como podemos observar no seguinte trecho:

Vladimir me perguntou se eu iria participar do EIV, e disse que seria interessante a minha presença neste espaço para que eu pudesse levar para o grupo a discussão acerca do lazer/esporte em assentamentos (IV-3).

No que se refere à juventude do MST, durante a presença dos/as mesmos/as no Centro de Formação para as etapas do curso de Agroecologia, percebi que após se desvencilharem do tempo de estudo, eles/as buscam realizar algumas atividades de lazer no Sítio do Pau D'Alho.

Ao descer do carro, observei atentamente os corredores de um dos prédios do Centro de Formação e notei que alguns jovens estavam sentados/as em roda, cantando músicas ao som de um violão, enquanto um outro grupo conversava junto ao parapeito da varanda do mesmo prédio. Havia ainda algumas jovens deitadas na escada que levava à entrada da igreja existente no sítio. Tinham acabado de cumprir as tarefas do curso de Agroecologia, e aproveitavam aquele tempo para descansar e/ou se divertir (III-4).

Fui para a sala de informática acessar a internet. Neste período de curso de Agroecologia se torna uma opção de lazer interessante para os/as educandos/as. Os horários para utilização durante a semana são pré-estabelecidos pela coordenação do curso, e aos domingos o acesso é liberado para o dia inteiro (V-15).

As atividades do curso de Agroecologia haviam terminado, e alguns/mas educandos/as estavam tomando banho. Outros/as estavam conversando, manuseando o celular e poucas dançavam (VI-26).

[...] Avistei também, durante a nossa passagem, alguns jovens andando e conversando em pequenos grupos (VII-7).

O gosto pelo rap também é algo presente no cotidiano de alguns jovens do MST. O trecho extraído do Diário de Campo V, apesar de se tratar de um momento no qual alguns educandos se encontravam envolvidos em uma tarefa organizativa do curso de Agroecologia, é ilustrativo no que se refere a preferência por este gênero musical, inclusive nos momentos de lazer:

Durante a limpeza das mesas, três educandos cantavam músicas de rap e perguntei a eles se gostavam das músicas deste tipo musical. Eles responderam de maneira positiva e continuaram cantando letras de diversos grupos, como 'Racionais MC's', '509E' e 'Pavilhão 9' (13).

Essas são algumas das manifestações da prática social lazer organizadas pelos/as próprios/as educandos/as ou pela CPP durante as etapas do curso. Existe ainda, um grupo de estudantes que mora em assentamentos de Ribeirão Preto ou região, e tem a possibilidade de voltarem para suas casas e passar os finais de semana com suas famílias.

A problemática da evasão da juventude do campo se constitui numa demanda atual do MST, uma vez que se torna imprescindível a participação desses/as jovens a fim de que possam garantir a continuidade da própria existência do Movimento, tanto no que se

refere as lutas que a classe trabalhadora deve realizar contra toda e qualquer forma de espoliação, quanto na constituição de uma organização coletiva.

A construção desse trabalho se apresenta como uma possibilidade de dar retorno ao MST no sentido de contribuir para o envolvimento e valorização dos/as jovens nos processos e ações dos assentamentos e acampamentos de origem, assim como nas instâncias representativas e deliberativas do Movimento. Em trecho extraído do Diário de Campo II Vladimir demonstra esta perspectiva:

Acrescentou que o trabalho teria boa repercussão e seria oportuno se pudesse envolver a juventude que se encontra desmobilizada, segundo palavras do estudante (II-2).

Não só Vladimir acredita que os/as jovens estão distanciados/as das lutas empreendidas pelo MST, Celso também compartilha desta visão. Porém, com um posicionamento mais estrito, atribui a desmobilização da juventude à sedução provocada pela mídia. A unidade 7d, do Diário de Campo V, apresenta esta passagem:

[...] relata a necessidade de articulá-los/as às lutas do MST, pois de acordo com sua perspectiva, os/as mesmos/as se encontram seduzidos/as pela mídia e que isto não é nada interessante ao projeto societário defendido pelo Movimento.

A questão da juventude no interior do MST tem despertado a atenção das diversas instâncias desse movimento social, porém acredito que atribuir única e exclusivamente toda a culpa ao papel da mídia na vida desses/as jovens, se torna um posicionamento exagerado. As causas podem ser múltiplas e necessita de uma investigação mais aprofundada.

As crianças também estiveram presentes em alguns tempos e espaços onde esta pesquisa foi construída. Andar de bicicleta, jogar futebol, brincadeiras de roda e de correr, foram algumas manifestações observadas nas quais encontramos crianças envolvidas. A seguir trago alguns trechos extraídos dos Diários de Campo para ilustrar essa afirmação:

No amplo gramado em frente a antiga sede alguns jovens continuavam a jogar futebol, porém esta atividade já não era mais a única. Agora aquele espaço também era ocupado por algumas crianças que realizavam brincadeiras de roda sob a orientação de uma companheira. Brincavam ali porque a chuva já havia passado e a claridade permitia que ficassem por mais algum tempo (III-14).

Descemos os caminhos de terra e em poucos minutos já estávamos na área ocupada pelos/as integrantes do MST. No trajeto vi cinco crianças do assentamento Sepé Tiarajú brincando de correr, além de outras duas andando de bicicleta. A

pouquíssima iluminação não se constituía em um impedimento para as crianças continuarem as brincadeiras [...] (VII-7).

Na nossa chegada fomos recepcionados por alguns companheiros que nos esperavam. Eu conhecia a maioria, mas havia algumas exceções. Uma criança que aparentava ter lá seus quatro anos, também veio ao nosso encontro, quando lhe pedi um abraço. Ela me recepcionou de braços aberto. Perguntei o nome dela, e carinhosamente obtive uma resposta. Uma delas usava o boné vermelho com o símbolo do MST. Brincava com o irmão (um pouco) mais velho, haja vista que o número de crianças no acampamento é bem pequeno (IX-13).

A presença de crianças ou não, em um espaço do MST, muitas vezes está condicionada à situação daquela área no que tange ao processo de reforma agrária. Algumas famílias preferem não levar seus/suas filhas para um acampamento devido às (falta de) condições materiais – saneamento básico, energia elétrica, água, dentre outras -, com as quais os/as trabalhadores/as devem lidar cotidianamente. Preferem deixar os/as infantes na casa de amigos/as e/ou parentes.

Uma prática de lazer recorrente que pude desvelar ao longo da trajetória da pesquisa foram as “prosas” entre os/as diversos/as atores/atrizes nos diferentes espaços (casas/barracos dos/as assentados/as, cozinha, Centro de Formação, acampamento) em que se encontram:

O gerador de energia iria ser desligado em instantes. Mesmo sabendo disso fiquei conversando com dois companheiros e contando piadas. Rimos bastante, e naquele momento não estava com sono (VII-22).

[...] Paramos em um bar dentro do assentamento. O estabelecimento foi montado no lote de uma família assentada. Lá estavam dois companheiros tomando pinga e cerveja, e conversando sobre a ocupação. Camilo pagou duas latinhas de cerveja e dividiu com Pablo. Eu comprei um refrigerante de dois litros que tomaria no bar e levaria para o churrasco (VII-17).

Uma fogueira aquecia aqueles/as que estavam ali, e alguns/mas estavam até enrolados/as em cobertas para se aquecerem do frio. Ficamos conversando ao redor de uma fogueira e contando piadas (VII-24).

Ao chegar no espaço da cozinha, paramos para conversar com as companheiras que lá estavam, e com José. Olga contava histórias da militância no MST, e dizia que estava ansiosa para a Marcha Estadual (XII-7).

Os diálogos permeavam os momentos do café da manhã, almoço e/ou jantar, e/ou seus respectivos preparativos, envolvendo, dependendo da ocasião, jovens e adultos/as integrantes do MST, e/ou universitários/as, antes ou após a jornada de trabalho/estudos dos mesmos/as, como podemos observar nos seguintes trechos destacados:

Eles estavam sentados em pequenos grupos para tomar café e conversar um pouco, acredito que por afinidades construídas ao longo das outras etapas ou por morarem em um mesmo assentamento (VI-1).

Diálogos sobre a Marcha Estadual, a situação do acampamento, a personalidade de algumas lideranças do MST, e da importância de se tirar um calendário para a realização de mais formações, permearam os preparativos do almoço (XIII-14).

As conversas também serviam a diversos propósitos, dentre eles a aproximação entre os pares enquanto um espaço de convivência, para o estreitamento dos vínculos entre jovens educandos/as do curso de Agroecologia, militantes e/ou universitários/as:

O espaço servia de convivência para os/as estudantes/as, que sentavam em pequenos grupos e começavam a dialogar sobre diversos assuntos (VI-15) [...] Para nós, universitários/as, servia também como um momento de aproximação com os/as educandos/as do curso, e de diálogo entre nós e os/as militantes do Movimento (VI-16).

Os diálogos estabelecidos nos tempos e espaços apontados perpassam diversos assuntos, tais como: relatos de experiências produtivas em um assentamento, organização de uma experiência de lazer (campeonato de futebol), estado de saúde de um companheiro, lembranças da juventude, relatos de ações do MST, dentre outros. Os seguintes trechos retirados dos Diários de Campo tornam-se elucidativos no que se refere à temática das conversas:

Fui me servir e sentei em uma mesa com os/as universitários e alguns jovens do curso de Agroecologia. Posteriormente, Olga (MST) e Rosa chegaram e sentaram-se conosco.

Olga começou a contar como havia sido a ação das mulheres na Usina Cosan. O relato acontecia de maneira entusiasmada e Rosa ouvia atentamente. Os mínimos detalhes eram expostos [...] Olga relatou os três dias dessa atividade que fazia parte da jornada de lutas das mulheres. Desde a articulação com o MST para a ocupação de terra pertencente à Usina, até o mandado de reintegração de posse que foi cumprida por um juiz com o apoio da Polícia Militar da região de Jaú (V-16).

Os militantes nos convidaram para almoçar, e apesar de toda a nossa tristeza com aquela notícia, enquanto estávamos comendo, começamos a conversar sobre o torneio de futebol que pretendíamos organizar (IX-5).

O horário do almoço já estava próximo, e ao passar pelo corredor do quarto de hóspedes, alguns/mas companheiros/as conversavam sobre a produção agroecológica em um assentamento. Pelo que conheço dos/as companheiros/as, acredito que estavam dialogando a respeito das experiências produtivas em Itapeva (X-3).

Conversávamos sobre o companheiro que estava internado no hospital, e o quanto as pessoas gostavam dele (X-5).

[...] Mas à medida que o tempo passou, fomos comendo e conversando. Hélder contou uma história, muito engraçada por sinal, de quando ele era mais adolescente e havia feito uma viagem à Araxá (MG) (X-13).

Olga e mais dois companheiros se encontravam na cozinha tomando café da manhã, e resolvi fazer companhia a ela e eles. Ao colocar café na caneca, Olga me perguntou:

- ‘Esse menino, como foi lá ontem?’.

A pergunta da companheira se referia à formação no acampamento em Orlândia. Disse a ela que a formação transcorreu muito bem, e que os/as acampados/as haviam nos recepcionado da melhor forma possível. Falei também do interesse que os/as acampados/as daquela área tinham de que voltássemos para realizar mais formações políticas. A mãe do companheiro hospitalizado chegou à Ciranda pouco tempo depois, e também quis saber como havia sido a formação no acampamento no dia anterior. Respondi de maneira semelhante ao que havia dito à Olga, acrescentando que, no início, estávamos um pouco ansiosos/as por não possuir muito contato com os/as companheiros/as daquele acampamento (XIV-1).

Em outros momentos, as conversas ocorriam com músicas ao fundo, sempre ligadas ao cotidiano dos trabalhadores/as rurais sem-terra. Escutavam músicas de Zé Ramalho, sertanejas, forró, “modas” de viola, ou composições próprias de integrantes do MST. Os trechos a seguir, extraídos do Diário de Campo VII são esclarecedores:

Ao chegar ao acampamento estava tocando músicas de Zé Ramalho, e muitas pessoas estavam conversando sentadas em cadeiras (9) [...] Havia um rádio que tocava música sertaneja em uma das mesas, mas a sintonia não era boa (11) [...] A música ao fundo continuava a tocar, só que agora eram músicas de um CD do MST (16).

Quando o assunto é futebol essas conversas servem como um momento em que podemos zombar dos companheiros que torcem por um time diferente do nosso, como podemos observar nos seguintes trechos:

José, Anton e eu gostamos muito de futebol, e foi inevitável não tocar no assunto para conversarmos um pouco. Como se não bastasse, começamos a gozar da cara de José (palmeirense), uma vez que o Corinthians até aquele momento já havia conquistado dois títulos (Campeonato Paulista e Copa do Brasil), enquanto o Palmeiras brigava para disputar a Taça Libertadores da América. Sempre que conversamos sobre futebol as brincadeiras são feitas com muito respeito um pelo outro (IX-2).

Quando José chegou cumprimentei-o, e pedi que fizesse uma ‘resenha’ da rodada daquele fim de semana do Campeonato Brasileiro. Ele me falou os resultados, e um dos companheiros, que também estava no espaço da Ciranda, disse:

- ‘São Paulo ganhou!’.

José lhe respondeu, em ironicamente:

- ‘Até que enfim’.

O companheiro imitando José, por não ter gostado da ironia com seu time respondeu:

- ‘Até que enfim!’.

Participando da troca de gozações entre os dois, falei para companheiro são-paulino que o time dele, até bem pouco tempo atrás, não tinha um bom desempenho no campeonato, e que agora parecia estar engrenando (XIV-2).

Não eram raros os momentos em que os diálogos ocorriam com os sujeitos fumando um cigarro “paieiro”, algo muito peculiar do cotidiano dos/as trabalhadores rurais sem-terra, predominantemente dos homens, mas não exclusivamente deles. O seguinte trecho, retirado do Diário de Campo VII é um exemplo deste costume:

Pablo saiu para fumar um ‘paieiro’, e sentamos (eu e Camilo) em uma mesa redonda que fica em frente ao quarto. Começamos a conversar, e procuramos saber como estavam às coisas pelos lados do Centro de Formação (2).

No entanto, em um dos Diários de Campo encontramos o relato de uma jovem, educanda do curso de Agroecologia, que “[...] pediu um ‘paieiro’ para Camilo, que prontamente lhe cedeu um” (VII-4) demonstrando que esta jovem tinha por costume fumar este tipo de cigarro. Durante a convivência com os/as integrantes do MST pude perceber que outras companheiras também se mostraram adeptas desse hábito.

Enquanto assistem aos jogos é comum, não só encontrar os/as militantes fumando um “paieiro”, como também, bebendo cachaça. Isso pode ser observado no seguinte trecho do Diário de Campo VI:

A reunião chegava ao seu fim. Estava próximo das 16 horas e o jogo iria começar. Os/As interessados/as em assistir ao jogo desceram a um quarto com televisão no Centro de Formação. Chegando lá, encontramos alguns companheiros que já estavam assistindo à entrada em campo dos times. No chão estavam algumas canecas que eram utilizadas pelos companheiros para tomar cachaça. Já havia um litro aberto, e o cheiro de ‘paieiro’ era forte, pois a maioria dos/as ali presentes gostavam de fumar esse tipo de cigarro (22).

O gosto por assistir televisão faz parte do universo das experiências de lazer dos/as integrantes do MST. Apesar das dificuldades referentes à energia elétrica que afetava alguns espaços, era comum encontrarmos os/as companheiros/as assistindo a programação televisiva dos canais abertos:

Como não havia ninguém naquelas imediações descemos para o quarto onde estamos acostumados a assistir televisão. Ao passar ao lado da biblioteca percebi que algo estava acontecendo por lá. Olhei pela janela e um grupo de pessoas estava lá dentro, parecia uma reunião. Chegando ao quarto, alguns companheiros estavam assistindo à programação de sábado à tarde (VII-1).

Logo que chegamos, uma menina veio cumprimentar Anton. Era a irmã do Pablo. Como estava no banco de trás do carro fui o último a sair. Anton me apresentou à

ela, e disse que eu era do GEQA de São Carlos. Fomos entrando no barraco do Pablo, e o barulho do gerador em funcionamento indicava que a energia que mantinha a luz funcionando era gerada por esse equipamento, e também permitia que as pessoas que se encontravam ali, pudessem assistir televisão (X-9).

A preferência dos companheiros é pelas programações que envolvem os noticiários esportivos e/ou jogos de futebol transmitidos ao vivo:

[...] No entanto, não deveríamos estender muito a reunião, afinal hoje era dia da decisão do Campeonato Paulista. O jogo entre Corinthians e Santos teria um bom público no acampamento e, deveria estar previsto na agenda do dia (VIII-4).

Quando cheguei ao quarto, Anton e José se encontravam deitados. Cumprimentei-os e sentei em uma das camas que estava vazia. Estavam assistindo a um programa de esporte que passa aos domingos pela manhã (X-4).

Chegando ao quarto, Anton, José e Ruy estavam atentos para acompanhar a partida pela televisão. Hélder que havia saído pela manhã do Centro de Formação, agora chegara e estava sentado para assistir o jogo. Sentei em uma cadeira que fica no corredor da secretaria do curso de Agroecologia e, fiquei esperando o início do jogo (X-7).

Ruy levantava somente para fumar o seu 'paieiro'. Acompanhamos o jogo em silêncio, e ao término da partida, nos levantamos e saímos do quarto (X-8).

Em ambas as situações os canais preferencialmente assistidos pelos integrantes eram aqueles que veiculavam conteúdos da ordem dominante. Telejornais, programas de humor, eventos e noticiários esportivos ligados a vertente competitiva (principalmente o futebol, não só nacional, mas também campeonatos europeus) não eram apreendidos de maneira crítica, simplesmente assistiam por assistir. Dessa forma, deixavam de questionar o estereótipo de corpo veiculado, os valores que eram preconizados durante estas transmissões, o ideal de sociedade veiculado, e fazer o embate com as concepções de mundo que possuem, e se os/as mesmos/as se reconhecem, ou não, em tais situações.

Não raras são às vezes em que os companheiros explicitam a sua preferência por filmes, aos quais assistem no aparelho DVD existente em um dos quartos do Centro de Formação.

Anton me trouxe um filme chamado 'Venon' para assistir. Disse que era muito bom e que eu certamente gostaria. Assisti boa parte do filme, mas estava com fome e resolvi ir jantar (IX-20).

Começamos a comer, e conversar sobre filmes. Anton me contou que certa vez, ele e Pablo, assistiram seis filmes seguidos no quarto (IX-21).

José pegou os filmes em sua mão, e logo colocou no aparelho de DVD aquele referente a vida de jogador Garrincha. Paulo, Ruy, José e eu assistíamos concentrados ao filme. Rimos com algumas situações inusitadas que apareciam em

algumas cenas. Anton chegou ao quarto. Cumprimentei-o, e disse que tinha trazido um filme que falava sobre o Corinthians (XII-3).

Muitos dos filmes assistidos pelos companheiros são produções hollywoodianas que acabam reforçando a reprodução dos estereótipos veiculados pelos programas dos canais abertos preferidos, e sendo apreendidos acriticamente.

Em contrapartida, com a intenção de promover a formação política com os/as acampados/as do Alexandra Kollontai e ampliar o acesso a essa manifestação cultural de lazer, são planejadas sessões de filmes que estimulam a reflexão acerca de diversas questões sócio-políticas relacionadas ao cotidiano dos/as homens e mulheres sem-terra. O trecho destacado do Diário de Campo VII descreve uma dessas experiências:

No espaço do ‘barracão’ estava acontecendo uma sessão de filme. Os/As acampados/as e universitários/as assistiam a um filme alugado e trazido para o acampamento. Após terminar o DVD, houve interessantes reflexões coletivas de cunho sócio-político entre aqueles/as que se encontravam no espaço (13).

Os jogos de cartas ou de tabuleiro são opções que aglutinam aqueles/as que se identificam com estas experiências de lazer. Mesmo os/as companheiros/as que não participam jogando, assistem e arriscam palpites durante as partidas como podemos observar nas seguintes asserções do Diário de Campo VII:

Um jogo de xadrez estava em cima da mesa, e Camilo convidou Pablo para jogar uma partida contra ele. Ambos distribuíram suas peças pelo tabuleiro e iniciaram a partida. A concentração tomava conta de ambos, e somente se distraíam um pouco para tragarem o ‘paieiro’ que fumavam (3) [...] A primeira partida havia terminado e o Pablo havia ganhado. Camilo pediu uma revanche, e Pablo prontamente aceitou. A partida seguiu, enquanto alguns/mas educandos/as chegavam para assistir. Pablo conseguiu vencer Camilo novamente (5).

O jogo de truco era um divertimento para os acampados, e uma das formas de passar o tempo. Já haviam realizado as tarefas diárias do acampamento (12).

Subimos em direção a casa onde estava acontecendo o churrasco. Chegamos e o jogo de truco ainda continuava. Fizemos parcerias para participar. Ficou decidido que os outros companheiros que chegaram também iriam participar dos próximos jogos. Enquanto isto, o anfitrião verificava se a carne já estava boa para consumirmos. Quando a carne ficou bem assada pudemos comê-la e continuar jogando. Os companheiros que não estavam jogando participavam dando palpites e zombando daqueles que estavam jogando. Ficamos ali umas duras horas e meia, até decidirmos voltar ao acampamento (19).

Particularmente no espaço do Centro de Formação, a possibilidade de contar com computadores para acesso a internet se torna uma opção de lazer interessante para os/as

educandos/as (V-15), universitários/as (IX-18; X-1), e militantes (IX-7; XIV-4) que não têm a oportunidade de estar frequentemente em contato com essas tecnologias em suas comunidades.

O projeto “Leitura de Barraco” também se constitui enquanto uma possibilidade de lazer para assentados/as e acampados/as. Desde a sua implantação no assentamento Mário Lago, o projeto visa trazer o universo da biblioteca e a pluralidade de gêneros literários ao cotidiano dos/as integrantes do MST. Consiste no mecanismo de transporte e intercâmbio dos livros do Centro de Formação, em caixas de madeira, aos núcleos dos assentamentos e acampamentos, através da ação dos/as agentes de leitura conhecidos/as como “sementeiros/as”. Estes/as integrantes do Movimento são formadas para divulgar em seus núcleos a importância do ato da leitura no cotidiano de quem lida com a terra, com o seu lote, com o seu contexto e sua comunidade, incluindo a afirmação de seus valores culturais, da cultura do campo. Com efeito, trata-se de semear o conhecimento e a cultura camponesa, bandeiras que, tal como a luta pela terra e por condições dignas de vida e trabalho, são sempre caras ao Movimento. A leitura de livros, revistas, jornais, revistas de histórias em quadrinhos e materiais de (in)formação do MST era realizada por universitários/as (X-2; X-6) ou por militantes (V-3).

A organização social e do trabalho para os trabalhadores/as do MST apresenta aspectos que são peculiares. A lógica organizativa da vida social e produtiva no contexto rural apresenta aspectos que a diferem daquela do contexto urbano. Os espaços de produção e de convivência social cotidianos não são claramente delimitados, para os/as integrantes do MST faz diferença morar, produzir e conviver socialmente no mesmo tempo e espaço, dada a natureza do seu trabalho e das relações sociais estabelecidas a partir dele. Porém, os tempos de trabalho e não-trabalho, incluso aí os momentos de lazer, se apresentam distintamente. Os fragmentos dos Diários de Campo que trago, buscam elucidar um pouco desta distinção:

Depois de terminar esses serviços sentamos na escada que fica em frente à quadra para conversar. Alguns militantes do MST e o Camilo fumavam um cigarro ‘paieiro’ sem a preocupação de retornar ao trabalho, pois a jornada daquele dia já havia se encerrado (V-14).

Oziel havia dito que a reunião iria ter um teto para acabar. Este limite foi estabelecido pelo horário do jogo de futebol que seria transmitido naquele dia (VI-17).

B) Apropriação desigual do lazer pelo gênero feminino

Como o próprio nome sugere, esta categoria trata das convergências e divergências relacionadas às apropriação desigual do lazer, particularmente pelo gênero feminino. Em um primeiro momento trago situações ilustrativas dos Diários de Campo que explicitam algumas responsabilidades das mulheres com as quais mantive contato durante a estruturação da pesquisa. Diante destas (im)possibilidades, em um segundo momento, apresento as atividades de lazer (desigualmente) vivenciadas pelas integrantes, e que foram identificadas no estudo.

Para o MST, a luta pela terra é considerada uma luta da família, que inclui homens, mulheres, crianças, jovens e idosos/as com o objetivo de construir novas relações de gênero no interior do Movimento, deixando clara a necessária participação das mulheres. Historicamente, a divisão do trabalho nas sociedades tem ocorrido de forma a separar as tarefas a serem desempenhadas por homens ou mulheres, ou seja, as mulheres são consideradas incapazes (ou pouco) de desenvolver certas atividades. De acordo com esta visão enquanto os homens vão para as áreas de produção, as mulheres ficam em casa cuidando da educação, saúde e conforto dos filhos/as, do marido ou dos pais. Em um dos Diários de Campo, durante uma visita ao barraco de uma das companheiras do assentamento Mário Lago, podemos perceber que este estereótipo quanto ao papel da mulher no seio da família é reforçado.

Ao chegarmos ao Mário Lago descemos em um dos primeiros barracos da entrada principal do assentamento, local onde estavam os rapazes da reportagem. Fomos apresentados a eles, e começamos a conversar com uma assentada que era a dona daquele barraco. Ela estava feliz por nos rever novamente, e prontamente convidou para que pudéssemos tomar o café que ela tinha acabado de fazer. No barraco ao lado, havia pipoca, e fomos lá comer. A trabalhadora dona do barraco era muito simpática e nos acolheu muito bem. Quando indagada por Anton onde estava o marido dela, disse que ele havia saído para trabalhar e que voltaria mais tarde. A companheira lavava os utensílios domésticos, enquanto tomávamos café, comíamos pipoca e conversávamos com ela. Algumas de suas amigas também se encontravam presentes naquele momento. Passados poucos instantes, um dos rapazes responsáveis pela reportagem foi pegar o equipamento que utilizariam (IX-10).

Cuidar de um filho pode ser uma tarefa ainda mais árdua, se a mulher não conta com o apoio do marido para lhe auxiliar. O caso de Bartolina reflete uma jornada ainda mais intensa, pois além da militância no MST, ela necessita dedicar atenção a sua filha pequena, além das responsabilidades relativas à graduação em Direito.

Bartolina estava na secretaria com sua filha de dois anos, e tinha que cuidar dela a todo o momento. Desde que frequento o Centro de Formação, ainda não tive a oportunidade de conhecer o pai da criança (XII-11).

Em algumas situações, mesmo com a presença do homem em casa, a mulher fica responsável por cuidar dos preparativos para a refeição. Dessa forma, o trabalhador fica liberado para descansar ou se divertir sem a preocupação de auxiliar nos afazeres domésticos (X-10).

As tarefas do Centro de Formação são divididas entre os companheiros quando não há a presença feminina neste espaço. Porém, quando encontramos uma grande quantidade de pessoas presentes no Sítio do Pau D'Alho, por ocasião de festejos, formações, cursos, os preparativos da alimentação ficam a cargo das mulheres.

Aos poucos foram chegando mais pessoas aquele espaço. Uma das companheiras que estava no Centro de Formação levantou para fazer café. Ela disse que a bebida foi feita no dia anterior, e ficou com 'pena' de nós. Disse para esperarmos que ela estava fazendo um café fresco (XII-2).

Chegando à Ciranda, cumprimentei algumas companheiras que estavam por lá preparando um pão caseiro para que todos/as pudessem comer. A mãe e a irmã do companheiro hospitalizado, desde que chegaram à Ribeirão Preto, assumiram a tarefa de preparar as refeições para os/as integrantes que frequentavam o Centro de Formação (XII-6).

A presença feminina no MST está presente não somente nos limites dos barracos, nota-se que o gênero possui representatividade na direção regional, na coordenação de setores, de núcleos de famílias, dentre outros tempos e espaços. Há uma tensão entre avanços e retrocessos no que se diz respeito às relações de gênero no interior do Movimento. A Ciranda Infantil “[...] é um espaço organizado por ocasiões de eventos, reuniões das instâncias representativas e outros momentos em que estão presentes as crianças de zero à treze anos. Este espaço possibilita condições para que as mulheres integrantes do MST possam participar de processos decisórios e produtivos dos assentamentos, e do Movimento como um todo” (V-1). A coordenação desse espaço educativo é realizada por uma companheira, e novamente podemos perceber um envolvimento feminino muito grande das mulheres na dinâmica deste. Como podemos observar:

Celso, muito entusiasmado, me falava sobre as atividades da Ciranda que dentre outras coisas, buscava valorizar jogos e brincadeiras populares, apresentando para este fim um cronograma definido para o desenvolvimento das atividades. A coordenação da Ciranda é realizada por uma companheira do assentamento Mário Lago, e conta com a participação e apoio de outras mulheres do assentamento, além dos/as universitários/as. De acordo com Celso, o envolvimento feminino com a

Ciranda é muito maior, haja vista a quantidade de representantes deste gênero quando são realizadas as atividades programadas (V-2).

Diante de tais situações relatadas, percebemos a consolidação de valores e atitudes que reforçam a ideologia da “dominação masculina”. Dessa forma, no lazer encontramos cenário bem próximo ao que venho, até então, expondo. A dedicação das mulheres aos afazeres domésticos, do cuidado com a família, da representatividade na direção/coordenação de setores/áreas, e em alguns casos, dos estudos, desproporcionalmente ao homem, acaba impondo restrições no acesso ao lazer.

No período de inserção para consecução da pesquisa, dentre as manifestações culturais que encontramos as mulheres efetivamente participando e construindo-as, podemos citar a festa no Sítio do Pau D’Alho. A seguir temos o trecho do Diário de Campo V que faz alusão a este momento de lazer das trabalhadoras:

O espaço da quadra estava decorado, pois na semana anterior havia sido realizada uma festa naquele local. Fitas de papel crepom ornamentavam a parte superior da quadra, e havia cartazes da jornada de lutas das mulheres e dos 25 anos de existência do MST. Era a decoração produzida por ocasião do curso para as mulheres, e da festa que ocorreria após o encerramento das atividades do mesmo (V-12).

Assistir partidas de futebol não foi privilégio somente dos companheiros. Algumas companheiras, ainda que de forma esporádica, se dedicaram a esta atividade de lazer, arriscando análises sobre a partida.

Algumas análises sobre o jogo ocorriam, e a participação feminina neste processo era interessante. As duas estudantes que estavam no quarto naquele momento arriscavam comentar o jogo. Acredito que permaneciam ali pela companhia recíproca entre elas e nós, mas também pela falta de opção em realizar uma outra atividade (VI-25).

Além disso, há a disposição de jovens do gênero feminino, como Elizabeth que pensava em desenvolver ações de lazer no assentamento do qual fazem parte. Educanda do curso de Agroecologia, ela se preocupava com a sociabilidade dos/as trabalhadores/as no Mário Lago, pretendendo contribuir com a comunidade através do seu trabalho de conclusão de curso:

O repasse deveria ser feito ao Anton que já havia voltado da USP, porém estava envolvido com outras tarefas, e para a Elizabeth, educanda do curso de Agroecologia e assentada do Mário Lago que estava com vontade de ajudar na organização do torneio. O TCC dela seria com a temática do lazer e futebol na sociabilidade do assentamento, o qual eu havia sido indicado para orientá-la. Além

disso, ela gostava muito de futebol e seria uma boa oportunidade para que a sua participação na organização do torneio servisse de estímulo para o desenvolvimento de ações no assentamento (XI-9).

Entretanto, existem alguns espaços que podemos notar a dificuldade na inserção feminina. O bar, local predominantemente frequentado pelos trabalhadores do MST, no assentamento Sepé Tiarajú é exemplar a este respeito. O Diário de Campo VII traz uma passagem referente a uma situação envolvendo uma companheira do grupo GEQA:

Continuamos no bar conversando também, Pablo e Camilo resolveram fumar um 'paieiro'. Roseli e Celso logo chegaram ao bar, estavam voltando do banho que tomaram na casa de um dos assentados. A presença de Roseli naquele momento era motivada por estarmos ali. Provavelmente se não estivéssemos no bar ela também não estaria. Com a chegada dos dois, Camilo pediu uma dose de pinga para tomarem enquanto continuávamos conversando (18).

Em alguns momentos no acampamento, onde a concentração de homens é grande, também notei que “A presença feminina no momento era pequena. Estavam ali algumas universitárias e duas acampadas. Preferiam ficar no barracão assistindo o filme” (VII-14).

Limitações que se manifestam às vezes dentro da própria casa, como pude observar durante a reunião de integrantes (homens e mulheres) e universitários (homens) para um churrasco. Não participar dos jogos de truco, nem ao menos perguntar sobre a possibilidade de, foi um impedimento da vivência do lazer para estas mulheres:

Durante todo o tempo dos jogos de truco não houve nenhuma rodada com a participação feminina. Elas ficaram assistindo aos jogos e conversando. Uma das companheiras preferiu ficar deitada na rede enquanto o seu marido jogava truco, enquanto a outra lava utensílios domésticos (VII-20).

A visão masculinizada do mundo pode estar velada nas palavras dirigidas a irmã de um companheiro do MST. Esta situação está registrada no Diário de Campo X nas duas unidades de significado que seguem:

Fui apresentado à outra irmã do companheiro, que naquele momento estava fritando mandioca. O namorado dela estava deitado assistindo televisão. A outra irmã que havia me cumprimentado logo que chegamos, estava conversando com um rapaz que estava de bicicleta no lote em frente ao barraco onde ela morava (10)

Na saída, Hélder falou para a irmã de Pablo:

- 'Entra logo para casa'.

E completou:

- 'Isso não é hora de menina estar fora de casa'.

Naquela situação saímos rindo, mas havia sido somente uma brincadeira com a irmã do Pablo que estava ‘paquerando’ em frente ao seu lote (11).

C) Formação humana no dia-a-dia do MST: organização, cuidados ambientais, solidariedade, coletividade, partilha e resistência

Esta categoria foi construída a partir de outras práticas sociais que se deram a conhecer durante a pesquisa, as quais não poderiam deixar de ser tratadas nas reflexões aqui estabelecidas no estudo. Lazer, trabalho, educação, luta pela terra, se mesclam e permeiam a vida dos/as integrantes do MST, revelando processos educativos fortalecedores das lutas empreendidas por estes/as atores/atrizes, como também, paradoxais ao projeto social almejado por este movimento social.

A luta contra o agronegócio tem sido uma das grandes tarefas do MST nesses últimos tempos. Fruto das metamorfoses do capitalismo no campo, o agronegócio tem se constituído como referência de matriz produtiva e tecnológica para a produção agrícola em nosso país e no mundo. Em um dos trechos extraídos do Diário de Campo III, uma das coordenadoras do MST na região de Ribeirão Preto demonstra a necessidade do embate a esse modelo produtivo:

A companheira nos indicou que analisando a conjuntura política, social e econômica de nosso país, o Movimento não pode se posicionar a favor do atual governo, pois as bases materiais de existência dos/as militantes do MST em todo o país não são dignas. Ela sintetiza tal situação do governo em relação à reforma agrária como um processo em paralisação. A todo o momento era afirmado que o atual governo privilegia o agronegócio e que a cidade de Ribeirão Preto, em especial, era um dos núcleos fortes desta perspectiva de produção (III-8).

Uma das possibilidades que se apresenta potencialmente sólida para esse embate é o curso de Agroecologia. Criado a partir da luta dos/as trabalhadores/as do MST e de outros movimentos sociais do campo, os/as educandos/as utilizam-se desse tempo e espaço como ferramenta teórico-prática para a organização da classe trabalhadora e enfrentamento ao modelo do agronegócio. No início da terceira etapa do curso foi ressaltada aos/as estudantes:

[...] a importância do curso na formação dos/as estudantes, e que a realização do mesmo só existe devido a luta dos/as trabalhadores/as. Eles/as escutavam atentamente ao que Celso falava, pois dizia respeito diretamente a existência deles/as. O compromisso e a participação durante toda etapa, assim como no Tempo-Comunidade devem ser levados a sério, evitando assim as desistências (VI-4).

A preocupação com a frequência e desistências não era por menos, pois o governo ameaçava cortar verbas do curso, assim como fizera com outros cursos que envolviam trabalhadores/as rurais de todo o país²⁹. A continuidade da turma do Agroecologia estava comprometida, se os/as jovens não se empenhassem em continuar participando das etapas seguintes.

A aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso é realizada em “[...] um espaço destinado para experiências agroecológicas dos/as educandos/as durante as etapas do curso. A possibilidade de aliar os conhecimentos teóricos com os práticos serve de subsídio para os experimentos que os/as jovens devem levar para os seus respectivos assentamentos, e lá, fomentar ações de mesmo cunho. A área destinada aos experimentos é de 1.7 ha” (VI-10).

A tentativa de desmobilização dos/as integrantes do MST são realizadas de diversas formas. Ações da esfera governamental são perniciosas no que se refere à desarticulação de companheiros/as dos embates a serem empreendidos. A burocratização do processo de liberação de créditos, ou o seu rápido repasse aos/as trabalhadores/as em plena jornada de lutas, pode se tornar motivo de preocupação devido ao possível isolamento dos/as trabalhadores/as e suas famílias, ou subjugo das propostas coletivas em detrimento da organização de suas vidas.

Uma socialização inicial da conjuntura das áreas em que a regional de Ribeirão Preto atua foi realizada. Algumas das reivindicações que foram discutidas na reunião dos aliados avançaram, apesar dos inúmeros obstáculos burocráticos que às vezes tentam desmobilizar a luta.

No assentamento Mário Lago, os créditos estavam quase integralmente liberados, sendo assim, os/as assentados/as estavam preocupados/as com o processo de início da produção. Maquinários e ferramentas estavam sendo comprados, e a regional buscava sempre dar o apoio necessário às ações no assentamento (VI-12).

Esta ação do governo contribui para reforçar uma tendência que se verifica no interior do Movimento. Após o assentamento das famílias é comum observar um recuo na participação ativa de homens e mulheres nas atividades do MST. Os/As assentados/as se restringem aos cuidados do lar, da família e do lote. Porém, como existem reivindicações a serem feitas (água, energia elétrica, créditos agrícolas, dentre outras), os embates geralmente se concentram em torno destas pautas específicas.

²⁹ Em matéria publicada no “Jornal Sem Terra” do mês de julho de 2009, alguns números são apontados para que possamos ter a dimensão do número de educandos/as de diversos níveis e modalidades de ensino que seriam afetados com o corte de 62% do orçamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), previsto pelo Ministério do Planejamento. Para maiores detalhes vide Silva (2009).

Critérios para assentamento das famílias no Mário Lago também se constituem em pontos de desacordo entre INCRA e MST, o que pode levar a desconsideração de aspectos relevantes para beneficiamento das famílias na perspectiva do Movimento, e enfraquecimento da luta. Nas reuniões no Ministério Público essas divergências eclodem, e estão relatadas no Diário de Campo III que trata da “Reunião dos Aliados”:

O embate com o INCRA começava desde o beneficiamento das famílias com os lotes, pois os critérios que o MST acredita que devam ser levados em consideração, dentre os quais o tempo militância e participação nas atividades do Movimento, são diferentes daqueles estabelecidos pelo Instituto, que prevê a necessidade de ser solteiro e não ser aposentado por invalidez, por exemplo. O desenvolvimento de ações previstas pelo TAC é marcado por tensões e perspectivas distintas que são postas em confronto (11).

Ainda nesse sentido, as reintegrações de posse em alguns casos podem afetar profundamente a persistência e a esperança na luta. Ações que visam à desmobilização dos/as companheiros/as e podem colocar em xeque a confiança no Movimento. Neste caso, nem sempre encontramos lideranças no processo de negociação:

Os processos de reintegração de posse abalam a estrutura psicológica de acampados/as, fazendo com que muitos/as desistam da luta, por acharem aquele momento constrangedor, e não desejarem passar novamente por ele. Em muitos casos, dependendo da negociação feita entre as lideranças do MST e a polícia, os/as trabalhadores/as são obrigados a fornecer o nome e número do RG, o que pode causar prejuízos judiciais. Além disso, pode haver a possibilidade de prisão de alguém (IX-15).

Porém, ações formativas no seio de diversas práticas sociais buscam fazer o contraponto a esses processos de constantes de desmobilização, e servem de instrumentos para o questionamento e atuação frente à ordem social estabelecida. A alfabetização de adultos/as no assentamento Mário Lago e a formação política realizada no acampamento em Orândia são ações voltadas a “leitura do mundo”, e concomitante transformação social por esses sujeitos históricos:

Ao nos deslocar notei que um dos militantes fora falar com o professor que desenvolvia atividades de alfabetização com homens e mulheres adultos/as no mesmo local em que faríamos a reunião. Houve uma compreensão de ambas as partes para que as duas atividades, tanto a reunião dos aliados quanto a alfabetização, pudessem ser realizadas no mesmo espaço (III-9).

Ele me contou que estava estudando para uma formação que fariam em um acampamento na cidade de Orândia/SP (XII-4).

A formação teria alguns pontos centrais a serem desenvolvidos junto com os/as trabalhadores/as do acampamento, a crise econômica e sua gênese seriam um deles. O outro ponto se referia à Marcha Estadual que estava sendo organizada pelo MST (XII-12)

Continuamos a nossa reunião de planejamento das ações a serem desenvolvidas, e a metodologia a ser adotada para fazermos o processo de formação política dos/as trabalhadores/as se pautaria na participação dos/as militantes. Alguns Núcleos de Base (NB) seriam formados para estimular o diálogo entre os/as acampados/as, e não inibir a participação das pessoas que estariam presentes. Apresentaríamos as propostas da burguesia para superação da crise, e em um segundo momento, as propostas da classe trabalhadora. Após a apresentação das respectivas propostas, falaríamos sobre a Marcha Estadual como parte integrante da jornada de lutas pela reforma agrária. O intuito era dialogar com os/as trabalhadores/as, o motivo pelo qual estariam marchando entre os dias 05 e 10 de agosto.

Após a explicitação de todos os pontos, iniciamos a divisão dos tempos necessários a cada atividade, e anotamos os materiais que utilizaríamos. Fui com Anton separar os materiais que já estavam prontos, enquanto Heleny imprimia os textos sobre a crise e o de Oziel. Pegamos alguns exemplares do ‘Jornal Sem Terra’ e do ‘Brasil de Fato’, calendários comemorativos aos 25 anos do MST, pincéis atômicos, folhas de papel pardo e fita crepe (XII-14).

Os encaminhamentos foram dados, e a participação era cada vez maior. Os conceitos que deveriam ser discutidos ao longo do encontro foram, aos poucos, sendo esclarecidos com a participação de todos/as. Os/As militantes expressavam naquele momento as suas visões de mundo e começavam a entender um pouco sobre a espoliação que sofriam. Através de uma situação-problema de uma fábrica de sapatos imaginária, os/as companheiros/as participantes foram divididos em NB, separados/as de acordo com a organização interna do acampamento, para um diálogo entre eles/as sobre a montagem desta fábrica. Passamos nos grupos de discussão para possíveis auxílios, e notamos que os diálogos internos estavam fluindo (XIII-7).

Além dos tempos e espaços construídos *pelos/as e para os/as* trabalhadores/as do MST, há a necessidade de promover reflexões *com os/as* universitários/as acerca de sua formação profissional, e sobre o papel do conhecimento científico na “leitura” da realidade e intervenção em áreas de reforma agrária. Nesse sentido, universitários/as dedicam estudos e ações no combate as profundas desigualdades sociais que ainda permanecem em nosso país, sendo o “Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV)” e o Encontro “Terra e Universidade” duas experiências desse cunho. Dois trechos extraídos dos Diários de Campo ilustram a menção realizada a esses dois tempos e espaços formadores:

Perguntei a ele como estavam os preparativos para o II Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) do Estado de São Paulo. Vladimir me respondeu que os encaminhamentos estavam sendo desenvolvidos da melhor maneira possível, e que este seria um espaço muito interessante de formação humana (IV-1).

O outro assunto que deveria ser tratado naquele momento se referia ao ‘IV Terra e Universidade’. Evento que teve início no ano de 2003 [...] A temática central desse encontro estaria relacionada aos grupos universitários que desenvolvem ações em áreas de reforma agrária e que se constituem em espaços de contra-hegemonia dentro da universidade. Assim, encontros menores deveriam ser realizados nas

idades em que a regional do MST tem contatos como uma forma convocatória para o 'IV Terra e Universidade' (VI-17).

Diante disto, temos uma discussão acerca do compromisso político dos/as universitários/as perante o MST e a sociedade em geral, e histórico, na construção de outro projeto societário. Muitos são os exemplos, "IV Terra e Universidade", "II Estágio Interdisciplinar de Vivência", participação em ocupações, organização de manifestações culturais, que indicam esta relação, e que "[...] chamou bastante a minha atenção, e demonstra o vínculo e o compromisso construídos entre esse reconhecido movimento social e os/as universitários/as compromissados/as com a luta pela transformação social" (I-5), durante a pesquisa. Apesar da riqueza destes espaços, não temos a garantia da participação maciça dos/as estudantes universitários/as. Vladimir relata que em um destes encontros "[...] costuma se inscrever poucos/as estudantes, por ser um período de férias, e também, por não encontrar no âmbito universitário muitos/as alunos/as que se interessem pela temática da questão agrária (IV-2d).

O compromisso político não se faz somente na vontade de transformação daqueles/as que se opõem ao sistema capitalista, a propriedade privada, a extração da mais-valia, dentre outras formas de manifestação do capital. Em algumas ocasiões, o processo de ocupação das terras de uma grande empresa, durante a ação das mulheres, apresenta enormes dificuldades que fazem com que algumas companheiras universitárias retrocedam em posicionamentos anteriormente tomados. Durante um diálogo com Olga, militante do Movimento, ela nos relata esta situação:

[...] relata que a jornada incluiu universitárias que desenvolvem atividades com o Movimento, e que algumas delas não suportaram a pressão e vieram embora. Isto não só ocorreu com as universitárias, algumas militantes também tiveram a mesma atitude. Neste momento, Olga se mostra muito compreensiva com a atitude das companheiras, tanto universitárias quanto do próprio MST, não demonstrando uma posição de desaprovação com a reação das mulheres que deixaram a luta (V-17d).

Em algumas situações este mesmo compromisso que é demonstrado através da realização de um final de tarde para arrecadação de verbas (I-8), em outras ocasiões pode ser visto com certa desconfiança por parte de integrantes do Movimento. O tempo para dedicação e o empenho para cumprir demandas colocadas pelo MST é fundamental na edificação de sólidos vínculos com o coletivo, além de demonstrar o compromisso dos/as universitários/as. Em conversa com Heleny, da coordenação regional, pude apreender esta expectativa em relação aos/as estudantes.

[...] Ficamos lá conversando sobre a formação, as possibilidades de atuação no acampamento e a participação de cada um de nós nas atividades desenvolvidas. Em uma de nossas conversas Heleny fala sobre o compromisso dos/as universitários/as dizendo que nem todos/as eles/as são compromissados/as, não são capazes de perder um pequeno período de férias para contribuir com o Movimento. Finaliza dizendo que ela tem receio de universitário/a, mesmo tendo sido uma também (XIII-29d).

A *solidariedade*, como um valor, é essencial ao MST. A ação solidária entre os/as integrantes se inicia, a meu ver, quando as famílias se organizam para realizar uma ocupação de terra. No âmbito dessa pesquisa, a ocupação da Fazenda Martinópolis é um exemplo da solidariedade existente entre os/as companheiros/as, que através das interações solidárias com integrantes de outras áreas do MST perpetuam a luta pela reforma agrária. O trecho extraído do Diário de Campo VII aponta para a existência de relações solidárias no contexto do acampamento Alexandra Kollontai:

O acampamento Alexandra Kollontai é uma região adjacente ao Sepé Tiarajú, o que facilita as interações solidárias entre as duas áreas. O acampamento existe há um ano, fruto de uma ocupação no interior da jornada de lutas de abril de 2008. Inúmeros/as militantes que moram no assentamento prestam assistência às famílias acampadas. Passam o dia inteiro no acampamento, e somente à noite voltam para suas casas, ou às vezes, permanecem na área ocupada (VII-8).

É um processo de ensino e de aprendizagem que se inicia no acampamento, antes mesmo da conquista da posse da terra, e que assume diferentes formas com o tempo. Uma das formas de *solidariedade* expressa pelos/as trabalhadores/as do MST no acampamento Alexandra Kollontai diz respeito à construção dos barracos de lona, ou por algum motivo, mudanças dessas mesmas estruturas para outro lugar:

Aqueles/as que já haviam construído os seus dormitórios auxiliavam as demais famílias, que por algum motivo ou outro, não haviam feitos os seus barracos (VIII-1) [...] Enquanto terminava meu café observei a estrutura de um barraco sendo carregada por quatro homens. Situação fora do comum, e que chamara a minha atenção e a de outros militantes que acompanhavam aquela cena. Convencionalmente, as estruturas são feitas no próprio local onde a família vai ficar, porém desta vez, isso não havia ocorrido (VIII-3).

O corte de “ruas de cana” existentes na Fazenda para início de uma área de plantio era uma necessidade das famílias. Os/As educandos/as do curso de Agroecologia, que também contavam com a ajuda de universitários/as, foram levados/as ao acampamento a fim de contribuir *solidariamente* na criação desse local de produção como podemos verificar no seguinte trecho:

Os/As educandos/as do curso de Agroecologia e Heleny chegaram de Van. Eles vieram até o acampamento para ajudar no corte de ‘ruas de cana’. A área de cana derrubada seria utilizada para o plantio de alimentos. Como o número de educandos/as era grande, o serviço terminaria rápido. Alguns acampados trouxeram vários facões para o local (VIII-13).

Apesar do número de educandos/as na realização daquela tarefa, o trabalho não era simples. A quantidade de facões era insuficiente para todos/as, o que exigia o revezamento durante o corte. Porém, “Aquele momento era importante para os/as estudantes e para os/as acampados/as, a ação desses jovens era um espaço de formação humana, tão relevante quanto às tarefas e questões técnicas do curso de Agroecologia” (VIII-14).

Ser solidário/a aos/às demais companheiros/as do Movimento é acreditar que os conhecimentos construídos durante um curso de graduação podem contribuir substancialmente para a dinâmica do MST. No Diário de Campo XIII, Bartolina diz somente estar cursando Direito “[...] pensando nos/as companheiros/as do MST. Ela acredita que a sua formação será importante para defender algum/a companheiro/a” (19) no futuro, tendo em vista o seu desacordo com as bases histórico-filosóficas que sustentam a teoria do Direito na contemporaneidade.

A possibilidade de contar com o auxílio de outros/as companheiros/as para a limpeza de um lote demonstra que a solidariedade, enquanto um valor necessário a forma de organização social dos/as trabalhadores/as desse movimento social, tem a sua essência consolidada na capacidade de reconhecer o outro e ajudá-lo/a. Olga durante uma conversa na cozinha da Ciranda:

Perguntou se alguém iria para o Mário Lago no dia seguinte, pois ela queria voltar lá para ver o seu lote e a casa que estava construindo. Segundo ela, estava precisando capinar o mato que crescia e que ela queria levar todos/as nós para trabalhar. Começamos a rir, e ela disse:

- ‘Vamos trabalhar! Não estou falando deste conceito burguês de trabalho’.

Para Olga:

- ‘O trabalho é a convivência, a solidariedade, a sociabilidade. E isto é que estaremos desenvolvendo no meu lote’, concluiu rindo. Era uma forma de descontrair o ambiente, mas que expressava um conceito de trabalho sob sua perspectiva (XII-8).

Adjetivar o trabalho com a expressão “burguês”, como podemos observar na fala de Olga, requer alguns cuidados para não incorrerem no erro de compreender esta relação dos seres humanos com a natureza como algo essencialmente negativo. Penso que a forma social, a maneira como as relações sociais são edificadas em um dado contexto, é que

constituem as bases para a expressão do trabalho no interior desta dinâmica. A forma de trabalho designada como “burguesa” implica uma “não-burguesa”, sob a égide de um mesmo sistema (o capitalista, por exemplo). Sendo assim, a solidariedade manifestada no interior de uma “outra concepção de trabalho”, também terá a sua faceta expressa no “trabalho burguês”, ou seja, a solidariedade também está presente no modo de produção capitalista e nas diversas formas de organização do trabalho.

Dedicar atenção aos/as familiares de um companheiro que está hospitalizado é uma das formas de manifestação da *solidariedade* no interior das relações entre os/as trabalhadores/as do MST. O trecho extraído do Diário de Campo IX demonstra que os/as familiares, “Recebiam o apoio do Movimento para os deslocamentos até o hospital, na estadia em Ribeirão Preto, e a solidariedade daqueles/as que gostavam do companheiro” (4).

O apoio solidário por parte de amigos/as dos/as familiares é fundamental para confortar aqueles/as que vivenciam esses momentos difíceis, e nutrir a esperança de melhora no quadro clínico. Durante um diálogo, um dos irmãos do companheiro hospitalizado aponta ao amigo da família algumas preocupações em relação as estadias de sua mãe e de sua irmã em Ribeirão Preto:

Diziam que não poderiam ficar mais tempo, e que amanhã mesmo estariam voltando para Itapeva. A produção não poderia parar, mas que a mãe e a irmã ficariam. Havia algumas preocupações nessa estadia das duas, principalmente em relação à mãe. A primeira delas é de que não houvesse comentários em relação ao companheiro que estava em estado de coma, mesmo que esses fossem bons, ou que remetessem a ações, atitudes do companheiro. A segunda preocupação era relativa a assistência necessária aos deslocamentos da mãe e da irmã, e da necessidade de levá-las a outros ambientes, outros assentamentos, onde elas pudessem ver e conversar com diferentes pessoas.

O amigo da família dizia que eles poderiam ficar tranquilos que a mãe e a irmã deles receberiam o apoio que fosse necessário [...] (X-14).

A gratidão pelo apoio recebido fora expresso por um dos irmãos através de uma analogia. Disse que havia aprendido o que acabara de falar com seu irmão que estava hospitalizado, e que o mesmo agira igualmente nessa situação:

[...] Um dos irmãos do companheiro tentou traduzir nas seguintes palavras, o apoio que estavam recebendo nesse momento difícil, mas que com certeza, o irmão faria o mesmo. Disse ele:

- ‘Companheiro é aquele que não te deixa pra trás. Vai te buscar mesmo ferido no chão. Te coloca no ombro e leva embora’.

Com os olhos lacrimejados, muito emocionado, e expressando toda a sua gratidão naquele momento, falou que essas palavras seriam ditas pelo irmão e havia aprendido com ele.

A preocupação era com a mãe que não estava se sentindo bem, condição esta, fruto do mal-estar de ver o filho naquela situação.

Ao ser perguntado sobre o que achava da necessidade de sua mãe visitar alguns/mas amigos/as, o irmão, cabisbaixo, afirmou:

- 'A mãe é que sabe!'

- 'Isso é muito pessoal'.

E continuou, após uma pausa:

- 'Ela ta precisando de gente verdadeira, e gente verdadeira tem em todo lugar'.

Aquelas poucas palavras traduziam o pensamento do irmão.

O amigo da família voltou a afirmar que eles poderiam ficar tranquilos. Conversaria com a mãe deles para decidir o que seria melhor durante a estadia dela (a mãe) em Ribeirão Preto (X-15).

O reconhecimento pelo *apoio solidário* pode vir com a avaliação dos/as acampados/as do processo de formação política, e o entendimento de que aquela interação desencadeou processos educativos. Os dois trechos retirados do Diário de Campo XIII ilustram essa gratidão:

Estávamos encaminhando para o encerramento do encontro quando fizemos uma avaliação sobre a formação com os/as militantes. Eles/as expressaram a opinião sobre o encontro e desejaram que voltássemos mais vezes ao acampamento. Uma das companheiras disse:

- 'Vocês poderiam estar na casa de vocês, mas estão aqui com a gente' (24). [...]

- 'A gente é que agradece de ter a oportunidade de aprender com vocês. A gente é que aprende com vocês' (26).

Percebemos uma contribuição solidária aos/as companheiros/as daquele acampamento durante a formação, dedicar um tempo e atenção para dialogar sobre temas como exploração, trabalho, latifúndio, capitalismo, crise econômica fora realmente importante. Mas não devemos perder de vista que um dos objetivos precípuos para aquele encontro era organizar os/as trabalhadores/as para a Marcha Estadual que estava sendo promovida pelo MST, (re)afirmando princípios políticos e ideológicos.

A *solidariedade*, no entanto, não está restrita as interações entre aqueles/as que integram o MST, e não poderia ser diferente. Os grupos apoiadores advindos de diversos segmentos da sociedade fortalecem a luta cotidiana do Movimento e o auxilia em momentos de embates decisivos. A "Reunião dos Aliados" e a possibilidade de uma "prosa" com os/as trabalhadores/as de Serrana são exemplos da existência de agentes apoiadores como podemos observar nos seguintes trechos extraídos dos Diários III e VI, respectivamente:

Iria somente para o que chamamos de 'Reunião dos Aliados' que contaria com a presença de diversos setores da sociedade solidários a atuação do MST. Esses setores se constituem em fortes aliados e contribuem para a organicidade do Movimento, a execução de suas linhas políticas e princípios organizativos (1) [...] O objetivo central da reunião que estávamos acompanhando de perto era conseguir reafirmar o apoio dos grupos ali presentes na discussão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no Ministério Público. Além disso, os/as companheiros/as

buscavam um apoio técnico para muitas questões que surgiam e causavam dúvidas em momentos decisivos das reuniões. O esclarecimento dessas ambiguidades poderia ser feito por intermédio de pessoas qualificadas em determinados assuntos (10).

Chegado ao local da reunião, o militante estava convidando aqueles/as que tivessem vontade e disponibilidade para participar de uma conversa com trabalhadores/as no salão paroquial da cidade de Serrana no dia 21 de março às 17 horas. A prosa seria a respeito da ocupação das terras da Fazenda Martinópolis no município de Serrana, próximo a Ribeirão Preto. A ocupação foi realizada por famílias do MST após a descoberta da penhora desde 1986 pelo Estado. Esta área deveria ser destinada para fins de reforma agrária e assentamento de famílias do MST.

A preocupação do militante era realizar o diálogo com os/as trabalhadores/as da cidade de Serrana a fim de conseguir o apoio da população, já que conseguira dialogar com um padre da cidade que permitiu a sua fala durante uma missa (27).

A dificuldade em realizar uma produção agrícola numa área em disputa judicial sensibiliza setores diversos da sociedade. As ações de reintegração de posse, que podem ser cumpridas a qualquer momento, em muitas situações, não permitem que as famílias colham aquilo que plantaram. Dessa forma, alguns segmentos sociais, através de *atos de solidariedade*, doam alimentos às famílias, como foi o caso ocorrido no acampamento Alexandra Kollontai. Os trechos extraídos do Diário de Campo IX descrevem a entrega dos alimentos doados no acampamento:

Hélder avisara Celso que antes de seguir para o Alexandra Kollontai, onde deixaria algumas cestas básicas ganhadas através de doações, passaria no Mário Lago para deixar o Pablo (9) [...] Continuamos a nossa pequena viagem até o acampamento para levar os alimentos doados. Hélder havia recebido uma ligação perguntando onde ele estava. Provavelmente queriam saber sobre a entrega dos alimentos que seriam estocados (12) [...] Os alimentos foram sendo descarregados. Ao pegar um fardo de arroz um dos companheiros me perguntou:

- 'Você vai carregar?'.

Certamente por saber que sou universitário pensou que não os ajudaria naquele serviço.

Disse a ele:

- 'Pode deixar, vou ajudar vocês'.

Continuei na empreitada de levar os alimentos para um quatinho que já continha alguns mantimentos (14).

Os/As universitários/as também assumem um papel relevante na organicidade do Movimento, e assim como os/as seus/suas integrantes, também almejam o processo de transformação social (III-2). A *solidariedade* dos/as estudantes em relação aos/as companheiros/as do MST na consecução desse novo projeto social, se expressa em diversas ações realizadas de maneira colaborativa. Uma delas foi a organização de um final de tarde no Palquinho da UFSCar com a finalidade de arrecadar “[...] recursos para o ‘Curso Médio Técnico Integrado à Agroecologia: para famílias assentadas na Reforma Agrária’” (I-1).

Apoio que se faz presente, também, em reuniões realizadas com os pólos universitários para diálogos “[...] sobre o ‘V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras’”, o reflorestamento do assentamento Mário Lago, o curso de Agroecologia, a confecção do caderno ‘Lutadores e Lutadoras do Povo’, atuação dos/as universitários/as de Piracicaba/SP na regional de Ribeirão Preto/SP e as atividades dos/as universitários/as nas áreas do MST” (VIII-5). Das reuniões realizadas entre coordenadores/as do MST e universitários/as são encaminhadas algumas demandas como podemos observar nos seguintes trechos retirados dos Diários de Campo:

A quinta edição do Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras era uma das preocupações do MST. Por isso, havia a necessidade de reafirmação do compromisso com os/as universitários/as contribuindo na organização e divulgação do mesmo. Além das apresentações, haveriam 13 oficinas preparativas para o Encontro e que seriam destinadas aos/as militantes do MST. Os cartazes para divulgação estavam no carro da Heleny, e deveríamos pegá-los assim que fôssemos voltar para São Carlos. Os/As educandos/as dos cursos de Agroecologia do Pontal do Paranapanema e de Ribeirão Preto estarão na articulação do espaço, ajudando na construção (VIII-7).

O caderno de ‘Lutadores e Lutadoras do Povo’ era um material que não havia evoluído no que tange a sua confecção. Através de mensagens eletrônicas, os lutadores e lutadoras do povo que deveriam ser homenageados/as no material, foram divididos entre os pólos universitários. Uma breve história do/a lutador/a, suas contribuições e a fonte das informações eram necessárias. O MST tentaria o apoio financeiro para impressão do material (VIII-8).

Pegamos os cartazes do Encontro de Violeiros e Violeiras no carro da Heleny e dividimos entre os/as integrantes do GEQA. A divulgação do Encontro seria feita em São Carlos juntamente com uma apresentação de violeiros/as em uma área de convivência na Universidade de São Paulo (USP), *campus* São Carlos. Após guardarmos os cartazes, começamos a nos despedir dos/as acampados (VIII-17).

Demandas que são atendidas com solicitude e compromisso pelos/as universitários/as, salvaguardando os limites já apontados. A preocupação de Celso com um possível atraso em sua chegada ao acampamento Alexandra Kollontai para desenvolver as atividades do Projeto Leitura de Barraco é exemplar a esse respeito:

Celso estava preocupado em sair tarde de São Carlos, pois precisava desenvolver a atividade com os/as acampados/as do Alexandra Kollontai. Segundo ele, um dos companheiros que coordena o Setor de Educação poderia achar que ele não iria. Além disso, antes de ir ao acampamento Celso precisava passar pelo Centro de Formação para trocar os livros do projeto. Resolvemos sair e ir a um orelhão ligar para um dos responsáveis pelo Setor de Educação, tranquilizando-o em relação ao pequeno atraso que ocorreria (IX-1).

A preocupação em aglutinar estudantes que se *solidarizam* com as lutas do MST fazendo com que estes embates se consolidem no interior do próprio Movimento, assim como sejam levados aos espaços das universidades, é uma preocupação constante dos grupos universitários. Diante disso, na semana de recepção aos calouros na UFSCar, o coletivo do GEQA planejou atividades de formação política, filme, manejo de horta e uma mesa temática com o objetivo de “[...] abordar a questão agrária e convidar mais estudantes para participar do coletivo [...]” (VI-14).

A participação na dinâmica do acampamento pode ser uma das *ações solidárias* dos/as universitários/as realizadas conjuntamente com os/as militantes. A vigilância que deve ser realizada o dia inteiro é um dos aspectos da segurança de um acampamento, e a participação dos/as estudantes também se faz presente nesses momentos. Em uma das noites no acampamento Alexandra Kollontai, “[...] Por volta de 01h20min da manhã, fui até a guarita para ajudar na vigilância do acampamento. O caminho era escuro, mas logo cheguei onde estavam alguns/mas companheiros/as universitários/as e os militantes responsáveis pela guarda” (VII-23).

Dentro da complexa dinâmica cotidiana dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra, as *interações solidárias* também ocorrem entre aqueles/as que atuam junto ao Movimento. Universitários/as encontram na *solidariedade* o apoio necessário para o desenvolvimento de ações relativas à própria organicidade do MST. Em uma das idas ao Alexandra Kollontai, Celso estava com pouco tempo para separar os livros que levaria ao acampamento, anotá-los em folha destinada a esse fim, e aproveitar a carona que lhe fora oferecida. Observando essa situação, “[...] fui auxiliar o companheiro lhe propondo que, enquanto ele buscava nas prateleiras da biblioteca os livros que gostaria de colocar no caixote, eu anotaria os nomes dos livros” (IX-7).

Já no acampamento:

[...] Celso me pediu ajuda em uma tarefa. Queria conferir os livros que estavam sendo devolvidos na troca de caixotes. Começamos a fazer isto no próprio acampamento, entretanto, Hélder tinha que voltar ao Centro de Formação. Disse à Celso que se ele quisesse eu poderia conferir os livros assim que chegasse ao Sítio do Pau D’Alho. Ele me respondeu que se eu pudesse fazer isto, ele ficaria muito agradecido. Coloquei o caixote com os livros dentro da caminhonete para voltarmos (IX-17) [...] Ao chegar ao Centro de Formação fui conferir os livros que estavam no caixote vindo do Alexandra Kollontai. Os nomes dos livros e/ou materiais que não estavam anotados foram adicionados, e aqueles que não vieram, deixaram de ser riscados (IX-18).

A compreensão de *coletividade* está inserida nas lutas cotidianas pela (re)produção das condições (i)materiais de existência travadas nas áreas de reforma agrária, que se configuram como essenciais para o exercício de “novos valores”, ainda que não os garanta. A vida no “individual”, comparada a do “coletivo”, apresenta-se mais sofrida, pois as condições da primeira são mais desfavoráveis. As *construções coletivas* nos tempos e espaços do Movimento são processos educativos desencadeados no cotidiano dos/as integrantes do MST. Desde as assembléias para os encaminhamentos de decisões forjadas nessa instância deliberativa, até as penalizações por atraso nas entregas dos materiais pertencentes à biblioteca, a *coletividade* se faz presente.

Contudo, a *coletividade* deve ser pensada criticamente a fim de evitar alguns equívocos interpretativos e práticos. A *coletividade* almejada e observada durante a inserção na fase de campo da pesquisa não pode anular o ser humano, seja ele/a um integrante ou não do MST, no plano de suas individualidades, no qual homens e mulheres existem de forma peculiar. Ao mesmo tempo, as decisões do coletivo devem realmente prevalecer, como possibilidade de desenvolvimento de todos/as, através do diálogo. Possíveis anseios e posicionamentos tomados pela direção do Movimento não podem subjugar a voz do grupo, sem que haja um debate mais aprofundado com a base.

Ao privilegiar a dimensão da *coletividade*, enfatizamos a importância da coesão do grupo para *resistir* à longa e tortuosa marcha em direção a um novo sistema de metabolismo social. Coesão que é de difícil realização, mas que se manifesta em diversas oportunidades. Difícil por ser o MST um movimento social formado por inúmeros/as homens e mulheres que em muitas ocasiões apresentam expectativas diferentes para uma mesma situação. As afinidades construídas pelos/as jovens são um exemplo dessa multiplicidade de formas de ser das pessoas que integram este Movimento.

[...] ao dividirmos os Núcleos de estudantes para facilitar o andamento das atividades programadas, ouvi comentários com nomes de alguns participantes que não apresentavam afinidades entre si. As divisões foram realizadas pela CPP utilizando critérios como gênero, escolaridade, espaço geográfico, tempo de movimento e características da personalidade (VI-2).

Dessa forma, a coesão não pode significar singularidade, pois o MST em seu movimento contraditório não é monolítico.

Resistência manifestada frente às dificuldades durante a jornada de lutas das mulheres, nas condições adversas de um acampamento, nos embates com órgãos

governamentais e na organização de um evento. Os seguintes trechos extraídos dos Diários de Campo expressam exemplos dessas *manifestações de resistência*:

Olga começou a contar como havia sido a ação das mulheres na Usina Cosan. O relato acontecia de maneira entusiasmada e Rosa ouvia atentamente. Os mínimos detalhes eram expostos, e em pouco tempo, enquanto jantávamos. Olga relatou os três dias dessa atividade que fazia parte da jornada de lutas das mulheres. Desde a articulação com o MST para a ocupação de terra pertencente à Usina, até o mandado de reintegração de posse que foi cumprida por um juiz com o apoio da Polícia Militar da região de Jaú (V-16) [...] A pressão psicológica dos ‘jagunços’ era algo corriqueiro e que as mulheres tiveram que saber lidar. Olga conta que eles começavam a falar absurdos e que ameaças eram constantes, mas que a grande maioria das mulheres não se abalou. Vários cantos e palavras de ordem eram entoados para fazer frente e marcar um posicionamento diante da ação. Um destes cantos fora reproduzido por Olga durante a conversa:

- “Pisa ligeiro (2X)

Quem não aguenta com a formiga,
Não atíça o formigueiro!”

Olga falou que ao cumprir o mandado de reintegração de posse, as mulheres presentes na ação não assinaram papel nenhum, como é de praxe, e que saíram sem conflito (V-18).

‘Isso é importante pra gente, porque a gente tá aqui isolado, sem luz, sem nada, e vocês vieram pra cá’ (XIII-25).

[...] dificuldades enfrentadas pelo MST com o processo de assentamento das famílias, as brigas e disputas travadas no Ministério Público de Ribeirão Preto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (II-3).

A falta de verba era um dos desafios a serem enfrentados pelo MST, uma vez que, depois das ocupações do INCRA e da Petrobras, além do posicionamento contra o governo Lula, o Movimento decidiu não contar com verba governamental. Dessa forma, o MST contava com o apoio dos/as universitários/as para organizar e divulgar o evento em todos os espaços que tivéssemos contato (VI-20).

A *participação* dos/as militantes nas *ações coletivas* do MST se configura em um instrumento de luta política capaz de promover a compreensão da situação de opressão em que vivem inúmeros/as trabalhadores/as rurais e urbanos/as, e assim, forjar projetos de libertação arquitetados pelos/as próprios/as oprimidos/as. Durante a formação política realizada com os/as companheiras em um acampamento na cidade de Orlândia, percebemos a partir dos trechos extraídos do Diário de Campo XIII que:

Os encaminhamentos foram dados, e a participação era cada vez maior. Os conceitos que deveriam ser discutidos ao longo do encontro foram, aos poucos, sendo esclarecidos com a participação de todos/as. Os/As militantes expressavam naquele momento as suas visões de mundo e começavam a entender um pouco sobre a espoliação que sofriam. Através de uma situação-problema de uma fábrica de sapatos imaginária, os/as companheiros/as participantes foram divididos em NB, separados/as de acordo com a organização interna do acampamento, para um diálogo entre eles/as sobre a montagem desta fábrica. Passamos nos grupos de discussão para possíveis auxílios, e notamos que os diálogos internos estavam

fluindo (7) [...] No retorno houve uma socialização dos diálogos nos NB, antes de estabelecermos reflexões coletivas acerca dos conceitos de trabalho e mais-valia, com a simulação de dinheiros feitos de papel, que representavam o pagamento feito pelos/as donos/as dos meios de produção (9).

Em alguns momentos alguns obstáculos, como o analfabetismo, se apresentam no caminho da participação. Entretanto, através do diálogo buscamos alternativas para garantir a participação de todos/as trabalhadores/as. O seguinte fragmento extraído do Diário de Campo é exemplar nesse sentido:

A participação dos/as militantes continuou. Em um determinado momento, entreguei o material sobre a crise para os/as companheiros/as, que deveriam ler e discutir nos NB, tendo como perspectiva a seguinte pergunta: 'Quais as características da crise atual?'. Ao entregar o material a um dos companheiros ali presentes, ele me disse:

- 'Não sei ler'.

Disse a ele:

- 'Não tem problema. Não será por isso que vai deixar de participar. Alguém do grupo vai ler e o senhor vai conversar dentro do próprio grupo'.

E acrescentei:

- 'É legal o senhor ter o material. Pode repassá-lo a algum/a companheiro/a'.

O companheiro pegou o material e foi para o seu grupo.

Acreditava que não deveria deixar aquele trabalhador sem o material, mesmo ele não sabendo ler. O material poderia ser repassado e ajudar outras pessoas a entender a crise econômica (XIII-21).

A participação dos/as trabalhadores/as não está condicionada a aspectos como tempo de militância, idade e/ou hierarquias. Aprender e ensinar a participação em um espaço do MST é um processo educativo que pode ser desencadeado na convivência entre um companheiro mais velho e um jovem integrante do Movimento:

Seguindo a metodologia da primeira parte do encontro, ao nos reunirmos novamente, fizemos a socialização das discussões. Os/As trabalhadores/as puderam apontar as características da crise que haviam apreendido com a leitura do material. Nessa parte da reunião, a participação de um jovem chamava a atenção. Ele estava sentado ao meu lado, e se mostrava solícito para responder as perguntas que eram feitas aos/as presentes. Um dos companheiros, com mais tempo de movimento disse para o garoto:

- 'Levanta a mão antes de responder'.

Depois se dirigindo a mim, falou:

- 'Tem que ser assim. Assim que se aprende a participar'.

E completou o seu raciocínio:

- 'Ele leva jeito para isto. Tá prestando atenção'.

- 'Sou militante do MST há 15 anos, e aprendi assim' (XIII-22).

A participação na realização de tarefas dentro da divisão do trabalho entre os/as militantes figura como algo imprescindível. É necessário que todos/as participem na estruturação dos espaços ou na produção dos assentamentos, acampamento e Centro de

Formação a fim de que não haja uma distribuição desigual de tarefas. Percebo que há uma certa “vigilância” entre os/as próprios/as integrantes no cumprimento das mesmas:

Alguns colchonetes que estavam empilhados no corredor dos quartos foram levados por nós para dentro de um quatinho localizado na oficina. Oziel nos chamou para ir a quadra para que pudéssemos carregar uma mesa até a oficina. Estávamos em seis pessoas segurando e carregando a mesa, que por sinal era muito pesada. Parecia ser feita de madeira nobre, daí o seu grande peso e a necessidade de um bom número de pessoas para transportá-la. A quantidade de serviço era grande para que tudo estivesse pronto antes do início das aulas do curso de Agroecologia. Os/As militantes que ficam a maior parte do tempo no Centro de Formação aproveitam as ocasiões que têm bastante pessoas ali, para realizar algumas tarefas. Algumas cadeiras que os/as educandos/as utilizariam para sentar durante as aulas estavam sujas. Oziel pediu a alguns deles que fizessem uma seleção das cadeiras que fossem úteis. Algumas seriam somente aproveitadas as madeiras, outras deveriam ser reparadas, e todas as demais necessitavam serem limpas, pois se encontravam em bom estado. O mutirão das cadeiras se iniciou, e estávamos em aproximadamente doze pessoas cuidando da separação e limpeza das cadeiras (V-11).

Auxiliar na preparação de um almoço ou jantar também é uma das formas de *participação* que fortalece vínculos entre os/as próprios/as trabalhadores/as, e entre trabalhadores/as e pesquisador, além de favorecer a sociabilidade entre aqueles/as que interagem em diversos espaços como a cozinha de um barraco e/ou do Centro de Formação, por exemplo:

Hélder foi pegar a carne que já estava temperada na geladeira. Pablo e eu fomos lavar a alface que vinha do setor de produção do próprio Centro de Formação, e Anton ficou no fogão esquentando o arroz e o feijão, além de fritar a carne que Hélder havia pegado. Ao deixar tudo pronto, nos servimos e sentamos à mesa para comer (X-12).

Tânia pediu para que ajudássemos nos preparativos do almoço. Cortei a couve que ela iria refogar, enquanto Anton e Bartolina descascavam e cortavam o alho. Todos/as estavam envolvidos/as, e enquanto fazíamos o que Tânia nos pedira, conversávamos (XIII-11).

Durante a estruturação do torneio de futebol, a participação dos/as companheiros/as na construção da proposta foi fundamental. Sendo assim, tanto aqueles/as que iriam jogar, quanto os/as que não jogariam auxiliaram na organização dessa manifestação de lazer, seja entrando em contato com os/as demais interessados/as ou estipulando a quantidade de alimento necessário para o consumo dos/as participantes:

Após descarregar todas as cestas doadas fomos conversar com o representante da equipe do acampamento. Explicamos a ele nossa intenção com o torneio. Ele afirmou que estava tudo bem, que montariam um time para disputar o torneio nas datas previstas, e também, ficaria encarregado de entrar em contato com o pessoal

do Sepé Tiarajú. Dissemos que o torneio provavelmente seria no campo do Sepé, e ele nos alertou para a falta de traves, rede e demarcação do campo. Notei que os acampados que acompanharam a nossa conversa ficaram entusiasmados com a possibilidade de disputarem o torneio (IX-16).

Hélder chegou à secretaria, procurando o rapaz responsável naquele horário. Dissemos a ele que o secretário ainda não havia chegado. Aproveitamos o momento para repassar o que dialogamos, e saber o que ele achava da estrutura do torneio, bem como, saber a opinião de Hélder no que se referia a alimentação dos/as participantes.

Hélder tinha uma boa noção dessas questões de alimentação. Já participara de muitos acampamentos no MST, e tinha uma noção da quantidade de comida que seria necessário conseguir para fazer durante os dois dias de torneio (XI-6).

A participação, porém, nem sempre se dá de maneira harmônica. Em algumas situações, alguns companheiros são cobrados pela conduta que adotam em determinado momento. O alcoolismo, um dos problemas identificados durante a convivência com os/as integrantes do MST, pode levar a uma manifestação inoportuna e que logo é repreendida por outro militante. Este acontecimento está relatado no Diário de Campo VIII:

Alguns companheiros tomavam café fumando um 'paieiro', enquanto outros queriam tomar cachaça. A esta hora da manhã parecia improvável que isto acontecesse, entretanto, o horário não era um bom parâmetro para aqueles que estavam afoitos pela bebida (2d)[...] Neste instante, um dos militantes que estava bêbado e se encontrava no barracão, começou a dizer:

- 'Eu tenho uma coisa pra falar!'

- 'Gostaria de agradecer vocês por estarem ajudando a gente aqui. Vocês saíram de suas casas e vieram ficar com a gente'.

Oziel interrompeu o companheiro neste instante:

- 'A gente quer terminar a reunião. Depois você fala com eles'.

O companheiro continuou:

- 'Eu só queria agradecer vocês!'

Oziel diz:

- 'Eu sei, eu sei, mas deixa a gente terminar a reunião'.

- 'Tranquilo', respondeu o companheiro (9d).

Ainda tendo como elemento de discussão as bebidas alcoólicas (principalmente a cachaça), outro episódio foi protagonizado por um companheiro que havia se excedido na ingestão de pinga, e logo foi repreendido por outros integrantes:

Um assentado do Sepé Tiarajú veio nos avisar que havia um companheiro falando 'palavrões' próximo à área do barracão. Um dos coordenadores do acampamento ficou preocupado com as famílias terem que escutar estas ofensas e saiu para conversar com o companheiro que havia se excedido no álcool. Dentro de um acampamento estas atitudes são recriminadas, pois é um espaço de convivência de diversas famílias (VII-25d).

A *organização* também foi um processo educativo desvelado na pesquisa. As diversas formas de organização social do Movimento expressam o caráter múltiplo de sua estruturação. Estamos tratando, nesse sentido, *da organização enquanto estrutura organizativa* que contempla em seu interior, *instâncias de representação e setores de atividades*. Essa forma através da qual os/as trabalhadores/as se organizam possibilita o desenvolvimento das dimensões social, econômica, política e ambiental.

Os trechos seguintes são relatos extraídos dos Diários de Campo e fazem referência ao *setor de produção* do MST de Ribeirão Preto:

Os trabalhos já haviam começado e os militantes já estavam nas áreas de produção. Alguns alimentavam os animais, outros cuidavam da produção de verduras. José passava o trator na terra para cuidar da mesma. Quando encontrei Anton, ele estava de saída junto com Hélder. Iriam até o *campus* da USP em Ribeirão Preto para supervisionar uma horta que os militantes cultivam em um determinado espaço da universidade (XI-1).

Tânia fazia questão de ressaltar que aquelas verduras eram da horta que os/as acampados/as cultivavam na área de produção (XIII-12).

Ao terminar de arrumar os meus pertences fui até a área de produção onde José estava passando trator na terra. Quando cheguei lá, o cheiro de terra molhada me fascinava e aguçava os meus sentidos. Chiquinho e outro companheiro estavam em uma pequena casa ao fundo da área de produção. Depois de ficar admirando a produção dos/as militantes/as que fornecia o alimento para aqueles/as que moravam ou permaneciam no Centro de Formação (XIV-3).

Além do setor de produção, pudemos apreender durante a pesquisa uma das instâncias de representação política. As instâncias de representação política reúnem diferentes espaços, que são formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional. Durante a divisão dos/as trabalhadores/as para a atividade de construção da fábrica de sapatos no encontro de formação política em Orlândia, a formação dos grupos foi facilitada pela presença dos Núcleos da Base que congregam as diversas famílias daquele acampamento.

Ainda na ocasião da formação política em Orlândia, tivemos contato com o “[...] local onde os/as trabalhadores/as cotidianamente fazem as reuniões e assembléias do acampamento para decidir assuntos de interesse coletivo” (XIII-20).

Organização que contribui na luta contra as negações permanentes que impedem o *ser mais* de homens e mulheres do MST. Sendo assim, tanto na estruturação do torneio de futebol quanto na jornada de lutas das mulheres, a *organização* se faz necessária para que os/as integrantes possam ampliar a sua capacidade de resistência e acumular forças para transformar a sociedade:

De acordo com a avaliação da militante a jornada havia sido muito interessante, e que haviam aprendido muito na organização de um conjunto de ações, pois era a primeira vez que ela fora a uma ocupação realizada somente por mulheres (V-19).

Antes de finalizar a reunião fizemos uma pequena distribuição de tarefas para facilitar a organização e os contatos com as equipes. Era necessário comparecer aos dois assentamentos (Sepé Tiarajú e Mário Lago) e ao acampamento Alexandra Kollontai para dar os informes deste diálogo (XI-8).

A estrutura do curso de Agroecologia apresenta uma *organização* que favorece a realização de reflexões, avaliações, críticas e propostas de encaminhamentos. A arquitetura organizativa construída reproduz uma organicidade muito próxima àquela utilizada pelo MST, garantindo assim, a implementação de suas linhas políticas e princípios organizativos. O trecho extraído do Diário de Campo VI é ilustrativo a esse respeito:

Terminada esta primeira parte, os/as estudantes foram divididos em grupos, já previamente montados, para leitura e discussão da PROMET. Retornariam à sala de aula no intervalo de uma hora, para elaboração dos acordos coletivos. Esta reunião dos Núcleos seria destinada também para a escolha do nome do/a lutador/a do povo que seria homenageado/a e as palavras de ordem dos respectivos coletivos (11).

Contudo, aprender e ensinar a *organização* não diz respeito somente à estrutura organizativa. O estudo aponta para uma compreensão de organização que contempla também a questão de disposição dos espaços para realização das atividades de estudo do curso de Agroecologia e conservação do patrimônio, como podemos observar através dos seguintes trechos dos Diários de Campo:

Oziel nos convidou para ir até a oficina e mostrar uma mesa que haviam (ele, Pablo e Anton) montado. O formato, segundo ele, foi decidido coletivamente. Da oficina carregamos outra mesa para a sala de estudos do curso de Agroecologia, para que os/as estudantes pudessem realizar suas tarefas do curso, trabalhos em grupo, estudos individuais durante a terceira etapa (V-9)

[...] De acordo com ele a disciplina e organização dos espaços e patrimônios (beliches, camas, computadores, livros etc.) são necessárias. Por ser um espaço público, o sítio do Pau D'Alho poderia ser fiscalizado por diversos órgãos. Para evitar maiores celeumas, os quartos de visitantes e dos/as educandos/as devem ser mantidos organizados e os colchões novos preservados (VI-7).

Uma das formas de organização observadas também se refere à disposição dos livros, revistas e jornais na biblioteca, que segue uma sistemática diferente daquela que estamos acostumados/as a encontrar nas bibliotecas em geral. As sanções aplicadas por atraso

na devolução dos materiais também é diferenciada. Esse é um exemplo de *organização* construída pelo grupo, e está registrado no Diário de Campo V:

Celso comentou algo muito interessante no que se refere à estruturação da biblioteca do Centro de Formação. Ele me disse que a organização dos livros se dava de uma forma diferenciada do que estamos acostumados nas bibliotecas em geral. Os materiais que se encontram no local são organizados por temáticas, e estas foram definidas coletivamente com os/as estudantes do curso de Agroecologia e integrantes da coordenação regional de Ribeirão Preto (4).

As sanções aplicadas aos/às estudantes também fogem um pouco do convencional. Quando um/a aluno/a do curso de Agroecologia, acampado/a e/ou assentado/a não faz a entrega do material retirado no dia previsto, foi definido que ele/a deve prestar serviços à biblioteca. Uma das maneiras de pagamento desta sanção é ficar trabalhando na biblioteca no período em que a mesma se encontra aberta (5).

A guarda de um acampamento também necessita de uma *organização* que não permita que a mesma esteja sem ninguém presente. Além disso, caso a segurança particular de uma área ocupada ou mesmo a polícia militar (menor probabilidade) apareça, os/as militantes possuem uma estratégia de convocar rapidamente os/as demais companheiros/as. Este aspecto está relatado no Diário de Campo VII:

Caso os guardas da usina tentassem realizar alguma ação contra as pessoas que se encontravam dentro do acampamento, teríamos que rapidamente acender rojões que estavam dentro de um barraco de lona na guarita, e assim, acordar a todos/as (26).

A *partilha* é um valor aprendido e ensinado no cotidiano das áreas de reforma agrária estudadas. A divisão de bebidas, cigarros, pipoca, café, chá, ocorre em diversos momentos tais como: ao assistir um jogo, preparar um almoço, durante um churrasco ou uma “prosa”. O seguinte trecho retirado dos Diários de Campo VII nos ilustra uma situação de partilha:

Fomos tomar um chá que uma das companheiras havia preparado. Aquela bebida foi boa naquele momento para que pudéssemos ‘espantar o frio’ (VII-21).

Ocorre também a repartição do que se arrecada ou se produz de alimentos nas áreas de produção dos acampamentos, assentamentos e Centro de Formação, com a finalidade de receber bem os/as visitantes em suas moradias ou para alimentar aqueles/as que participarão de um torneio de futebol.

Aquela vista da produção do acampamento me chamava muito a atenção. Era um indicativo da dedicação dos/as trabalhadores/as na produção das verduras que alimentavam as famílias ali presentes (XIII-8).

Hélder nos falou a quantidade necessária para dois almoços e um jantar. Acrescentou ainda que, a verdura cada área poderia contribuir, seja com alface, mandioca, couve, dentre outras. O arroz, o feijão e a mistura deveriam ficar por conta das equipes universitárias. Teríamos que fazer esse diálogo com o pessoal (XI-7).

A ocorrência dessa divisão não está condicionada à existência de uma caneca ou cigarro para cada trabalhador/a. Dessa forma, “[...] Durante o jogo, as canecas com cachaça circulavam de mão em mão para que todos/as aqueles/as que queriam beber pudessem compartilhar a bebida. O número de canecas era inferior ao de presentes, mas isso não era empecilho para a divisão da bebida. O mesmo acontecia com o cigarro ‘paieiro’” (VI-24).

Em algumas ocasiões, para que companheiros/as possam assistir a uma partida de futebol, o aparelho de televisão é emprestado por um assentado possibilitando aos/as que se encontram no acampamento o desfrute dessa experiência de lazer. O seguinte trecho extraído do Diário de Campo VIII exemplifica esse processo educativo de partilha:

Um carro entra no barracão naquele instante. Trazia a televisão da casa de um assentado do Sepé Tiarajú. Assistiríamos a final do Campeonato Paulista naquele aparelho, e os preparativos estavam sendo iniciados. A chuva havia dado uma trégua, e a montagem do equipamento foi feita. O gerador foi ligado para que a televisão funcionasse (VIII-12).

Em outras situações, a moradia pode servir de abrigo para visitantes que buscam divulgar experiências positivas do MST. Mais uma demonstração de *partilha* envolvendo integrantes do MST como podemos observar no seguinte trecho:

Outra questão que surgiu foi se eles dormiriam no assentamento, ou voltariam para São Paulo ainda hoje. O lugar para eles dormirem não estava certo ainda, mas a dona do barraco onde tomamos café disse:
- ‘Não tem problema! Se não tiver lugar para vocês dormirem a gente pega uns colchões que tem aí, joga no chão e dorme todo mundo amontoado. Vocês não vão ficar sem lugar para dormir’ (IX-11).

Valor que tem a preocupação, por parte dos/as familiares, de ser aprendido e ensinado desde muito cedo:

Ele trazia além dos alimentos que serviriam para alimentar a família por alguns dias e no almoço de hoje conosco, duas latinhas de cerveja e um refrigerante de dois

litros. Para o neto, trouxe dois iogurtes. A criança logo correu para abrir o agrado que seu avô trouxera. A outra criança que estava com o neto de Tânia ficaria sem tomar iogurte. Tânia advertiu o seu neto, dizendo:

- 'Vai filho, dá um para ele também'.

Entregou um iogurte ao neto para que ele desse ao amigo.

- 'Você tem que aprender a dividir as coisas. Não pode deixar ele olhando'.

Aquela atitude de Tânia havia sido muito digna. Estava ensinando seu neto a compartilhar algum alimento que tivesse. Ela dizia que o neto deveria aprender desde pequeno a dividir as coisas (XIII-16).

Podemos apreender então, que a *partilha* acontece entre aqueles/as que convivem no contexto dessas áreas, sejam universitários/as, militantes ou visitantes. Desprovidos/as do cultivo desse valor não há condições de sustentar e ampliar a capacidade de resistência por parte daqueles/as que almejam uma transformação profunda nas estruturas sociais.

A luta pela reforma agrária deve superar os objetivos restritos da luta pela terra. Reforma agrária deve significar também discutir as formas de utilização desse bem natural. Há a expectativa de preservação ambiental demonstrando uma relação diferente com a terra, do que aquela estabelecida pela monocultura de cana-de-açúcar, por exemplo. Há uma preocupação pragmática com a incorporação das orientações do MST em desenvolver uma produção agroecológica nas áreas de reforma agrária. O *cuidado com o meio ambiente* vista dessa forma é condição importante para viabilizar projetos produtivos que se contrapõem criticamente aos pressupostos do agronegócio.

O *cuidado com o meio ambiente* pode ser apreendido com as discussões do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), quando as famílias estão em processo de assentamento. Nesse sentido, os trechos extraídos dos Diários de Campo III e VIII, respectivamente, ilustram essa necessidade:

A preservação ambiental foi um dos pontos discutidos com maior ênfase durante a reunião, pois há a exigência no TAC de uma área de 35% para a reserva ambiental, sendo que grande parte dessa parcela está sob posse do MST. Os/As presentes naquele momento estavam cientes da importância, e do não distanciamento da luta pela terra e a questão ambiental (12).

[...] O reflorestamento do Mário Lago, por exemplo, que era uma das exigências presentes no TAC deveria ser desenvolvido com a ajuda dos/as universitários/as colaborativamente com os/as assentadas/as. É necessário que os/as moradores/as do assentamento discutam essa exigência, e a importância da conservação ambiental da área (6).

Preocupação que se estende aos/as educandos/as do curso de Agroecologia, e torna-se significativa nos diálogos com educadores/as e CPP. Situações vivenciadas pelos/as

próprios/as militantes no Centro de Formação são narradas: “[...] Oziel (MST) nos alerta para o problema da falta de água no local e que todos/as ali presentes deveriam fazer economia (V-8) [...] sem demoras, alertou os/as estudantes quanto ao problema do racionamento de água” (V-10). Com isso, os/as integrantes do MST acreditam na necessidade de realizar uma produção que não agrida o meio ambiente, e o curso de Agroecologia é relevante na medida em que fornece subsídios aos/as estudantes para que os/as mesmos/as possam realizar experiências agroecológicas em suas áreas:

Heleny ressalta a relevância da dedicação aos estudos na perspectiva agroecológica de produção que se apresenta como uma alternativa viável, e sem agressões ao meio ambiente quando comparada aquela realizada pelo agronegócio. Ela faz um paralelo entre a falta de água que afetava todos/as ali no Centro de Formação, e a monocultura de cana-de-açúcar que agride o meio ambiente. Esse tipo de plantação necessita de uma grande quantidade de água para se manter, e a água necessária para a sua manutenção provém dos lençóis freáticos. O poço do Centro de Formação estava seco e seria necessário fazer uma nova perfuração a fim de encontrar água para o consumo (VI-6).

Reforçando ainda mais a problemática da falta d’água, com o objetivo de conscientizar os/as educandos/as, Oziel conta que o DAERP queria cobrar pelo abastecimento de água do Centro de Formação. Entretanto, tal iniciativa não foi possível, pois o Centro de Formação por ser um espaço público não poderia ser alvo de cobrança de água. Além de abastecer o espaço onde estávamos a caixa d’água existente ali abastecia casas adjacentes ao sítio. Aproveitando o ensejo Oziel também fez uma relação entre o modelo do agronegócio e a necessidade de uma produção baseada nos princípios agroecológicos. O coordenador regional contou aos/as alunos/as que uma boa quantidade de Tilápias que viviam no lago do Centro de Formação havia morrido, devido aos venenos aplicados contra as pragas nas plantações de cana-de-açúcar. Afirma ainda que, a expansão da cidade de Ribeirão Preto tem contribuído para a falta de água na zona rural (VI-9).

A motivação em continuar a luta iniciada por familiares há tempos atrás é algo que vai passando de geração em geração ao longo dos tempos, como é o caso de Bartolina que “[...] tinha uma irmã que morava naquele acampamento. A luta pela terra era algo que permeava a sua família, que ainda contava com a presença de seu pai, mãe e tios/as na militância. Caso semelhante era vivido por Anton cujos/as familiares também eram militantes do MST” (XIII-4).

Permanecer na luta, resistir às adversidades que se apresentam no cotidiano, continuar inserido e militando no MST para contribuir com a organização de outros acampamentos e assentamentos, são demonstrativos de sentimentos de gratidão e pertencimento, que podem ser expressos através de palavras, como fez um companheiro em Orlandia:

Terminado o diálogo com o companheiro um acontecimento me chamou a atenção. Um trabalhador conversava com Tânia, e era impossível não ouvir, que queria se tornar um militante do MST. Falava em voz alta:
- 'Eu quero que a senhora faça de mim um militante. Quero poder ajudar o MST'. As palavras do rapaz estavam cheias de emoção. Acredito que a formação daquela tarde havia contribuído para despertar ainda mais, aqueles sentimentos no companheiro (XIII-28).

A existência do MST proporciona aos/as trabalhadores/as constituintes desse movimento social, e que numa via de mão dupla, constituem-se a partir dele, a vinculação a um passado de lutas intensas pela terra, e o anúncio de um futuro que lhes permitam a vocação humana de *ser mais*.

Porém, toda esta identificação com o Movimento deve ser analisada de maneira lúcida, pois o rapaz com toda sua emoção momentânea pode estar imerso em uma estrutura capaz de não deixá-lo apanhar as contradições presentes na dinâmica do MST.

DERRUBANDO AS CERCAS

“É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa... Mas é verdade também que cada vez mais caem cercas a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome”.
(Pedro Tierra, 1995)

O presente trabalho buscou estabelecer reflexões acerca do significado atribuído ao lazer na percepção de integrantes do MST e descrever processos educativos que permeiam essa prática social em áreas de reforma agrária encampadas pelo Movimento no município e região de Ribeirão Preto. A consecução deste objetivo só pôde ser alcançada mediante as ricas trocas de experiências que se deram durante o período de convivência com homens, mulheres, crianças, jovens e idosos que participam deste movimento social, tornando-se seres constituintes e constituídos/as a partir deste coletivo.

Como não poderia deixar de ser, o início destas considerações se fará a partir do que se deu a conhecer sobre a prática social lazer no contexto destes/as lutadores/as do povo. Reflexões que são tão inconclusas como todos/as nós, e que refletem a compreensão de um olhar dotado de intencionalidade.

Contrariamente do que muitos/as podem pensar, o lazer no interior do MST não é espaço por excelência de vivências contra-hegemônicas, dotadas de valores essencialmente revolucionários. Percebemos a contestação da atual estrutura societária e seus imperativos nas práticas de lazer no cotidiano dos/as trabalhadores/as rurais, mas contraditoriamente algumas experiências reproduzem valores hegemônicos da sociedade capitalista. Isso é um indicativo da necessidade de se discutir de maneira aprofundada a importância desta prática social para as lutas por uma sociedade mais digna, justa e solidária.

A análise dos Diários de Campo mostrou que o lazer é um instrumento de luta no cotidiano da militância, ligado a elementos do universo cultural do MST, do contexto rural, e da experiência de vida de homens e mulheres sem-terra, tais como: “paieiro”, cachaça, bandeiras, músicas que embalam as “prosas” dos/as companheiros/as, as dificuldades materiais na manutenção de suas existências, as experiências produtivas nos acampamentos e assentamentos e a história do Movimento. Promove a sociabilidade através da interação entre os/as diversos/as atores/atrizes, que muitas vezes não são nascidos/as no berço da luta pela

reforma agrária, mas se solidarizam com a causa, como é o caso dos/as universitários/as. Apresenta-se como possibilidade de desenvolvimento pessoal e das comunidades na qual se inserem, e conseqüentemente, para o MST.

A construção das experiências de lazer deve valorizar o conhecimento desses/as homens e mulheres, procurando manter sempre viva sua história de luta (assim como a do Movimento), formas de organização do trabalho e da comunidade de um modo geral. Mas isso se torna difícil à medida que são incorporados aspectos da atual ordem societária. O futebol, uma das grandes referências como manifestação de lazer, no interior do MST está carregado de aspectos do esporte competitivo. Seja assistindo aos jogos na televisão ou no planejamento elaborado para um campeonato, valores da estrutura dominante são manifestados. A previsão da presença de símbolos ligados ao MST em um campeonato de futebol contrasta com a estrutura pensada para os jogos. Tempo rígido para realização das partidas, formação de equipes, premiações, inscrições, são elementos que reforçam a ideologia da competitividade e individualismo.

As crianças revelam uma maneira distinta dos/as adultos de estruturar o futebol. Não há a necessidade de linhas demarcatórias, traves, além das regras serem mais flexíveis. Jogam sem uma maior competitividade entre eles/as. Observei brincadeiras tradicionais de roda, de correr e andar de bicicleta. Práticas de lazer atreladas mais ao universo lúdico destas crianças que vivem em meio a um contexto marcado pela precarização das condições de existência, tensões em acampamentos, marchas, encontros e formações políticas.

Se de um lado homens e mulheres expressam em seus relatos uma consciência política e social ao resgatarem suas trajetórias, a simbologia do Movimento, compreenderem suas realidades a partir de formações políticas, e evidenciarem como o MST interferiu (e interfere) nas possibilidades de garantia de suas sobrevivências, por outro lado, percebemos em seus cotidianos a marginalização das mulheres na apropriação do lazer.

O lazer para as mulheres se apresenta como um problema, pois a inserção das representantes deste gênero nas vivências é limitada por uma série de aspectos limitadores como: as tarefas domésticas assumidas, o cuidado com a família e o lote, o tempo dedicado aos estudos, o papel desempenhado na Ciranda, a participação em coletivos de direção do MST, a presença maciça dos homens em diversos tempos e espaços (o bar, por exemplo), fatores que limitam consideravelmente o acesso ao lazer. Com isto resta-lhes conversar com as companheiras de núcleo ou visitas, participar de festas comemorativas à jornada de lutas, assistir a filmes, jogos de futebol (esporadicamente) ou de truco, paquerar na frente do lote.

Urge a necessidade de uma discussão política e de gênero acerca das restrições que são impostas às mulheres na apropriação do lazer. Se o MST busca a implantação de um novo projeto societário, estruturado em novos moldes de organização do trabalho e das relações sociais, deve necessariamente promover avanços nesse sentido, como têm feito em outras áreas.

No que se refere à juventude do MST identifiquei atividades no contexto de lazer relacionadas ao convívio com seus/as pares nas respectivas comunidades, ou com outros/as jovens por ocasião do curso de Agroecologia, ainda que esta convivência não seja harmônica devido a personalidade de cada um/a. São realizadas atividades tais como: visitas aos familiares aos finais de semana quando estão cursando etapas do referido curso, diálogos, cantar e dançar, contemplar, passear em pequenos grupos dentro do assentamento, paquerar.

Durante a convivência com universitários/as é recorrente o discurso de desmobilização da juventude do MST, que sob os apelos da mídia, tem se distanciado das lutas empreendidas pelo coletivo. Considero pertinente esta argumentação até certo ponto, pois a questão deve ser radicalmente discutida. Muitos/as jovens integrantes do MST tiveram uma formação político-cultural diferente de muitos/as de seus/as pares que já nasceram no seio de uma família com histórico de luta pela terra. Tiveram vínculos com a cidade, grupos de referência que construíram ao longo de suas experiências no bairro, na escola ou em outros lugares que marcaram sua existência como jovens. Assim, a ida para o acampamento e/ou assentamento apresenta um componente de estranhamento, pois são grandes as transformações que ocorrem em suas vidas. Os/As jovens identificam a falta de estrutura (ou infra-estrutura) no assentamento como uma dificuldade em suas vidas.

Quero dizer com isto que não nego a necessidade de aglutinar a juventude do MST em suas lutas pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa socialmente, em que todos/as possam viver dignamente, porém a discussão deve ser ampliada e novos elementos trazidos para o debate. A mídia não é, e não será o único fator de desmobilização dos/as jovens companheiros/as, ainda que esta veicule aspectos sedutores e que mascaram sérias contradições de nossa sociedade. Como percebemos, uma análise do contexto mais amplo aduz fatores que possibilitam melhor compreender a dinâmica da juventude no campo.

Pensando no tratamento igualitário deve-se discutir a necessidade de envolvimento e valorização dos/as jovens em todos os processos e ações do Movimento. Para tanto, a inserção da juventude na proposta de mudança da realidade, viabilizando o acesso à educação técnica e superior, além da diversidade de ações que favoreçam a ampliação de aptidões e a definição do papel deles/as na concretização da reforma agrária. O MST deve

auxiliar na construção de um conjunto de experiências de lazer, trazidas e criadas pelos/as próprias jovens, que poderiam ser consideradas como momentos de formação cultural e ética, constituindo-se em bases para a intervenção permanente e contínua das instâncias de organização do assentamento, por meio da implementação de políticas de lazer junto juventude, com vistas a atender suas expectativas e anseios.

Algumas manifestações na fruição do lazer fazem parte do calendário de lutas e contam com o envolvimento da militância e de universitários/as em sua construção. O “V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras” e a festa no assentamento Mário Lago valorizam a cultura popular contra as formas de manifestações culturais representativas do agronegócio que se materializam no campo do lazer. É a festa como uma possibilidade de lazer e instrumento de luta expressando características celebrativas e libertadoras.

As vivências no campo do lazer foram observadas em um tempo distinto daquele destinado à produtividade nos assentamentos (Sepé Tiarajú e Mário Lago), acampamento e Centro de Formação. No caso da juventude, este tempo liberado após as obrigações se deu posteriormente a conclusão ou afastamento, ainda que momentâneo, das tarefas do curso de Agroecologia.

O conhecimento de outras práticas sociais também foi de grande valia para compreendermos processos educativos desencadeados na inserção dos/as companheiros/as nestas relações com os outros e com o mundo.

A Ciranda Infantil ao possibilitar a participação das mulheres nos espaços produtivos e decisórios do MST, privilegia as crianças no sentido de ampliar o horizonte deles/as no processo de ensino e de aprendizagem de manifestações artísticas e culturais, valorização da cultura camponesa no processo educativo e de identificação com a terra.

O contato com o curso de Agroecologia enquanto uma ferramenta teórica e organizativa da classe trabalhadora, de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento imposto pelo agronegócio, desvelou a formação de agentes sociais com vistas ao fortalecimento orgânico dos coletivos de produção do MST. Ao propiciar uma formação qualificada em Agroecologia, desenvolveu com os/as educandos/as um processo de leitura de ser humano e do mundo para intervir na transformação da realidade.

A gênese de valores contrapostos a hegemonia dominante é condição essencial para a perpetuação do MST enquanto um movimento coletivo, capaz de mediar as tensas relações entre os/as grandes proprietários/as, os/as trabalhadores rurais sem-terra e o Estado. Valores que se revelaram nas mobilizações no interior dos tempos e espaços de construção da pesquisa.

Resistência, organização, cuidados ambientais, solidariedade, coletividade e partilha são processos educativos que se mostraram relacionados a valores cultivados pelo MST para construção de uma nova sociedade. Transformaram-se em elementos imprescindíveis para superar as dificuldades decorrentes da realidade precária vivida por seus integrantes devido à lógica injusta imposta pelo capital, capaz de ao mesmo tempo gerar lucros exorbitantes com as negociações especulativas, como também não proporcionar condições mínimas e adequadas que possibilitem ao/a trabalhador/a rural (re)produzir-se e no campo.

Porém, são relações de ensino e de aprendizagem que comportam o elemento contraditório de possibilitar a gestação de novos valores e seres humanos, como também a reprodução dos já existentes na sociedade capitalista e que acabam por legitimar esta ordem. A preocupação com a coerência em relação aos princípios políticos e organizativos do MST foi uma tônica constante durante as estruturações dos cursos, formações e manifestações culturais. Devemos questionar se há uma apreensão crítica por parte dos/as companheiros/as que se encontram inseridos/as nestes espaços formativos. Acredito que exista resistências para muitos dos preceitos colocados pelo quadros dirigentes do Movimento.

A heterogeneidade social presente no interior dos assentamentos Sepé Tiarajú e Mário Lago, acampamento Alexandra Kollontai e Centro de Formação contrasta com a visão idealizada de uniformidade que se constrói em relação ao MST. A luta não se constitui em um movimento linear. Para manter a coesão política e a mobilização permanente das famílias, a estrutura político-organizacional do MST deve favorecer a participação coletiva.

No sentido de contribuir para a compreensão da realidade acredito que as atividades de lazer podem e devem proporcionar o (re)conhecimento das responsabilidades sociais, o auto-reconhecimento, (re)conhecimento do outro, através do caráter socializador dessas experiências, despertando para a promoção do sentimento de solidariedade e para a riqueza das possibilidades de se viver experiências no plano cultural ligadas ao contexto dos/as trabalhadores/as rurais do MST. Manifestações que se expressam nas artes, nos esportes, na militância política, na vida social mais ampla.

O caráter revolucionário de uma práxis no campo do lazer está condicionado à sua acuidade em apreender as determinações, ou mediações, de ordem econômica, política, cultural e histórica, da sociabilidade tecida sob os auspícios do capital mundializado, com suas forças e contradições, e ao mesmo tempo, vislumbrar os indícios de onde se aglutinam os interesses e as forças, as debilidades e os limites da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p.9-23.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7ª reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOLAÑO, César. **Indústria cultural: informação e capitalismo**. São Paulo: HUCITEC/Polis, 2000.
- BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd et al. (Orgs.). **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Editor/FUNARTE, 1987. p.31-58.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004. p.16-41.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** 43ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- CALDART, Roseli S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.207-224, 2001.
- CARMO, Paulo S. do. **Merleau-Ponty: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000.
- CARVALHO FILHO, José J de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p.193-223.
- _____. Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.50, p.337-345, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec: UNESP, 1999. p. 9-56.

_____. Vida e obra. In: HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.V-XIV.

COTRIM, Gilberto. **História global**: Brasil e geral. São Paulo: Ed. Saraiva, 1997.

CUSTÓDIO, Mariana L. et al. O lazer e o reino da liberdade: reflexões a partir da ontologia do ser social. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.4, p.1-21, 2009.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1973.

DE PELLEGRIN, Ana. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-125.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O novo mundo rural**. In: MARTINS, Mônica D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. p.27-39.

DUSSEL, Enrique. A validade anti-hegemônica da comunidade das vítimas. In: _____. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.415-500.

_____. Epílogo. In: _____. **1492**: El encubrimiento del outro. La Paz (Bolívia): Plural Editores: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UMSA, 1994. p.149-168.

_____. **Para uma ética da libertação latino-americana III**: erótica e pedagógica. São Paulo: Edições Loyola; Piracicaba: Editora Unimep, s/d.

_____. Tese 2: o poder político da comunidade como potencia. In: _____. **20 teses de política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.25-30.

D'AGOSTINI, Adriana et al. Formação de militantes culturais e alternativas de desenvolvimento da cultura corporal, esporte e lazer em áreas de reforma agrária. **Licere**, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.9-23, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. **MST**: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. O MST e as reformas agrárias no Brasil. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v.9, n.24, p.73-85, 2008a.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera L. S. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008b.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v.4, n.11, p.31-40, 2003.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FIORI, Ernani M. Conscientização e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.11, n.3, p.3-10, 1986.

_____. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p.7-22.

FIRMIANO, Frederico D. **A formação cultural dos jovens do MST**: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP. 2009. 234f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3^a ed. São Paulo: Centauro, 2006a.

_____. **Extensão e comunicação?** 10^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006c.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 43^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006d.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática da educação popular. Petrópolis: Vozes, 1989.

GARNICA, Antonio V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface**: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v.1, n.1, p.109-122, 1997.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Lazer e trabalho: a perspectiva dos líderes das centrais sindicais do Brasil e de Portugal em tempos de globalização. In: _____ (Org.). **Interfaces do lazer**: educação, trabalho e urbanização. São Paulo: Casa do Novo Autor Editora, 2008. p.54-108.

IGLÉCIAS, Wagner. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.28, p.75-97, 2007.

IANNI, Octavio. **O labirinto latino-americano**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

IBGE. **Ribeirão Preto**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 25 julho. 2009.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p.20-28, 2002.

LOPES, Dulcelaine L. et al. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. p.131-134.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACEDO, Carmen C. **A reprodução da desigualdade**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J (Orgs.). **A cultura do povo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1988. p.34-39.

MACHADO, Evelcy M.; PASQUALOTTO, Maria M.; FONTANA, Maria I. A educação não-formal e as políticas de formação do pedagogo. In: EDUCERE – 6º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PUCPR – PRÁXIS, 6, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. CD ROM. p.2142-2152.

MACHADO, Ozeneide V. de M. Pesquisa qualitativa: modalidade fenômeno situado. In: BICUDO, Maria A. V.; ESPOSITO, Vitória H. C (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1994. p.35-46.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

_____. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15., 2003, Santo André. **Anais...** Santo André: SESC, 2003. p.1-11. CD ROM.

MARTINS, Joel. Preliminares: currículo e fenomenologia. In: _____. **Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis**. São Paulo: Cortez, 1992. p.21-41.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes/EDUC, 1989.

MARTINS, José de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **A reforma agrária nos limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 75-103.

_____. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. **Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude**. 4ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004a.

_____. **Lazer e grupos sociais: concepções e método**. 2000. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**. Porto Alegre, v.10, n.2, p.73-90, 2004b.

MEDEIROS, Leonilde S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ; UNRISD, 2002.

MENDONÇA, Sonia R. de. Entidades patronais e reforma agrária: o estatuto da terra ao limiar dos anos de 1980. In: STÉDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.31-69.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A taxa de utilização decrescente no capitalismo. In: _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. UNICAMP, 2002. p.634-674.

MINAYO, Maria C. S. Introdução. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-ABRASCO, 1998. p.9-18.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.8, p.53-64, 2002.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORIGI, Valter. **Escola do MST: uma utopia em construção**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. Guararema: MST, 2006.

_____. **Canções da luta**. São Paulo: MST, 1992.

_____. **Centro esportivo e cultural dos assentados (CECAS)**. São Paulo: MST, 1999.

_____. **Histórico**. Disponível em: <www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1>. Acesso em: 07 junho. 2007.

_____. **Projeto político do assentamento Mário Lago**. Ribeirão Preto: MST, 2008. Texto não publicado.

NOGUEIRA, Silas. **Movimentos sociais, cultura, comunicação e participação política**. 2005. 282f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NORDER, Luiz A. C. **Políticas de assentamentos e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.185-206, 2001.

OLIVEIRA, Maria W. et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre a pesquisa educacional em espaços sociais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED – SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO: NOVAS REGULACOES?, 32., 2009, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPED, 2009. p.1-17.

OLIVEIRA, Maria W. de; STOTZ, Eduardo N. Perspectivas de diálogo no encontro entre organizações não governamentais e instituição acadêmica: o convívio metodológico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED – SOCIEDADE, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: QUAL UNIVERSIDADE?, 24., 2004, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPED, 2004. p.1-16. CD ROM.

PADILHA, Valquíria. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica da cultura e do lazer nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MÜLLER, Ademir; DaCOSTA, Lamartine P. (Orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.109-131.

_____. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, Ademir; DaCOSTA, Lamartine P. (Orgs.). **Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.243-266.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v.7, n.16, p.23-34, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria L. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, Mônica D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004. p.75-79.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. **Folha de São Paulo**, 19 mar. 2000. Caderno Mais, p.18.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

SILVA, José F. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

_____. **Para entender o PNRA**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Mary C. da. Luta em defesa da educação obtém conquistas. **Jornal Sem Terra**, 01 jul. 2009. Especial, p.8-9.

SILVA, Maurício R. Notas introdutórias sobre o GTT Educação Física/Esportes e grupos/movimentos sociais. In: GOELLNER, Silvana V (Org.). **Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. p.145-170.

SILVA, Petronilha B. G. Pesquisa em educação com base na fenomenologia. In: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISA FENOMENOLÓGICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, 1., 1990, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ANPSS); Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), 1990. p.109-132.

SILVA, Robson A. da; GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Lazer e processos educativos: um olhar a partir de gestores de clubes de empresas. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.1-31, 2009.

SOARES, Gláucio. A. D. **A questão agrária na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

STÉDILE, João P. **A questão agrária no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. Introdução. In: _____ (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.15-31.

_____. Latifúndio: o pecado agrário brasileiro. **Caderno de formação (MST)**. São Paulo, n.33, p.1-56, 2000.

STÉDILE, João P; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª reimpr. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A luta pelas terras no Brasil**: das sesmarias ao MST. São Paulo: Moderna, 2006.

STRECK, Danilo R. José Martí e a educação popular: um retorno às fontes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p.11-25, 2008.

TAFFAREL, Celi N. Z. Lazer e projeto histórico. **Impulso**, Piracicaba, v.16, n.39, p.91-106, 2005.

TAFFAREL, Celi N. Z. et al. Formação de professores de educação física para a cidade e o campo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.9, n.2, p.153-179, 2006.

TIERRA, Pedro. Somos a perigosa memória da luta. In: PARTIDOS DOS TRABALHADORES (Org.). **O PT e os movimentos sociais**. São Paulo: PT, 1995.

TOMAZ, Fábio. **Anotações sobre conjuntura**: a Califórnia Brasileira. Ribeirão Preto: MST, 2008. Texto não publicado.

VALLA, Victor V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.21, n.2, p.177-191, 1996.

VAZ, Alexandre F. Reflexões de passagem sobre o lazer: notas sobre a pedagogia da indústria cultural. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.9, n.1, p.13-26, 2006.

VENDRAMINI, Célia R. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VALLE, Lilian A. B. O lazer como resistência. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v.12, n.4, p.44-50, 1988.

VIEITZ, Candido G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUHNS, Heloisa T. (Org.). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. p.123-147.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

10/09/2008 (quarta-feira)
Robson Amaral da Silva
20:30 - 22:50
Diário de Campo I

“Palquinho com violas e violeiros”

Havia acabado de cumprir com meus compromissos profissionais relativos ao futsal feminino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O treino havia sido muito bom, e ao sair de lá combinei com a Flora e a Dorothy que iríamos ao Palquinho³⁰ para tomar um suco e conversarmos um pouco. Apesar do pouco vento, o clima estava agradável, propício para encontros de diversas naturezas.

Na chegada ao Palquinho, já havia um bom número de estudantes, em sua maioria do curso de Ciências Sociais, participando da atividade daquela noite organizada pelo Grupo de Estudos da Questão Agrária (GEQA) formado por alunos/as do curso de Ciências Sociais, e por estudantes dos cursos de Imagem e Som, Psicologia, Biologia e Biblioteconomia, da universidade. Naquela noite, uma dupla de violeiros da cidade de São Carlos tocava “modas de viola³¹”, pois esta era uma das atividades, organizada pelo grupo em questão, que arrecadaria recursos para o “Curso Médio Técnico Integrado à Agroecologia: para famílias assentadas na Reforma Agrária” (1).

Além da música que era propícia para a ocasião, o espaço também fora pensado para que fosse coerente com os propósitos do encontro que ali se realizava. Cerca de oito mesas de plástico, com quatro cadeiras em cada uma delas, foram forradas com plástico e embaixo deste forro, poesias de Bertold Brecht escritas em papel pardo, nos propondo reflexões de cunho político-social, uma das marcas características desse autor (2).

³⁰ Área localizada na região sul da UFSCar, parte do Centro de Convivência da universidade e frequentada por estudantes, professores/as, funcionários/as da universidade e por pessoas da cidade de São Carlos/SP. Nesse espaço acontecem encontros diversos, com apresentações musicais, artísticas, exibições de filmes, torneios de truco, reuniões dos Centros Acadêmicos (CA's), do Diretório Central de Estudantes (DCE), da Associação Atlética Acadêmica (AAA/UFSCar) e além da área de convivência para os frequentadores, encontramos também lanchonetes, restaurante, a sede da AAA/UFSCar e do DCE/UFSCar, da Associação de Pós-Graduandos (APG), guichê de recarga de cartão da companhia de transporte urbano da cidade de São Carlos e um serviço de fotocópias.

³¹ Expressão da música caipira brasileira.

Logo percebi em cima da porta do espaço onde eram vendidas cervejas uma bandeira do MST fixada na parede com fita crepe (3). O grupo não vendia refrigerante, o que me deixou um pouco descontente, mas nada que impedisse que eu aproveitasse o momento.

A preocupação do grupo não fora somente com a questão da arrecadação de verba para repasse ao MST da região de Ribeirão Preto para o desenvolvimento do curso de Agroecologia, o que, por si só, ao meu ver, já seria louvável. Naquele momento o coletivo buscava aliar essa manifestação de lazer aos elementos simbólicos do MST, através das poesias selecionadas, da bandeira do Movimento, bem como as “modas de viola” tocadas pela dupla de violeiros (4). Isso chamou bastante a minha atenção, e demonstra o vínculo e o compromisso construídos entre esse reconhecido movimento social e os/as universitários/as compromissados/as com a luta pela transformação social (5).

As pessoas dançavam e cantavam as músicas tocadas pela dupla de violeiros. O ambiente era prazeroso e de muita festa e, a medida que eu adentrava o espaço sentia mais à vontade (6). Encontrei uma amiga do curso de Educação Física, que atualmente ministra aulas para crianças em uma escola na rede pública estadual, localizada na cidade de São Carlos. Haydée fora uma das responsáveis pelos contatos que tenho com as/os estudantes que fazem parte do GEQA. Ao encontrá-la, logo lhe dei um abraço, pois havia muito tempo que não tínhamos oportunidade de conversar. Disse-lhe que queria dialogar um pouco e ela aceitou o convite. Dorothy e Flora que se encontravam ao meu lado disseram que iriam tomar banho no Ginásio, e que logo voltariam. Haydée foi comprar uma cerveja, e eu pedi um suco em uma lanchonete que se encontrava aberta no Centro de Convivência.

Sentamos em uma pequena mureta e começamos a falar um pouco sobre a nossa rotina profissional. Conversamos sobre as nossas dificuldades no exercício da profissão de professor de Educação Física Escolar, as condições salariais, materiais, enfim, a realidade enfrentada diariamente em nossos contextos.

Perguntei a Haydée como estava a militância no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) de São Carlos, e se havia ocorrido mais reuniões sobre as teorias marxistas. Ela me respondera que as reuniões do partido estavam acontecendo, e que a preocupação central dos/as militantes do PSTU, no momento, era o apoio à candidata do Partido Socialista (PSOL) nas eleições para a prefeitura da São Carlos. O PSTU não lançou candidatura própria, além de possuir somente um candidato a vereador nestas eleições. Entregou-me um panfleto, e disse que eu deveria ler junto com a minha mãe, uma maneira de descontrair a conversa, pois Haydée sabe que minha mãe possui ideais contrários aos apresentados pelos partidos de esquerda.

Este foi o ponto para que mudássemos os rumos do diálogo, e passamos a discutir a militância em suas várias esferas. Lembramos do tempo de Centro Acadêmico da Educação Física (CAEF/UFSCar) e do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), dos quais fizemos parte durante alguns anos, e lhe disse que sentia muita falta das reuniões, discussões, organização de eventos e viagens, mas que o tempo agora era escasso para tais atividades. Conteí que há pouco tempo atrás havia participado de uma reunião da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), quando a pauta de discussão era a greve para reivindicação de aumento salarial e melhores condições de trabalho, mas que esta havia sido uma das poucas ações que eu havia participado. Discutia estas questões na escola onde trabalho, porém, acreditava que isto era muito pouco.

Haydée me perguntou como estava o curso de Mestrado em Educação e eu lhe disse que transcorria tudo bem, entretanto, a “correria” era grande. Vários textos para estudar e discutir durante as diversas disciplinas, apresentações para realizar, trabalhos para enviar a congressos, além das leituras que eu deveria fazer para a construção da dissertação. Nesse momento, começamos a dialogar sobre o MST e expus minha opinião sobre esse movimento social perante a conjuntura política e social de nosso país. Conversamos sobre os seus objetivos e estratégias de luta, e discordamos em alguns pontos. Haydée, mesmo já tendo realizado algumas ações em conjunto com militantes do Movimento, e sendo solidária aos encaminhamentos de luta, apontava em sua fala divergências que para ela eram gritantes (7d).

Iniciamos um diálogo sobre conceitos marxistas de trabalho, luta de classes, consciência de classe, dentre outros. Comecei a questionar a Haydée sobre algumas discordâncias minhas em relação a alguns pontos desse pensamento, pedindo a ela que me esclarecesse diversos deles. Em minha opinião, essa conversa foi muito proveitosa, pois a Haydée é uma das pessoas que conheço que realmente estudam a fundo os pressupostos marxistas, e que alia estes estudos a militância cotidiana, tanto no partido quanto em sua atuação profissional.

Nesse momento, voltaram Flora e Dorothy acompanhadas de Laudelina e Maria Margarida e nos encontraram conversando. Como não houve tempo antes, apresentei-as a Haydée e lhes disse que esta era uma “veterana” nossa. Elas disseram que iriam ao Pão de Queijo Mineiro (PQ) tomar um refrigerante e que logo voltariam, e eu lhes falei que ficaria conversando com Haydée. Enquanto isso, um outro grupo de estudantes carregava um freezer para um local próximo onde eu e a Haydée nos encontrávamos. Começaram a enchê-lo de cerveja e gelo. Haydée e eu decidimos trocar de lugar para que não atrapalhássemos o

trabalho daqueles/as estudantes, bem como para que pudéssemos continuar mais a vontade nosso diálogo.

Os violeiros começaram a tocar a música “Asa Branca” de Luiz Gonzaga, e falamos da beleza dessa música. Um amigo da Haydée, militante do partido e funcionário da universidade, nos avistou e se aproximou de nós. Já o conhecia de outro espaço, mais precisamente de uma reunião sobre alguns conceitos marxistas, ministrado pelos próprios militantes do partido nas dependências da Universidade de São Paulo (USP), *campus* São Carlos. Ele começou a conversar um pouco com a Haydée assuntos relacionados ao PSTU, pelo que pude perceber, porém fiquei nesse momento atento as músicas que eram tocadas. Pensava o quanto foi importante esta iniciativa do GEQA, naquele momento e o compromisso desse grupo como um aliado do MST em geral, e mais especificamente, da regional de Ribeirão Preto (8).

Haydée disse a seu amigo, que infelizmente estava indo embora para casa dela e que eles se encontrariam no dia seguinte, em uma reunião do partido. Ela me ofereceu uma carona e logo aceitei, pois já passavam das 22h30min. Ao sair, pude perceber que o número de estudantes presentes no Palquinho, havia aumentado consideravelmente, pois os horários de aulas dos cursos noturnos já estavam se encerrando, e muitos/as se deslocaram para aquela área de convivência a fim de se divertirem. Em outra parte do Centro de Convivência, outro grupo preparava o som para uma atração que viria após a dupla de violeiros.

Fomos até o carro da Haydée que se encontrava cheio de materiais de propaganda política do candidato a Câmara dos Vereadores de São Carlos. Ela pediu que eu retirasse tudo aquilo que ela chamara de “bagunça” e colocasse no banco de trás do carro. Sentei-me, pois já estava cansado e com sono. Nesse dia, já havia trabalhado na escola nos períodos da manhã e da tarde.

Cheguei na porta de casa e fui me despedir da Haydée. Minha mãe ouvindo a movimentação no portão abriu a janela da frente e logo a identificou. Cumprimentou Haydée e logo se despediu dela. Aquela carona havia sido providencial naquela circunstância e sem sombra de dúvidas o nosso diálogo também.

19/09/2008(sexta-feira)
Robson Amaral da Silva
12:30 - 18:00
Diário de Campo II

“A viagem que não deu certo”

Durante a semana eu havia enviado um e-mail ao Vladimir, membro do GEQA e estudante do curso de Ciências Sociais da UFSCar, perguntando quando seria a próxima visita ao assentamento Mário Lago. Ele me respondera que na quinta-feira, no horário de almoço, durante a reunião do GEQA, decidiriam quem iria ao assentamento e como se distribuiriam nos carros. Olhei minha caixa de mensagens na quinta-feira (18/09) e não havia nenhuma resposta ao e-mail enviado. Pensei que não havia dado certo os combinados para a viagem, e que o pessoal não fechara um carro para viajar até Ribeirão Preto.

Estava voltando de Araraquara após um período de aulas na escola em que trabalho, quando por volta de 12h30min, o meu celular tocou. Era o Vladimir me perguntando se eu queria ir ao assentamento naquele fim de semana. Sinceramente, havia ficado meio sem resposta naquele momento, pois não me programara, uma vez que um dia antes olhei minha caixa de mensagens e ninguém havia se manifestado sobre esta possibilidade. Ele me disse que sairia um carro da sua casa para o assentamento por volta das 17h00min e que tinha uma vaga para mim. Disse a ele que iria me organizar e retornaria a ligação após cumprir algumas tarefas que tinha de realizar antes de ir para Ribeirão Preto, se assim resolvesse. Fiquei pensando durante a viagem de volta a São Carlos, sobre as prioridades naquele momento, e como iria me organizar para cumprir os compromissos.

Cheguei em casa exatamente as 13h00min e logo contei para minha mãe sobre a ligação que eu recebera do Vladimir. Minha mãe respondera positivamente dizendo que esta oportunidade eu não poderia perder, e que me ajudaria organizar as coisas para que pudesse ir. Fiquei contente com o apoio dela, mas muito apreensivo ainda. Ela esquentou o almoço que já se encontrava pronto e colocou a comida no prato para mim, enquanto eu organizava alguns papéis que deveria levar à UFSCar. Comi uma quantidade pequena de comida, pois estava muito ansioso com aquela situação.

Após realizar a refeição, liguei para Luisa e disse a ela que eu iria para Ribeirão Preto naquela tarde, mas que assinaria o cronograma de estágio dela. Luisa era uma estagiária da equipe de futsal feminino e cursava o Bacharelado em Educação Física na UFSCar. Ela disse que passaria na minha casa antes de ir trabalhar na Associação Beneficente

dos Alfaiates de São Carlos (ABASC), um clube sócio-recreativo localizado na estrada que liga São Carlos à Ribeirão Preto. Achei melhor marcarmos às 14h15min no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Cultura Corporal (LEPCC) do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana (DEFMH) para que eu pudesse adiantar algumas questões que eu deveria resolver antes de viajar. Organizei um material que deveria deixar na pasta da disciplina Pesquisa Qualitativa em Educação Física, na qual realizo meu Programa de Estágio de Supervisão em Capacitação Docente (PESCD) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e no escaninho do professor Luiz.

Cheguei a UFSCar as 14h00min e fui ao serviço de fotocópia onde deveria deixar o material da disciplina. Logo que saí dali, fui ao LEPCC e abri a caixa de mensagens do meu e-mail, mas nenhuma mensagem nova havia chegado. Pesquisei algumas coisas na internet, e assinei a entrevista de estágio que deveria ser entregue para a Luisa. Olhei a *homepage* do MST, como sempre faço, para verificar se havia alguma novidade nas lutas ou encaminhamentos do Movimento. Ouvi a voz do Tito, leitor do amigo Caio (estudante de mestrado deficiente visual total), e fui conversar com ele em frente ao LEPCC até Luisa chegar. O Tito é um amigo que também fora um dos responsáveis pelos contatos que possuo com o GEQA. Tito fez sua graduação em Ciências Sociais e desde o início do curso tem contato com os membros do GEQA que frequentam o assentamento Mário Lago e contei para ele que iria ao assentamento e como essa notícia havia sido dada. Ficou muito contente, e disse que eu iria gostar muito e que para a pesquisa seria muito interessante. Estava esperando Caio, que logo chegou e também o colocamos a par da conversa. Disse que estava feliz por mim, e começamos a estabelecer uma conversa sobre o meu trabalho.

As 14h30min Luisa chegou e naquele momento nos encontrávamos no mesmo lugar. Cumprimentou-nos e fomos para o LEPCC para que eu pudesse entregar a sua entrevista assinada e assinar o cronograma de estágio. Ela me agradeceu e pediu desculpas pela demora, mas nem havia encarado aquilo como um atraso. Desliguei o computador que eu havia usado e fui ligar para o Vladimir, pegar o seu endereço exato e dizer que eu iria ao assentamento. Saí em direção a minha casa para terminar de arrumar a mochila que levaria.

Chegando em casa, minha mãe já havia feito grande parte do serviço e as coisas ficaram bem mais fáceis. Fizemos alguns ajustes, como modificar a mochila que levaria, troquei o travesseiro que levaria e a toalha também. Após terminar esta etapa fui tomar banho, pois estava receoso em chegar atrasado à casa do Vladimir.

Terminados os últimos ajustes para a viagem, peguei um ônibus em direção ao centro da cidade, local onde a casa do Vladimir se localiza. Chegando lá fui recebido por um

amigo do Vladimir, Castro, que disse para entrar e que eu poderia ficar a vontade, pois o Vladimir estava no telefone e logo viria. Havia uma música de fundo e logo que entrei, um cachorro chamado Zé, que não consegui identificar a raça, veio ao meu encontro pulando em minhas pernas e comecei a brincar com ele. Ao adentrar na sala percebi que havia mais alguém na casa além do Vladimir e seu amigo. Uma amiga deles, chamada Serena, também se encontrava presente na casa e fui cumprimentá-la. Vladimir desligou o celular e veio me recepcionar, dizendo que estava contente com a minha presença e também com a minha ida ao assentamento Mário Lago. De antemão já o agradei e disse que também estava muito contente em ir a Ribeirão Preto naquele fim de semana.

Começamos a dialogar um pouco e o Vladimir perguntou se eu gostava de café. Disse que gostava e ele foi fazer um pouco para que pudéssemos conversar e tomar café. Contei-lhes um pouco sobre minha trajetória estudantil, participações no MEEF, DCE, CAEF, Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), contatos com companheiros/as que se identificavam com a causa dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra e as minhas pretensões com o estudo que desenvolvo no Mestrado.

A princípio gostaram da proposta e me incentivaram a conversar com a direção da regional do MST sobre os meus objetivos com o estudo. Vladimir disse que essa discussão de lazer e cultura é fundamental para o MST e que na atual conjuntura do Movimento na cidade de Ribeirão Preto seria interessante (1). Acrescentou que o trabalho teria boa repercussão e seria oportuno se pudesse envolver a juventude que se encontra desmobilizada, segundo palavras do estudante (2). Também me falaram sobre as experiências que já haviam passado durante um ano e meio de convivência com as/os militantes do movimento no assentamento Mário Lago.

Disse a ele que eu queria contribuir de alguma forma com o MST. Ele me respondeu dizendo que eu contribuiria sim e, que achava muito legal a empolgação em que me encontrava naquele momento.

O café havia ficado pronto e continuamos a conversa. Vladimir relatava a atual conjuntura do assentamento Mário Lago e as dificuldades enfrentadas pelo MST com o processo de assentamento das famílias, as brigas e disputas travadas no Ministério Público de Ribeirão Preto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (3).

O nosso diálogo, por diversas vezes, fora interrompido pelo toque do celular do Vladimir que se mostrava ansioso por ser mais de 17h00min, e com o fato de Camilo, também membro do GEQA e estudante de Ciências Sociais da UFSCar, não ter aparecido para que pudéssemos seguir viagem para o assentamento. Ele me disse que havia um grupo realizando

umas filmagens para um documentário com cortadores de cana e que esperaria um pouco mais para saber se iríamos naquele dia. O documentário deveria ser gravado de madrugada e que talvez isso impossibilitasse nossa ida naquela data.

Por volta de quarenta minutos depois, Vladimir recebera outra ligação, desta vez era Camilo avisando que não iria mais naquele dia, porém a minha vaga estava garantida em outro carro que sairia no dia seguinte por volta das 11h30min. Perguntou onde eu morava e lhe indiquei um local conhecido próximo a UFSCar.

Após desligar o celular, ele me disse que algumas meninas iriam me buscar em casa no dia seguinte para podermos ir ao assentamento. Disse a ele que estava tudo bem, que naquele momento eu retornaria a minha casa e que no dia seguinte, no horário e local combinado estaria pronto para viajar.

Vladimir me pediu inúmeras desculpas pelo deslocamento que eu havia realizado até sua casa, e perguntou se eu queria deixar algo lá para não ter que voltar com a bagagem na mão. Respondi que não precisava se preocupar e que pegaria um ônibus para retornar a minha casa.

Despedi das pessoas ali presentes, e saí com uma sensação muito boa, de que no dia seguinte estaríamos no assentamento Mário Lago!

20/09/2008 (sábado)
Robson Amaral da Silva
08:30 - 21:20
Diário de Campo III

“A Reunião dos aliados”

Acordei este dia um pouco mais cedo, pois precisava realizar o estudo de alguns textos. Tomei café e iniciei as leituras. Não havia preparado nada para levar à Ribeirão Preto, voltaria no mesmo dia como haviam me dito anteriormente. Iria somente para o que chamamos de “Reunião dos Aliados” que contaria com a presença de diversos setores da sociedade solidários a atuação do MST. Esses setores se constituem em fortes aliados e contribuem para a organicidade do Movimento, a execução de suas linhas políticas e princípios organizativos (1).

Próximo ao horário que Vladimir me falara no dia anterior e que fora combinado para a saída (11h30min) fui almoçar para que pudesse esperar as companheiras que viriam de Araraquara, e com as quais pegaria carona para Ribeirão Preto. Terminado o almoço, peguei uma caneca da UFSCar que tinha em minha casa para poder levar. As horas passavam e nada das companheiras chegarem. Fui assistir a um programa esportivo enquanto esperava a chegada da carona.

Por volta de 13h30min, um Ford Ka parou na porta de casa. Eram as duas companheiras com as quais faria a viagem até o assentamento Mário Lago. Despedi da minha mãe e entrei no veículo. Havia também uma criança pequena no carro, aparentava possuir, no máximo, dois anos de idade, e era filha da motorista. Cumprimentei as companheiras que estavam no carro e sentei no banco de passageiro ao lado da motorista.

Fomos em direção a rodovia que dava acesso à Ribeirão Preto/SP e que passa ao lado da UFSCar. Teríamos uma viagem de aproximadamente 1h40min até chegar ao assentamento Mário Lago. Estava muito calor naquele dia e sol era intenso. No início somente observava o trajeto, mas logo começamos a dialogar e nos conhecer melhor. A companheira que dirigia me perguntou:

- “O que você faz?”

Respondi que estava fazendo Mestrado em Educação na UFSCar, linha de Práticas Sociais e Processos Educativos, era técnico da equipe de futsal feminino da UFSCar,

e que também era professor de Educação Física da rede estadual de ensino na cidade de Araraquara.

Coincidentemente, ela também era professora, só que ministrava aulas do componente curricular História na rede estadual. Em seguida, ela me pergunta:

- “Onde você se formou?”

- “Na UFSCar, no final de 2005”, respondi.

- “Eu me formei na UNESP/Araraquara”, comentou ela.

Outra coincidência daquela ocasião era que a companheira também estava realizando seus estudos de Mestrado, só que em Ciências Sociais, na própria UNESP/Araraquara, lugar no qual havia se formado.

Perguntei o que estava estudando:

- “Eu estudo a formação histórica do PT”.

Achei a temática do estudo interessante, e aquela informação acenava para o ideário político da companheira. Ela me contara que era militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de Araraquara, juntamente com outra companheira que estava no carro segurando a criança. A terceira companheira que se encontrava no veículo era estudante do curso de Ciências Sociais da UFSCar.

Durante o trajeto fomos dialogando a respeito da conjuntura política de nosso país, da importância de atuar junto aos movimentos sociais para que possamos contribuir no processo de mudança societária (2). A paisagem nos chamava a atenção, assim como nos indignava também, pois a quantidade de grandes extensões de terra que acolhiam as plantações de cana-de-açúcar e deixavam um aspecto homogêneo ao longo do trajeto era motivo para reflexões.

Chegando em Bonfim Paulista, cidade próxima à Ribeirão Preto, a companheira que dirigia o carro perguntou às outras duas se sabiam chegar. Ambas disseram que fazia um tempo que não frequentavam o Centro de Formação e que por isso não se lembravam do trajeto. Ao chegarmos em Ribeirão Preto, paramos em uma avenida e ligamos para o Camilo. A primeira tentativa foi frustrada, pois ele não atendera ao telefonema. Uma das companheiras perguntou:

- “Alguém tem o telefone do Vladimir?”

E completou:

- “Ele sabe certinho o caminho”.

Eu disse que tinha e que poderiam ligar do meu celular. O Vladimir não atendeu. Outra tentativa de ligação para o telefone do Camilo foi feita e dessa vez tivemos

êxito. Ele conversou durante alguns minutos com a companheira que estava dirigindo e, enfim, conseguimos nos situar e encontrar o caminho correto.

Pegamos a rodovia sentido Sertãozinho e quinze minutos depois estávamos entrando no sítio do Pau D'Alho, local onde fica o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”, mais conhecido somente por Centro de Formação. Ao descermos do carro, em frente a uma capela que existe no Centro de Formação, encontramos uma quantidade de jovens que lá estavam para mais uma etapa do curso de Agroecologia. O curso de Agroecologia é um espaço relevante de luta conquistado pelo MST. Os/As jovens que se dispõem a participar deste curso, além da formação técnica na perspectiva da matriz produtiva agroecológica, também experienciam a formação política durante as etapas. Quando voltam para os respectivos assentamentos, acabam reproduzindo em suas comunidades os ensinamentos e aprendizagens pelos quais passaram (3).

Ao descer do carro, observei atentamente os corredores de um dos prédios do Centro de Formação e notei que alguns jovens estavam sentados/as em roda, cantando músicas ao som de um violão, enquanto um outro grupo conversava junto ao parapeito da varanda do mesmo prédio. Havia ainda algumas jovens deitadas na escada que levava à entrada da igreja existente no sítio. Tinham acabado de cumprir as tarefas do curso de Agroecologia, e aproveitavam aquele tempo para descansar e/ou se divertir (4).

Uma das companheiras iria ficar no Centro de Formação, enquanto nós (eu, a motorista e a outra companheira) nos deslocaríamos até a reunião prevista para iniciar às 14 horas. Fomos perguntar a uma das jovens que estava deitada na escadaria da igreja como chegar ao assentamento Mário Lago. Ela prontamente nos respondeu indicando o caminho a ser feito a partir dali. Aproveitei uma caneta e um bloco de papel que carregava comigo para anotar os detalhes e principais referências que a jovem nos dava. Parecia tranquilo chegar, e então resolvemos ir para a reunião. Já eram 13h55min e pelo que pareceu não chegaríamos no horário exato para início da reunião. Agradecemos a presteza da garota e saímos.

A companheira que dirigia o carro me perguntou se eu havia prestado atenção. Disse que sim, e que havia anotado algumas referências na tentativa de facilitar o nosso deslocamento. Fomos seguindo as indicações da jovem, mas sempre de olho no relógio. À medida que percorríamos o caminho, alguns referências anotadas foram sendo identificadas, o que nos tranquilizava, pois tínhamos a certeza de que o caminho percorrido até então estava correto.

Chegamos ao bairro Ribeirão Verde. Estávamos em frente ao supermercado Mialich. Seguimos na avenida em frente ao supermercado e fizemos a rotatória. A área do

assentamento Mário Lago, pertencente ao MST, é muito grande, e nesta mesma fazenda que fora desapropriada existem outros dois movimentos sociais que tiveram direito as terras destinadas para reforma agrária: MLST (Movimento da Libertação dos Sem Terra) e Índio Galdino. A identificação para sabermos se estamos entrando no local desejado é realizada pela bandeira do movimento social. Quando avistamos a bandeira do MST hasteada em um mastro improvisado com bambu, logo avistamos uma placa na guarita com a seguinte mensagem: “Bem vindo ao assentamento Mário Lago”.

Os caminhos do assentamento são todos de terra. Paramos no primeiro barraco que avistamos e perguntamos para um senhor que estava cuidando da horta de seu lote naquele momento, onde ficava a antiga sede da fazenda da Barra (local do assentamento).

Ele nos respondeu:

- “Quando vocês entraram não tinha ninguém na ‘gurita’³²?”.

Respondemos que não, e que estávamos indo para a reunião dos aliados que seria realizada na sede da área. Prontamente ele nos indicou através dos pequenos caminhos e dos “linhões”. Ao pegar um destes “linhões” chegaríamos até a sede da fazenda, onde seria feita a reunião. Em pouco tempo conseguimos chegar ao local desejado.

Assim que chegamos, percebi algumas crianças e adolescentes brincando em frente a antiga sede. Uma mulher que parecia desenvolver algum tipo de atividade com eles/as segurava uma bola de futebol. Jogavam em um gramado em frente a sede da antiga Fazenda da Barra, um campinho improvisado, sem demarcações, com traves feitas com os chinelos dos participantes, e regras “flexíveis”. A preocupação em ganhar ou perder não era a motivação principal, mas sim, a possibilidade de divertimento proporcionada por aquele momento (5). Ao descermos do carro em direção a uma árvore embaixo da qual faríamos a reunião, um militante conhecido veio nos recepcionar e cumprimentar. Falou que chegáramos bem na hora, a reunião estava para ser iniciada.

Sentamos embaixo de uma árvore muito grande que possuía uma copa que cobria uma área considerável, e em dias de sol intenso deveria ser um local muito agradável para realizar uma conversa. Algumas cadeiras velhas estavam na roda, tocos de árvores serviam de bancos para que as pessoas pudessem sentar. Uma garrafa de água e duas canecas estavam no centro da roda para que as pessoas que tivessem sede pudessem beber água sem precisar se deslocar muito. A filha da companheira que dirigia o carro não sabia o que estava ocorrendo naquele momento com todas aquelas pessoas presentes ali. Mas acredito que estava

³² A expressão “gurita” foi mantida nesta grafia na construção deste diário de campo, não para caricaturar a fala do companheiro, mas para ser fiel às suas palavras no momento em que pedimos informação a ele.

brincando e se divertindo muito. Sua roupa estava cheia de terra, mas em momento algum houve algum tipo de repressão por parte de sua mãe.

O tempo estava “virando”, ventos fortes começam a soprar e um cenário chuvoso começou a se formar. Eram 15h03min quando a reunião se iniciou. Uma das coordenadoras regionais do MST de Ribeirão Preto pediu que se realizasse uma rodada de apresentação dos/as presentes na reunião. Havia dezoito pessoas no local, sendo nove mulheres e nove homens. Os/As aliados/as pertenciam basicamente a cinco grupos: NATRA³³ (Franca/SP), MST, MTST, GEQA e UFSCar (6). A participação das mulheres pertencentes ao MST era garantida porque algumas deixavam seus/uas filhos/as na casa de parentes e/ou vizinhos/as, ou ainda, com a companheira que estava brincando com as crianças naquela ocasião (7).

Após a apresentação, a coordenadora regional do MST que presidia a reunião começou a fazer uma breve exposição sobre o processo de luta e conquista da antiga Fazenda da Barra, desde a primeira ocupação até a conquista da terra. A companheira nos indicou que analisando a conjuntura política, social e econômica de nosso país, o Movimento não pode se posicionar a favor do atual governo, pois as bases materiais de existência dos/as militantes do MST em todo o país não são dignas. Ela sintetiza tal situação do governo em relação à reforma agrária como um processo em paralisação. A todo o momento era afirmado que o atual governo privilegia o agronegócio e que a cidade de Ribeirão Preto, em especial, era um dos núcleos fortes desta perspectiva de produção (8).

Algumas gotas de chuva começaram a cair e nos molhar. Decidimos, então, ir ao curral da antiga fazenda, que fora transformado em locais de reunião e aulas. Ao nos deslocar notei que um dos militantes fora falar com o professor que desenvolvia atividades de alfabetização com homens e mulheres adultos/as no mesmo local em que faríamos a reunião. Houve uma compreensão de ambas as partes para que as duas atividades, tanto a reunião dos aliados quanto a alfabetização, pudessem ser realizadas no mesmo espaço (9).

O objetivo central da reunião que estávamos acompanhando de perto era conseguir reafirmar o apoio dos grupos ali presentes na discussão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no Ministério Público. Além disso, os/as companheiros/as buscavam um apoio técnico para muitas questões que surgiam e causavam dúvidas em momentos decisivos das reuniões. O esclarecimento dessas ambiguidades poderia ser feito por intermédio de pessoas qualificadas em determinados assuntos (10). O debate que já vinha sendo realizado há

³³ Sigla referente ao nome do grupo de extensão universitário “Núcleo Agrário Terra e Raiz” (NATRA), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

algumas reuniões no Ministério Público perpassava a questão da implementação de Políticas Públicas e de um projeto de assentamento. O embate com o INCRA começava desde o beneficiamento das famílias com os lotes, pois os critérios que o MST acredita que devam ser levados em consideração, dentre os quais o tempo militância e participação nas atividades do Movimento, são diferentes daqueles estabelecidos pelo Instituto, que prevê a necessidade de ser solteiro e não ser aposentado por invalidez, por exemplo. O desenvolvimento de ações previstas pelo TAC é marcado por tensões e perspectivas distintas que são postas em confronto (11). A preservação ambiental foi um dos pontos discutidos com maior ênfase durante a reunião, pois há a exigência no TAC de uma área de 35% para a reserva ambiental, sendo que grande parte dessa parcela esta sob posse do MST. Os/As presentes naquele momento estavam cientes da importância, e do não distanciamento da luta pela terra e a questão ambiental (12).

Na esfera do projeto de assentamento alguns pontos são centrais na discussão. A implantação de abastecimento de água, redes de energia elétrica, construção das moradias, rede de saneamento, construção de uma escola e de um espaço para a convivência social dos/as assentados articulando as dimensões da educação, da cultura e da agroindustrialização dos produtos produzidos no assentamento (13).

No amplo gramado em frente a antiga sede alguns jovens continuavam a jogar futebol, porém esta atividade já não era mais a única. Agora aquele espaço também era ocupado por algumas crianças que realizavam brincadeiras de roda sob a orientação de uma companheira. Brincavam ali porque a chuva já havia passado e a claridade permitia que ficassem por mais algum tempo (14).

O MST defende a construção de um projeto coletivo para o assentamento, com a participação de todos/as assentados/as, se posicionando contrariamente à individualização das pessoas e famílias em seus respectivos lotes. O coletivo faz muito sentido para o fortalecimento das lutas empreendidas cotidianamente (15).

A reunião foi chegando ao seu fim. Antes do encerramento, os/as presentes deixaram os seus endereços eletrônicos para que a coordenadora regional pudesse enviar uma versão atualizada do Projeto Político do assentamento Mário Lago. Além disso, foi divulgada a data da próxima reunião no Ministério Público que será dia 20/09 (quinta-feira) às 13h00min.

Terminada a reunião fomos cumprimentar a Roseli que estava na reunião também. Dissemos a ela que já estávamos indo embora, e não queríamos não chegar muito tarde em nossas respectivas casas. Assim que nos despedimos dela fomos para o carro.

Sáímos do assentamento às 17h39min, e ainda no bairro Ribeirão Verde paramos em uma lanchonete. Estávamos com fome e resolvemos pedir um lanche para comermos. Aproveitamos o momento para fazer uma avaliação da reunião e das possibilidades de realizar contribuições aos debates no Ministério Público. A chuva que havia dado uma trégua voltou a cair.

Saindo da lanchonete pegamos a rodovia e antes de antes de continuar a viagem paramos em um posto às margens da pista para que pudéssemos colocar combustível no carro, e prosseguir viagem. Peguei uma nota de vinte reais que eu tinha na carteira e paguei o abastecimento de álcool. Seguimos viagem com destino à São Carlos.

Ao chegar à esquina de casa, agradei as companheiras, desejando que tivéssemos mais oportunidades de dialogar e participar de atividades do MST. Perguntei quanto havia ficado a viagem, pois além do combustível havia dois pedágios (um na ida e o outro na volta). A motorista me disse que estava tudo certo e que eu não precisaria dar mais dinheiro. O pagamento do combustível no posto em Ribeirão Preto já havia quitado a minha parte na viagem. Sem mais delongas desci do carro e fui em direção a minha casa.

Logo que cheguei minha mãe perguntou como havia sido a viagem. relatei a ela de maneira breve e fui tomar um banho. Estava muito cansado e queria jantar.

24/09/2008 (quarta-feira)
Robson Amaral da Silva
12:18 - 12:45
Diário de Campo IV

“O diálogo no ônibus”

Neste dia estava no ponto de ônibus em frente à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na Avenida São Carlos esperando o circular para Araraquara. Era uma quarta-feira e sol estava muito forte, pensava comigo como iria fazer para desenvolver as aulas que havia planejado, sem que houvesse prejuízos aos/as alunos/as devido ao forte calor. Olhei para a avenida e percebi que o ônibus estava chegando, então sai de perto da grade e fiquei próximo a guia. Ao se aproximar dei sinal para que o ônibus parasse, e subi.

Dentro do circular olhei de maneira panorâmica para o interior do ônibus com o intuito de encontrar um lugar que estivesse vago e que o sol não incomodasse durante o percurso. Constatei que o ônibus não se encontrava muito cheio e havia um bom número de lugares vazios. Durante este primeiro olhar, uma camiseta vermelha me chamou a atenção, me parecia muito familiar. Ao passar pela roleta guardei o meu cartão magnético e fui percorrer o corredor do ônibus à procura de um lugar para sentar. Ao me aproximar da pessoa que estava com a camiseta vermelha, logo a reconheci. Era Vladimir com uma camiseta do MST.

Fiquei contente em encontrá-lo, pois já fazia um tempo que não o via. Vladimir me contou que iria para Araraquara assistir uma aula de Didática na UNESP/Araraquara. Ele me relatou que a docente responsável pela disciplina ficava contando sobre as experiências dela quando era professora na escola, e reclamava que não havia espaço para o debate entre os/as estudante durante os encontros. Perguntou o que eu estava fazendo naquele ônibus, respondi dizendo que iria para Araraquara dar aulas de Educação Física na escola em que trabalhava.

Perguntei a ele como estavam os preparativos para o II Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) do Estado de São Paulo. Vladimir me respondeu que os encaminhamentos estavam sendo desenvolvidos da melhor maneira possível, e que este seria um espaço muito interessante de formação humana (1). Ele me disse que costuma se inscrever poucos/as estudantes, por ser um período de férias, e também, por não encontrar no âmbito universitário muitos/as alunos/as que se interessem pela temática da questão agrária (2d).

Vladimir me perguntou:

- Como foi a reunião dos aliados neste fim de semana?

Respondi que havia sido muito boa, e relatei de maneira breve alguns aspectos discutidos pelos/as pessoas que estavam presentes na reunião, dentre eles, os vários pontos relativos ao TAC.

Vladimir me perguntou se eu iria participar do EIV, e disse que seria interessante a minha presença neste espaço para que eu pudesse levar para o grupo a discussão acerca do lazer/esporte em assentamentos (3). Disse a ele que estaria muito disposto à contribuir nos diálogos, e que logo que fossem abertas as inscrições faria a minha.

Estava chegando o ponto em que eu teria que descer, pois para mim a parada final na rodoviária não facilita muito o meu deslocamento até a escola. Sendo assim, me despedi do Vladimir e disse a ele que continuaríamos conversando e nos articulando por e-mail, e que qualquer coisa ele poderia me ligar.

14/03/2009 (sábado)
Robson Amaral da Silva
11:30 - 22:00
Diário de Campo V

“Os preparativos para mais uma etapa”

Como de costume havia levantado um pouco mais cedo para resolver algumas pendências antes de viajar. Quando voltei fui arrumar a mochila que levaria ao assentamento. Durante a semana já estava articulando com o pessoal do GEQA a minha viagem ao Centro de Formação em Ribeirão Preto. Os contatos por e-mail com o Celso foram fundamentais para que eu conseguisse carona a fim de economizar dinheiro para poder participar das atividades do MST, e do grupo (GEQA). Também havia ligado para o Camilo na sexta-feira pela manhã, para confirmar a viagem e o meu lugar no carro. Ele havia dito que o meu lugar estava reservado, mas que precisava somente confirmar o horário de saída, que no caso dependeria da atividade de “Ciranda Infantil” (reconhecida cotidianamente pelos/as integrantes somente como “Ciranda”), programada para acontecer no assentamento Mário Lago. A Ciranda Infantil é um espaço organizado por ocasiões de eventos, reuniões das instâncias representativas e outros momentos em que estão presentes as crianças de zero à treze anos. Este espaço possibilita condições para que as mulheres integrantes do MST possam participar de processos decisórios e produtivos dos assentamentos, e do Movimento como um todo (1).

Por volta das 11h30min minha mãe serviu o almoço para que eu pudesse fazer a refeição de maneira tranquila. Ao terminar de comer fui assistir um programa de esportes, enquanto esperava a carona chegar em minha casa. Depois de 40 minutos aguardando, recebi uma ligação de um telefone que não consegui, a princípio, reconhecer pelo identificador de chamadas. Era o Camilo dizendo que a atividade da “Ciranda”, prevista para acontecer as 14h00min no Mário Lago, havia sido cancelada em decorrência da chuva, mas que iríamos para o Centro de Formação. Camilo disse que iria comer alguma coisa, pois estava com fome e logo depois passaria em casa para me buscar.

Passados vinte minutos ouvi o barulho de um carro que parecia estacionar em frente a minha residência, era o Camilo. Peguei as minhas coisas que levaria agora ao Centro de Formação, despedi de minha mãe e entrei no carro. Conversamos sobre o cancelamento da atividade, enquanto Camilo dirigia para o “Posto Universitário” perto do *campus I* da USP em São Carlos, para comer um salgado. Seguimos logo depois para casa da Roseli (integrante do GEQA), de onde sairíamos com destino a Ribeirão Preto.

Chegando à casa da companheira, abrimos o portão e adentramos a sala. Camilo seguia na frente, pois já conhecia o lugar. Roseli estava deitada e logo foi nos receber. Celso veio logo em seguida nos cumprimentar. Saímos para a varanda e dialogamos sobre a viagem, quando Roseli nos disse que iria no dia seguinte com o Josimo. Camilo passou a carteirinha de estudante da empresa que faz a linha São Carlos-Ribeirão Preto, e a passagem de uma outra companheira para que Roseli pagasse metade do valor cobrado no trajeto. Nos despedimos, atravessamos a rua e entramos no carro rumo ao nosso destino.

Durante a viagem conversamos sobre a atuação do GEQA junto ao MST. Camilo e Celso me davam um panorama geral das atividades e acontecimentos construídos e desenvolvidos coletivamente nos últimos tempos. Este panorama apresentado pelos dois era importante devido a impossibilidade de participar das reuniões do GEQA que acontecem às quintas-feiras no horário de 12h15min-13h45min, e da qual já estavam cientes.

Celso, muito entusiasmado, me falava sobre as atividades da Ciranda que dentre outras coisas, buscava valorizar jogos e brincadeiras populares, apresentando para este fim um cronograma definido para o desenvolvimento das atividades. A coordenação da Ciranda é realizada por uma companheira do assentamento Mário Lago, e conta com a participação e apoio de outras mulheres do assentamento, além dos/as universitários/as. De acordo com Celso, o envolvimento feminino com a Ciranda é muito maior, haja vista a quantidade de representantes deste gênero quando são realizadas as atividades programadas (2).

Também citou o projeto “Leitura de Barraco” que leva livros, revistas, jornais, revistas de histórias em quadrinhos, ou outros materiais de formação do MST para os acampamentos e assentamentos para que os/as integrantes possam realizar a leitura destes materiais no tempo em que não estão trabalhando (3). No transcorrer da conversa Celso falou também sobre o seu papel na biblioteca do Centro de Formação e as ações que são desenvolvidas por ele e pela Rosa, universitária da UNESP *campus* Franca. Celso comentou algo muito interessante no que se refere à estruturação da biblioteca do Centro de Formação. Ele me disse que a organização dos livros se dava de uma forma diferenciada do que estamos acostumados nas bibliotecas em geral. Os materiais que se encontram no local são organizados por temáticas, e estas foram definidas coletivamente com os/as estudantes do curso de Agroecologia e integrantes da coordenação regional de Ribeirão Preto (4). As sanções aplicadas aos/às estudantes também fogem um pouco do convencional. Quando um/a aluno/a do curso de Agroecologia, acampado/a e/ou assentado/a não faz a entrega do material retirado no dia previsto, foi definido que ele/a deve prestar serviços à biblioteca. Uma das

maneiras de pagamento desta sanção é ficar trabalhando na biblioteca no período em que a mesma se encontra aberta (5).

Ainda em relação ao Projeto “Leitura de Barraco”, Celso me conta da vontade de levar algumas pessoas de São Carlos para ajudar no planejamento e desenvolvimento das atividades. Quando indagado sobre as possibilidades de lazer dos integrantes do MST, Celso afirma que o lazer está presente nestas atividades, tanto na “Ciranda” quanto no “Leitura de Barraco” (6).

Ao falar sobre os/as jovens do curso de Agroecologia, Celso relata a necessidade de articulá-los/as às lutas do MST, pois de acordo com sua perspectiva, os/as mesmos/as se encontram seduzidos/as pela mídia e que isto não é nada interessante ao projeto societário defendido pelo Movimento (7d).

Após 1h30min de viagem, chegamos ao Centro de Formação sob chuva. Fomos recebidos por Oziel (MST) que disse para ficarmos no quarto de visitantes. Pablo (MST) e Anton (MST) também estavam no corredor da varanda dos quartos do Centro de Formação e nos cumprimentaram. Neste mesmo momento, Oziel (MST) nos alerta para o problema da falta de água no local e que todos/as ali presentes deveriam fazer economia. Ele disse que está vindo um caminhão pipa encher a caixa d’água do Centro de Formação. Para isto acontecer, ele comentou ser necessário argumentar muito para que o caminhão do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP)³⁴ venha até o Sítio do Pau D’Alho (8). Fui deixar a minha mochila no quarto de hóspedes. Havia naquele recinto duas beliches, quatro camas e cinco colchões novos que ainda estavam no plástico.

Ao sair do quarto fui em direção à secretaria do curso de Agroecologia, onde já se encontravam Heleny (MST), Clóvis (MST) e Rosa (NATRA). Clóvis estava fazendo limpeza no corredor da secretaria e pediu para que tomássemos cuidado para não sujar. Essa limpeza, como as dos banheiros da piscina eram preparativas para receber os/as educandos/as do curso de Agroecologia.

Oziel nos convidou para ir até a oficina e mostrar uma mesa que haviam (ele, Pablo e Anton) montado. O formato, segundo ele, foi decidido coletivamente. Da oficina carregamos outra mesa para a sala de estudos do curso de Agroecologia, para que os/as estudantes pudessem realizar suas tarefas do curso, trabalhos em grupo, estudos individuais durante a terceira etapa (9).

³⁴ Órgão responsável pelo abastecimento de água e tratamento da rede de esgoto da cidade de Ribeirão Preto e algumas cidades da região.

Sentamos no corredor dos quartos do Centro de Formação, quando por volta das 16h30min, chegou uma Van com os/as educandos/as do curso de Agroecologia, vindos/as de vários assentamentos do MST no estado de São Paulo. Boa parte dos/as educandos/as assim que desceram do transporte vieram nos cumprimentar. O motorista que usava um boné da Via Campesina e que havia feito a vigem ao Centro de Formação também foi recepcionado por nós. Oziel, sem demoras, alertou os/as estudantes quanto ao problema do racionamento de água (10).

Alguns colchonetes que estavam empilhados no corredor dos quartos foram levados por nós para dentro de um quatinho localizado na oficina. Oziel nos chamou para ir a quadra para que pudéssemos carregar uma mesa até a oficina. Estávamos em seis pessoas segurando e carregando a mesa, que por sinal era muito pesada. Parecia ser feita de madeira nobre, daí o seu grande peso e a necessidade de um bom número de pessoas para transportá-la. A quantidade de serviço era grande para que tudo estivesse pronto antes do início das aulas do curso de Agroecologia. Os/As militantes que ficam a maior parte do tempo no Centro de Formação aproveitam as ocasiões que têm bastante pessoas ali, para realizar algumas tarefas. Algumas cadeiras que os/as educandos/as utilizariam para sentar durante as aulas estavam sujas. Oziel pediu a alguns deles que fizessem uma seleção das cadeiras que fossem úteis. Algumas seriam somente aproveitadas as madeiras, outras deveriam ser reparadas, e todas as demais necessitavam serem limpas, pois se encontravam em bom estado. O mutirão das cadeiras se iniciou, e estávamos em aproximadamente doze pessoas cuidando da separação e limpeza das cadeiras (11).

As cadeiras que estavam na quadra haviam sido utilizadas em um curso para mulheres realizado pelo MST. O espaço da quadra estava decorado, pois na semana anterior havia sido realizada uma festa naquele local. Fitas de papel crepom ornamentavam a parte superior da quadra, e havia cartazes da jornada de lutas das mulheres e dos 25 anos de existência do MST. Era a decoração produzida por ocasião do curso para as mulheres, e da festa que ocorrera após o encerramento das atividades do mesmo (12).

Durante a limpeza das mesas, três educandos cantavam músicas de rap e perguntei a eles se gostavam das músicas deste tipo musical. Eles responderam de maneira positiva e continuaram cantando letras de diversos grupos, como “Racionais MC’s”, “509E” e “Pavilhão 9” (13). Assim que as cadeiras ficavam limpas, nós a colocávamos na quadra para que pudessem secar. Enquanto isto, os educandos que limpavam as cadeiras continuavam realizando aquela tarefa no embalo das letras de rap. Deixamos os educandos finalizando a limpeza das cadeiras, e desci com Celso para um corredor que fica ao lado da oficina para

retirar algumas placas e faixas que estavam dificultando a passagem pelo local. Depois de terminar esses serviços sentamos na escada que fica em frente à quadra para conversar. Alguns militantes do MST e o Camilo fumavam um cigarro “paieiro” sem a preocupação de retornar ao trabalho, pois a jornada daquele dia já havia se encerrado (14).

Fui para a sala de informática acessar a internet. Neste período de curso de Agroecologia se torna uma opção de lazer interessante para os/as educandos/as. Os horários para utilização durante a semana são pré-estabelecidos pela coordenação do curso, e aos domingos o acesso é liberado para o dia inteiro (15). Na saída da sala de informática vi alguns exemplares do “Jornal Sem Terra” e peguei para compartilhar com alguns/mas amigos/as em São Carlos e Araraquara. Neste momento, encontro com Oziel que me avisa que o jantar estava pronto.

Celso também estava subindo para o jantar. Ao chegar na cozinha algumas pessoas já se encontravam lá. A cozinha apresenta um aspecto industrial, e não haveria de ser diferente, pois ao longo do ano o Centro de Formação recebe um grande número de pessoas. Fui me servir e sentei em uma mesa com os/as universitários e alguns jovens do curso de Agroecologia. Posteriormente, Olga (MST) e Rosa chegaram e sentaram-se conosco.

Olga começou a contar como havia sido a ação das mulheres na Usina Cosan. O relato acontecia de maneira entusiasmada e Rosa ouvia atentamente. Os mínimos detalhes eram expostos, e em pouco tempo, enquanto jantávamos. Olga relatou os três dias dessa atividade que fazia parte da jornada de lutas das mulheres. Desde a articulação com o MST para a ocupação de terra pertencente à Usina, até o mandado de reintegração de posse que foi cumprida por um juiz com o apoio da Polícia Militar da região de Jaú (16). O apoio dos homens fora fundamental, mas segundo Olga, não fora preciso intervenção em momento algum. A companheira ainda relata que a jornada incluiu universitárias que desenvolvem atividades com o Movimento, e que algumas delas não suportaram a pressão e vieram embora. Isto não só ocorreu com as universitárias, algumas militantes também tiveram a mesma atitude. Neste momento, Olga se mostra muito compreensiva com a atitude das companheiras, tanto universitárias quanto do próprio MST, não demonstrando uma posição de desaprovação com a reação das mulheres que deixaram a luta (17d).

A pressão psicológica dos “jagunços”³⁵ era algo corriqueiro e que as mulheres tiveram que saber lidar. Olga conta que eles começavam a falar absurdos e que ameaças eram constantes, mas que a grande maioria das mulheres não se abalou. Vários cantos e palavras de

³⁵ Expressão corriqueira utilizada por integrantes do MST para designar os seguranças particulares contratados para proteger o patrimônio das grandes fazendas e usinas.

ordem eram entoados para fazer frente e marcar um posicionamento diante da ação. Um destes cantos fora reproduzido por Olga durante a conversa:

- “Pisa ligeiro (2X)

Quem não aguenta com a formiga,

Não atíça o formigueiro!”

Olga falou que ao cumprir o mandado de reintegração de posse, as mulheres presentes na ação não assinaram papel nenhum, como é de praxe, e que saíram sem conflito (18). De acordo com a avaliação da militante a jornada havia sido muito interessante, e que haviam aprendido muito na organização de um conjunto de ações, pois era a primeira vez que ela fora a uma ocupação realizada somente por mulheres (19).

Após o jantar, fomos lavar os pratos, pois no Centro de Formação, assim como em acampamentos e/ou assentamentos, os talheres e pratos são lavados pelas próprias pessoas que os utiliza. Desci para escovar os dentes, pois em instantes iríamos nos reunir, a Comissão Política Pedagógica (CPP), para estabelecer alguns encaminhamentos que seriam desenvolvidos no dia seguinte, data de início da terceira etapa do curso de Agroecologia.

Na reunião conversamos prioritariamente sobre como iniciariamos o curso no dia seguinte. Quem dialogaria com os/as educandos/as os assuntos que deveriam ser tratados e acordados entre CPP e alunos/as para que esta etapa do curso pudesse ser desenvolvida da melhor maneira possível. Foi distribuída a Proposta Organizativa e Metodológica (PROMET) que continha o uma síntese do processo de elaboração coletiva do projeto, os objetivos (gerais e específicos), a proposta pedagógica e metodológica, método pedagógico, os eixos políticos, organização dos tempos educativos e organicidade do curso. Enfim, tivemos a oportunidade de definir alguns passos para a operacionalização do curso.

Terminada esta reunião fui tomar banho no banheiro da Ciranda, pois os demais estavam sendo utilizados pelos/as educandos/as. Universitários/as e militantes queriam organizar uma “Noite Cultural”, uma confraternização com música e bebida para recepcionar os/as educandos/as, uma possibilidade de divertimento para os/as jovens do curso de Agroecologia (20). É claro que a bebida seria restrita aos/as militantes do MST e univeristários/as. Neste dia estava muito cansado e acabei não participando da “Noite Cultural”, mas de dentro do quarto pude escutar e perceber uma movimentação para organização da mesma.

15/03/2009 (domingo)
Robson Amaral da Silva
08:45 - 21:50
Diário de Campo VI

“Início da 3ª Etapa do Curso de Agroecologia”

Acordei neste dia por volta de 08h45min e desci até a Ciranda para escovar os dentes e lavar meu rosto. No caminho encontrei Oziel que já estava realizando os “corres” antes do início das atividades do primeiro dia da terceira etapa do curso de Agroecologia. Voltei ao quarto para trocar de roupa enquanto alguns companheiros continuavam dormindo.

Fui tomar café no refeitório e alguns/mas educandos/as já estavam lá. Faltavam aproximadamente quarenta minutos para se iniciar mais uma etapa do curso. Eles estavam sentados em pequenos grupos para tomar café e conversar um pouco, acredito que por afinidades construídas ao longo das outras etapas ou por morarem em um mesmo assentamento (1). A interação entre eles/as parece muito tranqüila, entretanto, isto não pode ser levada em conta para todos/as. No dia anterior, quando fizemos a reunião da CPP, ao dividirmos os Núcleos de estudantes para facilitar o andamento das atividades programadas, ouvi comentários com nomes de alguns participantes que não apresentavam afinidades entre si. As divisões foram realizadas pela CPP utilizando critérios como gênero, escolaridade, espaço geográfico, tempo de movimento e características da personalidade (2d).

Ao terminar de tomar café, fui escovar os dentes novamente e desci em direção à sala de aula em que ocorreria a recepção dos/as educandos/as. Os/As universitários/as já estavam todos/as prontos/as e esperando o início das atividades. Os/As participantes chegavam, e logo a sala já estava cheia. Naquele momento estavam presentes 22 estudantes, sendo 6 mulheres e 16 homens. A desproporção entre os gêneros naquela turma reflete a vida cotidiana dos assentamentos de reforma agrária. Mesmo com a chegada dos/as demais educandos/as, o quadro não mudaria muito (3). As 09h30min, Helyny iniciou o diálogo com os/as estudantes, dando-lhes bom dia, falando da satisfação em tê-los novamente no Centro de Formação para mais uma etapa, e anunciando que seríamos apresentados/as. Entramos enfileirados/as para cumprimentar os/as alunos/as e fazer a nossa apresentação. Falamos os nossos nomes e de qual grupo universitário pertencíamos.

Ao terminar a nossa apresentação, um dos educandos perguntou:

- “São todos CPP?”.

Helyny que tem uma excelente relação com os educandos/as, respondeu:

- “Sim”.

Isto fazia diferença, pois eles/as necessitavam nos conhecer. Em caso de dúvidas, esclarecimentos, diálogos relativos ao funcionamento do curso poderiam falar conosco.

Após esta pergunta Heleny retomou a palavra e a passou para Celso que iria falar sobre a importância do curso na formação dos/as estudantes, e que a realização do mesmo só existe devido a luta dos/as trabalhadores/as. Eles/as escutavam atentamente ao que Celso falava, pois dizia respeito diretamente a existência deles/as. O compromisso e a participação durante toda etapa, assim como no Tempo-Comunidade devem ser levados a sério, evitando assim as desistências (4).

O coletivo do MST, principalmente aqueles/as mais ligados/as ao curso de Agroecologia estavam preocupados/as com a redução do número de educandos/as desde a primeira etapa até agora. O curso que conta com o financiamento do Governo Federal (INCRA) exige um número mínimo para manter as suas atividades. Abaixo do número estipulado, o curso é interrompido e fica comprometido pela falta de verba (5d).

Heleny ressalta a relevância da dedicação aos estudos na perspectiva agroecológica de produção que se apresenta como uma alternativa viável, e sem agressões ao meio ambiente quando comparada aquela realizada pelo agronegócio. Ela faz um paralelo entre a falta de água que afetava todos/as ali no Centro de Formação, e a monocultura de cana-de-açúcar que agride o meio ambiente. Esse tipo de plantação necessita de uma grande quantidade de água para se manter, e a água necessária para a sua manutenção provém dos lençóis freáticos. O poço do Centro de Formação estava seco e seria necessário fazer uma nova perfuração a fim de encontrar água para o consumo (6).

Após a fala de Heleny, Oziel ficou responsável por dialogar com os/as estudantes acerca da estrutura do Centro de Formação. De acordo com ele a disciplina e organização dos espaços e patrimônios (beliches, camas, computadores, livros etc.) são necessárias. Por ser um espaço público, o sítio do Pau D’Alho poderia ser fiscalizado por diversos órgãos. Para evitar maiores celeumas, os quartos de visitantes e dos/as educandos/as devem ser mantidos organizados e os colchões novos preservados (7). O militante e coordenador regional afirma que tem percebido que as meninas são mais zelosas que os garotos (8). A montagem de uma sala de estudos é uma novidade para os/as educandos/as possam realizar as tarefas que forem solicitadas durante o tempo em que permanecerão no Centro de Formação.

Reforçando ainda mais a problemática da falta d'água, com o objetivo de conscientizar os/as educandos/as, Oziel conta que o DAERP queria cobrar pelo abastecimento de água do Centro de Formação. Entretanto, tal iniciativa não foi possível, pois o Centro de Formação por ser um espaço público não poderia ser alvo de cobrança de água. Além de abastecer o espaço onde estávamos a caixa d'água existente ali abastecia casas adjacentes ao sítio. Aproveitando o ensejo Oziel também fez uma relação entre o modelo do agronegócio e a necessidade de uma produção baseada nos princípios agroecológicos. O coordenador regional contou aos/as alunos/as que uma boa quantidade de Tilápias que viviam no lago do Centro de Formação havia morrido, devido aos venenos aplicados contra as pragas nas plantações de cana-de-açúcar. Afirma ainda que, a expansão da cidade de Ribeirão Preto tem contribuído para a falta de água na zona rural (9).

Ainda no que se refere à estrutura foi falado que a cantina existente no Centro de Formação voltaria a funcionar com o início desta etapa. Os/As educandos/as poderiam comprar refrigerantes, salgadinhos, alguns doces, dentre outras guloseimas, porém não haveria a venda de bebidas alcoólicas, pois os/as educandos/as são todos/as menores de idade. A abertura da cantina estava prevista para terça-feira ou quarta-feira desta semana.

Existe um espaço destinado para experiências agroecológicas dos/as educandos/as durante as etapas do curso. A possibilidade de aliar os conhecimentos teóricos com os práticos serve de subsídio para os experimentos que os/as jovens devem levar para os seus respectivos assentamentos, e lá, fomentar ações de mesmo cunho. A área destinada aos experimentos é de 1.7 ha (10).

Após a explanação dos/as integrantes da CPP, os/as educandos/as começaram a fazer questionamentos buscando compreender melhor a situação da infra-estrutura do Centro de Formação, e esclarecer dúvidas relativas ao curso.

Terminada esta primeira parte, os/as estudantes foram divididos em grupos, já previamente montados, para leitura e discussão da PROMET. Retornariam à sala de aula no intervalo de uma hora, para elaboração dos acordos coletivos. Esta reunião dos Núcleos seria destinada também para a escolha do nome do/a lutador/a do povo que seria homenageado/a e as palavras de ordem dos respectivos coletivos (11).

As 10h50min iniciou-se uma reunião com os/as universitários/as do GEQA e NATRA. Uma socialização inicial da conjuntura das áreas em que a regional de Ribeirão Preto atua foi realizada. Algumas das reivindicações que foram discutidas na reunião dos aliados avançaram, apesar dos inúmeros obstáculos burocráticos que às vezes tentam desmobilizar a luta.

No assentamento Mário Lago, os créditos estavam quase integralmente liberados, sendo assim, os/as assentados/as estavam preocupados/as com o processo de início da produção. Maquinários e ferramentas estavam sendo comprados, e a regional buscava sempre dar o apoio necessário às ações no assentamento (12). Para isto, reuniões periódicas com a coordenação regional e do assentamento estavam sendo realizadas. Uma verba para a construção de uma escola na área mais central da antiga Fazenda da Barra foi aprovada na Câmara. Dessa forma, crianças de bairros vizinhos e dos outros movimentos sociais que residem na área conquistada poderiam estudar sem a necessidade de percorrer grandes distancias até a escola. O MST vê com bons olhos a possibilidade do controle político-pedagógico desta futura escola.

Na socialização das conjunturas, o assentamento Sepé Tiarajú também foi citado, e encontra-se com problemas de organicidade. A produção do assentamento está fluindo, entretanto, o Movimento percebe a necessidade de construção de um espaço coletivo para a convivência das famílias (13).

Foi aberto um espaço para os informes dos grupos universitários presentes na reunião. Rosa do NATRA relatou a situação dos projetos desenvolvidos pelo grupo na cidade de Franca/SP, e atuação junto ao MST no “Leitura de Barraco” e na “Ciranda”. As ações do GEQA também foram relatadas, principalmente aquelas ligadas à recepção dos/as calouros/as na UFSCar. O grupo pretende abordar a questão agrária e convidar mais estudantes para participar do coletivo, através de uma semana de formação política, com filme, manejo de horta e uma mesa temática (14).

Já havíamos estabelecido que após a socialização dos informes dos grupos universitários seria realizada uma pausa para o almoço. Sendo assim, saímos em direção ao refeitório, onde haviam ainda, alguns/mas estudantes do curso de Agroecologia que também tinha paralisado as atividades para que todos/as pudessem almoçar. O espaço servia de convivência para os/as estudantes/as, que sentavam em pequenos grupos e começavam a dialogar sobre diversos assuntos (15). Sabiam que deveriam aproveitar aquele período, pois a parte da tarde haveria a continuação das tarefas do curso. Para nós, universitários/as, servia também como um momento de aproximação com os/as educandos/as do curso, e de diálogo entre nós e os/as militantes do Movimento (16).

O almoço estava muito bom, e à medida que as pessoas terminavam de comer, começavam a lavar pratos, talheres e canecas, buscando deixar a cozinha organizada para não sobrecarregar nenhuma das companheiras que preparou o almoço. Os/As educandos/as do curso saíam primeiro, pois já estavam ali primeiro. Ao terminarmos de almoçar, também

fomos deixando o refeitório, pois às 14h30min voltaríamos ao local de reunião para discutirmos as outras pautas.

Chegado o horário marcado, todos/as estavam de volta e retomamos novamente o diálogo. Dois assuntos de pauta eram prioritários nesta segunda parte. Oziel havia dito que a reunião iria ter um teto para acabar. Este limite foi estabelecido pelo horário do jogo de futebol que seria transmitido naquele dia (17). Não deveríamos perder a qualidade da discussão, mas um horário para finalizar a “prosa” se fez necessário, pois estávamos cansados/as.

O primeiro dos assuntos prioritários seria a definição de alguns encaminhamentos relativos ao “V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras” que terá como temática central, “Aos mestres e mestras do saber popular”, a ser realizado nos dias 23 e 24 de maio desse ano. A realização deste evento ficará a cargo do MST e da Associação Nacional dos Violeiros do Brasil (ANVB). Essa atividade fará parte da jornada de lutas do Movimento e do calendário nacional comemorativo aos 25 anos do MST (18).

A construção coletiva deste evento era algo fundamental para o MST e necessitava do apoio dos grupos universitários, e de diversos segmentos sociais interessados em colaborar com a realização do mesmo (19). A falta de verba era um dos desafios a serem enfrentados pelo MST, uma vez que, depois das ocupações do INCRA e da Petrobras, além do posicionamento contra o governo Lula, o Movimento decidiu não contar com verba governamental. Dessa forma, o MST contava com o apoio dos/as universitários/as para organizar e divulgar o evento em todos os espaços que tivéssemos contato (20).

O outro assunto que deveria ser tratado naquele momento se referia ao “IV Terra e Universidade”. Evento que teve início no ano de 2003 tem um indicativo para ser retomadas. A temática central desse encontro estaria relacionada aos grupos universitários que desenvolvem ações em áreas de reforma agrária e que se constituem em espaços de contra-hegemonia dentro da universidade. Assim, encontros menores deveriam ser realizados nas cidades em que a regional do MST tem contatos como uma forma convocatória para o “IV Terra e Universidade” (21).

A reunião chegava ao seu fim. Estava próximo das 16 horas e o jogo iria começar. Os/As interessados/as em assistir ao jogo desceram a um quarto com televisão no Centro de Formação. Chegando lá, encontramos alguns companheiros que já estavam assistindo à entrada em campo dos times. No chão estavam algumas canecas que eram utilizadas pelos companheiros para tomar cachaça. Já havia um litro aberto, e o cheiro de

“paieiro” era forte, pois a maioria dos/as ali presentes gostavam de fumar esse tipo de cigarro (22).

Buscamos não fazer muito barulho para que os/as estudantes não viessem ao quarto perguntar sobre o jogo. Eles/as estavam envolvidos com as atividades do curso e, portanto, não deveriam perder a concentração daquilo que estavam fazendo. Mas parecia ser inevitável, de tempos em tempos vinha um educando perguntar sobre o resultado do jogo. Mesmo com o intervalo no curso, eles/as não podiam adentrar ao quarto. O tempo para descanso e divertimento dos/as mesmas acontecia geralmente após o período de aulas (23).

Durante o jogo, as canecas com cachaça circulavam de mão em mão para que todos/as aqueles/as que queriam beber pudessem compartilhar a bebida. O número de canecas era inferior ao de presentes, mas isso não era empecilho para a divisão da bebida. O mesmo acontecia com o cigarro “paieiro” (24). Algumas análises sobre o jogo ocorriam, e a participação feminina neste processo era interessante. As duas estudantes que estavam no quarto naquele momento arriscavam comentar o jogo. Acredito que permaneciam ali pela companhia recíproca entre elas e nós, mas também pela falta de opção em realizar uma outra atividade (25).

As brincadeiras envolvendo os/as torcedores/as de times diferentes eram constantes. Ao término do primeiro tempo, a maioria dos presentes deixou o quarto e se aglomeraram no corredor. Os/As educandos/as que ainda se encontravam no período de intervalo começaram a perguntar sobre o jogo. Após intervalo entre o primeiro e segundo tempos voltamos ao quarto. Assistimos à partida até o final, e assim que o jogo encerrou fomos ao corredor dos quartos de visitantes.

As atividades do curso de Agroecologia haviam terminado, e alguns/mas educandos/as estavam tomando banho. Outros/as estavam conversando, manuseando o celular e poucas dançavam (26). Recebi a notícia que tínhamos uma prosa rápida com um militante do Movimento e com Heleny. Chegado ao local da reunião, o militante estava convidando aqueles/as que tivessem vontade e disponibilidade para participar de uma conversa com trabalhadores/as no salão paroquial da cidade de Serrana no dia 21 de março às 17 horas. A prosa seria a respeito da ocupação das terras da Fazenda Martinópolis no município de Serrana, próximo a Ribeirão Preto. A ocupação foi realizada por famílias do MST após a descoberta da penhora desde 1986 pelo Estado. Esta área deveria ser destinada para fins de reforma agrária e assentamento de famílias do MST.

A preocupação do militante era realizar o diálogo com os/as trabalhadores/as da cidade de Serrana a fim de conseguir o apoio da população, já que conseguira dialogar com

um padre da cidade que permitiu a sua fala durante uma missa (27). Sendo este um espaço interessante de formação, o convite foi estendido aos universitários que desejavam participar desta atividade. A nossa conversa demorou pouco tempo, e logo já estávamos de saída do Centro de Formação com destino à São Carlos.

Na volta dialogamos sobre as reuniões que tivemos, e a respeito da necessidade de intensificar a aproximação com o MST. Estávamos realmente cansados/as, e logo a conversa parou.

02/05/2009 (sábado)
Robson Amaral da Silva
13:25 - 03:00
Diário de Campo VII

“A noite no Alexandra Kollontai”

Durante a semana havia articulado com o Camilo a minha ida à Ribeirão Preto. Minha vaga no carro estava garantida e sabia que Celso e Roseli tinham ido pela manhã para o acampamento Alexandra Kollontai. Camilo ficou de passar em casa assim que saísse do serviço. Por volta de 13h25min ele chegou e parou o carro em frente a minha residência. Logo já sai com a mochila que levaria. Entrei no carro e cumprimentei Camilo. Perguntei se estava tudo bem, e ele me respondera que sim.

Seguimos viagem com destino ao Centro de Formação. Camilo usava uma camiseta do MST, e tinha um exemplar do “Jornal Sem Terra” no banco de trás do seu carro. Conversamos pouco durante a viagem. Quando passamos por uma ponte na rodovia, avistamos dois homens que pescavam sentados de cima da ponte. As varas estavam imóveis a procura de um peixe. A tranquilidade com que pescavam chamou nossa atenção, e Camilo me disse da vontade que ficou de descer e começar a pescar também.

O sol estava forte neste dia, e o trajeto até Ribeirão Preto parecia ter sido encurtado. Tive uma sensação de que a viagem durou pouco. Em 1h20min já estávamos no Centro de Formação, mas desta vez, não havia ninguém para nos recepcionar. Ao descer do carro, o corredor do quarto de hóspedes estava vazio e havia um silêncio. Ainda estava sendo realizada a terceira etapa do curso de Agroecologia, os/as estudantes estavam todos/as em sala de aula.

Como não havia ninguém naquelas imediações descemos para o quarto onde estamos acostumados a assistir televisão. Ao passar ao lado da biblioteca percebi que algo estava acontecendo por lá. Olhei pela janela e um grupo de pessoas estava lá dentro, parecia uma reunião. Chegando ao quarto, alguns companheiros estavam assistindo à programação de sábado à tarde (1). Pablo saiu para fumar um “paieiro”, e sentamos (eu e Camilo) em uma mesa redonda que fica em frente ao quarto. Começamos a conversar, e procuramos saber como estavam às coisas pelos lados do Centro de Formação (2). Pablo disse que estavam bem, e que as aulas do curso é que estavam movimentando aquele espaço.

Um jogo de xadrez estava em cima da mesa, e Camilo convidou Pablo para jogar uma partida contra ele. Ambos distribuíram suas peças pelo tabuleiro e iniciaram a

partida. A concentração tomava conta de ambos, e somente se distraíam um pouco para
tragarem o “paieiro” que fumavam (3). Enquanto jogavam, os/as educandos/as do curso
começaram a sair da sala de aula. Era o tempo de intervalo, e muitos/as vieram em nossa
direção para nos cumprimentar. Uma das educandas pediu um “paieiro” para Camilo, que
prontamente lhe cedeu um (4). A primeira partida havia terminado e o Pablo havia ganhado.
Camilo pediu uma revanche, e Pablo prontamente aceitou. A partida seguiu, enquanto
alguns/mas educandos/as chegavam para assistir. Pablo conseguiu vencer Camilo novamente
(5). Este desistiu, e fomos em direção à biblioteca para ver se a reunião havia acabado.

Quando estávamos chegando à porta da secretaria do Centro de Formação, a reunião acabou. As pessoas começaram a sair de dentro da biblioteca e passaram a ocupar o corredor. Oziel e Helenira vieram a nosso encontro e perguntaram quantas pessoas haviam no carro.

Camilo respondeu:

- “Só eu e o Robson”.

Oziel queria saber se havia uma vaga no carro para que Pablo pudesse ir ao acampamento. Um companheiro, uma companheira com sua filha de uns 10 anos aproximadamente, também iriam, só que ficariam no assentamento Sepé Tiarajú. Camilo disse que tudo bem. Pablo foi arrumar uma pequena mala para levar algumas roupas e objetos de higiene pessoal, pois passaria alguns dias no acampamento. No dia seguinte haveria uma reunião com os grupos universitários e Oziel somente iria para o acampamento pela manhã.

Após Pablo terminar de arrumar a sua pequena mala fomos para carro, e partimos em direção ao acampamento que fica no município de Serrana, próximo ao assentamento Sepé Tiarajú. A menina era muito falante e gostava de conversar. Perguntou várias coisas relativas à terra, como por exemplo, qual a dimensão de 1 ha. Demos boas risadas ao longo do trajeto que durou aproximadamente 25 minutos.

A entrada do assentamento Sepé Tiarajú é de difícil localização. Na estrada de terra que dá acesso ao assentamento avistamos algumas pessoas que estavam acampadas na estrada. Não pertenciam ao MST, esperavam o dia seguinte para fazer visita em um presídio que fica bem próximo ao assentamento.

Entramos na área do assentamento, e logo em um dos caminhos de terra viramos para deixar o companheiro, e a companheira com sua filha. Ambas iriam encontrar um de seus familiares e voltariam de carro para Campinas. Chegamos à casa de um militante, onde fomos bem recepcionados. Havia oito (pessoas três mulheres e cinco homens) na casa do militante. Todos/as davam muitas risadas, e conversavam em voz alta. Uma churrasqueira

estava sendo acesa no momento em que chegamos, e foi colocada carne de porco para assar. Algumas cervejas estavam abertas em cima de uma mesa na varanda coberta sob o chão de terra batida. Estavam iniciando um jogo de truco que parecia que iria adentrar noite a fora. Dissemos ao dono da casa que tínhamos que ir ao acampamento. Ele nos convidou para voltar, e que:

- “É só trazer a cachaça, que a carne a gente tá assando aqui” (6).

Descemos os caminhos de terra e em poucos minutos já estávamos na área ocupada pelos/as integrantes do MST. No trajeto vi cinco crianças do assentamento Sepé Tiarajú brincando de correr, além de outras duas andando de bicicleta. A pouquíssima iluminação não se constituía em um impedimento para as crianças continuarem as brincadeiras. Avistei também, durante a nossa passagem, alguns jovens andando e conversando em pequenos grupos (7).

O acampamento Alexandra Kollontai é uma região adjacente ao Sepé Tiarajú, o que facilita as interações solidárias entre as duas áreas. O acampamento existe há um ano, fruto de uma ocupação no interior da jornada de lutas de abril de 2008. Inúmeros/as militantes que moram no assentamento prestam assistência às famílias acampadas. Passam o dia inteiro no acampamento, e somente à noite voltam para suas casas, ou às vezes, permanecem na área ocupada (8).

Ao chegar ao acampamento estava tocando músicas de Zé Ramalho, e muitas pessoas estavam conversando sentadas em cadeiras (9). Fomos cumprimentando as pessoas que estavam ali por perto. A satisfação era grande com a nossa presença naquele local. Dois mesas foram montadas para que as pessoas pudessem fazer refeições, conversar e, naquele momento, estavam sendo utilizadas para jogar truco (10). Havia um rádio que tocava música sertaneja em uma das mesas, mas a sintonia não era boa (11). O jogo de truco era um divertimento para os acampados, e uma das formas de passar o tempo. Já haviam realizado as tarefas diárias do acampamento (12).

Um gerador de energia possibilitava a luz naquele espaço. O frio começava a ficar mais intenso, e logo fui ao carro de Camilo colocar uma blusa. Na volta firmei uma parceria com Anton a fim de desafiarmos a dupla que vinha ganhando várias partidas seguidas. Tivemos êxito, e derrotamos a dupla que estava invicta há um bom tempo. Foram substituídos por outros dois desafiantes. Ao sair da mesa, brincamos com os companheiros que haviam perdido.

No espaço do “barracão” estava acontecendo uma sessão de filme. Os/As acampados/as e universitários/as assistiam a um filme alugado e trazido para o acampamento.

Após terminar o DVD, houve interessantes reflexões coletivas de cunho sócio-político entre aqueles/as que se encontravam no espaço (13). A presença feminina no momento era pequena. Estavam ali algumas universitárias e duas acampadas. Preferiam ficar no barracão assistindo o filme (14).

Os acampados foram dispersando, a motivação para o jogo de truco já não era a mesma. Fazia um bom tempo que estavam jogando, e deveriam estar cansados daquela atividade. Preferiam agora ficar conversando e contando piadas (15). A música ao fundo continuava a tocar, só que agora eram músicas de um CD do MST (16). Camilo, eu e Pablo resolvemos voltar à casa do assentado que nos convidara para seu churrasco.

Antes de ir para a casa dele nos lembramos do recado que havia dado e fomos comprar bebida para levar. Paramos em um bar dentro do assentamento. O estabelecimento foi montado no lote de uma família assentada. Lá estavam dois companheiros tomando pinga e cerveja, e conversando sobre a ocupação. Camilo pagou duas latinhas de cerveja e dividiu com Pablo. Eu comprei um refrigerante de dois litros que tomaria no bar e levaria para o churrasco (17). Os dois companheiros que estavam conversando no bar decidiram ir embora. Voltariam ao acampamento. Continuamos no bar conversando também, Pablo e Camilo resolveram fumar um “paieiro”. Roseli e Celso logo chegaram ao bar, estavam voltando do banho que tomaram na casa de um dos assentados. A presença de Roseli naquele momento era motivada por estarmos ali. Provavelmente se não estivéssemos no bar ela também não estaria. Com a chegada dos dois, Camilo pediu uma dose de pinga para tomarem enquanto continuávamos conversando (18). Na saída, compraram um litro de cachaça para levar ao churrasco na casa do companheiro que havia nos convidado.

Subimos em direção a casa onde estava acontecendo o churrasco. Chegamos e o jogo de truco ainda continuava. Fizemos parcerias para participar. Ficou decidido que os outros companheiros que chegaram também iriam participar dos próximos jogos. Enquanto isto, o anfitrião verificava se a carne já estava boa para consumirmos. Quando a carne ficou bem assada pudemos comê-la e continuar jogando. Os companheiros que não estavam jogando participavam dando palpites e zombando daqueles que estavam jogando. Ficamos ali umas duras horas e meia, até decidirmos voltar ao acampamento (19). Durante todo o tempo dos jogos de truco não houve nenhuma rodada com a participação feminina. Elas ficaram assistindo aos jogos e conversando. Uma das companheiras preferiu ficar deitada na rede enquanto o seu marido jogava truco, enquanto a outra lava utensílios domésticos (20). Despedimos dos companheiros/as e descemos para o Alexandra Kollontai.

Ao chegarmos novamente no acampamento, uma boa parte dos/as companheiros/as havia voltado para seus respectivos barracos, e a circulação era menor a esta hora. Fomos tomar um chá que uma das companheiras havia preparado. Aquela bebida foi boa naquele momento para que pudéssemos “espantar o frio” (21). O gerador de energia iria ser desligado em instantes. Mesmo sabendo disso fiquei conversando com dois companheiros e contando piadas. Rimos bastante, e naquele momento não estava com sono (22).

O frio estava cada vez mais intenso a medida que a madrugada adentrava. Por volta de 01h20min da manhã, fui até a guarita para ajudar na vigilância do acampamento. O caminho era escuro, mas logo cheguei onde estavam alguns/mas companheiros/as universitários/as e os militantes responsáveis pela guarda (23). Uma fogueira aquecia aqueles/as que estavam ali, e alguns/mas estavam até enrolados/as em cobertas para se aquecerem do frio. Ficamos conversando ao redor de uma fogueira e contando piadas (24). Um assentado do Sepé Tiarajú veio nos avisar que havia um companheiro falando “palavrões” próximo à área do barracão. Um dos coordenadores do acampamento ficou preocupado com as famílias terem que escutar estas ofensas e saiu para conversar com o companheiro que havia se excedido no álcool. Dentro de um acampamento estas atitudes são recriminadas, pois é um espaço de convivência de diversas famílias (25d).

Alguns militantes narraram alguns fatos curiosos de quando encontraram com os “jagunços” da usina. Qualquer barulho de carro era escutado com maior atenção. Caso os guardas da usina tentassem realizar alguma ação contra as pessoas que se encontravam dentro do acampamento, teríamos que rapidamente acender rojões que estavam dentro de um barraco de lona na guarita, e assim, acordar a todos/as (26).

Já se aproximava das 03h00min da manhã, algumas pessoas dormiam na guarita, outras continuavam acordadas conversando, esperando a hora passar. Fui dormir, pois teria que levantar cedo para mais uma reunião com os pólos universitários. Despedi dos/as companheiros/as e fui dormir no carro do Camilo que ainda permaneceu na guarda.

03/05/2009 (domingo)
Robson Amaral da Silva
08:15 - 20:40
Diário de Campo VIII

“O dia no Alexandra Kollontai”

Havia dormido de madrugada, e acordei as 08h15min da manhã para uma reunião que estava marcada com os pólos universitários. O dia seria de muita discussão relativa às lutas do MST, das ações dos/as universitários/as nas áreas do Movimento, de tarefas a serem realizadas, enfim, inúmeros encaminhamentos. O sol já brilhava, a grama estava molhada de orvalho, pois na noite anterior havia feito muito frio.

Estava tomando café, sentado em uma cadeira, de onde pude perceber a movimentação no acampamento. Enquanto, algumas poucas pessoas dormiam, muitas famílias já trabalhavam a todo o vapor. Homens e mulheres carregando bambu, lonas pretas, ferramentas, a fim de construir os seus barracos. O dia da semana (domingo) não importava, não havia dia pré-estabelecido para tal finalidade. Apesar da possibilidade de um oficial de justiça, acompanhado da polícia, chegar ao acampamento para cumprir a reintegração de posse não desanimava as famílias em construir seus barracos. Porém, sabíamos que o processo de reintegração não ocorreria neste dia, uma vez que, estas ações judiciais não são cumpridas aos finais de semana. Aqueles/as que já haviam construído os seus dormitórios auxiliavam as demais famílias, que por algum motivo ou outro, não haviam feitos os seus barracos (1).

Alguns companheiros tomavam café fumando um “paieiro”, enquanto outros queriam tomar cachaça. A esta hora da manhã parecia improvável que isto acontecesse, entretanto, o horário não era um bom parâmetro para aqueles que estavam afoitos pela bebida (2d). Enquanto terminava meu café observei a estrutura de um barraco sendo carregada por quatro homens. Situação fora do comum, e que chamara a minha atenção e a de outros militantes que acompanhavam aquela cena. Convencionalmente, as estruturas são feitas no próprio local onde a família vai ficar, porém desta vez, isso não havia ocorrido (3).

Oziel chegara neste momento, e aos poucos os/as universitários que participariam da reunião foram se aglutinando no barracão ao centro do acampamento. Resolvemos sentar próximo a uma “rua de cana”, um pouco afastado do barracão, a fim de evitar o barulho da movimentação. O sol estava forte, mas mesmo assim iniciamos o diálogo. O grupo estava disposto em roda, e Oziel nos indicou os pontos de pauta que discutiríamos

nesta reunião. A ideia era realizar o diálogo acerca de todos os pontos na parte da manhã, e se necessário, adentraríamos no período da tarde também. No entanto, não deveríamos estender muito a reunião, afinal hoje era dia da decisão do Campeonato Paulista. O jogo entre Corinthians e Santos teria um bom público no acampamento e, deveria estar previsto na agenda do dia (4).

Ficou combinado que a abertura dos pontos de pauta seria feita por Oziel, mas que alguns/mas universitários/as “tocariam” a discussão. Dialogamos sobre o “V Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras”, o reflorestamento do assentamento Mário Lago, o curso de Agroecologia, a confecção do caderno “Lutadores e Lutadoras do Povo”, atuação dos/as universitários/as de Piracicaba/SP na regional de Ribeirão Preto/SP e as atividades dos/as universitários/as nas áreas do MST (5).

Cada um dos pontos que foram destacados merecia atenção especial do grupo e do MST, pois traçava as ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. O reflorestamento do Mário Lago, por exemplo, que era uma das exigências presentes no TAC deveria ser desenvolvido com a ajuda dos/as universitários/as colaborativamente com os/as assentadas/as. É necessário que os/as moradores/as do assentamento discutam essa exigência, e a importância da conservação ambiental da área (6).

A quinta edição do Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras era uma das preocupações do MST. Por isso, havia a necessidade de reafirmação do compromisso com os/as universitários/as contribuindo na organização e divulgação do mesmo. Além das apresentações, haveriam 13 oficinas preparativas para o Encontro e que seriam destinadas aos/as militantes do MST. Os cartazes para divulgação estavam no carro da Heleny, e deveríamos pegá-los assim que fôssemos voltar para São Carlos. Os/As educandos/as dos cursos de Agroecologia do Pontal do Paranapanema e de Ribeirão Preto estarão na articulação do espaço, ajudando na construção (7).

O sol continuava a nos incomodar, sendo assim, resolvemos mudar de lugar. Fomos para o fundo do barracão onde havia uma sombra. Continuamos as discussões, e as demandas foram debatidas sem a preocupação de fechar rapidamente um ponto de pauta. O acampamento continuava movimentado, com as famílias imbuídas na construção de seus barracos de lona. A esta hora não havia mais ninguém dormindo, e como havia um grande fluxo de pessoas, a guarda possuía um número pequeno de militantes.

À medida que se aproximava do meio-dia o sol ficava ainda mais intenso. A mudança de posição do sol fez com que entrássemos no barracão, onde a princípio, estaríamos protegidos do sol. O caderno de “Lutadores e Lutadoras do Povo” era um material que não

havia evoluído no que tange a sua confecção. Através de mensagens eletrônicas, os lutadores e lutadoras do povo que deveriam ser homenageados/as no material, foram divididos entre os pólos universitários. Uma breve história do/a lutador/a, suas contribuições e a fonte das informações eram necessárias. O MST tentaria o apoio financeiro para impressão do material (8).

Neste instante, um dos militantes que estava bêbado e se encontrava no barracão, começou a dizer:

- “Eu tenho uma coisa pra falar!”

- “Gostaria de agradecer vocês por estarem ajudando a gente aqui. Vocês saíram de suas casas e vieram ficar com a gente”.

Oziel interrompeu o companheiro neste instante:

- “A gente quer terminar a reunião. Depois você fala com eles”.

O companheiro continuou:

- “Eu só queria agradecer vocês!”

Oziel diz:

- “Eu sei, eu sei, mas deixa a gente terminar a reunião”.

- “Tranquilo”, respondeu o companheiro (9d).

Dessa forma, pudemos dar prosseguimento ao encontro. Oziel nos anunciou que entre os dias 10 e 13 de maio, aconteceria o Encontro Estadual da Militância do MST e que era preciso um coletivo para supervisionar as atividades do curso de Agroecologia, pois alguns coordenadores da regional de Ribeirão Preto ligados diretamente ao curso de Agroecologia estariam no encontro. Neste ponto, foram apresentados os eixos temáticos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dentro dos quais os/as educandos/as deveriam escrever suas produções. As orientações aos TCC's também foram discutidas e delineadas algumas ações (10).

Eram 13h46min quando a reunião terminou. O almoço já estava pronto e também já havíamos discutido todos os pontos de pauta. Alguns/mas trabalhadores/as já estavam almoçando, quando fui lavar um prato, um garfo e uma caneca para poder me servir. A água ficava em um tonel, e dentro dele uma outra caneca. Lavei as minhas mãos primeiro, logo depois, joguei água no prato e o esfreguei. Por último, joguei outra caneca de água por cima do prato. Deixei a caneca de lavar os pratos dentro do tonel.

Fui em direção à cozinha, e uma das cozinheiras me serviu. Naquele dia havia arroz, feijão, frango cozido, quiabo e suco de limão. Sentei uma cadeira próxima a uma mesa improvisada. Aquela refeição estava muito boa, principalmente pelo horário, já que tinha

tomado café bem cedo. Não precisaríamos discutir mais nenhum ponto de pauta no período da tarde. Ao terminar de comer, lavei os utensílios que utilizei e fui para dentro do barracão.

Deitei em um dos colchões para tirar um cochilo, até o horário do jogo. Algumas universitárias de Piracicaba estavam indo embora, e vieram me cumprimentar. Neste instante, percebi que não conseguiria dormir. Um vento forte começou a soprar. O sol que brilhava intensamente foi dando lugar a um céu escuro, logo o tempo estava fechado. Algumas cadeiras que estavam fora do barracão foram colocadas para dentro. Começou a chover forte, e a nossa preocupação era levar para o centro do barracão os colchões nos quais as pessoas dormiam. A água da chuva começava a entrar pelas laterais do barracão, se molhassem os colchões não teriam como serem utilizados para dormir.

Apesar da chuva, alguns militantes e universitários/as pegaram um pandeiro, chocalho, timba e começaram a tocar. Inicialmente foram tocadas algumas músicas de samba, mas logo, o estilo musical mudou. Peguei o pandeiro, e começamos a cantar e tocar algumas músicas do MST. Todos/as estavam muito alegres e fazíamos uma pequena festa no barracão (11).

Um carro entra no barracão naquele instante. Trazia a televisão da casa de um assentado do Sepé Tiarajú. Assistiríamos a final do Campeonato Paulista naquele aparelho, e os preparativos estavam sendo iniciados. A chuva havia dado uma trégua, e a montagem do equipamento foi feita. O gerador foi ligado para que a televisão funcionasse (12). Pablo estava usando uma camisa do Corinthians, Camilo, eu e Anton, corinthianos, estávamos apreensivos. Queríamos comemorar o título do Corinthians no acampamento.

Os/As educandos/as do curso de Agroecologia e Heleny chegaram de Van. Eles vieram até o acampamento para ajudar no corte de “ruas de cana”. A área de cana derrubada seria utilizada para o plantio de alimentos. Como o número de educandos/as era grande, o serviço terminaria rápido. Alguns acampados trouxeram vários facões para o local. O jogo começou ao mesmo tempo que o corte de cana (13).

Assisti uma parte do primeiro tempo do jogo, mas logo saí para ajudar os/as educandos/as. O trabalho não era tão simples, apesar do número de pessoas realizando esta tarefa. Além disso, a quantidade de facões era inferior ao número de educandos/as, o que exigia o revezamento durante o corte. Aquele momento era importante para os/as estudantes e para os/as acampados/as, a ação desses jovens era um espaço de formação humana, tão relevante quanto às tarefas e questões técnicas do curso de Agroecologia. (14).

Ao terminar o primeiro tempo, os/as companheiras que estavam no barracão saíram para observar o trabalho dos/as educandos/as e de alguns/mas universitários/as.

Outros/as vieram nos ajudar na tarefa (15). Antes de iniciar o segundo tempo da partida, o trabalho havia sido concluído. Os/As jovens aproveitaram, então, para descansar da tarefa que haviam acabado de cumprir, e também pegaram algumas canas cortadas para poderem chupar. Aproveitei o momento e fiz a mesma coisa. Peguei um facão e cortei um pedaço de cana para poder chupar. Estava bem doce.

Voltei ao barracão para assistir o jogo. O Corinthians estava conquistando o título Paulista. Percebia no semblante de Anton, Camilo e Pablo, uma certa satisfação com o resultado. Oziel e Heleny saíram para conversar com um grupo de universitárias. Já estava escurecendo no acampamento, e aquela movimentação do período da manhã, não era mais a mesma. O jogo terminou e uma festa foi feita.

Anton pegou o pandeiro dentro do barracão, e saiu gritando:

- “É campeão!”.

Estávamos no embalo, e formamos um coro cantando do hino do Corinthians. Aproveitamos o momento para brincar com os torcedores dos outros times, pois naquele momento comandávamos a festa. Ficamos felizes com a conquista do nosso time. O som foi ligado e a luz provida do gerador também. As pessoas começaram a se aglomerar no acampamento, e parecia que faziam uma pequena festa. Os/as educando/as também participavam daquela pequena confraternização, e vários grupos de conversa foram se formando. Já podia observar a circulação, nas mãos de alguns acampados, de algumas garrafas de pinga utilizadas para comemorar a ocasião (16).

A nossa volta para São Carlos estava próxima. Pegamos os cartazes do Encontro de Violeiros e Violeiras no carro da Heleny e dividimos entre os/as integrantes do GEQA. A divulgação do Encontro seria feita em São Carlos juntamente com uma apresentação de violeiros/as em uma área de convivência na Universidade de São Paulo (USP), campus São Carlos. Após guardarmos os cartazes, começamos a nos despedir dos/as acampados (17).

Fomos caminhando para o carro do Camilo. Organizamos as malas que havíamos trazido e seguimos viagem para São Carlos. Na volta tivemos que abastecer o carro, porém deixamos para fazer isto em Bonfim Paulista. Ao chegar na pequena cidade, não havia nenhum posto aberto. Camilo ficou bravo, mas, infelizmente, tivemos que voltar para Ribeirão Preto, o que atrasou a nossa viagem. Abastecemos em um posto no centro da cidade, e lá Roseli comprou duas latinhas de cerveja. Camilo por estar dirigindo e eu por não tomar bebidas alcoólicas não participamos dessa pequena confraternização. Queria chegar em casa, estava com fome e um pouco cansado.

Ao chegar em São Carlos, Celso, Roseli, Camilo e Helenira queriam sair para comer um lanche em alguma lanchonete da cidade. Achei a idéia interessante, porém, não iria, pois minha mãe estava me esperando em casa, provavelmente com o jantar pronto.

18/07/2009 (sábado)
Robson Amaral da Silva
08:00 - 23:47
Diário de Campo IX

“Andando pela região”

No dia anterior (17/07), fui a uma lanchonete com o Tito e o pessoal do Jacaré Ki-Pira participar de uma confraternização de encerramento do acampamento que a empresa realizou. Havia combinado com Tito que iria de carona com ele e a Célia para Ribeirão Preto. Perguntei se havia problema dar carona para o Celso que iria para o Alexandra Kollontai desenvolver uma atividade do projeto Leitura de Barraco. Tito respondeu que não tinha problema e que passaria na minha casa entre 10 e 11 horas da manhã. Fechei os detalhes de nossa ida à Ribeirão Preto com o Celso, e disse que o esperava em minha casa.

Por volta das 09h30min, Celso chegou em casa e o chamei para entrar. Minha mãe que também já estava acordada o recepcionou, dizendo para ele ficar à vontade. Perguntei para Celso se ele aceitava tomar café que ela havia acabado de coar. Ele respondeu que sim, e minha mãe o serviu. Enquanto esperávamos o Tito chegar ficamos dialogando um pouco sobre a universidade. Celso estava preocupado em sair tarde de São Carlos, pois precisava desenvolver a atividade com os/as acampados/as do Alexandra Kollontai. Segundo ele, um dos companheiros que coordena o Setor de Educação poderia achar que ele não iria. Além disso, antes de ir ao acampamento Celso precisava passar pelo Centro de Formação para trocar os livros do projeto.

Resolvemos sair e ir a um orelhão ligar para um dos responsáveis pelo Setor de Educação, tranquilizando-o em relação ao pequeno atraso que ocorreria (1). A carona para Celso seria providencial no sentido de economizar dinheiro e poder voltar mais vezes durante o mês. Ele me falou que no fim do mês a situação financeira dele fica muito difícil. As 11h00min, Tito chegou de carro, e prontamente saímos com destino à Ribeirão Preto.

Durante o trajeto dialogamos sobre a conjuntura político-econômica de nosso país e temas como o escândalo no senado brasileiro, a exploração dos/as trabalhadores/as, a necessidade de construção de uma nova sociedade, as falsas necessidades criadas pelo sistema capitalista, o mandato de Maluf a frente da Prefeitura Municipal de São Paulo e o super faturamento de obras públicas, permearam o nosso cordial debate.

Em Bonfim Paulista dissemos para Tito que se ele nos deixasse na rodoviária estaria ótimo. Tito respondeu:

- “Não! Vou deixar vocês lá no Centro de Formação”.

Seguimos percorrendo o caminho para o Sítio do Pau D’Alho, e perguntei ao Tito onde ele morava em Ribeirão Preto. Ele disse que ao passarmos perto falaria onde era. A sua casa ficava próxima a USP *campus* Ribeirão Preto, e nos mostrou a entrada que deveríamos seguir, caso um dia resolvêssemos fazer uma visita a ele e seus pais. Mostramos a entrada correta para chegar ao Centro de Formação.

Ao chegarmos no Centro de Formação, Tito desceu do carro para tirar as nossas malas e ficou encantado com a grande árvore que existe em uma área próxima a oficina. Convidamos Tito e Célia para conhecer melhor o espaço, mas Tito nos disse que precisava ir embora, haja vista que seus pais lhes esperavam para almoçar. Agradecemos a carona dada por ele e fomos em direção à secretaria do Centro de Formação.

José nos recebeu naquele momento, e perguntamos como estavam as coisas por lá. Em seguida Anton chega e também nos cumprimenta. Ambos dizem que as coisas estavam caminhando. José, Anton e eu gostamos muito de futebol, e foi inevitável não tocar no assunto para conversarmos um pouco. Como se não bastasse, começamos a gozar da cara de José (palmeirense), uma vez que o Corinthians até aquele momento já havia conquistado dois títulos (Campeonato Paulista e Copa do Brasil), enquanto o Palmeiras brigava para disputar a Taça Libertadores da América. Sempre que conversamos sobre futebol as brincadeiras são feitas com muito respeito um pelo outro (2).

Diante da descontração que havia entre nós naquele momento, uma notícia ruim nos foi dada. Anton perguntou se sabíamos o que havia se passado com um militante de Itapeva e que morava no Centro de Formação. Dissemos que não sabíamos de nada, e perguntamos o que ocorrera. Anton, com um semblante abatido por ter que dar aquela notícia, disse que ele havia sofrido duas paradas cardíacas, e que seu estado de saúde era grave. Anton comentara que ultimamente o companheiro estava meio abatido, não se alimentava direito, bebia e fumava muito todos os dias. Viajava constantemente pelo estado de São Paulo para realizar encontros com as lideranças do Movimento (3d).

A notícia me abalou profundamente, e pelo que contou Anton, todos/as do MST da região de Ribeirão Preto e os/as parentes do militante estavam tristes. Os dois irmãos, a irmã e a mãe do companheiro estavam na cidade, acompanhando o caso de perto. Recebiam o apoio do Movimento para os deslocamentos até o hospital, na estadia em Ribeirão Preto, e a solidariedade daqueles/as que gostavam do companheiro (4).

Os militantes nos convidaram para almoçar, e apesar de todo a nossa tristeza com aquela notícia, enquanto estávamos comendo, começamos a conversar sobre o torneio de

futebol que pretendíamos organizar (5). Minha ida à Ribeirão Preto/SP nesse fim de semana tinha como motivação principal, a organização, com alguns militantes, dos jogos. Os indicativos de datas seriam os dias 1 e 2 de agosto, depois da festa do Mário Lago e antes da Marcha Estadual. Falamos das possibilidades de organização, quantidade de times, formas de disputas, número de jogadores/as por equipe e premiação. Não sistematizamos nada durante este diálogo inicial. O objetivo central a ser atingido com a realização do torneio seria aproximar as áreas, o acampamento Alexandra Kollontai com os assentamentos Mário Lago e Sepé Tiarajú. O Centro de Formação também teria sua equipe para a disputa do torneio, assim como as equipes universitárias que atuam colaborativamente com o MST. Seria um espaço propício para a aproximação dos/as militantes dessas áreas (6). Durante o almoço, chegou um rapaz meio alto, aparentava ser novo, para comer também. Sem perguntar nada, Anton me disse o nome dele. Ele era estadunidense, e havia vindo conhecer um pouco sobre o MST e passar alguns dias no Centro de Formação.

Logo após o almoço, Celso foi trocar os livros do caixote para levar ao acampamento. Hélder daria carona para Celso, mas este deveria ser rápido no processo de troca dos livros. Dessa forma, fui auxiliar o companheiro Ihe propondo que, enquanto ele buscava nas prateleiras da biblioteca os livros que gostaria de colocar no caixote, eu anotaria os nomes dos livros (7). O preenchimento de uma lista com os nomes dos livros era essencial para manter o controle do material da biblioteca. A saída de livros, revistas, jornais deveria ser registrada. Enquanto realizávamos esta tarefa, Anton estava acessando a internet buscando notícias em sites de esporte e conversando no MSN (8).

Hélder avisara Celso que antes de seguir para o Alexandra Kollontai, onde deixaria algumas cestas básicas ganhadas através de doações, passaria no Mário Lago para deixar o Pablo (9). Ele seria responsável por conduzir dois rapazes de São Paulo que estavam fazendo uma reportagem sobre o Setor de Educação do Mário Lago, e gostaria de conhecer a horta de uma das assentadas.

Saímos de caminhonete para deixar o Pablo no Mário Lago. José, Anton e eu fomos ao acampamento para conversar com um companheiro que seria responsável por montar a equipe da área. Ao chegarmos ao Mário Lago descemos em um dos primeiros barracos da entrada principal do assentamento, local onde estavam os rapazes da reportagem. Fomos apresentados a eles, e começamos a conversar com uma assentada que era a dona daquele barraco. Ela estava feliz por nos rever novamente, e prontamente convidou para que pudséssemos tomar o café que ela tinha acabado de fazer. No barraco ao lado, havia pipoca, e fomos lá comer. A trabalhadora dona do barraco era muito simpática e nos acolheu muito

bem. Quando indagada por Anton onde estava o marido dela, disse que ele havia saído para trabalhar e que voltaria mais tarde. A companheira lavava os utensílios domésticos, enquanto tomávamos café, comíamos pipoca e conversávamos com ela. Algumas de suas amigas também se encontravam presentes naquele momento. Passados poucos instantes, um dos rapazes responsáveis pela reportagem foi pegar o equipamento que utilizariam (10). A todo o momento passavam caminhonetes pelas pequenas ruas de terra do assentamento. Alguns/mas trabalhadores/as cuidavam de suas plantações, mas observava muitas pessoas conversando.

De posse do equipamento, os rapazes dialogaram com Pablo sobre como iriam fazer para chegar até o local desejado. Eles pensaram que haveria alguém do MST de carro para os conduzirem aos espaços estipulados. Outra questão que surgiu foi se eles dormiriam no assentamento, ou voltariam para São Paulo ainda hoje. O lugar para eles dormirem não estava certo ainda, mas a dona do barraco onde tomamos café disse:

- “Não tem problema! Se não tiver lugar para vocês dormirem a gente pega uns colchões que tem aí, joga no chão e dorme todo mundo amontoado. Vocês não vão ficar sem lugar para dormir” (11).

Após esta fala da assentada, os dois repórteres saíram acompanhados pelo Pablo. Continuamos a nossa pequena viagem até o acampamento para levar os alimentos doados. Hélder havia recebido uma ligação perguntando onde ele estava. Provavelmente queriam saber sobre a entrega dos alimentos que seriam estocados (12).

Seguimos pela Rodovia Abrão Assed aproximadamente por vinte minutos até chegar ao acampamento que estava à beira da pista. Um local bem mais visível do que o anterior a reintegração de posse. Ao avistar a caminhonete, um dos companheiros responsáveis pela guarda naquele período do dia, veio tirar a corda para que o veículo entrasse no acampamento. Na nossa chegada fomos recepcionados por alguns companheiros que nos esperavam. Eu conhecia a maioria, mas havia algumas exceções. Uma criança que aparentava ter lá seus quatro anos, também veio ao nosso encontro, quando lhe pedi um abraço. Ela me recepcionou de braços aberto. Perguntei o nome dela, e carinhosamente obtive uma resposta. Uma delas usava o boné vermelho com o símbolo do MST. Brincava com o irmão (um pouco) mais velho, haja vista que o número de crianças no acampamento é bem pequeno (13).

Os alimentos foram sendo descarregados. Ao pegar um fardo de arroz um dos companheiros me perguntou:

- “Você vai carregar?”.

Certamente por saber que sou universitário pensou que não os ajudaria naquele serviço.

Disse a ele:

- “Pode deixar, vou ajudar vocês”.

Continuei na empreitada de levar os alimentos para um quartinho que já continha alguns mantimentos (14).

O número de famílias no acampamento me parece ter diminuído. Os processos de reintegração de posse abalam a estrutura psicológica de acampados/as, fazendo com que muitos/as desistam da luta, por acharem aquele momento constrangedor, e não desejarem passar novamente por ele. Em muitos casos, dependendo da negociação feita entre as lideranças do MST e a polícia, os/as trabalhadores/as são obrigados a fornecer o nome e número do RG, o que pode causar prejuízos judiciais. Além disso, pode haver a possibilidade de prisão de alguém (15).

Após descarregar todas as cestas doadas fomos conversar com o representante da equipe do acampamento. Explicamos a ele nossa intenção com o torneio. Ele afirmou que estava tudo bem, que montariam um time para disputar o torneio nas datas previstas, e também, ficaria encarregado de entrar em contato com o pessoal do Sepé Tiarajú. Dissemos que o torneio provavelmente seria no campo do Sepé, e ele nos alertou para a falta de traves, rede e demarcação do campo. Notei que os acampados que acompanharam a nossa conversa ficaram entusiasmados com a possibilidade de disputarem o torneio (16).

Depois do diálogo com os acampados, Celso me pediu ajuda em uma tarefa. Queria conferir os livros que estavam sendo devolvidos na troca de caixotes. Começamos a fazer isto no próprio acampamento, entretanto, Hélder tinha que voltar ao Centro de Formação. Disse à Celso que se ele quisesse eu poderia conferir os livros assim que chegasse ao Sítio do Pau D’Alho. Ele me respondeu que se eu pudesse fazer isto, ele ficaria muito agradecido. Coloquei o caixote com os livros dentro da caminhonete para voltarmos (17).

Na volta, passamos pelo bairro Aeroporto para que Anton pudesse comprar cigarros. Ao chegar ao Centro de Formação fui conferir os livros que estavam no caixote vindo do Alexandra Kollontai. Os nomes dos livros e/ou materiais que não estavam anotados foram adicionados, e aqueles que não vieram, deixaram de ser riscados (18). Foi uma tarefa um pouco demorada.

Depois de terminada a conferencia do material aproveitei que o computador da biblioteca não estava sendo utilizado por ninguém, e fui navegar na internet (19). Anton me trouxe um filme chamado “Venon” para assistir. Disse que era muito bom e que eu certamente gostaria. Assisti boa parte do filme, mas estava com fome e resolvi ir jantar (20).

Subi até a cozinha onde Anton estava fritando batatas. Começamos a comer, e conversar sobre filmes. Anton me contou que certa vez, ele e Pablo, assistiram seis filmes seguidos no quarto (21). Ele relatou que Ruy, sob o efeito da cachaça, nem se incomodava com o barulho da televisão. Dormia profundamente.

Na volta do jantar encontramos José e Hélder se deslocando em direção a cozinha. Hélder havia acabado de chegar do Mário Lago. Voltara para buscar os dois repórteres que quiseram ir embora ainda hoje. Ele relata que um dos rapazes estava se sentindo sujo depois de um dia no assentamento. Hélder disse que respondeu:

- “Você tá até limpo. Não sabe o que é ficar até treze dias com a roupa suja e sem tomar banho”.

E conclui:

- “O que eles queriam era alguém para levar eles para cima e para baixo de carro”.

Terminada essa conversa fui para o quarto de hóspedes pegar a minha roupa para tomar banho e dormir. Eram 23h47min, o sono começava chegar e não queria dormir muito tarde.

19/07/2009 (domingo)
Robson Amaral da Silva
08:47 - 23:40
Diário de Campo X

“Solidariedade à família do companheiro hospitalizado”

Acordei às 08h47min e coloquei uma bermuda. Havia dormido de calça, mas o dia parecia estar quente pelo que pude perceber pela janela. Peguei minha escova de dente, coloquei um pouco de pasta, e claro, não podia esquecer da toalha para enxugar o rosto. Voltei ao quarto de hóspedes para deixar meus objetos de uso pessoal. Logo em seguida fui à cozinha tomar café da manhã. Era domingo, e o Centro de Formação estava praticamente vazio.

O café estava quente e havia bolachas de maisena para comer. Naquele instante encontrei com a mãe e a irmã do companheiro que havia sido internado no hospital. Desejei um bom dia a elas, e percebi que estavam deixando a cozinha para retornar ao hospital. Ao terminar de tomar o café da manhã, lavei a caneca e fui à biblioteca do Centro de Formação. Chegando lá, liguei o computador para acessar a internet. Precisava verificar se havia saído alguma publicação em revista científica, ler os meus e-mail e enviar outros, além de pesquisar algumas notícias em páginas esportivas e do MST (1). Fiquei no local um bom tempo, haja vista que a “internet estava lenta”, o que dificultava o acesso a determinadas páginas. Como já estava na biblioteca, resolvi pegar um livro para ler (2).

O livro que havia escolhido para leitura eu já o tinha em casa. Nunca havia tido oportunidade de lê-lo inteiro. Dessa forma, aproveitando a tranquilidade do Centro de Formação neste domingo, iniciei a leitura. Chamado “Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil”, a obra retrata a formação do MST no contexto das lutas históricas pela terra em nosso país. É um livro do tipo entrevista, no qual um professor da UNESP *campus* Presidente Prudente realiza um diálogo com João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST. Na minha avaliação este livro é muito interessante, e por isto me dediquei na leitura do mesmo. Em uma das etapas, não me recordo a qual, os/as educandos/as do curso de Agroecologia fizeram um seminário sobre este livro.

Ao terminar uma parte da leitura descii para o quarto onde Anton e José costumam ficar. O horário do almoço já estava próximo, e ao passar pelo corredor do quarto de hóspedes, alguns/mas companheiros/as conversavam sobre a produção agroecológica em

um assentamento. Pelo que conheço dos/as companheiros/as, acredito que estavam dialogando a respeito das experiências produtivas em Itapeva (3).

No caminho até o quarto, encontrei Ruy, um integrante idoso e morador do Centro de Formação, ao vê-lo perguntei:

- “E aí, é você que está cuidando dos porcos?”

Ruy, abrindo um sorriso e apertando forte a minha mão, respondeu:

- “Não! É o Anton”.

A pergunta naquele momento havia sido em tom de gozação. Lembro-me de um dia em que estávamos em grupo reunidos/as assistindo um jogo de futebol, no mesmo quarto para onde eu estava me dirigindo naquele momento. Ruy era responsável por cuidar dos porcos no Centro de Formação. No intervalo do jogo, ele desceu para dar comida aos animais. Na ocasião, quando voltou da tarefa que lhe fora passada, ele disse:

-“Nunca mais dou comida para esses porcos!”.

No mesmo instante, todos/as olhando para o seu rosto, e percebendo a sua expressão de espanto, começaram a rir.

- “O bicho arregalou os olhos e ficou olhando para mim. Parecia que ia me comer!”.

Ruy havia ficado com medo de dar comida aos porcos, e não quis mais alimentar os animais. Este havia sido um fato curioso e que demos muitas gargalhadas ao imaginar a situação. Continuando o diálogo com Ruy, perguntei se estava tudo bem com ele. Houve uma resposta positiva de sua parte.

Quando cheguei ao quarto, Anton e José se encontravam deitados. Cumprimentei-os e sentei em uma das camas que estava vazia. Estavam assistindo a um programa de esporte que passa aos domingos pela manhã (4). Dentro de pouco tempo, eles me convidaram para podermos almoçar, diziam que estavam com fome. Não estava com tanta fome naquele momento, entretanto, resolvi aceitar o convite.

Fomos andando e conversando ao longo do caminho, e encontramos o rapaz estadunidense. Fizemos o convite à ele, que por sua vez, prontamente aceitou. Ao chegar no refeitório, tivemos que esquentar a comida. Em poucos instantes a comida estava quente, e logo começamos a comer. Conversávamos sobre o companheiro que estava internado no hospital, e o quanto as pessoas gostavam dele (5). O estado de saúde dele não era nada animador, mas mesmo assim, continuávamos na esperança de que tudo se resolveria, ainda que de maneira lenta. Os/As familiares que deixaram casa e produção para acompanhar de perto o tratamento, demonstrava um gesto de dedicação e amor em relação ao companheiro.

Terminado o almoço, lavamos os pratos e talheres e fomos em direção à biblioteca. Aproveitei para entrar no quarto de hóspedes e pegar a minha escova e a pasta de dente. Ao voltar do banheiro, decidi que iria ler um pouco do livro que havia iniciado pela manhã (6). Queria que o tempo passasse um pouco depressa, até as 16h00min, quando haveria jogo do Campeonato Brasileiro para ser transmitido. A equipe que jogaria não era a mesma que torço, mas para quem gosta muito de futebol, isso não importa.

Concentrei na leitura do livro, e em pouco tempo, comecei a ficar com sono. Resolvi dormir um pouco, para acordar na hora do jogo. Faltava 1h30min para o início da partida, era tempo suficiente para descansar um pouco. O Centro de Formação estava praticamente vazio, e não havia nenhuma tarefa a ser cumprida.

Ao acordar passei pela biblioteca para ver se alguém estava lá, e pude escutar o rapaz estadunidense, na sala de computadores do Centro de Formação, conversando em inglês com alguma pessoa. Era através de algum programa de computador que, ao ser conectado na internet, permitia esse tipo de interação. Desci para o quarto antes de iniciar a partida. Faltavam vinte minutos.

Chegando ao quarto, Anton, José e Ruy estavam atentos para acompanhar a partida pela televisão. Hélder que havia saído pela manhã do Centro de Formação, agora chegara e estava sentado para assistir o jogo. Sentei em uma cadeira que fica no corredor da secretaria do curso de Agroecologia e, fiquei esperando o início do jogo (7). O rapaz que estava conversando na internet chegou vestido a camisa do São Paulo Futebol Clube. Para mim foi uma surpresa, e um motivo para que brincássemos com a situação da equipe dele no campeonato. No quarto, ele era minoria, pois haviam três corintianos e dois palmeirenses. Ruy levantava somente para fumar o seu “paieiro”. Acompanhamos o jogo em silêncio, e ao término da partida, nos levantamos e saímos do quarto (8).

Anton me chamou para ir ao Mário Lago buscar o Pablo, José também iria. Entramos no carro e saímos para ir buscar o companheiro que havia ficado lá no assentamento desde ontem. O carro estava em alta velocidade, Hélder conhecia bem o caminho, mas teve que reduzir bem a velocidade do carro, pois havia uma viatura da polícia e um carro de resgate, alguns metros à frente. Pelo que percebemos havia ocorrido um acidente, mas não passamos perto. A entrada que teríamos seguir era antes do local onde ocorreu a batida. Estávamos no bairro Ribeirão Verde, próximo ao assentamento e Hélder começou a cumprimentar algumas pessoas conhecidas.

Entramos no assentamento, e começamos a percorrer as pequenas ruas de terra. Estava muito escuro, e dava para enxergar somente os barracos com suas luzes. Iluminação

que vinha dos geradores que os/as assentados/as possuíam. O processo de instalação de redes de iluminação e de saneamento básico está demorado. Algumas casas estão sendo construídas, pois houve a liberação de crédito para a edificação das mesmas. Confesso que se não estivesse com os companheiros, dificilmente chegaria à casa do Pablo sem necessitar de ajuda.

Logo que chegamos, uma menina veio cumprimentar Anton. Era a irmã do Pablo. Como estava no banco de trás do carro fui o último a sair. Anton me apresentou à ela, e disse que eu era do GEQA de São Carlos. Fomos entrando no barraco do Pablo, e o barulho do gerador em funcionamento indicava que a energia que mantinha a luz funcionando era gerada por esse equipamento, e também permitia que as pessoas que se encontravam ali, pudessem assistir televisão (9). Fui apresentado à outra irmã do companheiro, que naquele momento estava fritando mandioca. O namorado dela estava deitado assistindo televisão. A outra irmã que havia me cumprimentado logo que chegamos, estava conversando com um rapaz que estava de bicicleta no lote em frente ao barraco onde ela morava (10). Pablo pegou a bolsa com suas roupas que havia trazido do Centro Formação, e entramos no carro.

Na saída, Hélder falou para a irmã de Pablo:

-“Entra logo para casa”.

E completou:

- “Isso não é hora de menina estar fora de casa”.

Naquela situação saímos rindo, mas havia sido somente uma brincadeira com a irmã do Pablo que estava “paquerando” em frente ao seu lote (11). Seguimos percorrendo de carro o assentamento Mário Lago. Anton havia pedido à Hélder que parasse no barraco de duas educandas do curso de Agroecologia. Elas queriam, no dia seguinte (segunda-feira), ir ao Centro de Formação iniciar alguns experimentos agroecológicos. Entretanto, Anton não poderia autorizar que elas iniciassem esse trabalho. O Oziel, que estava viajando para fazer um curso pelo MST, era a pessoa que poderia autorizar. Preocupado que elas aparecessem no Centro de Formação, ou seja, em não perder viagem, Anton aproveitou que estávamos no assentamento para avisá-las. Na ocasião, também brincamos com ele, pois ficaríamos no carro esperando que ele fosse paquerar. Em poucos minutos Anton voltou, e fomos em direção à saída do assentamento.

No trajeto de volta, pudemos ver o acidente que havia ocorrido. Um dos carros estava bem amassado, mas nos pareceu, no momento, de que o acidente não havia nenhuma vítima fatal.

Chegando ao Centro de Formação fomos jantar. Cada um de nós foi realizar uma tarefa para adiantar o jantar que estava praticamente pronto. Hélder foi pegar a carne que

já estava temperada na geladeira. Pablo e eu fomos lavar a alface que vinha do setor de produção do próprio Centro de Formação, e Anton ficou no fogão esquentando o arroz e o feijão, além de fritar a carne que Hélder havia pegado. Ao deixar tudo pronto, nos servimos e sentamos à mesa para comer (12).

Hélder havia pegado banana e deixou no centro da mesa. No início, todos estavam quietos, provavelmente pela fome que estávamos sentindo. Mas à medida que o tempo passou, fomos comendo e conversando. Hélder contou uma história, muito engraçada por sinal, de quando ele era mais adolescente e havia feito uma viagem à Araxá (MG) (13). No ônibus de excursão que ele viajou, não podia levar bebidas alcoólicas, era uma norma que deveria se cumprida pelos/as passageiros/as. Entretanto, Hélder nos contara que mesmo assim, ele e seus amigos, levaram várias garrafas de cerveja escondidas. No trajeto do ônibus, as garrafas faziam barulho e as senhoras que viajavam, e não gostavam de bebidas alcoólicas, diziam:

- “Esses moleques trouxeram bebida!”

Hélder nos relata que dava muitas risadas com seus amigos, porque realmente as senhoras estavam bravas com eles. Nesta mesma viagem, ele havia se perdido na cidade e que acabou dormindo em uma praça. Segundo ele:

- “Quando acordei, de ressaca, não sabia nem onde eu tava!”

Enquanto Hélder nos contava seus casos, ríamos, imaginando a cena que ele nos relatava naquele momento.

Próximos de terminar a refeição chegaram os parentes do companheiro que estava internado. Haviam voltado do hospital já fazia um certo tempo, e resolveram subir para jantar. Cumprimentaram-nos e, visivelmente abatidos com toda aquela situação de ver um parente hospitalizado, sentaram-se na mesma mesa que a nossa. Iniciaram um diálogo sobre o estado de saúde do companheiro, e agradeceram a um dos amigos da família, por tudo que ele estava fazendo pela irmã e mãe deles.

Diziam que não poderiam ficar mais tempo, e que amanhã mesmo estariam voltando para Itapeva. A produção não poderia parar, mas que a mãe e a irmã ficariam. Havia algumas preocupações nessa estadia das duas, principalmente em relação à mãe. A primeira delas é de que não houvesse comentários em relação ao companheiro que estava em estado de coma, mesmo que esses fossem bons, ou que remetessem a ações, atitudes do companheiro. A segunda preocupação era relativa a assistência necessária aos deslocamentos da mãe e da irmã, e da necessidade de levá-las a outros ambientes, outros assentamentos, onde elas pudessem ver e conversar com diferentes pessoas.

O amigo da família dizia que eles poderiam ficar tranquilos que a mãe e a irmã deles receberiam o apoio que fosse necessário (14).

Um dos irmãos do companheiro tentou traduzir nas seguintes palavras, o apoio que estavam recebendo nesse momento difícil, mas que com certeza, o irmão faria o mesmo. Disse ele:

- “Companheiro é aquele que não te deixa pra trás. Vai te buscar mesmo ferido no chão. Te coloca no ombro e leva embora”.

Com os olhos lacrimejados, muito emocionado, e expressando toda a sua gratidão naquele momento, falou que essas palavras seriam ditas pelo irmão e havia aprendido com ele.

A preocupação era com a mãe que não estava se sentindo bem, condição esta, fruto do mal-estar de ver o filho naquela situação.

Ao ser perguntado sobre o que achava da necessidade de sua mãe visitar alguns/mas amigos/as, o irmão, cabisbaixo, afirmou:

- “A mãe é que sabe!”.

- “Isso é muito pessoal”.

E continuou, após uma pausa:

- “Ela ta precisando de gente verdadeira, e gente verdadeira tem em todo lugar”.

Aquelas poucas palavras traduziam o pensamento do irmão.

O amigo da família voltou a afirmar que eles poderiam ficar tranquilos. Conversaria com a mãe deles para decidir o que seria melhor durante a estadia dela (a mãe) em Ribeirão Preto (15).

Aos poucos fomos levantando para deixar o refeitório. Anton me chamou para assistir aos gols da rodada do Campeonato Brasileiro, mas havia lhe dito que qualquer coisa desceria até o quarto. Segui em direção ao quarto de hóspedes, queria descansar um pouco antes de tomar um banho. Já se passava das 22h00min quando resolvi tomar banho.

Na volta, o rapaz estadunidense estava assistindo em seu *notebook* um documentário gravado pelo MST sobre a região de Ribeirão Preto. Disse a ele que iria dormir, mas não querendo que ele desligasse o seu computador, pois naquele momento não incomodava.

20/07/2009 (segunda-feira)
Robson Amaral da Silva
08:10 - 12:20
Diário de Campo nº XI

“Dialogando sobre o campeonato de futebol”

Acordei disposto nesse dia. Voltaria para São Carlos, porém, antes do meu retorno, tinha que dialogar com José e Anton a respeito do campeonato de futebol que a regional queria organizar. A possibilidade de aproximar as áreas através de uma atividade assim era interessante e motivava os militantes e universitários/as. Fui tomar café no refeitório, e não havia ninguém no local. O canto dos pássaros ecoava pelo espaço, e a brisa fresca amenizava o calor que provavelmente faria em Ribeirão Preto.

Os trabalhos já haviam começado e os militantes já estavam nas áreas de produção. Alguns alimentavam os animais, outros cuidavam da produção de verduras. José passava o trator na terra para cuidar da mesma. Quando encontrei Anton, ele estava de saída junto com Hélder. Iriam até o *campus* da USP em Ribeirão Preto para supervisionar uma horta que os militantes cultivam em um determinado espaço da universidade (1). Anton perguntou para mim se gostaria de ir com ele até a USP, assim poderia dar algumas ideias. Respondi que sim, porém, minha ida não deu certo. Hélder dissera que a ida seria tranquila, só que na volta não teria vaga no carro. Os lugares estavam já definidos. Disse a Anton que poderíamos deixar esta visita para outro momento. Os dois saíram de carro para realizar as tarefas que lhe cabiam naquele dia.

Diante desta situação, fui à sala de computadores fazer o rascunho de chaveamento para os jogos do campeonato, o que adiantaria um pouco o nosso diálogo. Chegando na sala, o rapaz estadunidense estava digitando alguma coisa em seu *notebook*. Cumprimentei-o e sentei em uma mesa para começar a fazer o chaveamento. Fiquei verificando as possibilidades de jogos e horários diante do que havíamos cogitado sábado (18/07) no refeitório. Deixei algumas anotações e o chaveamento escritos em uma folha para dialogar com José.

Saí da sala de computadores e fui guardar as anotações em uma pasta que carregava comigo. Deixei os papéis lá, para dialogarmos com os militantes no momento oportuno. Ao voltar encontrei com José.

Não havia muito tempo que Anton tinha deixado o Centro de Formação quando José terminou a sua tarefa no setor de produção. Perguntei a ele, o que faria naquele instante, e José me respondeu:

- “Nada”.
- “Precisamos conversar sobre o campeonato”, disse a José.
- “Vamos agora”, ele respondeu.

Voltei ao quarto de hóspedes para pegar os papéis em que havia anotado alguns elementos da organização do torneio.

Sentamos para conversar na secretaria do Centro de Formação, em frente a um computador, caso fosse necessário utilizá-lo. Iniciamos o diálogo, e José começou a apontar alguns aspectos como premiação, acolhimento dos participantes, inscrições, forma de disputa e tempo de jogo, e que deveriam ser discutidos para organização do torneio. Ao terminar de elencar os elementos da estrutura organizativa, começamos o diálogo sobre cada um deles (2d).

José havia pensado em pontos cruciais para a organização do torneio. A possibilidade de atrelar a prática do futebol com uma formação política era um ponto que deveríamos amadurecer a ideia, mas teria sentido investir nessa interface (3). Uma confraternização entre os/as participantes na noite de sábado (01/08), também estava prevista para ser realizada. Músicas, bandeiras, símbolos do MST deveriam compor o cenário do campo do Sepé Tiarajú durante os jogos (4). O mais importante era conseguir aproximar os/as militantes das áreas do MST como uma forma de fortalecer a luta (5).

Enquanto conversávamos, José tentou fazer uma tabela no Word não obteve êxito. Perguntei a ele se já havia tentado fazer uma tabela pelo Excel. Ele disse que ainda não.

- “Vamos tentar?”, perguntei a José.

E abrindo o Excel, ele falou:

- “Vamos”.

José controlava o mouse do computador, enquanto eu lhe dava algumas diretrizes para que ele pudesse fazer a tabela desejada. Esta tabela seria a ficha de inscrição das equipes que participariam do torneio, e José estava querendo adiantar o serviço. Terminada a estruturação da tabela, ele disse:

- “Agora ficou bom!”.

Achando importante a sua iniciativa naquele momento, respondi:

- “Parabéns, ficou legal”.

José mais do que depressa, imprimiu a ficha para ter uma visualização melhor do documento que havia criado.

Hélder chegou à secretaria, procurando o rapaz responsável naquele horário. Dissemos a ele que o secretário ainda não havia chegado. Aproveitamos o momento para repassar o que dialogamos, e saber o que ele achava da estrutura do torneio, bem como, saber a opinião de Hélder no que se referia a alimentação dos/as participantes.

Hélder tinha uma boa noção dessas questões de alimentação. Já participara de muitos acampamentos no MST, e tinha uma noção da quantidade de comida que seria necessário conseguir para fazer durante os dois dias de torneio (6).

Ele nos perguntou:

- “Quantas pessoas são?”

Respondi:

- “No máximo 80 pessoas. Vamos fazer o cálculo para 80”.

Hélder nos falou a quantidade necessária para dois almoços e um jantar. Acrescentou ainda que, a verdura cada área poderia contribuir, seja com alface, mandioca, couve, dentre outras. O arroz, o feijão e a mistura deveriam ficar por conta das equipes universitárias. Teríamos que fazer esse diálogo com o pessoal (7).

Antes de finalizar a reunião fizemos uma pequena distribuição de tarefas para facilitar a organização e os contatos com as equipes. Era necessário comparecer aos dois assentamentos (Sepé Tiarajú e Mário Lago) e ao acampamento Alexandra Kollontai para dar os informes deste diálogo (8).

O repasse deveria ser feito ao Anton que já havia voltado da USP, porém estava envolvido com outras tarefas, e para a Elizabeth, educanda do curso de Agroecologia e assentada do Mário Lago que estava com vontade de ajudar na organização do torneio. O TCC dela seria com a temática do lazer e futebol na sociabilidade do assentamento, o qual eu havia sido indicado para orientá-la. Além disso, ela gostava muito de futebol e seria uma boa oportunidade para que a sua participação na organização do torneio servisse de estímulo para o desenvolvimento de ações no assentamento (9).

De posse das informações fui até o computador da biblioteca para enviar um e-mail para os pólos universitários que sabíamos que participariam dos jogos. Encaminhei as principais informações para que todos/as se programassem, e viessem à Ribeirão Preto.

Após estabelecer alguns encaminhamentos fui até o quarto de hóspedes arrumar minhas malas, pois voltaria para São Carlos/SP. Após tudo arrumado, voltei à secretaria, e no caminho encontrei Anton. Ele havia me dito que arrumara uma carona para

mim com o Hélder. Agradei pela carona e disse que as informações sobre o torneio estavam com o José, que iria repassá-las.

Antes de procurar o Hélder para falar que iria com ele para o centro de Ribeirão Preto, Anton reforçou o convite para a festa no Mário Lago que seria realizada na semana seguinte. Dois dias de confraternização entre os/as assentados/as, e que tinha como objetivo fortalecer os vínculos da comunidade, e dar ainda mais força para as futuras lutas que deveriam empreender (10).

Fui até a secretaria esperar o Hélder que estava resolvendo algumas pendências com o secretário do Centro de Formação. Ao chegar na sala disse que iria com ele para a centro. Ele disse que não teria problema algum, mas que tínhamos que esperar o secretário terminar de arrumar alguns papéis e, pegar dinheiro para depositar e fazer uma compra para o setor de produção.

Terminada a resolução das pendências fomos de carro para o centro. Paramos em um posto para abastecer. Ao chegar perto do banco, desci em um ponto que o ônibus passa pela rodoviária. Assim que desci, o ônibus que eu pegaria. Agradei a carona e me despedi do Hélder e do secretário.

01/08/2009 (sábado)
Robson Amaral da Silva
10:40 – 23:15
Diário de Campo nº XII

“O convite para participar da formação”

Nesse dia fui para Centro de Formação com o transporte gratuito da Van “Leva e Traz”. Estava no ponto as 10h40min, porém a Van já tinha saído, e teria somente outra as 12h30min. Comecei a ler um livro para esperar o tempo passar. Neste intervalo de tempo em que fiquei esperando o transporte fui a uma mercearia próxima ao ponto. Comprei um salgadinho, um refrigerante em lata e um mini-bolo. Observava a movimentação de pessoas e dos ônibus que paravam neste mesmo ponto. Quando a Van chegou, entrei e fui me sentar. Estava tocando músicas sertanejas, provavelmente, a frequência de rádio preferida pela motorista. Ficamos cerca de vinte minutos dentro do transporte antes que o mesmo saísse. Desceria no ponto do Sítio do Pau D’Alho, e logo estaria no Centro de Formação.

Em pouco tempo já estava descendo a rua que dá acesso ao Sítio, e ao chegar no portão de entrada, não percebi uma movimentação muito grande. Deixei minhas malas no quarto de hóspedes e fui ao quarto de Ruy. Ao chegar, encontrei com Paulo que me cumprimentou. Ruy estava deitado, e ao perceber que a porta se abria, olhou para mim, e num primeiro momento não me reconheceu. Olhou novamente, e daí me cumprimentou. José que estava cochilando, acordou e disse:

- “Ô Robson!”

Apertei a mão dele e perguntei:

- “Tudo bem?”.

- “Tudo certo”, respondeu José.

Porém, percebi que não estava tudo bem com Ruy. Ele se encontrava muito pálido e havia passado mal a noite inteira, segundo José. Disse também que Ruy estava bebendo muita pinga nas últimas semanas e não se alimentava corretamente. Isso era um problema para Ruy que já possuía uma idade avançada (1d).

Havia levado na mochila dois DVD’s que gravei em casa para presentear os companheiros/as. Duas semanas atrás, quando havia estado no Centro de Formação, prometi que levaria filmes para que eles/as pudessem assistir. Um dos filmes era sobre a campanha da equipe do Corinthians na série B do Campeonato Brasileiro de 2008. Sabia que não agradaria

a todos, mas foi um dos filmes que prometi levar. O outro era sobre a vida do ex-jogador Garrincha. Levei esses filmes por estarem relacionados ao futebol, uma das preferências dos companheiros do Centro de Formação (2). Sentei em uma cadeira para descansar.

José pegou os filmes em sua mão, e logo colocou no aparelho de DVD aquele referente a vida de jogador Garrincha. Paulo, Ruy, José e eu assistíamos concentrados ao filme. Rimos com algumas situações inusitadas que apareciam em algumas cenas. Anton chegou ao quarto. Cumprimentei-o, e disse que tinha trazido um filme que falava sobre o Corinthians (3).

- “Chegou agora?” perguntou José.

- “Acabei de deixar minhas coisas no quarto e vim pra cá” falei.

Paulo que estava saindo do quarto levando alguns pratos sujos. Anton que tinha acabado de chegar aproveitou um pouco para assistir o filme que estava passando. Ele me contou que estava estudando para uma formação que fariam em um acampamento na cidade de Orlandia/SP (4). Os textos, segundo ele, eram difíceis e estava necessitando parar um pouco, senão a compreensão dos mesmos estaria comprometida. Levantando da cama em que estava sentado, perguntou:

- “Você já viu o Oziel?”.

- “Não”, respondi.

“Ele já voltou de viagem. Vamos lá!”, completou Anton.

Descemos para encontrar Oziel que estava em seu quarto na Ciranda. No caminho Anton disse que ele estava lá, concentrado escrevendo um texto para a formação com os/as acampados/as de Orlandia (5). Este texto deveria versar sobre a crise econômica, e não poderia conter muitas páginas. Anton, acendendo um cigarro, comentou que estava estudando os textos e que um era do Mészáros³⁶.

Chegando à Ciranda, cumprimentei algumas companheiras que estavam por lá preparando um pão caseiro para que todos/as pudessem comer. A mãe e a irmã do companheiro hospitalizado, desde que chegaram à Ribeirão Preto, assumiram a tarefa de preparar as refeições para os/as integrantes que frequentavam o Centro de Formação (6). Batemos na porta do quarto de Oziel. Abrimos e, ao me avistar, ele falou:

- “Ô Robsão, tudo bem?”, perguntou apertando minha mão.

- “Tudo tranquilo”, respondi.

³⁶ Filósofo húngaro, escritor de vários artigos científicos e livros que versam sobre a temática da exploração dos trabalhadores/as com aporte no marxismo.

Oziel ainda estava escrevendo o texto e nos falou um pouco sobre a estruturação do mesmo. Disse que o material ficaria com cerca de três páginas, e perguntou para Anton se estava bom. Anton disse que estaria ótimo, e que havia parado de estudar porque se continuasse não entenderia mais nada.

Sáimos do quarto de Oziel para não atrapalhá-lo. Ao chegar no espaço da cozinha, paramos para conversar com as companheiras que lá estavam, e com José. Olga contava histórias da militância no MST, e dizia que estava ansiosa para a Marcha Estadual (7). Perguntou se alguém iria para o Mário Lago no dia seguinte, pois ela queria voltar lá para ver o seu lote e a casa que estava construindo. Segundo ela, estava precisando capinar o mato que crescia e que ela queria levar todos/as nós para trabalhar. Começamos a rir, e ela disse:

- “Vamos trabalhar! Não estou falando deste conceito burguês de trabalho”.

Para Olga:

- “O trabalho é a convivência, a solidariedade, a sociabilidade. E isto é que estaremos desenvolvendo no meu lote”, concluiu rindo. Era uma forma de descontrair o ambiente, mas que expressava um conceito de trabalho sob sua perspectiva (8).

Uma das companheiras havia terminado de fazer um pão caseiro, e aproveitou para esquentar o jantar. Fomos pegar os pratos para nos servirmos, enquanto o cheiro do pão, que havia acabado de sair do forno, se alastrava pelo espaço da Ciranda. Após colocar comida em meu prato, sentei nos degraus de uma escada para comer. Estávamos em círculo, e enquanto comíamos não paramos de conversar. Elogiávamos o pão caseiro feito pela companheira que nos autorizava comer mais de um pão, pois havia mais no forno (9). Terminando de fazer aquela refeição, agradei e deixei o espaço da Ciranda. Fui ao banheiro escovar os dentes, e logo depois cheguei à biblioteca.

Estava navegando na internet, verificando notícias no *site* do MST. Anton chegou ao recinto e falou que Bartolina, ele e Heleny fariam uma reunião as 21h00min para programar a formação de amanhã. Perguntou se eu gostaria de participar. Disse a ele que sim, e que no horário marcado estaria na sala da secretaria. Terminei de verificar os meus e-mails e as notícias e fui para o quarto assistir televisão. Chegando lá, Ruy estava dormindo e eu fiquei assistindo um noticiário (10). Permaneci lá cerca de meia hora, quando Anton chegou dizendo que a reunião iria começar. Sai do quarto junto com ele e fui ao quarto de hóspedes buscar meu caderno de anotações.

Sentei no sofá do espaço em que faríamos a reunião. Bartolina estava na secretaria com sua filha de dois anos, e tinha que cuidar dela a todo o momento. Desde que frequente o Centro de Formação, ainda não tive a oportunidade de conhecer o pai da criança

(11). Heleny me cumprimentou e iniciamos a prosa. Ela me perguntou se eu sabia do que trataríamos naquele momento. Falei que Anton já havia me contado o que faríamos amanhã, e que estava ali para contribuir no que fosse possível. Heleny distribuiu alguns materiais que levaríamos para Orlândia e passamos a dialogar tendo por base estes textos. A formação teria alguns pontos centrais a serem desenvolvidos junto com os/as trabalhadores/as do acampamento, a crise econômica e sua gênese seriam um deles. O outro ponto se referia à Marcha Estadual que estava sendo organizada pelo MST (12). A nossa saída ficou prevista para as 07h30min do domingo (02/08), e o início da atividade as 09h30min.

Durante a reunião repassamos, e pudemos dialogar sobre alguns conceitos como capital financeiro, mais-valia, valor, trabalho e capital. Fazíamos relações com os materiais que foram preparados para a reunião com os/as trabalhadores/as. Uma cartilha sobre a crise era um material interessante, e que seria impresso para ser levado no dia seguinte (13). Oziel chegou com o texto que havia escrito, e pediu para lêssemos. Em uma rápida leitura, avaliamos o texto do companheiro, e dissemos a ele que estava muito bom. Ele justificou para nós a estruturação do mesmo, e as relações que havia feito para estabelecer relações mais significativas, segundo sua perspectiva, para os/as trabalhadores/as. Como não havia nenhum erro ortográfico, Oziel disse que enviaria o texto para a caixa de e-mail de Heleny. O companheiro deixou o local da reunião dizendo que queria muito ir ao encontro com os/as trabalhadores/as, mas que infelizmente, não poderia.

Continuamos a nossa reunião de planejamento das ações a serem desenvolvidas, e a metodologia a ser adotada para fazermos o processo de formação política dos/as trabalhadores/as se pautaria na participação dos/as militantes. Alguns Núcleos de Base (NB) seriam formados para estimular o diálogo entre os/as acampados/as, e não inibir a participação das pessoas que estariam presentes. Apresentaríamos as propostas da burguesia para superação da crise, e em um segundo momento, as propostas da classe trabalhadora. Após a apresentação das respectivas propostas, falaríamos sobre a Marcha Estadual como parte integrante da jornada de lutas pela reforma agrária. O intuito era dialogar com os/as trabalhadores/as, o motivo pelo qual estariam marchando entre os dias 05 e 10 de agosto.

Após a explicitação de todos os pontos, iniciamos a divisão dos tempos necessários a cada atividade, e anotamos os materiais que utilizaríamos. Fui com Anton separar os materiais que já estavam prontos, enquanto Heleny imprimia os textos sobre a crise e o de Oziel. Pegamos alguns exemplares do “Jornal Sem Terra” e do “Brasil de Fato”, calendários comemorativos aos 25 anos do MST, pincéis atômicos, folhas de papel pardo e fita crepe (14).

Terminado de separar o material que levaríamos, entramos na secretaria e fomos ajudar na organização das cartilhas que estavam sendo impressas por Heleny. Durante a montagem do material fomos conversando, e ela me perguntou:

- “De que turma você é?”.

- “Sou da turma de 2002, me formei em 2005”.

Heleny ainda cursava Ciências Sociais na UFSCar, e me disse:

- “Não conheço muitas pessoas da Educação Física”.

Neste momento, comecei a falar o nome de alguns/mas amigos/as na tentativa de que ela conhecesse alguém. Coincidentemente ela reconheceu alguns nomes, e um, em especial. Um dos nomes era o de uma amiga de turma que havia formado junto comigo na graduação. Heleny disse que ela também era amiga dela. Conteí a Heleny que a nossa amiga em comum estava morando em Ribeirão Preto, e que esporadicamente nos falávamos por telefone. Também tínhamos algumas amizades em comum, de pessoas que faziam outros cursos, inclusive Ciências Sociais.

Anton tirava as folhas de um bloco, Heleny controlava as impressões, e por fim, eu grampeava as cartilhas. Conseguimos deixar várias cartilhas prontas para levar ao acampamento (15). A tinta da impressora estava acabando, o que impediu que continuássemos a fazer cópias dos materiais. Entretanto, avaliamos que o material impresso era suficiente. Conferimos todos os materiais que seriam levados e desligamos o computador. Heleny ficou responsável por fechar a secretaria.

Já estava ficando tarde e teríamos que acordar cedo no dia seguinte. Despedi de Anton e Heleny, fui tomar banho e dormir.

02/08/2009 (domingo)
Robson Amaral da Silva
06:45 - 22:30
Diário de Campo nº XIII

“A formação no acampamento em Orlândia”

Acordei animado para a viagem à Orlândia. Estava apreensivo com a nossa recepção por parte dos/as acampados/as, e como encarariam aquela formação, que seria uma pequena parte de um processo que, no fundo, não há conclusão. Fui escovar os dentes, trocar de roupa e deixar o material que eu levaria organizado. Após esta arrumação desci até a Ciranda para tomar café.

Chegando ao espaço da Ciranda, encontrei Clóvis que havia acabado de chegar de uma boate, e já estava de saída novamente. Ele tinha perdido o seu celular na Van, mas consegui entrar em contato com o motorista para marcar um local no qual ele pudesse pegar o telefone de volta. Perguntei a ele se tinha café na garrafa. O militante costumava sair do Centro de Formação aos finais de semana, e se dirigir a região urbana de Ribeirão Preto a fim de buscar um divertimento (1d). Vagner respondeu que não sabia, mas que eu poderia olhar na garrafa. Entrei na cozinha da Ciranda e fui conferir a garrafa. Havia um pouco de café morno, e comecei a tomá-lo. Em seguida chegou Heleny, também perguntando se tinha café na garrafa. Conteí que tomara café e havia sobrado um pouco. Ela pegou uma caneca e começou a tomar café junto comigo.

Aos poucos foram chegando mais pessoas aquele espaço. Uma das companheiras que estava no Centro de Formação levantou para fazer café. Ela disse que a bebida foi feita no dia anterior, e ficou com “pena” de nós. Disse para esperarmos que ela estava fazendo um café fresco (2).

Esperamos o café ficar pronto, e além da bebida, comemos pão caseiro que estava no forno. Anton, Bartolina e sua filha chegaram ao espaço para tomarem café. A nossa saída que estava programada para as 07h30min já não ocorreria no horário previsto. Atrasamos um pouco, mas nada que comprometesse a programação inicialmente estabelecida. Ao terminar de comer o pão caseiro fui ao banheiro escovar os dentes.

Voltei e fui para a secretaria do Centro de Formação pegar os materiais que havíamos separado no dia anterior. Levei para o carro de Heleny, enquanto Anton fora encher uma garrafa térmica com água para levarmos. Depois de conferirmos tudo o que deveríamos

levar fomos em direção ao carro que estava parado em frente à igreja. Guardamos os materiais no porta-malas e entramos no veículo.

Saímos do Centro de Formação as 08h10min, e seguimos para um posto. Tínhamos que abastecer o carro e pegar uma nota para prestarmos conta com o MST. Não havia combustível suficiente para fazer o trajeto.

Anton estava no banco de passageiro na parte da frente do carro, enquanto eu, Bartolina e sua filha estávamos no banco de trás. Seguimos sem conversar muito ao longo do percurso. Este silêncio talvez seria causado pelas reflexões de como seria o dia no acampamento ou, provavelmente, pelo sono que estávamos. Já estávamos na cidade de Orlandia e quando pegamos uma entrada que nos levaria a cidade de Morro Agudo. Este era o caminho que sairia em frente ao acampamento. Ao percorrer poucos metros, Heleny parou o carro no acostamento da estrada e deu seta para fazer a conversão ao outro lado da pista. Dois companheiros que estavam na guarita do acampamento logo se deslocaram para retirar a corda que serve de barreira para a entrada no local. Uma bandeira do MST, hasteada em um mastro improvisado de bambu, identificava que aquela área estava associada a esse movimento social.

Entramos com o carro no acampamento e Heleny estacionou próximo a entrada. Descemos do carro, e Anton foi nos guiando pelo acampamento. Cumprimentávamos diversos/as companheiros/as que estavam conversando em frente aos barracos (3). Uma criança estava brincando solitariamente com sua bola, e alguns cachorros perambulavam pelo espaço. Bartolina tinha uma irmã que morava naquele acampamento. A luta pela terra era algo que permeava a sua família, que ainda contava com a presença de seu pai, mãe e tios/as na militância. Caso semelhante era vivido por Anton cujos/as familiares também eram militantes do MST (4).

Heleny e eu acompanhamos Bartolina na visita à sua irmã. Ao chegar no barraco fomos muito bem recepcionados. Tivemos a oportunidade de nos apresentarmos, e conhecer um belo garotinho, sobrinho de Bartolina. Ele também brincava solitariamente, porém quando chegamos, resolveu conversar conosco. A irmã de Bartolina nos ofereceu café, e resolvi beber. Peguei uma caneca que estava em cima da mesa e coloquei a bebida (5).

Enquanto isso comecei a dialogar com o menino que quis mostrar o presente de aniversário que havia ganhado. Chamou para que eu entrasse no quarto do barraco e mostrar o caminhão que estava em cima do guarda-roupa. Havia somente um dormitório na casa da companheira, indicando que ela, o seu esposo e o filho dormiam no mesmo cômodo. Voltou

ao outro cômodo em que estava sua mãe, e pediu que pegasse o caminhão. Ela entrou no quarto e deu o caminhão na mão de seu filho. Ele dizia para mim:

- “Olha, olha, o meu caminhão!”.

A alegria de brincar com o caminhão naquele momento era contagiante. Agachei e comecei a participar da brincadeira com o menino. Entretanto, não pude ficar muito tempo, pois tínhamos que decidir o local em que iríamos fazer a formação com os/as acampados/as (6).

Ao sair do barraco fomos até o carro pegar os materiais. Na porta do carro, decidimos que faríamos a primeira parte da formação em um antigo barracão que havia próximo a entrada do acampamento. A estrutura ainda estava montada, porém não havia mais a lona preta cobrindo o espaço. Havia bastante espaço para que os/as militantes pudessem sentar. A estimativa de participação neste dia estava em torno de 60 pessoas. Como não havia nenhum quadro negro, eu e Anton fomos em busca de um apoio para o papel pardo, a fim de montar uma lousa improvisada. Havia cinco portas ao lado de um dos barracos. Perguntamos a uma companheira que estava no momento, se poderíamos utilizar aquelas portas. Ela nos disse que não haveria problema algum.

Levamos as portas e improvisamos a lousa que seria utilizada durante toda formação. Os/As companheiros/as estavam chegando aos poucos e sentando. Esperavam o início das atividades enquanto terminávamos de montar a estrutura. Deixamos os nossos pertences e os materiais que seriam utilizados em cima de uma mesa. Alguns/mas companheiros/as traziam caderno e caneta para possíveis anotações. Percebi que a faixa etária das pessoas que participariam variava desde os mais jovens, com seus 11 anos, até os mais velhos, aparentando 65 anos.

Depois de vinte minutos demos início à formação. Inicialmente nos apresentamos a todos/as e pedimos para que os/as mesmos/as se apresentassem falando os seus respectivos nomes. Falamos que estávamos ali para fazer uma prosa com eles/as e que a participação deles/as seria de fundamental importância. Iniciei o registro daquele momento, enquanto Anton, Heleny e Bartolina prosseguiram com as atividades. Uma pergunta iniciou o diálogo com os/as militantes. Anton havia lhes perguntado:

- “Por que o rico fica rico?”

As respostas eram anotadas nas folhas de papel pardo fixadas nas portas. Os encaminhamentos foram dados, e a participação era cada vez maior. Os conceitos que deveriam ser discutidos ao longo do encontro foram, aos poucos, sendo esclarecidos com a participação de todos/as. Os/As militantes expressavam naquele momento as suas visões de

mundo e começavam a entender um pouco sobre a espoliação que sofriam. Através de uma situação-problema de uma fábrica de sapatos imaginária, os/as companheiros/as participantes foram divididos em NB, separados/as de acordo com a organização interna do acampamento, para um diálogo entre eles/as sobre a montagem desta fábrica. Passamos nos grupos de discussão para possíveis auxílios, e notamos que os diálogos internos estavam fluindo (7). Um dos grupos se reuniu em um espaço próximo a horta do acampamento. Aquela vista da produção do acampamento me chamava muito a atenção. Era um indicativo da dedicação dos/as trabalhadores/as na produção das verduras que alimentavam as famílias ali presentes (8).

No retorno houve uma socialização dos diálogos nos NB, antes de estabelecermos reflexões coletivas acerca dos conceitos de trabalho e mais-valia, com a simulação de dinheiros feitos de papel, que representavam o pagamento feito pelos/as donos/as dos meios de produção (9). Ao compararem o quanto produziam para a fábrica através da venda da suas respectivas forças de trabalho, e a parte que lhes cabia em forma de salário, os/as acampados/as começavam a rir. Aquelas reações eram maneiras de representar a compreensão que tiveram acerca da exploração que sofriam, fruto das relações capitalistas de produção (10). O tempo programado para as atividades não estava condizendo com o desenvolvimento das mesmas. Os diálogos estavam produtivos, e não deveríamos interromper para adequar ao tempo previamente estabelecido.

Terminamos a primeira parte da formação às 12h20min. Combinamos o horário de volta com os/as militantes, e ficou decidido que voltaríamos às 14h00min no mesmo local. Os/As acampados/as foram se dispersando, cada um voltando ao seu barraco para almoçar. Começamos a fazer uma pequena avaliação do encontro até aquele momento. Tiramos algumas folhas de papel pardo que não usaríamos mais na parte da tarde. Fomos ao barraco da Tânia, uma das coordenadoras do acampamento, pois descansaríamos e almoçaríamos lá. No início da formação, Tânia não se encontrava no acampamento, fora resolver alguns problemas na cidade. Porém neste intervalo, ela já havia chegado e estava preparando almoço para nós e sua família.

O dia estava muito quente, e ficar embaixo da lona preta agravava ainda mais a situação. Tânia pediu para que ajudássemos nos preparativos do almoço. Cortei a couve que ela iria refogar, enquanto Anton e Bartolina descascavam e cortavam o alho. Todos/as estavam envolvidos/as, e enquanto fazíamos o que Tânia nos pedira, conversávamos (11). Tânia fazia questão de ressaltar que aquelas verduras eram da horta que os/as acampados/as cultivavam na área de produção (12).

A companheira ressaltava a importância das formações políticas, pois acreditava que estes encontros forneceriam subsídios para uma leitura da realidade, bem como apresentaria elementos interessantes para a negociação de alimentos na Comissão Nacional de Abastecimento (CONAB). (13) Diálogos sobre a Marcha Estadual, a situação do acampamento, a personalidade de algumas lideranças do MST, e da importância de se tirar um calendário para a realização de mais formações, permearam os preparativos do almoço (14).

Tânia ficou curiosa em relação a minha formação, pois havia lido em minha camiseta a expressão “Educação Física”. Disse a ela que havia me formado neste curso, mas que agora estava fazendo Mestrado em Educação, trabalhando com a questão do lazer em áreas de reforma agrária.

Ela me perguntou:

- “Sobre cultura, essas coisas?” (15).

Naquele momento respondi que sim, não queria entrar em maiores discussões. A companheira já havia entendido um pouco sobre o que eu pesquisava.

O companheiro de Tânia chegara em uma caminhonete. Trazia compras que havia feito no supermercado na cidade. O neto veio lhe abraçar e ficou contente com a presença do avô. Ele trazia além dos alimentos que serviriam para alimentar a família por alguns dias e no almoço de hoje conosco, duas latinhas de cerveja e um refrigerante de dois litros. Para o neto, trouxe dois iogurtes. A criança logo correu para abrir o agrado que seu avô trouxera. A outra criança que estava com o neto de Tânia ficaria sem tomar iogurte. Tânia advertiu o seu neto, dizendo:

- “Vai filho, dá um para ele também”.

Entregou um iogurte ao neto para que ele desse ao amigo.

- “Você tem que aprender a dividir as coisas. Não pode deixar ele olhando”.

Aquela atitude de Tânia havia sido muito digna. Estava ensinando seu neto a compartilhar algum alimento que tivesse. Ela dizia que o neto deveria aprender desde pequeno a dividir as coisas (16).

Logo o almoço estava pronto, e fomos comer. Um acampado e a sua namorada também almoçaram no barraco da Tânia (17). Terminado o almoço ficamos conversando sobre a história e a força do MST no cenário nacional (18). Tânia perguntou a Bartolina como estava o curso de Direito. Bartolina se mostrou um pouco decepcionada em sua fala, mais com as bases histórico-filosóficas que sustentam a teoria do Direito do que o curso em si.

Segundo ela, só continua cursando essa graduação pensando nos/as companheiros/as do MST. Ela acredita que a sua formação será importante para defender algum/a companheiro/a (19).

Agradecemos Tânia pelo almoço em seu barraco. Precisávamos voltar para o local do encontro com o intuito de retomar as atividades programadas. Ficamos dialogando se era necessário mudar de lugar na parte da tarde, pois o sol poderia estar muito forte. Fomos ao local onde os/as trabalhadores/as cotidianamente fazem as reuniões e assembléias do acampamento para decidir assuntos de interesse coletivo (20). Avaliamos que não seria interessante, pelo espaço não ser adequado para o desenvolvimento das atividades previstas, transferirmos para aquele espaço.

Decidido que iríamos permanecer no mesmo local, fixamos mais folhas de papel pardo nas portas que improvisamos como lousas. Os/As militantes foram voltando para a segunda parte das atividades. Enquanto isso, sentavam nos bancos feitos de bambu, e esperavam o início das ações. Esta segunda parte seria destinada a um diálogo acerca da crise mundial. Iríamos conversar com os/as trabalhadores/as sobre as origens da crise, as soluções apresentadas pela burguesia e em contraponto aquelas propostas pela classe trabalhadora.

A participação dos/as militantes continuou. Em um determinado momento, entreguei o material sobre a crise para os/as companheiros/as, que deveriam ler e discutir nos NB, tendo como perspectiva a seguinte pergunta: “Quais as características da crise atual?”. Ao entregar o material a um dos companheiros ali presentes, ele me disse:

- “Não sei ler”.

Disse a ele:

- “Não tem problema. Não será por isso que vai deixar de participar. Alguém do grupo vai ler e o senhor vai conversar dentro do próprio grupo”.

E acrescentei:

- “É legal o senhor ter o material. Pode repassá-lo a algum/a companheiro/a”.

O companheiro pegou o material e foi para o seu grupo.

Acreditava que não deveria deixar aquele trabalhador sem o material, mesmo ele não sabendo ler. O material poderia ser repassado e ajudar outras pessoas a entender a crise econômica (21).

Seguindo a metodologia da primeira parte do encontro, ao nos reunirmos novamente, fizemos a socialização das discussões. Os/As trabalhadores/as puderam apontar as características da crise que haviam apreendido com a leitura do material. Nessa parte da reunião, a participação de um jovem chamava a atenção. Ele estava sentado ao meu lado, e se

mostrava solícito para responder as perguntas que eram feitas aos/as presentes. Um dos companheiros, com mais tempo de movimento disse para o garoto:

- “Levanta a mão antes de responder”.

Depois se dirigindo a mim, falou:

- “Tem que ser assim. Assim que se aprende a participar”.

E completou o seu raciocínio:

- “Ele leva jeito para isto. Tá prestando atenção”.

- “Sou militante do MST há 15 anos, e aprendi assim” (22).

Após essa etapa iniciamos um diálogo acerca da Marcha Estadual como parte integrante da jornada de lutas do MST. Falamos da organização e da importância de participar nessa frente de luta (23).

Estávamos encaminhando para o encerramento do encontro quando fizemos uma avaliação sobre a formação com os/as militantes. Eles/as expressaram a opinião sobre o encontro e desejaram que voltássemos mais vezes ao acampamento. Uma das companheiras disse:

- “Vocês poderiam estar na casa de vocês, mas estão aqui com a gente” (24).

E continua:

“Isso é importante pra gente, porque a gente tá aqui isolado, sem luz, sem nada, e vocês vieram pra cá” (25).

Naquele momento, diante da satisfação dos/as companheiros/as quis expressar o que estava pensando:

- “Gostaria de agradecer ao companheiro (me referindo a Anton) e as companheiras (Heleny e Bartolina) por me convidarem para estar aqui com vocês. E gostaria de agradecer a oportunidade de aprender muito com vocês. Não é porque sou um universitário que sou melhor, sei mais do que vocês”, afirmei emocionado.

Uma das companheiras que esteve durante todo o encontro, respondeu:

- “A gente é que agradece de ter a oportunidade de aprender com vocês. A gente é que aprende com vocês” (26).

Terminamos a reunião com Anton pedindo a todos/as para que colocassem as mãos para trás e, caso estivessem utilizando boné, que tirassem, para cantarmos o hino do MST. Um fato curioso é que ao cantar o refrão, os/as trabalhadores cerravam os punhos e erguiam o braço esquerdo para entoar essa parte do hino. Depois forma entoadas algumas palavras de ordem como: “Reforma agrária, quando? Já! Reforma agrária, quando? Já!” (27).

Estávamos guardando os materiais utilizados e alguns companheiros vieram se despedir. Um deles queria falar especificamente comigo. Falou que havia lido na minha camiseta a expressão “Educação Física”, e que se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tinha a graduação em Educação Física. Contou que estava desempregado e teve que parar de pagar a faculdade de sua filha. Respondi que não sabia ao certo, se o curso de Educação Física fazia parte do PRONERA. Ele me agradeceu pela atenção e foi embora com um companheiro que lhe acompanhava.

Terminado o diálogo com o companheiro um acontecimento me chamou a atenção. Um trabalhador conversava com Tânia, e era impossível não ouvir, que queria se tornar um militante do MST. Falava em voz alta:

- “Eu quero que a senhora faça de mim um militante. Quero poder ajudar o MST”. As palavras do rapaz estavam cheias de emoção. Acredito que a formação daquela tarde havia contribuído para despertar ainda mais, aqueles sentimentos no companheiro (28).

Após ter recolhido todo o material fomos ao barraco da Tânia para agradecer a acolhida naquele dia e nos despedir. A companheira estava apressada porque começaria, em poucos instantes, uma reunião com os/as coordenadores/as do acampamento. Saindo dali, fomos ao barraco da irmã de Bartolina nos despedir. Cumprimentamos ela e seu esposo, e voltamos ao carro.

Sáimos do acampamento animados e fomos dialogando, ao longo do trajeto de volta, sobre a formação. Fazíamos uma avaliação preliminar, mas queríamos discutir mais a fundo quando chegássemos na mesa de um bar. Queríamos sair para descontrair um pouco. Fomos a um bar perto da escola em que Anton e Bartolina estudavam, no bairro Ipiranga. Ficamos lá conversando sobre a formação, as possibilidades de atuação no acampamento e a participação de cada um de nós nas atividades desenvolvidas. Em uma de nossas conversas Heleny fala sobre o compromisso dos/as universitários/as dizendo que nem todos/as eles/as são compromissados/as, não são capazes de perder um pequeno período de férias para contribuir com o Movimento. Finaliza dizendo que ela tem receio de universitário/a, mesmo tendo sido uma também (29d). Foi um diálogo profícuo, no qual tivemos a oportunidade de escutar a avaliação dos pares em relação à participação individual.

Chegamos no Centro de Formação as 22h30min. Fui direto para o quarto de hóspedes pegar uma roupa e a minha toalha para tomar banho. Estava cansado e queria dormir. Este havia sido um dia muito interessante em toda a minha trajetória com o MST.

03/08/2009(segunda-feira)
Robson Amaral da Silva
07:30 - 10:30
Diário de Campo nº XIV

“Voltando para casa”

Acordei as 07h30min e fui escovar os dentes, trocar de roupa e tomar café. Meus pertences estavam espalhados pelo quarto de visitante, pois não havia dormido mais ninguém lá. Deixei para arrumar minhas coisas um pouco mais tarde, já que a minha pretensão era retornar para São Carlos ainda hoje.

Desci até o espaço da Ciranda Infantil para tomar café da manhã. A cozinha estava localizada neste espaço não faz muito tempo, e pelo que pude escutar dos comentários as pessoas que frequentam e/ou moram no Centro de Formação haviam gostado. Ao chegar para tomar café me deparo com a irmã do companheiro hospitalizado. Desejei-lhe um bom dia, e simpaticamente ela me respondeu:

- “Bom dia!”

Olga e mais dois companheiros se encontravam na cozinha tomando café da manhã, e resolvi fazer companhia a ela e eles. Ao colocar café na caneca, Olga me perguntou:

- “Esse menino, como foi lá ontem?”.

A pergunta da companheira se referia à formação no acampamento em Orândia. Disse a ela que a formação transcorreu muito bem, e que os/as acampados/as haviam nos recepcionado da melhor forma possível. Falei também do interesse que os/as acampados/as daquela área tinham de que voltássemos para realizar mais formações políticas. A mãe do companheiro hospitalizado chegou à Ciranda pouco tempo depois, e também quis saber como havia sido a formação no acampamento no dia anterior. Respondi de maneira semelhante ao que havia dito à Olga, acrescentando que, no início, estávamos um pouco ansiosos/as por não possuir muito contato com os/as companheiros/as daquele acampamento
(1).

Quando José chegou cumprimentei-o, e pedi que fizesse uma “resenha” da rodada daquele fim de semana do Campeonato Brasileiro. Ele me falou os resultados, e um dos companheiros, que também estava no espaço da Ciranda, disse:

- “São Paulo ganhou!”.

José lhe respondeu, em ironicamente:

- “Até que enfim”.

O companheiro imitando José, por não ter gostado da ironia com seu time respondeu:

- “Até que enfim!”.

Participando da troca de gozações entre os dois, falei para companheiro são-paulino que o time dele, até bem pouco tempo atrás, não tinha um bom desempenho no campeonato, e que agora parecia estar engrenando (2).

Aos poucos, as pessoas foram deixando a Ciranda. Fui até a secretaria para descarregar as fotos que havíamos tirado durante a formação do dia anterior. Chegando lá, a mesma se encontrava fechada, então, resolvi que gravaria as fotos em um CD e as entregaria na próxima vez que retornasse. Voltei para o quarto de hóspedes a fim de arrumar as minhas malas e deixar tudo pronto para a minha saída.

Ao terminar de arrumar os meus pertences fui até a área de produção onde José estava passando trator na terra. Quando cheguei lá, o cheiro de terra molhada me fascinava e aguçava os meus sentidos. Chiquinho e outro companheiro estavam em uma pequena casa ao fundo da área de produção. Depois de ficar admirando a produção dos/as militantes/as que fornecia o alimento para aqueles/as que moravam ou permaneciam no Centro de Formação (3).

Voltando da área de produção percebi que a porta da secretaria e uma das janelas da biblioteca estavam abertas. Paulo estava utilizando o computador da biblioteca para acessar o seu orkut e algumas páginas com conteúdos esportivos (4). Perguntei a que horas passaria uma Van para o bairro Ipiranga, e ele me respondeu que as 10h30min. Olhei para o relógio e vi que já estava próximo ao horário indicado por Paulo.

Caminhei até o quarto de hóspedes para pegar as minhas malas e subi para o ponto da Van “Leva e Traz”. As 10h30min a Van passou e segui em direção à rodoviária de Ribeirão Preto. Aquele fim de semana contribuiu para a minha formação política e humana, e a de muitos/as outros/as companheiros/as.

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
 Tel/Fax: (0xx16) 3351-8356
 CEP 13.565-905 – São Carlos - SP – Brasil
 e-mail: secppge@power.ufscar.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, _____, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Lazer e processos educativos no contexto de trabalhadores/as rurais do MST”, a qualquer momento antes da conclusão deste você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o estudante ou com a instituição. O objetivo deste estudo é compreender o significado atribuído ao lazer por integrantes do MST e descrever os processos educativos que permeiam essa prática social em áreas de reforma agrária encampadas pelo MST na região de Ribeirão Preto. Sua participação neste estudo consistirá em permitir o registro de observações em Diários de Campo e imagens para uso exclusivamente acadêmico-científico. Não há qualquer risco com sua participação e poderá haver benefícios com a sua participação no sentido de compreendermos e contribuirmos nas ações de luta do MST. Salientamos que seu nome será alterado garantindo sigilo. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do estudante, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

 Robson Amaral da Silva

(RG: 30.XXX.XXX-X / CPF: 055.XXX.XXX-XX/ Tel.: (16) 9XXX-XXXX/ aluno(a) regular do PPGE/UFSCar, orientado pelo Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior)

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Carlos, ____ / ____ / ____ .

 Nome do Sujeito da Pesquisa

(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)